

**CADERNO DE RESUMOS**

**IV SERNEGRA**  
**e II COPENE - CO**

**20**  
**15**



**SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE  
NEGRITUDE, GÊNERO E RAÇA**

**CONGRESSO DE PESQUISADORES(AS)  
NEGROS(AS) DO CENTRO-OESTE**





*SERNEGRA*

*IV Semana de Reflexões Sobre Negritude, Gênero e Raça*

---

*COPENE-CO*

*II Congresso de Pesquisadore(as) Negros(as) do Centro-Oeste*

***CADERNO DE RESUMOS***

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília*

*Novembro de 2015  
Brasília – DF*

**Realização**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

**Reitor**

Wilson Conciani

**Pró-Reitor de Ensino**

Adilson César de Araújo

**Pró-Reitor de Extensão**

Giano Luís Copetti

**Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação**

Marley Garcia Silva

**Pró-Reitora de Administração**

Simone Cardoso dos Santos Penteado

**Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional**

Luciana Miyoko Massukado

**Direção-Geral IFB – Campus Brasília**

Gustavo Filice de Barros

**Direção de Ensino Pesquisa e Extensão – Campus Brasília**

Patrícia Albuquerque de Lima

**Direção de Administração – Campus Brasília**

Wilk Wanderley de Farias

**Coordenação de Publicações**

Katia Guimarães Sousa Palomo

**Produção Executiva**

Italo Rios Cary

**Diagramação e Projeto Gráfico**

Bruno Maciel

**Revisora de Língua Portuguesa**

Letícia Cristina Alcântara Rodrigues

**Conselho Editorial**

Carlos Ferreira Wanderley

Conceição de Maria Cardoso Costa

Denise Gomes de Moura

Edilsa Rosa da Silva

Gabriel Andrade Lima de Almeida Castelo Branco

Glauco Vaz Feijó

Gustavo Danicki Aureliano Rosa

Higor Silva Leite

Juliane Rodrigues Aires da Silva

Luciana Miyoko Massukado

Mari Neia Valicheski Ferrari

Mateus Gianni Fonseca

**Editora**

Reitoria – SGAN Qd 610, módulos D, E, F, G

CEP: 70860-100 Brasília-DF

[www.ifb.edu.br](http://www.ifb.edu.br)

Fone: +55 (61) 2103-2108

[editora@ifb.edu.br](mailto:editora@ifb.edu.br)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

S471 Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça (4. : 2014 : Brasília, DF)

Sernegra: IV Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça e II Congresso de Pesquisadores/as Negros/as do Centro Oeste: caderno de resumos / [Glauco Vaz Feijó, Pollyana Ribeiro Alves Martins, Renísia Cristina Garcia Filice, Marjorie Nogueira Chaves, organizadores]. — Brasília: Editora do IFB, 2015.

192 p. : il ; 30 cm.

ISSN 2318-6720

1. Educação das relações étnico-raciais. 2. Epistemologias africanas e afro-brasileiras. 3. Saúde da população negra. 4. Memória e patrimônio histórico. 5. Comunicação, linguagens e mídia. 6. Comunidades tradicionais negras. 7. Políticas públicas e ações afirmativas. 8. Juventude negra e identidade. 9. Artes e literatura africana e afrobrasileira. 10. Questão racial e mundo do trabalho. 11. Gênero, sexualidade e raça. 12. Ancestralidade e religiosidade. I. Título.

CDU 305:316.356.4

# ***SERNEGRA***

*IV Semana de Reflexões Sobre Negritude, Gênero e Raça*

---

# ***COPENE-CO***

*II Congresso de Pesquisadore(as) Negros(as) do Centro-Oeste*

# ***CADERNO DE RESUMOS***

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília*

*Novembro de 2015  
Brasília – DF*

**Coordenação Geral SERNEGRA**

*Iris Cary*

*Pollyana Maria Ribeiro Alves Martins*

*Sandra Mara Tabosa de Oliveira*

*Glauco Vaz Feijó*

**Coordenação Geral COPENE-CO**

*Breitner Luiz Tavares*

*Renísia Cristina Garcia Filice*

**Equipe Organizadora**

*Alessandra Veloso*

*Claúdia Dennis*

*Déborah S. Santos*

*Edileuza Penha*

*Joaze Bernardino*

*Marjorie Nogueira Chaves*

*Nelson Fernando Inocêncio*

*Patrícia Marinho Costa*

*Zora Yonara Torres Costa*

**Comitê Científico**

*Anderson Ribeiro Oliva*

*Breitner Luiz Tavares*

*Clélia Rosane dos Santos Prestes*

*Deborah Silva Santos*

*Djiby Mané*

*Edileuza Penha de Souza*

*Elen Cristina Geraldes*

*Francisca Cordelia Oliveira da Silva*

*Givânia Maria da Silva*

*Glória Moura*

*Joelma Rodrigues da Silva*

*Kelly Tatiane Martins Quirino*

*Larissa Amorim Borges*

*Leandro Santos Bulhões de Jesus*

*Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegá*

*Luciene de Oliveira Dias*

*Maria José de Jesus Alves Cordeiro*

*Maria Lúcia Rodrigues Muller*

*Mariana Cunha Pereira*

*Marjorie Nogueira Chaves*

*Mary Anne Vieira Silva*

*Sales Augusto do Santos*

*Tatiana Dias da Silva*

*Wanderson Flor do Nascimento*

## ÍNDICE

Apresentação e agradecimentos .....	19
Programação completa .....	21

### **RESUMOS IV SERNEGRA / II COPENE CENTRO-OESTE 2015**

#### **GT 1 – ERER: Educação das Relações Étnico-Raciais**

##### ***Comunicações 05/11 – 14h às 18h (quinta-feira)***

<i>Educação para as Relações Étnico-Raciais: explorando recursos pedagógicos .....</i>	29
--	----

<i>Formação continuada para a implementação do ensino da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas públicas do Distrito Federal .....</i>	29
--	----

<i>A formação docente como condição para a implementação da Lei nº 10.639/2003 .....</i>	30
--	----

<i>Relações raciais como eixo estruturante no currículo integrado da educação básica .....</i>	31
--	----

<i>Inserção da Lei nº 10.639/2003 na Rede Pública de Ensino de Goiânia: o caso do CEPAE/ UFG .....</i>	32
--	----

<i>Práticas pedagógicas na perspectiva da raça e do gênero ressignificadas com base na Lei nº 10.639/03, que demarcam o trabalho docente de mulheres negras .....</i>	32
---	----

<i>A Lei nº 10.639 e a formação de professores: um estudo de caso sobre a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana no curso de Letras da Faculdade Fortium – DF .....</i>	33
--	----

<i>Produção de web-documentário na formação docente: aplicação da Lei nº 10.639 no ensino de química .....</i>	33
--	----

##### ***Comunicações 06/11 – 14h às 18h (sexta-feira)***

<i>A prática extensionista como possibilidade de resistência negra .....</i>	35
--	----

<i>Religião e religiosidade afro-brasileira no contexto escolar .....</i>	36
---	----

<i>A influência da revista brasileira Veja, como veículo de comunicação, na construção e manutenção dos estereótipos sobre o continente africano: foco nos/as estudantes da educação básica</i> .....	37
<i>Interculturalismo e as possibilidades com a Lei nº 10.639/03</i> .....	37
<i>Uma experiência pedagógica de gênero e raça nas séries iniciais</i> .....	38
<i>Candomblé, resgate ancestral da identidade afro-brasileira no chão da escola – uma estratégia à educação das relações etnicorraciais no ensino fundamental</i> .....	39
<i>As múltiplas faces do racismo no cotidiano escolar</i> .....	40
<i>Cultura africana e ensino de Química: estudo sobre a formação docente</i> .....	40

### **Comunicações 07/11 – 14h às 18h (sábado)**

<i>O acesso às letras por negros livres, libertos e sujeitos de “Pés Descalços”</i> .....	42
<i>Implementação do artigo 26-A da LDB na Secretaria de Estado de Educação do DF: avanços e desafios</i> .....	42
<i>A Lei nº 10.639: uma lei ou uma proposta?</i> .....	43
<i>A pedagogia aplicada na Comunidade de Macapazinho em busca das dificuldades da aprendizagem e continuidade da preservação cultural da etnia negra na educação básica</i> .....	43
<i>Educação quilombola em mesquita: estudo da gestão da escola a partir do processo histórico, emancipatório e das relações de conflito</i> .....	43
<i>Dez anos da Lei nº 10.639/03: como o negro passou a ser abordado pela historiografia didática?</i> .....	44
<i>A implementação da Lei nº 10.639/2003 na rede estadual de ensino de Mato Grosso: análise da política curricular de educação para as relações raciais na Secretaria de Estado de Educação</i> .....	45

### **Apresentação de Banners 7 de novembro de 2015**

<i>Kit de literatura afro-brasileira: combatendo o racismo na educação básica em belo horizonte</i> .....	47
<i>Ensino de ciências de matriz africana: sobre a alteridade</i> .....	47



*Implementação da Lei nº 10.639 no ensino de química: sobre o ciclo da cana-de-açúcar* ..... 49

*Educação Quilombola: História, Cultura, Memória, Resistência... no terreiro da Escola!* ..... 49

## **GT 2 – Entrecruzamentos de epistemologias africanas e afro-brasileiras: possibilidades de abordagens, perspectivas emancipatórias**

### **Comunicações 05/11 – 14h às 18h (quinta-feira)**

*Frantz Fanon e a alienação do negro e do branco no sistema colonial* ..... 51

*A ruptura epistemológica de Cheikh Anta Diop* ..... 52

*A problemática da alteridade: um debate com o pensador Archie Mafeje* ..... 53

*Por uma Antropologia Destoante: epistemologias negras no mundo anti-negro* ..... 53

*Teoria da comunicação afrocentrada: abordagens e perspectivas a partir da obra de Muniz Sodré* ..... 54

### **Comunicações 06/11 – 14h às 18h (sexta-feira)**

*As epistemologias do sul como possibilidade para se repensar a cooperação internacional em África* ..... 55

*La noción del -ntu y la tragedia de la esclavitud. Una reflexión en torno a la deshumanización de los africanos esclavizados desde la concepción bantú del ser* ..... 56

*Sobre como os escravos participavam das tramas sociais na mesa da Inquisição* ..... 56

*Práxis cênica no contexto escolar com enfoque na Educação Quilombola na Comunidade* ..... 57

*Identidade negra e diáspora: o sentido das identidades culturais nas manifestações das congadas e do reggae em Goiânia* ..... 58

## **GT 3 – Saúde da População Negra**

### **Comunicações 05/11 – 14h às 18h (quinta-feira)**

*O racismo institucional e a violência obstétrica no sistema de saúde brasileiro* ..... 61

*Prevalência da anemia falciforme no Estado da Bahia* ..... 61

*Sangue negro, rotas e raízes: diáspora, agência e história negras no Projeto de Cooperação Internacional Brasil-África-Caribe em Doença Falciforme (2006-2010)* ..... 62

*Racismo e saúde mental* ..... 63

*A (in)segurança alimentar e nutricional: uma consequência do racismo* ..... 63

**Comunicações 06/11 – 14h às 18h (sexta-feira)**

*Qualificação dos profissionais da atenção primária à saúde: uma proposta de promoção da alimentação adequada e saudável para a população negra com doença falciforme* ..... 64

*O racismo na assistência a saúde pública no Brasil: uma reflexão necessária* ..... 65

*O Programa Nacional de Alimentação Escolar enquanto ferramenta de promoção da equidade racial nas instituições públicas de ensino* ..... 66

*Negras e loucas: o perfil das mulheres que cumprem medida de segurança no Distrito Federal* ..... 67

*Escuta aos relatos de violência sofridos por afroreligiosos nos espaços e intuições de saúde do estado Pará na região metropolitana de Belém* ..... 68

**GT 4 – Memória e Patrimônio Histórico**

**Comunicações 05/11 – 14h às 18h (quinta-feira)**

*Negros nos museus: algumas reflexões a partir de um levantamento bibliográfico* ..... 69

*Inventário da produção acadêmica sobre patrimônio e memória afro-brasileira* ..... 69

*Exposição Nós de Aruanda – Artistas de Terreiro. Construindo uma história de memória e resistência negra no Pará* ..... 70

*A memória social e a construção da identidade Quilombola na Comunidade Adelaide Maria Trindade Batista de Palmas-PR* ..... 71

*Representações de identidade negra a partir de letras de músicas baianas* ..... 72

**Comunicações 06/11 – 14h às 18h (sexta-feira)**

*Memória, educação e identidade de gênero: a cultura negra capoeira e a construção social do conhecimento* ..... 73

*Mapiko: identidade Maconde* ..... 74

*Capoeira e escola: pensando os sentidos de patrimônio e cultura afro-brasileira no Programa Mais Educação* ..... 75

## **GT 5 – Comunicação, Linguagens e Mídias**

### **Comunicações 05/11 – 14h às 18h (quinta-feira)**

<i>Autorrepresentação de cineastas negras no cinema nacional contemporâneo</i> .....	77
<i>Audiovisual negro brasileiro: por uma reconstrução da modernidade a partir dos direitos autorais</i> .....	78
<i>Imagem-rua: a diáspora africana em filmes de cineastas negros</i> .....	79
<i>“A gente as vezes passa fome para libertar o nosso povo”: a música de David Zé como ferramenta de ensino sobre a independência de angola (1966-1977)</i> .....	80
<i>Negritude e tradução na América negra: silenciamentos brasileiros</i> .....	81

### **Comunicação 06/11/2015 – 14h às 18h (sexta-feira)**

<i>As comunidades tradicionais ameaçadas: um olhar sobre a cobertura da grande mídia sobre os casos de exploração sexual no território Kalunga</i> .....	81
<i>Correio negro? A emancipação da mulher negra nas linhas do jornalismo</i> .....	82
<i>A cobertura das cotas raciais de acesso à universidade pública na Empresa Brasil de Comunicação</i> .....	83
<i>Performando o corpo da brasileira: uma análise da campanha Hope ensina</i> .....	84
<i>O rosto negro nas organizações bancárias: desafios da representatividade</i> .....	85

## **GT 6 – Comunidades Tradicionais Negras**

### **Comunicações 05/11 – 14h às 18h (quinta-feira)**

<i>Modos de vida de quilombolas e ribeirinhos no rio baixo Itacuruçá-PA: diálogo da cultura em Gramsci</i> .....	87
<i>Proposta para implementação da educação quilombola no ensino superior</i> .....	88
<i>Pela fé ao santo negro, Comunidade do Barranco é certificada como segundo quilombo urbano do país</i> .....	89
<i>A resistência étnico-racial como princípio educativo: um estudo sobre a formação de professores quilombolas</i> .....	90

<i>A dívida do estado com as comunidades tradicionais</i> .....	91
<i>Diálogos e práticas sobre educação escolar quilombola no município de Feira de Santana/Quilombo Lagoa Grande–BA</i> .....	92

**Comunicações 06/11/2015 - 14h às 18h (sexta-feira)**

<i>Ações do Programa Brasil Quilombola na (des)construção da nação Kalunga</i> .....	93
<i>Os quintais de Bonsucesso</i> .....	95
<i>Festas de santo do território Vão Grande como princípio educativo</i> .....	96
<i>Rememorar a comunidade remanescente de Quilombo Tanque Do Padre Poconé- MT é preservar a sua origem</i> .....	97
<i>Nascente do Córrego Grande no Quilombo Morro Redondo: um espaço de resistência</i> .....	98

**GT 7 – Políticas Públicas e Ações Afirmativas**

**Comunicações 05/11 – 14h às 18h (quinta-feira)**

<i>Acesso e permanência de acadêmicos negros na Universidade Federal da Grande Dourados: os desafios para a implementação da Lei das cotas</i> .....	101
<i>Política de ação afirmativa e sistema de cotas no Brasil: sua influência na formação dos cursistas de pedagogia da UnB</i> .....	102
<i>Diálogos: inclusão social, ingresso e permanência dos/as estudantes cotistas do IFB Gama</i> ....	103
<i>Igualdade racial: ações e omissões</i> .....	103
<i>Formação docente para a promoção da igualdade racial: ação afirmativa na UFMG</i> .....	104
<i>Comparação entre o modelo estadunidense de inclusão racial, via regra dos 4/5, com os programas de inclusão de negros e indígenas da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD</i> .....	105
<i>Uma abordagem crítica sobre a Lei de Cotas nas universidades públicas: conquista ou retrocesso?</i> .....	106

**Comunicações 06/11 - 14h às 18h (sexta-feira)**

<i>“A linguagem didática da universidade nos exclui”: racismo institucional sofrido por estudantes quilombolas na Universidade Federal do Pará-UFPA</i> .....	107
---	-----

<i>Programa Ciência Sem Fronteiras e as iniquidades no Brasil: um olhar sobre os bolsistas do DF e da Região Centro-Oeste</i> .....	108
<i>Cotistas e não cotistas dos cursos de direito e medicina da UFAL: entre o sistema de cotas e a discriminação</i> .....	109
<i>Representação social de alunas de ação afirmativa do IFRR: uma análise com recorte de gênero e raça</i> .....	110
<i>A política de cotas e o acesso de mulheres negras ao ensino superior na UFSC</i> .....	110
<i>Questão racial, monoparentalidade feminina e políticas públicas: breve análise a partir de programas e projetos da política de assistência social</i> .....	112
<i>Cotas: por um mercado de trabalho mais justo, democrático e representativo</i> .....	113

## **GT 8 – Juventude negra e identidade**

### **Comunicações 05/11 – 14h às 18h (quinta-feira)**

<i>O extermínio da juventude negra</i> .....	115
<i>Genocídio de jovens negros na Bahia e a “in”tervenção do judiciário</i> .....	115
<i>Movimiento juvenil afroperuano: experiencias de ciudadanía e indicencia de una agenda en crecimiento</i> .....	116
<i>A metáfora social da violência juvenil no Brasil: gênero, políticas públicas e raça</i> .....	116
<i>“Verás que um filho teu não foge a luta”: uma reflexão sobre a mortalidade de jovens negros no Brasil</i> .....	117
<i>Mediação como forma de desafogamento do judiciário e esvaziamento do cárcere</i> .....	117

### **Comunicações 06/11/2015 - 14h às 18h (sexta-feira)**

<i>Os entraves do discurso na formação da identidade do negro</i> .....	117
<i>RAP (Ressocialização, Autonomia e Protagonismo)</i> .....	117
<i>Criação de um herói na linguagem das HQs</i> .....	118
<i>Identidade e territorialidade da juventude quilombola da comunidade André Lopes do município de Eldorado no Vale do Ribeira - SP</i> .....	118

*Condições juvenis na comunidade remanescente de quilombos morrinho em Poconé/MT* ..... 119

## **GT 9 – Artes e Literatura Africana e Afro-Brasileira**

### **Comunicações 05/11 – 14h às 18h (quinta-feira)**

*Mar me quer: da prosa à dramaturgia no universo poético-cultural moçambicano de Mia Couto* ..... 121

*Entre a África e a América: uma ponte chamada provérbio* ..... 122

*Rami e suas mulheres: trajetórias femininas na narrativa de Paulina Chiziane* ..... 122

*Quarto de despejo: uma leitura da realidade do afro-brasileiro* ..... 123

*Uma identidade conflituosa: a trajetória do personagem Negro Damião da obra “Os tambores de São Luis” de Josué de Montello* ..... 124

*As narrativas ou contação de histórias quilombolas* ..... 125

*Ventos do Apocalipse, de Paulina Chiziane, e Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo: laços africanos em vivências femininas* ..... 126

### **Comunicações 06/11 – 14h às 18h (sexta-feira)**

*O empoderamento do trabalho: profissões, gênero e raça em narrativas da literatura afro-brasileira de autoria feminina* ..... 127

*Ler Lia: narrativa dos sentidos e reflexão social* ..... 128

*Um estudo de alguns dos livros paradidáticos sobre a cultura africana do Programa Nacional de Biblioteca na Escola/PNBE: experiência de pesquisa de um agente educacional da rede municipal de Goiânia* ..... 129

*O estudo te dá brancura? Literatura e questão racial em Dalcídio Jurandir* ..... 129

*Quem é a mais bonita? Uma análise da representação dos padrões de beleza construídos com base na cor da pele* ..... 130

*Com quem está o poder da fala? Crenças sobre a aprendizagem de língua inglesa de estudantes negras dos cursos de Formação Inicial Continuada do Instituto Federal de Brasília* ..... 131

## **GT 10 – Questão racial e o mundo do trabalho: experiências da força de trabalho negra na contemporaneidade**

### ***Comunicações 06/11 – 14h às 18h (sexta-feira)***

<i>Divisão racial do trabalho na contemporaneidade: uma reflexão sobre trabalhadoras domésticas no Brasil</i> .....	133
<i>Nova divisão racial do trabalho? Uma análise do trabalho doméstico no Brasil</i> .....	134
<i>Do trabalho doméstico aos serviços de limpeza terceirizados: uma análise fílmica</i> .....	135
<i>As mulheres negras na hierarquia empresarial</i> .....	136
<i>A Religiosidade como condição para o trabalho</i> .....	137
<i>As escravas de ganhos alforriando os homens: a criminalização das mulheres negras por tráfico de drogas</i> .....	138

## **GT 11 – Gênero, sexualidade e raça**

### ***Comunicações 05/11 – 14h às 18h (quinta-feira)***

<i>O sonho de ser “Miss Mulata” e a valorização da mulher negra: representações e identidades em um concurso de beleza (1969-1999) – RS</i> .....	141
<i>Rainhas Coroadas Glamourizando sua Beleza Étnica</i> .....	142
<i>O corpo também é político: reflexões iniciais sobre gênero, raça e sexualidade na Marcha das Vadias de Goiânia</i> .....	143
<i>The African-Brazilian opera singers: uma reflexão sobre a ausência de cantoras líricas negras nos livros de história da música brasileira do século XIX</i> .....	144
<i>A mulher negra e as suas nuances na contemporaneidade atual</i> .....	146
<i>Combatendo a violência sem limites: mídia e discursos afro-femininos na construção de cidadania para povos tradicionais de matriz africana</i> .....	147
<i>As implicações de gênero nas publicidades vinculadas pela Embratur</i> .....	148

### ***Comunicações 06/11 – 14h às 18h (sexta-feira)***

<i>Ações de Resistência: Mulheres Quilombolas e a Luta pelo Território</i> .....	148
<i>“Eu sou africana”: mulheres negras lésbicas reclamando pertencimento</i> .....	150

<i>Dandaras no Cerrado e a construção de feminismos negros em Goiás pela comunicação popular e participativa</i> .....	151
<i>Encrespa Geral Goiânia: estética negra e protagonismo feminino</i> .....	152
<i>Paulo Freire e o debate sobre gênero e raça: aproximações e possibilidades de diálogo</i> .....	153
<i>Relações raciais e ascensão social de mulheres negras</i> .....	154

## **GT 12 – Ancestralidade e Religiosidade**

### **Comunicações 05/11 – 14h às 18h (quinta-feira)**

<i>Religiões afro-brasileiras – uma luta por reconhecimento</i> .....	155
<i>Representações de identidade negra a partir de letras de músicas baianas no candomblé</i> .....	155
<i>As religiões de matriz africana no contexto escolar na educação básica municipal em Cuiabá-MT: caminhos abertos pela Lei nº 10.639/2003</i> .....	156
<i>Quando o Terreiro vai à escola: novas perspectivas para educação física escolar brasileira</i> ....	157
<i>“Nós de Aruanda – Artistas de Terreiro” - saberes, arte e resistência dos terreiros para os salões de arte</i> .....	158

### **Comunicações 07/11 – 14h às 18h (sábado)**

<i>Mulheres de Axé</i> .....	159
<i>Mulheres de Axé: narrativas encantadas</i> .....	160
<i>Vozes Ancestrais: narrativas de professoras negras do Distrito Federal</i> .....	160
<i>Poéticas visuais de identidade e resistência negra – reflexões sobre a experiência poética de artistas do Mansu Nangetu em Belém do Pará</i> .....	161

## **DESCRIÇÃO DAS APRESENTAÇÕES ARTÍSTICA, FILMES E OFICINAS DO IV SERNEGRA / II COPENE CENTRO-OESTE 2015**

<i>Apresentação de dança: Breaking</i> .....	165
<i>Apresentação de dança: “Pequeno Tratado de violências cotidianas”</i> .....	165
<i>Apresentação musical: Ma Binu</i> .....	166
<i>Apresentação musical: Tróia Negra</i> .....	166
<i>Apresentação teatral: Narrativas quilombolas</i> .....	166



<i>Exposição: Óleo sobre tela. Artista recluso</i> .....	167
<i>Varal fotográfico sobre afro-religiosidade</i> .....	167
<i>Filmes: “Carolina” e “Bróder”</i> .....	167
<i>Filme: Ah branco, dá um tempo</i> .....	167
<i>Filme: O sal dos olhos</i> .....	167
<i>Filme: Os Mesquita (parte da série “Outras Brasília’s”)</i> .....	168
<i>Oficina: Coroa de Pano - A comunicação não verbal dos turbantes</i> .....	168
<i>Oficina: Música eletroacústica e africana: uma abordagem de construção de instrumentos alternativos</i> .....	169
<i>Oficina: Capoeira Angola. Uma tradição corporal africana</i> .....	169
<i>Oficina: “Fuá bonequinha de nó”</i> .....	169
<i>Oficina: Boneca Abayomi com o tema “Os orixás e a Natureza”</i> .....	169
<i>Oficina: A literatura negra latino-americana de língua francesa (Guiana Francesa, Martinica, Guadalupe e Haiti)</i> .....	169
<i>Oficina: Mandalas como estratégias de lutas antirracistas: Aumbandan e os valores civilizatórios afrobrasileiros</i> .....	170
<i>Oficina: Análise imagética da representação étnico-racial em publicações periódicas</i> .....	170
<i>Oficina: Samba rural</i> .....	170
<i>Oficina: Mulungu no quilombo</i> .....	170
<i>Oficina: comunicação multimídia</i> .....	171

## **ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO**

<i>GT 1 – EREER: Educação das Relações Étnico-Raciais</i> .....	175
<i>GT 2 – Entrecruzamentos de epistemologias africanas e afro-brasileiras: possibilidades de abordagens, perspectivas emancipatórias</i> .....	178
<i>GT 3 – Saúde da População Negra</i> .....	179
<i>GT 4 – Memória e Patrimônio Histórico</i> .....	180

<i>GT 5 – Comunicação, Linguagens e Mídias</i> .....	181
<i>GT 6 – Comunidades Tradicionais Negras</i> .....	182
<i>GT 7 – Políticas Públicas e Ações Afirmativas</i> .....	184
<i>GT 8 – Juventude negra e identidade</i> .....	185
<i>GT 9 – Artes e Literatura Africana e Afro-Brasileira</i> .....	187
<i>GT 10 – Questão racial e o mundo do trabalho: experiências da força de trabalho negra na contemporaneidade</i> .....	188
<i>GT 11 – Gênero, sexualidade e raça</i> .....	189
<i>GT 12 – Ancestralidade e Religiosidade</i> .....	191





## APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

Chegamos à quarta edição do Sernegra, que, desta vez, foi engrandecida com a parceria firmada com o II Congresso de Pesquisadores/as Negros/as do Centro Oeste. Juntxs tentamos dar continuidade à proposta lançada há quatro anos pelo Sernegra. Juntxs continuamos acreditando que os espaços coletivos e institucionais de enfrentamento ao racismo e ao racismo-sexista são indispensáveis, pois partilhamos da crença de que a força do racismo não está apenas nos comportamentos individuais, pois, se o racismo se relaciona obviamente a preconceitos e a estereótipos, é por meio de mecanismos institucionalizados e estruturais que o racismo provoca os perversos efeitos de exclusão e desumanização de uma grande parcela da humanidade. Há estereótipos e preconceitos de vários tipos e contra várias características fenotípicas ou não, mas os/as que insistem que o racismo é apenas mais uma forma de preconceito e de estereotipização não conseguiram ainda perceber que o racismo é mais do que isso, não leram ou não entenderam Fanon, não perceberam que o racismo é a linha que divide a humanidade em duas áreas: a área do ser e a área do não ser, a área do que é humano e a área do que não é humano. Uma coisa é sofrer preconceito e estereotipização dentro da área do humano, são questões também sérias, que devem ser enfrentadas. Outra coisa é ser desumanizado, é ser alocado na área do não humano. Na área do humano operam, a princípio, direitos e as lutas podem lançar mão de mecanismos de regulamentação e emancipação, não sendo excluída a possibilidade da violência em última instância contra essas lutas. Na área do não humano atua fundamentalmente a violência (institucional, física e simbólica) e muito raramente mecanismos de regulamentação e de emancipação podem ser acionados. O racismo é preconceito e estereotipização que desumanizam, que nos dividem entre humanos e não-humanos e ele não opera apenas no nível individual, mas fundamentalmente no nível estrutural e institucional. É por isso que resulta tão árdua a luta para superá-lo, é por isso que existe o Sernegra e o Copene-CO e é por isso que estamos juntos.

Às instituições e pessoas que nos ajudaram a chegar até aqui, nossos mais sinceros agradecimentos. Nossos agradecimentos ao Sinasefe, parceiro de primeira hora; ao Sinpro, que conseguimos trazer para o evento; à ABPN, presença que muito nos honra; ao UniCeub; ao Neab-UnB; ao Grupo de Pesquisas Estudos Culturais sobre Classe,

Gênero e Raça do IFB; ao Geppherg-UnB; à SEPIR; à UnB e ao IFB, pelo apoio possível para a realização de tudo. Nossos agradecimentos aos/às coordenadores/as dos 12 Grupos de Trabalho que compõem o II Copene-CO. Nossos agradecimentos aos/às cerca de 150 comunicadores/as que dão forma a esses 12 Grupos de Trabalho com suas apresentações. Nossos agradecimentos aos/às vários/as oficinairos que nos apresentaram com suas oficinas durante o evento, trazendo-nos uma pouco mais de vida. Vida com que nos brinda também os/às artistas presentes: cineastas, dançarinos/as, músicos/as, pintores/as, artesãos/ãs, que nos emocionaram e tornaram ainda mais bonitos esses dias em que estivemos todxs juntxs na área do humano, lembrando-nos de que outro mundo é possível.

## PROGRAMAÇÃO COMPLETA

SERNEGRA-COPENE 2015	
ESPAÇOS	LOCALIZAÇÃO
Instituto Federal de Brasília (CBRA)	L2 Norte, SGAN 610, módulos D, E, F e G, Asa Norte, Brasília – DF
Cine Brasília	EQS 106/107, Asa Sul, Brasília – DF
Funarte	Eixo Monumental, Setor Divulgação Cultural, Brasília – DF
Quilombo Mesquita	Cidade Ocidental – GO

4 DE NOVEMBRO (QUARTA-FEIRA)		
HORA	ATIVIDADE	LOCAL
17h30	Credenciamento	Cine Brasília
18h30	Exposições e lançamento de livros	Cine Brasília
19h	Abertura oficial do evento Mesa de abertura	Cine Brasília
23h	Exibição do curta-metragem “Carolina” Exibição do longa-metragem “Bróder” Debate com o cineasta Jeferson De Mediação: Nelson F. Inocêncio	Cine Brasília

5 DE NOVEMBRO (QUINTA-FEIRA)		
HORA	ATIVIDADE	LOCAL
8h às 9h	Credenciamento	CBRA – Pátio do Bloco A
9h às 12h	Conferência de Abertura: Diálogos e perspectivas sobre a questão racial no Brasil. Prof. Dr. Paulino Cardoso (Presidente da ABPN/UDESC) Mediação: Dra. Renísia Cristina Garcia Filice.	CBRA – Auditório do Bloco C

5 DE NOVEMBRO (QUINTA-FEIRA)		
HORA	ATIVIDADE	LOCAL
12h	Almoço	Livre
13h às 14h	Cine Sernegra: “Ah branco, dá um tempo”	CBRA – Miniauditório do Bloco A
14h às 18h	Grupos de Trabalho do COPENE-CO:  GT1 – Educação das Relações Étnico-Raciais; GT2 – Entrecruzamentos de epistemologias africanas e afro-brasileiras; GT3 – Saúde da população negra; GT4 – Memória e patrimônio; GT5 – Comunicações, linguagens e mídias; GT6 – Comunidades tradicionais negras; GT7 – Políticas públicas e ações afirmativas; GT8 – Juventude negra e identidade; GT9 – Artes e literatura africana e afro-brasileira; GT11 – Gênero, sexualidade e raça; GT12 – Ancestralidade e religiosidade.	CBRA – Salas de aula Blocos A, B e D
14h às 8h	Oficina: Coroa de Pano - A comunicação não verbal dos turbantes.	CBRA – Sala de dança do Bloco C
14h30 às 17h30	Oficina: Música Eletroacústica e Africana: Uma abordagem de construção de instrumentos alternativos. (Parte I)	CBRA – Sala de música do Bloco C
16h às 18h	Oficina: Capoeira Angola	CBRA – Sala de dança do Bloco C
20h às 21h30	Apresentação artística: Narrativas quilombolas	A confirmar
21h30 às 24h	Celebração Sernegra	A confirmar



6 DE NOVEMBRO (SEXTA-FEIRA)		
HORA	ATIVIDADE	LOCAL
8h às 9h	Credenciamento	CBRA – Pátio do Bloco A
9h às 12h	Mesa redonda: Aspectos jurídicos da questão racial Dra. Dora Bertúlio - FCP Prof. Dr. Joaze Bernardino - SOL/Neab - UnB Dr. Thiago Pierobon. Promotor de Justiça - MPDFT Mediação: Prof. Dr. Nelson F. Inocêncio - UnB	CBRA – Auditório do Bloco C
12h	Almoço de confraternização	CBRA – Pátio do Bloco A
12h40 às 12h55	Apresentação artística: Breaking	CBRA – Pátio do Bloco A
13h às 13h30	Show Tróia Negra	CBRA – Pátio do Bloco A
13h30 às 14h	Oficina de artesanato sustentável: “Fuá bonequinha de nó”	CBRA – Sala de aula
14h às 18h	Grupos de Trabalho do COPENE-CO: GT1 – Educação das Relações Étnico-Raciais; GT2 – Entrecruzamentos de epistemologias africanas e afro-brasileiras; GT3 – Saúde da população negra; GT4 – Memória e patrimônio; GT5 – Comunicações, linguagens e mídias; GT6 – Comunidades tradicionais negras; GT7 – Políticas públicas e ações afirmativas; GT8 – Juventude negra e identidade; GT 9 – Artes e literatura africana e afro-brasileira; GT10 – Questão racial e o mundo do trabalho; GT11 – Gênero, sexualidade e raça.	CBRA – Salas de aula, Blocos A, B e D
14h às 16h	Oficina de boneca: Abayomi com o tema “Os orixás e a Natureza”	CBRA – Sala de aula

<b>6 DE NOVEMBRO (SEXTA-FEIRA)</b>		
<b>HORA</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>LOCAL</b>
14h às 18h	Oficina: A literatura negra latino-americana de língua francesa (Guiana Francesa, Martinica, Guadalupe e Haiti) (Parte I)	CBRA – Sala de aula
14h30 às 17h30	Oficina: Música Eletroacústica e Africana: Uma abordagem de construção de instrumentos alternativos. (Parte II)	CBRA – Sala de música, Bloco C
16h às 18h	Oficina de Mandalas como estratégias de lutas antirracistas: Aumbandan e os valores civilizatórios afrobrasileiros	CBRA – Sala de aula
20h30 às 21h30	Show musical “Ma Binu” Nãnan Matos	FUNARTE
21h30 às 24h	Celebração Sernegra	A confirmar
<b>7 DE NOVEMBRO (SÁBADO)</b>		
<b>HORA</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>LOCAL</b>
9h às 12h	Diálogos formativos: Educação das Relações Étnico-Raciais. Profª Dra Lucia M. Barbosa – LET-UnB Profa Dra. Eugênia Portela de Siqueira Marques – UFGD Profa Dra. Anita Canavarro Mediação: Prof. Dr. Adilson Cesar Araújo (IFB)	CBRA – Auditório do Bloco C
12h	Almoço	Livre
13h às 14h	Cine Sernegra: “O sal dos olhos”	CBRA- Miniauditório do Bloco A
14h às 18h	Grupos de Trabalho do COPENE-CO: GT1. ERER –Educação das Relações Étnico-Raciais; GT12. Ancestralidade e religiosidade	CBRA – Salas de aula, Blocos A, B e D
14h às 18h	Oficina: A literatura negra latino-americana de língua francesa (Guiana Francesa, Martinica, Guadalupe e Haiti) (Parte II)	CBRA – Sala de aula

<b>7 DE NOVEMBRO (SÁBADO)</b>		
<b>HORA</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>LOCAL</b>
14h às 15h30	Oficina: Análise imagética da representação étnico-racial em publicações periódicas	CBRA – Sala de aula
14h30 às 17h30	Oficina: Samba rural	CBRA – Sala de dança, Bloco C
16h às 18h	Oficina: Mulungu no quilombo	CBRA – Sala de aula
20h30 às 21h30	Apresentação de dança: “Pequeno Tratado de Violências Cotidianas” (Dança-Teatro: Companhia CEDA-SI)	FUNARTE
21h30 às 24h	Celebração Sernegra	A confirmar

<b>8 DE NOVEMBRO (DOMINGO)</b>		
<b>HORA</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>LOCAL</b>
11h30	Almoço	Livre
12h30 às 17h	Visita ao Quilombo do Mesquita	CBRA: Ponto de encontro



**RESUMOS IV SERNEGRA / II COPENE  
CENTRO-OESTE 2015**



## GT 1 – ERER: EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Coordenação: Prof.<sup>a</sup>  
Dr.<sup>a</sup> Mary Anne Vieira  
Silva (UEG);  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana  
Cunha Pereira (UFG)

Nesse GT pretende-se discutir as relações étnico-raciais e a escola, dando destaque às experiências e ao debate que se gerou a partir da implementação da Lei nº. 10.639/03 nas escolas brasileiras, em especial na região Centro-Oeste. Ressalta-se que a aprovação e a implementação da Lei nº. 10.639/03 no campo da educação formal constituem-se uma das principais vias para a discussão das relações étnico-raciais. No referido GT serão aceitas pesquisas em andamento e concluídas que abordem metodologias, processos e sequências didático-pedagógicas e relatos de experiências no que tange temáticas sobre a História e a Cultura dos Negros/as no Brasil e sobre o Continente Africano.

---

### Comunicações 05/11 – 14h às 18h (quinta-feira)

#### Educação para as Relações Étnico-Raciais: explorando recursos pedagógicos

Adínia Santana  
Ferreira (SEEDF);  
Patrícia Nogueira  
Silva (SEEDF)

Apresentamos nessa comunicação o curso de formação continuada voltado para professores da Educação Básica, elaborado e executado na Escola de Formação dos Profissionais de Educação - EAPE/SEEDF. O curso tem por objetivo explorar recursos capazes de promover a inserção das questões étnico-raciais no currículo praticado nas escolas públicas do Distrito Federal, quebrando invisibilidades e desconstruindo representações que reproduzem estereótipos e preconceitos nos livros didáticos, na literatura infanto-juvenil e demais recursos pedagógicos.

#### Formação continuada para a implementação do ensino da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas públicas do Distrito Federal

Eduardo Dias  
da Silva (SEEDF)

Esta comunicação consiste em apresentar algumas reflexões suscitadas a partir da relação entre a formação continuada de professores e o ensino da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena na Educação Básica, traduzidas na experiência da construção do fazer pedagógico na escola. Busca-se responder ao seguinte questionamento: a formação continuada, para professores da Educação Básica, pode contribuir de que maneira para a implementação do ensino da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas públicas? Tal questão está presente no contexto das instituições de Educação Básica, explicitando a complexidade embutida nas expressões “formação continuada” e “ensino da história e da cultura afro-brasileira, africana

e indígena”, sobretudo considerando a construção histórica desses conceitos no contexto brasileiro. É possível ponderar sobre alguns dos muitos aspectos que envolvem o empoderamento e o desenvolvimento dos construtos supracitados na compreensão de que a formação de professores não se limita às ideias de tarefas, mas se perpetua como caminho para novas reflexões na construção de uma sociedade na qual ninguém tenha que negar ou apagar sua identidade étnico-racial.

### A formação docente como condição para a implementação da Lei nº 10.639/2003

*Veruska Ribeiro  
Machado (IFB)*

O reconhecimento, a valorização e a afirmação dos direitos da comunidade afro-brasileira passaram a ser apoiados, no que diz respeito à educação, com a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. Entretanto, para que essa Lei realmente tenha o efeito esperado na sociedade, no que se refere ao combate à discriminação, é preciso que os/as professores/as sejam preparados/as para compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-racial e a lidar positivamente com elas, criando, para isso, estratégias pedagógicas. Nesse sentido, é essencial que os/as professores/as, desde a sua formação inicial, sejam preparados/as para direcionar positivamente as relações entre as pessoas de diferentes pertencimentos étnico-raciais (Parecer CNE 3/2004). Espera-se, portanto, que, no projeto pedagógico dos cursos de licenciatura, esteja contemplada a formação dos/as futuros/as professores/as para as relações étnico-raciais, conforme apregoam as Diretrizes Curriculares Nacionais dispostas no Parecer CNE 3/2004. Apesar da importância do/a docente para a implementação dessa Lei, a pesquisa realizada por Gomes e Jesus (2013) aponta que os conhecimentos dos/as docentes sobre as relações étnico-raciais e sobre história da África ainda são superficiais, cheios de estereótipos e por vezes confusos, o que acaba acarretando o desenvolvimento de pouco conhecimento conceitual sobre a África e sua interrelação com as questões afro-brasileiras. Diante dessa realidade e considerando ser imprescindível o preparo do/a educador/a para tratar de tal temática, este texto tem como objetivo fazer uma análise documental, utilizando textos legais e documentos sobre a educação das relações étnico-raciais, para identificar o lugar dado à formação docente no discurso dos referidos documentos. O procedimento para a análise documental foi o seguinte: primeiro, realizou-se uma leitura atenta da Lei nº 10.639/03, do Parecer CNE 3/2004 e do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, para que desse material se extraíssem referências à formação docente para a implementação da Lei nº 10.639/2003. Em segundo lugar, de posse de tais referências, fez-se uma análise de como a formação docente está contemplada nesses documentos. Acredita-se que as referências extraídas, juntamente com a sua



análise, possibilitam que se conheça a concepção acerca da formação docente para as relações étnico-raciais subjacente a esses documentos. A investigação mostra que, embora a formação docente esteja presente no discurso desses documentos, ela ainda não se revela completamente nas práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola, conforme constatam Gomes e Jesus (2013).

## Relações raciais como eixo estruturante no currículo integrado da educação básica

Francisco Thiago  
Silva (UnB)

O texto é o resultado de reflexões posteriores de dissertação de mestrado acadêmico abrigada na linha de pesquisa: Profissão Docente, Currículo e Avaliação da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade de Brasília (UnB), defendida em 2013. O objetivo principal é a defesa pelas Relações Raciais como Eixo Estruturante dos Currículos Integrados para a Educação Básica. Sabemos que há mais de uma década desde a promulgação da Lei Federal nº 10.639/2003, que acrescentou o artigo 26-A na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 – que trata da Educação das Relações Étnico-Raciais –, diversas tentativas de implementação nos estados da Federação estão ocorrendo. Diretrizes Curriculares foram criadas, políticas de formação de professores aconteceram, entretanto notamos uma marginalização da temática nos documentos curriculares, ao passo que as práticas desenvolvidas nas escolas se reduzem a ações isoladas e de pouco impacto (FILICE, 2011; CAVALLEIRO, 2000; GOMES; MARTINS, 2009). O estudo abordou as interfaces entre as teorias curriculares, sobretudo as críticas (SANTOMÉ, 1998, 2012; SACRISTÁN, 2000), com as práticas pedagógicas relativas ao ensino de História e Cultura Afro-brasileira modeladas pelos professores da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. A perspectiva teórica adotada para a pesquisa foi o marxismo e, como método, o materialismo histórico dialético no enfoque qualitativo, com a utilização de alguns procedimentos/instrumentos, como: análise documental, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas. Os resultados da pesquisa assinalam a coexistência de duas concepções curriculares: o Currículo festivo, expresso por ocorrer de maneira esporádica ou mesmo cotidiana, mas apolítica, em momentos isolados da realidade sócio-histórica do país com relação às questões étnico-raciais negras; e o Currículo antirracista, que é vivo, crítico e emancipatório, construído coletivamente e documentado nos projetos políticos pedagógicos e curriculares das instituições. Avançando nas discussões, promovemos o diálogo com autores do campo da Educação das Relações Raciais e Curricular, advogando que o caminho possível para atingir o objetivo proposto é a utilização intencional e coletiva das Relações Raciais como Eixo Estruturante do Curricular Integrado (BERNSTEIN, 1977; SANTOMÉ, 1998). Esta tipificação busca romper com uma educação fragmentada e tenciona delinear práticas curriculares que garantam um perfil de saída emancipado, motivo pelo qual advogamos que este estudante pode sair também da educação básica com uma consciência negra pautada nos princípios de uma educação antirracista.

## Inserção da Lei nº 10.639/2003 na Rede Pública de Ensino de Goiânia: o caso do CEPAE/UFG

*Elaine de  
Meireles Ferreira  
(MCTI)*

O presente texto pretende tornar público os apontamentos da pesquisa realizada na rede pública de ensino de Goiânia, feita de março de 2010 até dezembro de 2011, com intuito de observar a implementação da Lei Federal nº 10.639/2003, que alterou a LDB/1996. Aqui trataremos de um estudo de caso realizado no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicado à Educação/CEPAE. É uma escola que funciona dentro do Campus Samambaia da Universidade Federal de Goiás, fundado em 1966, tendo iniciado o funcionamento em 1968, bem no bojo da Reforma Universitária que ocorria no período. Seu quadro de docentes é composto em sua maioria por professores doutores, mestres e pesquisadores envolvidos com os diversos níveis de ensino. Apresenta-se como um laboratório experimental de novas técnicas didáticas, da formação de novos professores das diversas licenciaturas que a universidade oferece, uma vez que o campo do estágio supervisionado faz parte do seu Projeto Político Pedagógico, e esse é o motivo que justifica a escolha da mesma como campo de observação. A pesquisa é parte do trabalho de conclusão da Licenciatura em História pela Universidade Federal de Goiás e realocada para a conclusão do curso de Pós-Graduação em Gestão Pública no Instituto Marcelo Paiva-IMP. Portanto, apresenta apontamentos da pesquisa realizada na escola-campo nos anos de 2010 e 2011.

## Práticas pedagógicas na perspectiva da raça e do gênero ressignificadas com base na Lei nº 10.639/03, que demarcam o trabalho docente de mulheres negras

*Michele Lopes  
da S. Alves  
(UFMG)*

Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa da Pós-graduação: Educação e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativa, que privilegiou a articulação entre gênero e raça como dimensões significativas da trajetória de vida de mulheres negras, militantes que se movimentam em diversos espaços políticos de Belo Horizonte. A História de Vida foi o procedimento metodológico privilegiado, englobando um grupo de 06 mulheres negras, militantes nos seguintes Movimentos: Negro, Feminista e de Mulheres Negras. Essas mulheres foram selecionadas a partir de traços de suas trajetórias de vida, pessoal, social e profissional, que pudessem caracterizar um perfil de militância na perspectiva da raça e do gênero. Entrevistei não somente as mulheres que estavam atuando no momento, mas também, aquelas que são consideradas pelas próprias militantes da “ativa” no M.M.N. como importantes quadros dirigentes, mas que se afastaram por motivos diversos. Isso, na tentativa de captar as continuidades e descontinuidades das trajetórias políticas dessas mulheres e os impactos dessas em suas ações e saberes. Ações e saberes que foram compreendidos no sentido de uma pedagogia de raça e gênero. Os objetivos dessa pesquisa foram: compreender as trajetórias de vida e política de mulheres negras, militantes em organizações políticas

em prol da superação das desigualdades racial e de gênero e analisar os sentidos e significados de “ser mulher negra” construídos nesse processo. Para tal, buscou-se entender como essas mulheres se veem como negras, no contexto de suas trajetórias, e a relação desse processo com suas ações, muitas delas práticas educativas. Na época da pesquisa e alguns anos depois, não tive a elucidação de que tais práticas traziam em suas perspectivas as dimensões da Lei nº 10.639/03 e que muito menos, boa parte delas já correspondia com a proposta da Lei muito antes de essa existir. Revisando o último capítulo da dissertação, que trata das práticas pedagógicas como “Pedagogia de raça e gênero”, pude constatar que essa constatação analítica e teórica faltou-me no momento e que é crucial fazê-la. Objetivo esse realizado neste trabalho. Portanto, as mulheres negras foram vistas como sujeitos singulares em movimentos que em épocas que antecedem a Lei já trabalhavam na sua dimensão como práticas que possibilitam o direito à diversidade, à diferença e ao resgate identitário como práticas de Ação Afirmativa. Constatou-se, ainda, que em um processo de tensão, ambiguidades, possibilidades, avanços e lutas, as mulheres negras entrevistadas assumiram um importante papel político, não só por levar a articulação entre a raça e o gênero para o interior dos Movimentos Sociais, mas, sobretudo, porque contribuía para práticas pedagógicas de raça e de gênero, como ações afirmativas. É nesse processo complexo que elas constroem e reconstróem novas pedagogias, compreendidas pela pesquisa como pedagogias de raça e gênero ressignificadas na perspectiva da Lei nº 10.639/03.

### A Lei nº 10.639 e a formação de professores: um estudo de caso sobre a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana no curso de Letras da Faculdade Fortium – DF

*Letícia Rodrigues  
de Albuquerque  
(Faculdade Fortium)*

Ensinar a História e a Cultura Afro-brasileira e Africana nos cursos de licenciaturas é um passo importante para educar cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica como a brasileira, capazes de construir uma nação democrática e sem racismo, bem como garantir direito igual às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos. Desta forma, esse artigo abordará aspectos sobre a aplicação da Lei nº 10.369/03, na formação dos docentes do curso de Letras na Faculdade Fortium, localizada em Brasília, por meio da análise da ementa utilizada pela Instituição. A fim de consubstanciar este texto, utilizamos alguns teóricos, dentre os quais, destacamos Maurício Pedro da Silva, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Kabengele Munanga.

### Produção de web-documentário na formação docente: aplicação da Lei nº 10.639 no ensino de química

*Lalesca A.  
de Oliveira  
(UFG)*

O “mito da democracia racial”, atua em professores, alunos e equipe pedagógica quando estes não admitem o racismo dentro das escolas, universidades e na sociedade em geral, essa invisibilidade é um dos principais fatores que contribui para a dissemina-

ção do racismo no Brasil, pois a escola que deveria ser um lugar democrático principalmente no que diz respeito as relações étnicas muitas vezes se torna um lugar de exclusão. Intervir nessa realidade não é uma tarefa fácil, para acontecer será necessário o interesse dos estados, município, professores, equipe pedagógicas, sociedade em geral, principalmente das instituições de ensino superior (IES) formadoras de professores, que são as responsáveis pela formação crítica de novos cidadãos, pois para construirmos um ensino de ciências menos eurocêntrico é preciso que os professores tenham argumentos teóricos sobre o assunto, que conheçam de forma geral a história do negro e da cultura afro, porque somente assim conseguiram abordar essa temática no currículo das escolas e universidades, “Essa é uma forma de valorizar a diversidade cultural e étnico-racial na construção do conhecimento da Humanidade. Assim, pode-se ir rumo a um currículo menos etnocêntrico” (FRANCISCO JÚNIOR, 2008). Nesse contexto, este trabalho objetiva apresentar uma opção para contemplar a aplicação da Lei nº 10.639, ou seja, a abordagem da temática História e Cultura Afro-brasileira no ensino de Química. Nessa proposta produzimos o Web-documentário intitulado: *Educação escolar e a tradição de matriz africana - a Lei 10.639/03 na formação docente*, que visou retratar a partir da iniciativa de um coletivo negro de estudantes e professores de um instituto de química de uma instituição federal de ensino superior, como a Lei nº 10.639/03 está sendo inserida na formação de professores. O WD está sendo produzido no programa Sony Vegas Pro 9.0 (um software de edição não unidimensional da Sony Corporation® que combina edição de vídeo em tempo real de alta qualidade e fidelidade com manipulação de áudio) e estará disponível no site do LPEQI ([www.lpeqi.quimica.ufg.br](http://www.lpeqi.quimica.ufg.br)). Estamos providenciando uma versão em software livre: o Pitivi que possui funcionalidades semelhantes. Estão sendo entrevistados (entrevista semiestruturada) um total de 4 sujeitos, entre professores/as, coordenadores/as do ensino superior e representantes do movimento social do Estado de Goiás: uma mestranda em Geografia do Laboratório de Estudos de Gênero Étnico-Raciais e Espacialidades – LAGENTE - Universidade Federal de Goiás - UFG e professora do ensino básico, uma professora formadora (docente da Faculdade de Educação da UFG e coordenadora do Núcleo de Estudos Afrodescendentes e Indígenas - NEADI), uma professora formadora (docente da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG), uma professora formadora (docente da Faculdade de Educação Física e Dança da UFG e coordenadora do Programa UFG Incluir) no âmbito da academia, isto é, na instituição responsável pela formação de professores. A estrutura das entrevistas foi desenvolvida por uma tríade de professores composta por alunos de iniciação científica (PIBIC, PIBIC-AF e PIVIC) e dois professores formadores, docente do Instituto de Química da UFG, todos membros do Coletivo Negro do IQ-UFG. As entrevistas enfocaram características centrais: 1) os lugares de manutenção da cultura africana no Brasil; 2) as organizações e epistemologias das comunidades tradicionais de matriz africana; 3) religiosidade como alternativa para implementação da Lei nº 10.639/03 e 4) a territorialidade como espaço e lugar de pertencimento e produção de cultura. Nossos resultados preliminares demonstram que o planejamento e desenvolvimento do WD

oportunizaram aos professores (em formação inicial e continuada) a instrumentalização com esta ferramenta que é fruto desta sociedade contemporânea, de controle, mas funciona não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea. Assim, pode oportunizar a autonomia e promoveu integração e cooperação. Nossa pesquisa ainda não foi concluída, dado o momento efervescente que vive a UFG, dada a dinâmica da pesquisa e as limitações da atividade, porém ousamos afirmar que o web-documentário contará a história de memórias africanas transformadas que insistem, persistem, resistem: no candomblé, na capoeira, no jongo, no samba e porque não na universidade e nos sujeitos que a ocupam.

---

## Comunicações 06/11 – 14h às 18h (sexta-feira)

### A prática extensionista como possibilidade de resistência negra

Carolina Rezende  
Moraes  
(UnB)

Estudantes negros, cotistas ou não, ocupam os espaços universitários nos três pilares da educação: ensino, pesquisa e extensão. Assim, percebendo as possibilidades e estratégias de resistência negra na Universidade, estudantes negras e negros extensionistas foram entrevistados, levando em conta a disputa epistemológica e política sobre o conceito de extensão universitária. Com isso, a trajetória do movimento extensionista na construção do termo foi analisada, desde o Movimento de Córdoba, de 1918, em conjunto com as conclusões e angústias tragas pelos entrevistados. Além do questionamento sobre o que é extensão, foram questionados se existe relação entre a desvalorização da extensão e o racismo e se a confusão do conceito de extensão tem relação com a manutenção da estrutura racista. Assim, os entrevistados puderam trazer suas experiências de aprendizado e de ensino, percebendo o papel das noções de “representatividade” e de “responsabilidade” no “ser negra ou negro” na universidade. Foram lançados olhares sobre as colocações de Sueli Carneiro sobre o epistemicídio e os desafios da educação como prática de liberdade, ancorando-se em bell hooks. Viu que permitir (ou estimular) o afastamento dos saberes que não o acadêmico, relaciona-se diretamente com a repulsa ao que não é eurocêntrico, branco, colonizador – palavras usadas pelos entrevistados em geral. Nesse sentido, Carneiro se apoia em Boaventura de Souza Santos, para traçar o conceito de epistemicídio e perceber a atuação do racismo nas disputas epistemológicas. Embora, à primeira vista, pareça interessante que se adquira os conhecimentos validados pela academia, essa forma de encarar a educação pode esconder uma ótica colonizadora, apontada pelos entrevistados, não coerente com suas ideias de prática extensionista. A extensão se trata, então, de construir a partir de no mínimo dois conhecimentos assumidamente situados, tentando evitar alguma apropriação e práticas colonizadoras. Dessa forma, saberes e referenciais contra-hegemônicos tornam-se importantes, e mesmo necessários. E barrar essas lógicas tem sido, para os entrevistados, intenção dos grupos hegemôni-

cos no espaço universitário. Por isso, tão-somente, já é possível que, no cotidiano da prática extensionista, subverta a lógica epistemicida de sequestro da razão do outro. Entretanto, as entrevistas trouxeram as vivências de extensionistas negros, que extrapolam estas possibilidades. A maioria dos entrevistados demonstrou que se sente mais a vontade no projeto que fazendo pesquisa ou na sala de aula, afirmando que o espaço extensionista, apesar de reproduzir as estruturas machistas, racistas, elitistas, teria sido o mais acolhedor. Levantou o ponto das experiências, vivências, comuns, em relação às pessoas do espaço não-universitário do seu projeto, trazendo uma ideia de que a extensão seria o único espaço verdadeiramente enegrecido da Universidade, “o único que se preocupa em não minimizar vivências para encaixá-las em teorias alheias a estas” (entrevistada). Enxerga possibilidades de falar por si e com os seus e, assim, permite que se lancem referências e representatividades. Então, extensionistas universitários negros são referências de uma universidade para além do que se pressupõe dela em toda a sua lógica branca, eurocêntrica, elitista – e as pessoas do espaço não-universitário se tornam referências para esses. E esse processo produz um sentimento de pertencimento e de responsabilidade – observado em todas as entrevistas. Responsabilidade essa em relação a todas as pessoas negras resistentes que permitiram que ocupássemos esse espaço, e em relação às pessoas negras não-universitárias (inclusive também estudantes) que participam das extensões. Finalmente, coube discutir a prática extensionista enquanto prática militante e a oportunidade de promover o estudo da História e Cultura Afro-brasileira por meia dessa.

## Religião e religiosidade afro-brasileira no contexto escolar

Ana Célia  
Barbosa Guedes  
(UFPA)

O presente artigo pretende contribuir para a reflexão das diferentes dificuldades enfrentadas na Educação Básica para se trabalhar a História e Cultura Afro-brasileira e Africana no contexto escolar. Destaca-se como uma das maiores dificuldades o tema da religião e religiosidade. A metodologia utilizada durante a pesquisa foi uma investigação bibliográfica sobre a temática e pesquisa de campo com aplicação de questionários. Os dados foram coletados de dezembro de 2014 a janeiro de 2015. A pesquisa foi realizada na Escola Estadual de Ensino Médio Frei Miguel de Bulhões, localizada no município de São Miguel do Guamá Pará, com professores e alunos (primeiro ao terceiro ano do Ensino Médio), em que se confirmou o preconceito e estereótipos existentes nessa escola em relação às religiões de matriz africana. As religiões e religiosidades afro-brasileiras desde o período colonial até os dias atuais sofrem perseguições e discriminação por parte da maioria da população brasileira. Isso se deve ao imaginário social construído em torno do negro e de sua cultura, e em especial de sua religiosidade. Tal imaginário é fruto do domínio da cultura do branco que, desde esse período, é predominante no país, e durante muito tempo foi reforçado pelas teorias do evolucionismo social e ideologia de embraquecimento da raça do início do século XX. Nesse sentido, propõe-se o repensar do papel da escola como desmistificadora dos preconceituosos e estereótipos existentes em torno das religiões de matriz africana existente no país. Defende-se que no trabalho pedagógico da disciplina de História,



além de aplicar os princípios da Lei nº 10.639/03, objetiva formar educandos prontos para conviver em um mundo culturalmente plural. Neste trabalho propõem-se fornecer orientações práticas para a atuação do professor no ensino de história que leve em consideração a pluralidade cultural.

### A influência da revista brasileira *Veja*, como veículo de comunicação, na construção e manutenção dos estereótipos sobre o continente africano: foco nos/as estudantes da educação básica

*Esdras da Silva  
Barbosa  
(UnB)*

A ideia de uma África singular reduzida à história única e apenas de fatores ruins, muitas vezes confundida como um país, não é novidade em diversos contextos sociais, um desses, onde essa ideia ainda aparece com frequência, é dentro de algumas escolas, algo facilmente notado em diversas situações na qual possamos “testar” a visão dos estudantes sobre o assunto. Assim, o seguinte trabalho tem como principal objetivo analisar o desenvolvimento e formação desses estereótipos sobre o continente africano vinculado a influência da revista brasileira, *VEJA*, em suas publicações que envolveram algo sobre o continente africano.

### Interculturalismo e as possibilidades com a Lei nº 10.639/03

*Valéria Paixão  
Nepomuceno;  
Luciana Ribeiro  
Oliveira (UNIRIO)*

A Lei nº 10.639/03, que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) na educação, incluindo o artigo 26-A, e que torna obrigatória a temática da História e Cultura Afro-brasileira no currículo oficial da rede de educação do país, oferece autonomia às escolas, gestores e professores para que a temática seja trabalhada em sala de aula. Assim, com base no que prevê a lei, o objetivo deste trabalho é apresentar alguns conceitos que permeiam duas propostas de pesquisa que estão sendo pensadas a partir de uma perspectiva intercultural crítica com vistas a uma pedagogia decolonial tendo como aporte teórico os conceitos de Vera Candau e Cláudia Miranda. Nesse sentido, foi percebida a necessidade de uma educação baseada numa pedagogia Decolonial, para as relações étnico-raciais nos espaços escolares que dialogue com a interculturalidade crítica, para que a História e Cultura Africana e Afro-brasileira começassem a ser valorizadas nas práticas escolares e nos conteúdos disseminados na escola, espaço institucional, onde crianças e adolescentes negras e não negras possam, com ajuda de práticas pedagógicas, (re)significar estereótipos negativos que são construídos acerca da imagem e figura do negro, invisibilizados durante anos de anulação da cultura negra brasileira, inclusive nos conteúdos escolares. Nos estudos desenvolvidos e debatidos no grupo de pesquisa GEPEER, foi possível indagar a necessidade de pesquisas que identifiquem questões para a educação étnico-racial, baseada na Lei nº 10.639/03 numa perspectiva intercultural crítica promovendo, segundo Candau, uma educação para o reconhecimento do outro e diálogo entre os diferentes grupos socioculturais. Pretende-se enumerar importantes contribuições de autores que nos ajudam a pensar

sobre a importância dessa temática e a fazer uma leitura detalhada das diretrizes da Lei nº 10.639/03, bem como seu parecer, e na perspectiva Pós-colonial refletiremos com Aníbal Quijano e Boaventura de Souza Santos. Pensando em desconstruir fatores da colonialidade e fortalecer a descolonialidade, iremos dialogar com autores como Kabenguele Munanga, Fanon, Nilma Lino Gomes, dentre outros que dialogam com a reflexão sobre a importância dessa temática, e de como a escola pode ser um espaço onde as questões raciais sejam amplamente discutidas, debatidas e trabalhadas a partir do conhecimento e sensibilização do professor/educador acerca da temática fazendo, nesse sentido, valer a Lei nº 10.639/03 nos diversos segmentos da educação básica.

### Uma experiência pedagógica de gênero e raça nas séries iniciais

*Leila D'arc de Souza (SEEDF)*

O projeto em questão fundamenta teórica e legalmente, sistematiza e apresenta o relato de uma experiência de trabalho para a promoção da igualdade de gênero e raça em uma escola do ensino fundamental da rede pública do Distrito Federal. Tem por fundamento legal as Leis nº 10.639/2003, 11.635/08, Resolução nº 01 CNE/CP 2004; II Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM 2008); Programa Brasil sem Homofobia e a Política Nacional de Enfretamento à Violência Contra as Mulheres. O projeto promoveu intervenções pedagógicas sobre educação das relações étnico-raciais, gênero e sexualidade no contexto escolar, envolvendo toda comunidade em formatos diferenciados para cada segmento. Com os/as profissionais, o trabalho se deu a partir de um curso de formação de 60 horas que abordou diversidade, gênero, sexualidade e educação para as relações étnico-raciais. Essa, que foi certificada pela EAPE, envolveu definição conceitual, leituras, vídeos, dinâmicas e reflexão coletiva e individual sobre a fundamentação teórica, o cotidiano das relações de gênero e raça constituídas na sociedade e no ambiente escolar. Ao final de cada temática as/os professoras/es elaboraram coletivamente uma ação interventiva de reconhecimento e promoção das identidades não hegemônicas que foram desenvolvidas com as crianças e com a comunidade escolar. Paralelamente, o projeto realizou ações interventivas junto às crianças e à comunidade escolar. Junto às crianças, a autora do projeto fez oficinas de identificação das desigualdades de gênero e raça, utilizando sempre como objeto de análise as relações sociais expressas nas representações sociais concretas existentes no ambiente como revistas, livros didáticos, mapas e as produções escolares em geral e as produções orientadas e direcionadas para abordagem dessas temáticas. Essa sistematização e fundamentação pretende oferecer subsídios e condições que fortaleçam o projeto com vista a que se torne parte permanente do Projeto Político-Pedagógico da escola. Esse relato de experiência foi apresentado no formato Projeto de Intervenção Local – PIL, na conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça – GPPGeR da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, em 2014.



## Candomblé, resgate ancestral da identidade afro-brasileira no chão da escola – uma estratégia à educação das relações etnicorraciais no ensino fundamental

Carlos Henrique  
Gomes da Silva;  
Rosângela Pereira  
de Sant'Anna  
(UFRRJ)

A escola, em conjunto com outros espaços de socialização, tem intrínseca relação na formação das identidades. A educação formal e informal, como instrumento de combate ao racismo, precisa atuar na positividade da identidade negra, visando superar práticas discriminatórias, materializadas ao longo dos anos, em currículo monocultural que compromete significativamente a percepção da contribuição do protagonismo afro-brasileiro na História brasileira. Como proposto na Lei nº 10.639/2003, o currículo escolar é uma questão de identidade e contribui para ações docentes e institucionais em perspectiva multicultural, transversal e interdisciplinar, bem como a diversificação de estratégias metodológicas, linguagens e recursos didáticos. Combater de forma ativa o racismo é o desafio à educação e, para acontecer, faz-se necessário uma atuação crítica objetivando ações pautadas sob um novo paradigma educacional de valorização da identidade negra com práticas eficazes e inovadoras, ambicionando a transformação das mentalidades. No entanto, o sistema educacional segue desconsiderando os outros processos civilizatórios na formação social brasileira. É necessário refletirmos sobre a articulação entre o campo das relações raciais, educação, o reconhecimento e o respeito ao legado afrodescendente, sua cultura, sua história e seu papel como protagonista na História. A articulação entre identidade negra e escola, as vivências concretas dos sujeitos, suas formas de conceber o mundo, suas particularidades e semelhanças são, ao longo do processo histórico e sociocultural, as formadoras das identidades. A partir dessas perspectivas, ações pedagógicas que visem uma reflexão sobre as contribuições do negro na formação da sociedade brasileira, através da reelaboração de práticas educacionais voltadas à valorização da ancestralidade, assim como, o protagonismo afro-brasileiro e sua contribuição à formação sociocultural e política brasileira, são estratégias importantes à educação das relações étnico-raciais no chão da escola. No trabalho, buscou-se esboçar reflexões sobre questões da formação e a afirmação da identidade dos afro-brasileiros, sua cultura, sua história e seu papel na construção histórica, sociocultural, política, filosófica e religiosa brasileira. O objetivo é promover o debate e diálogo referente à religião de matriz africana, considerando o chão da escola, espaço de tensões da questão étnico-racial, como lugar privilegiado à socialização dos conhecimentos da humanidade que, para além dos conteúdos, encontra-se intrinsecamente inscrita nas relações de poder que envolvem a definição daquilo que somos e que nos tornaremos, influencia identidades e subjetividades. Reflexões teóricas sobre currículo, educação das relações étnico-raciais com ênfase na historicidade dos valores civilizatórios africanos e afro-brasileiros e a efetivação da Lei 10.639/2003, analisados em Silva (2002), Mattos (2003), Souza (2009), Trindade (2009), Siss (2012), entre outros, serão os norteadores da presente proposta de comunicação.

## As múltiplas faces do racismo no cotidiano escolar

Ângela Maria  
dos Santos  
(UFMT)

Esta comunicação oral apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado sobre relações raciais no cotidiano escolar. O estudo do cotidiano escolar nesta pesquisa corresponde à análise da convivência entre os alunos negros e não negros. Assim, será enfatizadas a percepção da cor e classificação racial, os comportamentos, os gestos, as expressões verbais e não verbais, as formas de tratamento, divisão de atenção e amizade entre os alunos pesquisados. Pretende-se, neste artigo, apresentar informações coletadas na pesquisa, de mestrado em Educação, sobre relações raciais no cotidiano escolar. Objetivando abordar aqui as análises das interações entre alunos negros e não-negros em que apontam múltiplas formas de preconceito e discriminação racial. A metodologia utilizada na pesquisa para a coleta de dados foi a observação participante (BECKER, 1993). Combinada com entrevistas, a observação participante auxiliou no levantamento de informações das complexas tramas das relações raciais no cotidiano escolar. Constatou-se na pesquisa a manifestação de variados tipos de comportamentos e/ou atitudes preconceituosas e discriminatórios, formas de desavenças com confrontos verbais (xingamentos) de teor racial. Em relação à classificação racial, verificou-se uma dificuldade em identificarem por cor/raça, denotando uma tendência em autoidentificarem pela cor morena. Ainda, por meio das observações e entrevistas foi possível analisar a existência de estigmas em relação à cor e a naturalização do preconceito e discriminação racial, em decorrência do silenciamento institucional da escola. Em análise das interações entre os estudantes, verificou que o sucesso ao imprimir no outro um caráter de inferioridade garante a manutenção do domínio e o diferencial de poder dos alunos brancos nas relações de poder estabelecidas na escola. Resumidamente, deve-se observar que os dados discutidos, especificamente sobre as relações entre negros e não negros são marcados por situações explícitas de discriminação racial. Os alunos alvos de discriminação racial, frente às situações de racismo, buscam reagir de formas variadas. De uma forma geral, essas manifestações preconceituosas e discriminatórias denotam possível estruturação do racismo, dadas a persistência de comportamentos preconceituosos e comparações da cor negra de forma a coisificá-la e animaliza-la. São ideias racistas que atravessaram o tempo e estão no comportamento e imaginários de crianças e adolescentes. Para Candau (2003, p. 27), a difusão da discriminação na escola orienta-se, tendo como base “os vieses racistas e discriminatórios existentes na sociedade”, advinda da construção histórica de uma sociedade escravocrata em que, principalmente, negros e índios foram escravizados.

## Cultura africana e ensino de Química: estudo sobre a formação docente

Morgana  
Abranches Bastos;  
Anna Maria Canavarro  
Benite (UFG)

A experimentação é um meio facilitador dos processos de ensino e aprendizagem pois, segundo GIORDAN (2003), a mesma desperta o interesse dos alunos em sala de aula promovendo uma maior motivação e ludicidade devido a sua ligação direta com os sen-

tidos. Nessa perspectiva o presente trabalho apresenta e discorre sobre uma proposta de intervenção didática para o cumprimento da Lei nº 10.639/03 no ensino de Química. A pesquisa foi realizada no colégio de aplicação da Universidade Federal de Goiás (CEPAE), que está localizado na região norte de Goiânia, em uma turma de disciplina acessória denominada Química Experimental. Os resultados mostraram que é possível implementar a lei por meio da experimentação do ensino de química, valorizando o legado africano à ciência e tecnologia. Mostraram também que existe uma dificuldade maior de se ensinar Química quando a turma é heterogênea no que tange, pois a mesma é composta por alunos de 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio. Como professoras de Química, defendemos que a operacionalização da Lei nº 10.639/03, a partir da diáspora africana, para identificar, através de fatos históricos, a influência do ciclo da cana-de-açúcar na descoberta e no desenvolvimento econômico da América Portuguesa (Brasil Colônia) até os dias atuais. A seguir, apresentaremos os resultados da intervenção pedagógica (IP) intitulada: “Estudo do ciclo da cana-de-açúcar e a produção experimental da rapadura, açúcar mascavo e cachaça”. Como estratégia de avaliação da IP, convidamos os alunos a responderem um questionário sobre a temática. Foram produzidos 21 registros de discurso escrito. As questões buscavam que o aluno compreendesse as relações da ciência química com um momento histórico de constituição identitária do povo brasileiro e avaliar como os alunos compreenderam o conceito de transformações químicas, levando-se em consideração os aspectos fenomenológicos e teóricos da experimentação e análises de resultados feitas em sala de aula, compreendesse as diferenças das transformações químicas envolvidas no processo do refino e suas relações com a sociedade e a contextualização histórica, justificando corretamente o motivo de, no período colonial, o consumo da rapadura ser priorizado. A partir dos resultados é possível considerar que a IP planejada e desenvolvida representou o contato consciente com as Tecnologias Africanas tecidas no Brasil e esse pode ser um novo universo de possibilidades para a apresentação de uma ciência não hegemônica e eurocêntrica para uma sociedade multicultural como é a sociedade brasileira. Também possibilitou fomentar o diálogo entre as diferenças, questionar discursos que reforçam as discriminações e os estereótipos, tencionar conteúdos pré-estabelecidos, instituir um processo de constituição de professores sensíveis à diversidade cultural e capazes de (re)criar práticas alternativas que articulem os conhecimentos químicos e o olhar sobre as africanidades; respeito pelas diversas culturas e compreender as especificidades e a complexidade do tratamento da temática como eixo configurador de uma proposta de ensino e aprendizagem para o ensino de Química.

---

## Comunicações 07/11 – 14h às 18h (sábado)

### O acesso às letras por negros livres, libertos e sujeitos de “Pés Descalços”

*Kátia Geni Cordeiro  
Lopes (SME-RJ)*

O presente trabalho tem origem na pesquisa realizada durante o curso de mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ), concluída em 2012, que pretendeu investigar a presença de negros em espaços de instrução elementar na cidade-corte, com ênfase na Escola da Imperial Quinta da Boa Vista. Instituição essa criada pelo Imperador D. Pedro II, em 1868, designada, inicialmente, para atender aos filhos dos empregados da Casa Imperial e dos moradores da Imperial Quinta. Para tanto, buscou-se priorizar a consulta às fontes primárias, localizadas nos acervos do Museu, Biblioteca e Arquivo Nacional, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e do Museu Imperial. O estudo em tela foi desenvolvido em atenção à necessidade de realização de novas pesquisas capazes de confrontar a recorrente ideia de que a população negra, em tempos marcados pelo escravismo, esteve à margem do mundo letrado. Com base nas fontes pesquisadas, o trabalho evidencia experiências educativas vivenciadas pelos negros, contribuindo também para a desconstrução da imagem do escravo como aquele acomodado ao lugar do silêncio, da imobilidade, da exclusão e da subalternidade, ressaltando diferentes estratégias e ações elaboradas por esses sujeitos objetivando o acesso à escolarização e à aprendizagem das letras. Em destaque, documentos inéditos comprovam a presença de negros na escola do Imperador.

### Implementação do artigo 26-A da LDB na Secretaria de Estado de Educação do DF: avanços e desafios

*Ana José  
Marques (SEEDF)*

O Governo do Distrito Federal – GDF instituiu em dezembro de 2011 a Coordenação de Educação em Diversidade – CEDIV, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, para cuidar das questões da diversidade. Inicialmente, serão apresentadas como as ações da Coordenação foram elaboradas, desde sua constituição, no sentido de implementar a política pública de educação em e para a diversidade, com abordagem voltada para a educação em gênero e sexualidade, campo e relações étnico-raciais. Vale destacar que as demandas que chegam à SEEDF, atinentes a essas temáticas, são encaminhadas a CEDIV, que tem por obrigação desenvolver uma série de ações. Contudo, a principal abordagem será direcionada às implementações do artigo 26-A da LDB (Lei nº 10.639/2003) e do Parecer CNE/CP 03/2004. O intuito é demonstrar como essas ações se articulam com as de outros órgãos do GDF. Por fim, serão evidenciadas as relações de interdependência dos diversos setores enquanto um dos desafios a ser enfrentado, pois requer mudanças nas instituições e em suas mais diversas organizações. Pretende-se, ainda, evidenciar a diversidade enquanto um dos Eixos Transversais do Currículo em Movimento da Educação Básica do DF, a fim de apontar em que medida essa transversalidade ocorre nos projetos político pedagógicos

das escolas, com destaque aos marcos legais apresentados anteriormente. A abordagem se dará no recorte de tempo que compreende do ano de 2012 a janeiro de 2015, período em que a coordenação desenvolveu suas ações com base em seus planos de ação, elaboração de portaria, participação em comitês, fóruns e conselhos e do desenvolvimento de projetos propostos pela própria CEDIV, em parceria com as Coordenações Regionais de Ensino e com outros órgãos governamentais e não governamentais. Portanto, pretende-se, com esses apontamentos, indicar avanços, desafios e perspectivas de continuidade dessa política na rede pública de ensino do Distrito Federal.

### A Lei nº 10.639: uma lei ou uma proposta?

*Taisa da Silva Rocha*

O texto propõe uma reflexão sobre a implementação da Lei nº 10.639/03 no que tange a sua obrigatoriedade tanto no espaço acadêmico quanto nas escolas. Sugere que, para os licenciados, a referida norma não tem sido encarada como lei que visa reparar o prejuízo histórico e social oriundo da negação da verdadeira história, da cultura negra e de todo o conhecimento produzido por essas populações. A lei é vista nos espaços acadêmicos como uma proposta que, como tal, pode ser acatada ou não. Assim como o racismo e sua reprodução é entendida como algo opcional por uma parcela da população brasileira.

### A pedagogia aplicada na Comunidade de Macapazinho em busca das dificuldades da aprendizagem e continuidade da preservação cultural da etnia negra na educação básica

*Antonio Carlos Lobato da Silva; Milene do Socorro Reis da Silva (UFPA)*

RESUMO NÃO PUBLICADO POR ULTRAPASSAR EM MAIS DE VINTE E CINCO POR CENTO A QUANTIDADE MÁXIMA DE CARACTERES ESTABELECIDO.

### Educação quilombola em mesquita: estudo da gestão da escola a partir do processo histórico, emancipatório e das relações de conflito

*Manoel Barbosa Neres (UCB)*

O estudo investiga a educação quilombola, particularizada na gestão escolar de uma instituição pública de ensino do Quilombo Mesquita, em Cidade Ocidental, Goiás. Utilizando-se de pesquisa qualitativa de tipo etnográfico, análise documental e pesquisa bibliográfica, analisa-se o processo histórico local, os múltiplos conflitos relacionados à dimensão quilombola e à gestão escolar, propriamente dita; essa, no tocante ao atendimento às diretrizes da educação quilombola. Faz-se também uma conexão entre o passado e a contemporaneidade da luta emancipatória dos negros em Mesquita, procedendo-se, assim, à ampliação do quadro de abrangência temática, partindo do ocorrido em Mesquita e chegando-se a particularidades do enfrentamento da escravidão no Brasil. Como resultados da investigação, surge pertinente traçado histó-

rico-cultural local, dado esse que potencializa as fragilidades evidenciadas na escola local investigada, quanto a cumprir e fazer cumprir a legislação educacional quilombola. Atinente, ainda, à gestão escolar, os conflitos entre os defensores e opositores do Quilombo constituem uma dessas fragilidades por traduzir o desconhecimento, assim como o descrédito, da ação afirmativa demandada pelo artigo 26-A, da LDB. Em que pesem os contextos dos embates que envolvem a historicidade do Quilombo Mesquita, verifica-se que a base das oposições, quase sempre, tem por motivação interesses fundiários, embora não exclua a possibilidade da existência de posturas racistas, não raro, veladas. Este estudo também publiciza perspectivas de pesquisas, no âmbito dessa temática, ao demonstrar que, mesmo considerando os avanços da humanidade em matéria de direitos humanos, políticos, sociais e étnico-raciais, os desafios da emancipação negra, exemplificados nos quilombolas de Mesquita, são exigentes e persistentemente atuais. Por fim, os resultados da pesquisa realizada no Quilombo Mesquita aludem ao vínculo histórico e sociológico existente entre o referido Quilombo e a Capital Federal. Isso é evidenciado em três razões: parte do território quilombola está dentro do Distrito Federal, o fato de quilombolas terem integrado grupos dos primeiros trabalhadores de Brasília e ainda a constatação de que grande parte das terras que compõem a Cidade de Santa Maria (DF) pertence a quilombolas de Mesquita (o que atualmente é razão de litígio).

### Dez anos da Lei nº 10.639/03: como o negro passou a ser abordado pela historiografia didática?

Caio Pinheiro  
Oliveira (UESC)

O Brasil, país que possui a segunda maior população negra do mundo, produziu ao longo da sua história um amálgama de relações sociais marcadas pela extrema desigualdade entre os grupos étnico-raciais. Historicamente, a população negra foi relegada a um ostracismo social e submetida aos efeitos perversos do racismo e discriminação sócio-econômica. Na contramão dessa realidade, desde o final do século XIX, quando se deu a abolição da escravidão, os negros vêm buscando emancipar-se dessa condição marginal na qual se encontram, encampando lutas em torno de pautas fundamentais para a conquista da cidadania por parte da população afro-brasileira. Dessa maneira, em função das ações constantes do movimento negro, que colocou a educação como uma de suas principais bandeiras, podemos contar na contemporaneidade com políticas educacionais que norteiam e fomentam uma educação das relações étnico-raciais, a exemplo da Lei nº 10.639/03 e suas respectivas diretrizes curriculares. Como consequência da Lei nº 10.639/03, na última década foram produzidos e publicados diversos livros, teses, artigos e materiais didáticos que contribuem para a construção de uma representação valorativa dos afrodescendentes, a partir de uma nova abordagem teórico-metodológica da Cultura e História dos afro-brasileiros que questiona os aportes conceituais da historiografia tradicional, a qual produziu e reproduziu a imagem de um negro dócil, pacífico, pronto a atender as exigências do seu senhor. Assim, a historiografia brasileira acabou atribuindo uma importância

secundária à História da África e dos negros na constituição do Brasil enquanto Estado-Nação. Como sintomático desse negligenciamento historiográfico que recaiu sobre o negro, os primeiros LD's (livros didáticos) de "História do Brasil" editados para dar suporte ao movimento de ampliação do sistema escolar, intensificado nas primeiras décadas do século XX, carregavam uma saber histórico balizado por um referencial historiográfico que explícita ou implicitamente não visualizou o negro enquanto sujeito portador de direitos. Por isso, tomando o LD enquanto mecanismo proliferador de ideologias, saberes, crenças e valores, considero de significativa importância a análise das representações do negro contidas nesse recurso didático. Para esse fim, estou desenvolvendo no âmbito da Especialização em História do Brasil, curso vinculado ao Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz), a pesquisa intitulada: Dez anos da Lei nº 10.639/03: como o negro passou a ser abordado pela historiografia didática? Nesse sentido, minha proposição de pesquisa tem por objetivo analisar as mudanças e permanências no que concernem as "representações do negro" contidas no livro didático transcorridos dez anos do sancionamento da Lei nº 10.639/2003. Diante dessa questão de pesquisa, debruicei-me inicialmente sobre as representações do negro presentes nos LD's produzidos nas primeiras décadas do século passado, pois trata-se do período no qual o Movimento Negro brasileiro alcançou maior eficácia nas suas estratégias de atuar no âmbito da educação, particularmente no questionamento das representações inferiorizantes do negro presentes nos livros didáticos. Para tanto, nosso exercício de análise se dirigiu aos LD's de "História do Brasil" produzidos pelos seguintes autores: Afrânio Peixoto, Rocha Pombo, João Ribeiro, Silva Romero e Mário da Veiga Cabral. Neste sentido, como resultado preliminar desses estudos, concluo que há um abismo entre a história do negro (na perspectiva do movimento negro) e a história que se ensina nos bancos escolares via livro didático sobre o negro. Com isso, essa interpretação reafirma a contribuição dos materiais didáticos na elaboração de representações negativas dos negros no imaginário coletivo.

### A implementação da Lei nº 10.639/2003 na rede estadual de ensino de Mato Grosso: análise da política curricular de educação para as relações raciais na Secretaria de Estado de Educação

*Cândida Cespedes  
Ribeiro (UFMT)*

Trata-se de projeto de pesquisa de mestrado, que está em andamento no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Relações Raciais e Educação, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso. O recorte espacial da pesquisa situa-se na Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso/SEDUCMT e doze anos (2003-2015) é o seu lapso temporal. De modo geral, visa-se compreender como a Política Curricular de Educação para Relações Raciais, instituída a partir da promulgação da Lei Federal nº 10.639/2003, está sendo construída, concebida e implementada pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso na rede estadual de ensino. De modo específico, almeja-se recuperar o processo histórico da imple-



mentação da Lei Federal nº 10.639/2003 na SEDUCMT, refletindo acerca da Política Curricular de Educação para as Relações Raciais vigente ao longo dos 12 anos da implementação dessa lei; avaliar os seus desdobramentos nos campos da Formação Continuada e Currículo Escolar, analisando os seus principais avanços e entraves, propondo, inclusive estratégias de superação às fragilidades ainda presentes nas políticas públicas educacionais que tratam sobre essas questões. Investiga-se como gestores públicos da SEDUCMT, professores e formadores do CEFAPRO (Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica), responsáveis pela promoção das políticas educacionais para as Relações Raciais, conceberam/concebem e avaliaram/avaliam a Política Curricular de Educação para as Relações Raciais instituída a partir da Lei nº 10.639/2003. A metodologia da pesquisa ancora-se em pesquisa qualitativa. Buscar-se-á registrar e interpretar as memórias, falas, impressões dos sujeitos que foram protagonistas da implementação da Lei nº 10.639/2003 na rede estadual de ensino, bem como àqueles que recentemente dirigem e/ou participam dessa política. Procede-se também pesquisa documental acerca da temática. Examina-se documentos oficiais, tais como: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana); Parecer CNE/CP nº 003/2004; Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira; Plano Estadual de Educação de Mato Grosso; Orientações Curriculares Estaduais para as Diversidades Educacionais – Tópicos para as Relações Étnico-Raciais e a Educação Escolar Quilombola; Resolução Normativa nº 001/2013 do Conselho Estadual de Educação, etc. As desigualdades raciais no Brasil precisam ser combatidas de forma mais participativa e efetiva, uma vez que elas repercutem negativamente no imaginário social dos brasileiros, propagando atributos de invisibilidade e de hostilidade associados aos povos negros de origem africana e afro-brasileira, originando, perversas vulnerabilidades raciais, tais como: na distribuição de renda; no acesso de qualidade à educação pública; saúde; justiça; moradia; segurança; cultura; lazer; esporte; mundo do trabalho. Considera-se que, no ambiente educacional, situações envolvendo racismo, preconceito e discriminação racial decorrem principalmente da dificuldade, ou em outras palavras, do despreparo de grande parte dos professores no que tange ao trabalho com a temática das Relações Raciais, ou ainda, em virtude de estigmas e/ou estereótipos negativos que foram incorporados e reproduzidos inconscientemente ou não por alguns docentes em relação aos alunos negros. São muitos os desafios na busca de qualidade e de igualdade no ensino público brasileiro. Contudo, acredita-se que os obstáculos ainda existentes na Educação Básica e no Ensino Superior no Brasil, poderão superados mediante investimentos: financeiros, materiais e humanos, sem os quais, se inviabiliza o atendimento às novas funções sociais da educação brasileira, por como exemplo: o combate às desigualdades raciais e à promoção de cidadania plena.



## Apresentação de Banners 7 de novembro de 2015

### Kit de literatura afro-brasileira: combatendo o racismo na educação básica em Belo Horizonte

*Elisa Hipólito  
do Espírito Santo;  
Nathalie do  
Carmo Carvalho  
(UFMG)*

Em 2003 foi sancionada a Lei nº 10.639/03, que inclui e torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas instituições de ensino básico. No cumprimento dessa lei, a Prefeitura de Belo Horizonte criou o Kit de Literatura Afro-Brasileira. O Kit é formado por obras literárias, livros didáticos e paradidáticos, que propõem, em sua maioria, resgatar a positividade, a beleza e a extremidade da cultura negra. Ou seja, apresentar uma abordagem que reforça a consciência e recriação cultural que são marcadas por processos de africanidade, corporeidade, musicalidade, estética e vivência da negritude, visto que eles são um importante mecanismo para a construção da identidade, da história e da ancestralidade dos sujeitos socialmente classificados como negros. Assim, estudos aprofundados acerca dos impactos gerados pela adoção do Kit no âmbito escolar são importantes para uma melhor compreensão das contingências experienciadas pelos estudantes negros e tornar notória a constante necessidade de renovação das políticas públicas. Nossos objetivos são problematizar como as obras selecionadas para o Kit efetivam a política de inserção do ensino da História e Cultura Afro-brasileira no currículo escolar, através de uma construção do histórico de implementação da lei no Brasil e no Município, e se há de fato uma inclusão do debate sobre raça e o rompimento de pré-conceitos naturalizados. Questionar quais os critérios de seleção desses livros e quem os seleciona; se a escola está preparada para tal abordagem sem reproduzir racismos institucionais; como o jovem negro pode romper com o sentimento de exclusão e se tornar sujeito conhecedor e admirador de sua cultura e história. Além de visar um futuro com o fim das privações e discriminações sofridas pela população negra brasileira, sobretudo as crianças, objetiva-se ainda dialogar sobre a importância entre o estudo das relações raciais e a escola no âmbito nacional, e através do Kit, repensar outras propostas possíveis de serem adotadas em todo o Brasil. O projeto se configura através de pesquisas e ações de intervenção quantitativas e qualitativas. Foram desenvolvidas ações efetivas como a análise de livros inseridos no kit e entrevistas com profissionais que trabalham com o mesmo. Entretanto, há a programação de novas ações que serão realizadas até o meio do semestre, com a produção de rodas de conversas, oficinas de desenhos e fotografias, entrevistas a estudantes negros e intervenções institucionais.

### Ensino de ciências de matriz africana: sobre a alteridade

*Aliny G. Silva;  
Cláudio R. M. Benite  
(UFG)*

Os currículos são instrumentos de poder e, portanto, hegemônicos e homogeneizantes de tal forma que remontam os modos de poder da ideologia dominante, omitindo, não ocasionalmente, o legado dos povos africanos, tal como o uso do ferro em fundição e forjaria de ferramentas, que “aparece na África Ocidental em 1200 a.C., ou seja, um

dos primeiros lugares para o nascimento da Idade do Ferro. Antes do século XIX métodos africanos de extração do ferro foram empregados no Brasil.” (MACHADO 2014, p.36). Assumindo estes pressupostos e visando operacionalizar a Lei nº 10.639/03, o Coletivo Ciata tem por objetivo desenvolver intervenções pedagógicas (IP) nas aulas de ciências, buscando descolonizar a ciência. Apresentamos na tabela 1 o mapa de atividade da IP intitulada: “Balanceamento de reações químicas: uma discussão a partir da diáspora africana”, desenvolvida em 19 /11/ 2013, em que foram produzidos 192 turnos de discurso (Tabela 1 - Mapa de atividades). Tempo Utilizado: 02 aulas de 50 minutos. Desenvolvimento: em um primeiro momento, foram utilizados dados do último censo do IBGE que caracterizam o racismo no Brasil e a marginalização da comunidade negra brasileira para estabelecer elo com o pensamento concreto dos alunos provocando a discussão. Em um segundo momento, caracterizamos a influência da diáspora africana da constituição da sociedade brasileira remontando as raízes históricas do racismo no Brasil desde a escravidão. Em um terceiro momento, abordamos a identidade dos vários povos da diáspora e sua importância para a economia do Brasil no chamado Ciclo do Ouro. Incitamos a discussão sobre quais processos químicos poderiam ser observados na figura. A partir dessa produção cultural imagética, que documenta a história da sociedade, foi possível estabelecer o diálogo sobre os conceitos químicos de: propriedades dos metais, elemento, átomo, substância, mistura e separação de misturas. Em um quarto momento, apresentamos o conceito de reação química a partir das Leis das Proporções Definidas e de Conservação das Massas. Discutiu-se ainda sobre a conservação da matéria e o significado da palavra estequiometria. Objetivos: Discutir o racismo no Brasil e desconstruir a ideia de ciência apenas branca e masculina e europeia, ou seja, apresentar a ciência de matriz africana. Compreender o conceito de reações químicas e balanceamento de reações. Estratégia de Avaliação da Apropriação Conceitual: as aulas ministradas foram gravadas em áudio e vídeo para posterior transcrição e análise da conversação. No planejamento e desenvolvimento da IP consideramos a premissa de que a espécie humana interage e modifica o mundo pelo trabalho. Dessa forma, os conhecimentos científicos/tecnológicos são importantes referenciais para julgamento e seleção de ações na interação com o ecossistema e, portanto, legitimam posições sociais por meio da lógica racional atribuída equivocadamente somente ao europeu. O contexto de apresentação do conhecimento foi a mineração brasileira do período colonial, que teve como principal objetivo a produção do ouro em grande escala. Esse fato implica também as formas técnicas de sua produção, ou seja, o conhecimento técnico/tecnológicos da diáspora: “A mina de grandes proporções, mesmo que a céu aberto, faz parte de um conhecimento específico” (JUNIOR, 2010, p. 17). As técnicas de produção, por sua vez, envolvem as transformações da matéria que são domínio da ciência química. Nossos resultados permitem considerar que a IP planejada e desenvolvida representou uma alternativa de apresentação de uma ciência que não seja branca, masculina, europeia e de laboratório e que, dessa forma, pode dialogar com a alteridade da sala de aula brasileira que é multirracial.

## Implementação da Lei nº 10.639 no ensino de química: sobre o ciclo da cana-de-açúcar

Geisa L.M. Lima  
(UFG)

O racismo é a suposição de que há raças e a conseguinte atribuição biogenética de fenômenos puramente sociais e culturais. É também uma forma de dominação de um grupo e também justificativa para tal dominação baseada apenas no fenótipo, ou seja, pura ignorância. Por sua vez, a Lei nº 10.639/2003 torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos currículos escolares brasileiros. Nessa perspectiva, apresentamos aqui estudos de planejamento e design de uma intervenção pedagógica (IP) intitulada: “Estudo do ciclo da cana-de-açúcar e a produção experimental da rapadura, açúcar mascavo e cachaça”, desenvolvida em 15 de setembro de 2014, na disciplina química experimental, no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da UFG em uma turma mista contendo 32 alunos de 1ª a 3ª séries do Ensino Médio. A experimentação é um meio facilitador dos processos de ensino e aprendizagem, pois motiva e estimula o estudante na compreensão e discussão dos conceitos abordados em sala de aula, levando-os a participar efetivamente e a resolver problemas. Apoiados nesse pressuposto, os conteúdos foram organizados historicamente (refutando o papel secundário e apagado da comunidade negra na historiografia brasileira) e contextualizados destacando o legado dos africanos no desenvolvimento da tecnologia em nosso país. Foram produzidos textos de apoio e guias experimentais a partir de literatura especializada e esses foram discutidos e desenvolvidos. Seus contextos abordaram a produção de rapadura, açúcar mascavo, cachaça, álcool e um bafômetro. Foram propostas na IP as seguintes questões problemáticas: a) como as relações étnico-raciais afetam a composição da sala de aula? Qual matriz de ciência norteia os conceitos químicos? Como estratégia de avaliação da IP, optou-se por questionários para coletar o discurso escrito dos sujeitos dessa investigação. Os alunos responderam 6 questões sobre a temática. Nossos resultados apontam que os aspectos fenomenológicos favoreceram a atribuição de significados aos conceitos químicos ensinados. Contar a história de um povo em termos de seu desenvolvimento tecnológico pode significar a oportunidade de reconhecimentos de identidade, inclusive com a desmistificação, sendo esse o papel da química. Ainda, que é possível ensinar ciência a partir das contribuições do povo da diáspora.

## Educação Quilombola: História, Cultura, Memória, Resistência... no terreiro da Escola!

Sérgio Luiz  
(IFB)

A realidade das escolas do campo e das comunidades quilombolas demonstra que seus Projetos Político-Pedagógicos não contemplam os saberes, os fazeres e os valores dos sujeitos históricos que compõem essas comunidades tradicionais. A práxis didática e pedagógica, e a proposta curricular não atendem à identidade cultural, principalmente das/nas comunidades do campo e quilombolas. Acredito que isso caracteriza uma problemática importante, na qual os conhecimentos científicos contribuirão signifi-

cativamente para a identificação das fragilidades e das potencialidades, no sentido de respaldar as discussões e definir as metas e ações para solucionar os problemas identificados nos futuros diagnósticos, seguindo os critérios científicos e as orientações das diretrizes das políticas públicas nacionais, estaduais e municipais (Educação do Campo, Educação Quilombola), para qualificar e dar credibilidade à transformação proposta, que é a qualificação da educação nas escolas e nas comunidades de quilombolas da Lagoa do Zeca e Mato Verde, em Canarana-BA. Nesse sentido, o trabalho apresentado tem por objetivos desenvolver e consolidar a proposta curricular com um programa didático e pedagógico para a Educação do Campo/Quilombolas da Rede Municipal de Educação de Canarana-BA; além de contribuir com a formação continuada dos educadores para que estes possam refletir e se sentir preparados e motivados a contribuir com o processo de aprendizagem dos estudantes do campo e das comunidades quilombolas. A proposta é desenvolver o trabalho por meio da realização de diagnóstico da realidade educacional da Educação do Campo e Educação Quilombola no município; da ressignificação dos Projetos Político-Pedagógicos das Escolas do Campo com a participação da comunidade escolar para incorporar os fazeres, os saberes e os valores dos sujeitos históricos das comunidades tradicionais e quilombolas; e do acompanhamento da proposta de construção, planejamento, desenvolvimento e avaliação do Projeto de Intervenção Interdisciplinar de cada escola no ano letivo. Os resultados esperados são o acompanhamento dos projetos de intervenção interdisciplinar escolar em todas suas etapas; a organização de eventos e apresentação dos projetos da/na comunidade escolar de caráter de culminância na Semana da Consciência Negra; e a avaliação do processo da ressignificação dos PPP das Escolas do Campo e Educação Quilombola.

## GT 2 – ENTRECruzamentos de Epistemologias Africanas e Afro-brasileiras: Possibilidades de Abordagens, Perspectivas Emancipatórias

Coordenação:  
Prof. Dr. Leandro Santos  
Bulhões de Jesus  
(UniCEUB/Ceam-UnB);  
Prof. Dr. Anderson  
Ribeiro Oliva (UnB)

Nos últimos anos, o Brasil tem investido em políticas públicas que visam reparar desigualdades acumuladas pelas populações negras. A aprovação de uma lei que obriga o ensino da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira no país é parte deste processo, uma vez que se verifica ainda hoje que currículos, abordagens, entre outras práticas da cultura escolar, revelam as permanências das perspectivas eurocêntricas de se conceber o mundo e o mundo do conhecimento. Partimos da ideia de que a busca por uma soberania intelectual pode ser constituída tanto pela revisão crítica de conceitos (como desenvolvimento, raça, gênero, modernidade, tradição, entre outros), quanto pela elaboração de outras perspectivas por meio de cruzamento de saberes. Com este GT, pretendemos reunir experiências, reflexões, propostas de indivíduos ou grupos que têm encontrado nas matrizes epistemológicas consideradas africanas ou afro-brasileiras a base de inspiração de suas novas práticas. Os diálogos poderão englobar pessoas que fazem parte de movimentos sociais e/ou profissionais de diversas áreas, como: filosofia, pedagogia, música, relações internacionais, direito, saúde, jornalismo, geografia, história, literatura, artes, entre outros possíveis.

---

### Comunicações 05/11 – 14h às 18h (quinta-feira)

#### Frantz Fanon e a alienação do negro e do branco no sistema colonial

Ana Catarina  
Zema de Resende  
(UnB)

A partir da leitura de “Pele negra, máscaras brancas” proponho neste artigo refletir sobre as ideias de Frantz Fanon acerca do racismo colonial e da alienação e desalienação do negro e do branco. Nosso objetivo é recuperar alguns de seus aportes mais importantes para a compreensão do racismo colonial a partir de sua teoria da alienação. Fanon apresenta a alienação como uma etapa prévia à escravidão e ao colonialismo necessário para a manutenção da exploração econômica e analisa as condutas identitárias de “vergonha de si” como resultado da dominação colonial. Fanon descreve com precisão o impacto do racismo e do colonialismo e seus efeitos destrutivos mostrando como os mecanismos de alienação determinam as relações entre negros e brancos e reproduzem as hierarquias que regem essas relações. Para Fanon, os comportamentos dos negros e colonizados são o resultado de uma relação colonial desigual e violenta. A desigualdade colonial coloca o dominado em uma situação nevrótica que se traduz por uma negrofobia ou arabefobia. Para sair dessa situação, Fanon argumenta que a

solução não está em um discurso moral, não basta dizer que o colonialismo, o racismo e seus efeitos são ruins. É necessária uma operação muito mais profunda que tem, para Fanon, uma relação com sua militância. Antes, porém, de abordar sua teoria da alienação e desalienação, gostaria de recordar alguns dos momentos de sua biografia que considero relevantes para o entendimento de sua trajetória pessoal e intelectual, já que foram suas “experiências vividas de negro” que o levaram a uma tomada de consciência sobre o funcionamento dos mecanismos inconscientes do racismo colonial, do complexo de inferioridade do negro e do complexo de superioridade do branco. Retomar o pensamento de Fanon e reconhecer a relevância e atualidade de suas contribuições, mesmo depois de mais de 50 anos após sua morte, é fundamental para podermos realocar a luta contra toda forma de dominação na continuidade da luta contra o colonialismo em uma época em que a identidade racial e o racismo mais que provaram sua capacidade de persistir no tempo e no espaço.

### A ruptura epistemológica de Cheikh Anta Diop

Renato  
Fonseca Lima  
(UnB)

A presente proposta de comunicação procura compreender a importância da contribuição teórica e política do cientista senegalês Cheikh Anta Diop para o desenvolvimento de uma ‘cultura política panafricana’ capaz de promover a emancipação social política econômica e cultural dos povos africanos em suas lutas contra o (neo)colonialismo. Diop promove uma dupla abordagem, uma voltada para o passado, em um esforço de resgate histórico, redefine a antiguidade clássica ao propor uma releitura do Egito Faraônico distinta da consagrada pela historiografia ‘oficial’ ocidental colonialista que declarava uma descontinuidade entre os povos negros africanos contemporâneos, tidos como povos a-históricos, e a Civilização Egípcia na Antiguidade; Diop após inúmeras pesquisas linguísticas, arqueológicas, sociológicas, antropológicas, históricas conclui que os atuais povos africanos ‘descendem’ da Antiga Civilização Egípcia, que, segundo o autor, era uma Civilização Negro-Africana. A assertiva é polêmica, mas Diop apresentou um conjunto de evidências que vem se confirmando com o avanço do conhecimento sobre o passado através de testes de datação, confirmação de altas taxas de melanina em múmias, práticas culturais que surgiram no Egito como a circuncisão e que são comuns aos diversos povos africanos da atualidade. Numa segunda abordagem, voltada para o futuro, Diop analisa as condições sócio-históricas capazes de fazer emergir um Estado Federal Africano que unificaria o continente negro. Nesse ponto, o cientista senegalês discute as dificuldades imposta pelas nações colonialistas à emancipação africana. O processo de independência das colônias africanas no pós-guerra (segunda metade do séc. XX), com a manutenção das divisões impostas pela Conferência de Berlim (1886), que partilhou a África entre as nações europeias, é refutado como uma impostura colonialista; a superação deste status quo colonialista seria sustentada pelo reconhecimento pelos povos africanos da unidade destes no campo cultural tendo a Civilização Egípcia como referência histórica. Diop enfrentou uma série de problemas por sua posição singular e diametralmente oposta a tradição

cultural europeia que interpretava a antiguidade clássica a partir do fenômeno ‘milagre grego’, Diop a partir de fontes gregas mesmo, mostra como para os antigos gregos o Egito se apresentava como um lugar culturalmente superior e negro- africano, citando pensadores gregos como Heródoto: “De todas as nações do mundo, os egípcios são os mais felizes, os mais saudáveis e os mais religiosos”. (HERÓDOTOS, 1988), ou, Xenófontes quanto aos traços fisionômicos que os identificariam como negros: “Os egípcios dizem que os deuses tem nariz chato e são negros, os trácios, que eles tem olhos verdes e cabelos ruivos.” (XENÓFANES, Fragmentos Pré-Socráticos.). Diop também lembra a perplexidade de Champollion, ao decifrar os hieróglifos, de como os Antigos Egípcios referiam-se aos ‘europeus brancos’. “Por fim (eu tenho vergonha de dizer, já que a nossa raça é a última e mais selvagem da série) os europeus que nesses tempos antigos, é preciso ser justo, não tinham uma boa imagem neste mundo. Por fim gostaria de justificar a noção de ‘Ruptura’ e de ‘Científico’ no título da comunicação: a ruptura fica evidenciada pela oposição de Diop à uma Egptologia que, segundo o cientista, fisava falsificar a história para dar uma origem superior e justificar a supremacia dos povos brancos sobre os povos africanos e, o ‘Científico’ tem a intensão de distinguir o ‘Panafrikanismo’ do Diop de outras abordagens Panafrikanistas, já que a noção de Panafrikanismo surge no contexto da Diáspora Africana na América e só mais tarde no Continente Africano. Minha proposta, ao analisar a obra do Diop, é conceber o Panafrikanismo segundo duas perspectivas: uma, seria segundo a posição geográfica, então haveria um ‘Panafrikanismo Continental’ em África e um ‘Panafrikanismo Diaspórico’ nas Américas; a outra perspectiva é segundo a orientação ‘ideológica’, nesse caso haveria um ‘Panafrikanismo Político’ (Du Bois), um ‘Panafrikanismo Messiânico’ (Marcus Garvey) e, por fim, como uma síntese o ‘Panafrikanismo Científico’ (Cheikh Anta Diop).

### A problemática da alteridade: um debate com o pensador Archie Mafeje

*Denise Ferreira  
da Costa Cruz  
(UnB)*

O pensador sul africano Archie Mafeje é conhecido por suas publicações controversas que problematizam o apartheid sul-africano e a questão da alteridade na antropologia. O presente trabalho, inspirado em sua produção, quer pensar como o problema da alteridade cria barreiras epistemológicas para a produção de um conhecimento não eurocêntrico na formação de um currículo de educação afro-brasileiro.

### Por uma Antropologia Destoante: epistemologias negras no mundo anti-negro

*Aline Maia  
Nascimento  
(UFF)*

O presente artigo constrói uma reflexão sobre o papel da antropologia na formulação de narrativas e epistemes, tendo em vista que o lócus do saber utiliza-se de ferramentas e aparatos de um sistema anti-negro para limitar e cercear epistemologias negras. Nesse sentido, não é surpreendente pontuar que experiências, reflexões e propostas de saberes negros ocupam corriqueiramente lugares subalternos na academia brasileira.



O que se propõe neste artigo é lançar luz a questionamentos levantados por uma série de intelectuais afrodescendentes que desafiam, em seus escritos, a maquinaria cognitiva e política do mundo social, saindo em defesa de uma Antropologia Destoante. Ou seja, suas formas de análise e produção intelectual destoam do modelo tido como “exemplar”. Estas epistemologias negras encontram-se na “dobra” conceitual e explicativa da antropologia tradicional, construindo as análises de seu objeto de forma não revisionista, mas inovadoras no ponto de vista de conceber o mundo e os processos de política negra que nele habitam.

### Teoria da comunicação afrocentrada: abordagens e perspectivas a partir da obra de Muniz Sodré

Juliana  
César Nunes  
(COJIRA)

O estudo da internet como plataforma de agendamento e produção jornalística sobre diversidade étnico-racial tem sido um desafio para os pesquisadores em comunicação. As teorias e metodologias de investigação precisam dar conta desse diálogo em perspectivas múltiplas, que envolvem conceitos, enquadramentos e interpretações sobre comunicação, cultura e identidade. Como analisar o envolvimento de grupos sociais autodeclarados afrodescendentes, como quilombolas, mulheres negras e “rappers”, na produção de releases, artigos, vídeos, áudios e textos jornalísticos para o ambiente virtual? Quais variáveis devem ser levadas em conta na pesquisa dessa produção enquanto atividade cultural e, ao mesmo tempo, prática contra-hegemônica? Ao iniciar um caminho de busca por respostas para essas questões, essa proposta de comunicação faz um exercício de aproximação das abordagens teóricas e metodológicas presentes em textos do pesquisador brasileiro Muniz Sodré de Araújo Cabral, professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em busca das “chaves de leitura” dos processos comunicacionais, Muniz Sodré articula abordagens teóricas já consagradas no campo da pesquisa em comunicação, bem como olhares sobre processos vivenciados pela humanidade em outras dimensões, como a filosófica, existencial, ancestral, afroreligiosa, social, econômica e étnico-racial. Desse exercício emerge o que ele chama de “uma teoria da comunicação linear e em rede”, subtítulo do livro “Antropológica do Espelho”, publicado originalmente em 2002 e reeditado em 2010. A obra reflete uma longa e fértil trajetória de trabalho do pesquisador, que também se destaca pela atuação como jornalista, redator e escritor de livros ficcionais. Nascido na Bahia, Sodré cursou Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1964), fez mestrado em Sociologia da Informação e Comunicação - Université de Paris IV (Paris-Sorbonne) (1967) e doutorado em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1978). Entre 2005 e 2011, presidiu a Fundação Biblioteca Nacional. Com cerca de 30 livros publicados, Sodré tem alternado uma produção intelectual ora mais ampla e teórica sobre comunicação e cultura, ora mais técnica e prática sobre a atividade jornalística. Dessa alternância surgem obras que consolidam suas abordagens teórico-metodológicas sobre a comunicação, como “Claros e escuros - identidade, povo e



mídia no Brasil” (1999) e o próprio “Antropológica do Espelho”. Nesse segundo livro, Sodré parte da classificação aristotélica para pensar a midiatização como “tecnologia da sociabilidade, um novo bios, uma espécie de quarto âmbito existencial”, no qual se dá a existência humana (CABRAL, 2010, p.25). Para compreender as abordagens teóricas propostas a partir da reflexão de Muniz Sodré, é preciso ter uma visão mais geral sobre sua obra, com foco nas publicações iniciais e nos olhares de estudiosos que tomam seus textos como referência. As abordagens teórico-metodológicas desses trabalhos oferecem pistas para a reflexão sobre uma teoria da comunicação afrocentrada, da qual Muniz Sodré se mostra uma referência, ao lado de nomes como o jamaicano Stuart Hall e o também brasileiro Joel Zito Araújo.

---

## Comunicações 06/11 – 14h às 18h (sexta-feira)

### As epistemologias do sul como possibilidade para se repensar a cooperação internacional em África

Ana Luísa  
Coelho Moreira  
(UnB)

A importância de se pensar o Sul Global em uma perspectiva epistemológica é trazer à tona os desafios para a transformação social e emancipatória. Novos patamares ampliam o conceito de cooperação entre os países de África, Ásia e América Latina em uma visão pós-colonial que busca romper com paradigmas dicotômicos de Norte-Sul. Essa desconstrução, de pilares existentes desde os primórdios, permite a ressignificação das relações a serem estabelecidas, sob o prisma da troca e da horizontalidade diante de interesses mútuos com vistas ao desenvolvimento global. Percorrer essa multiplicidade de caminhos não hierárquicos torna-se urgente no mundo globalizado atual. O desafio que se apresenta envolve as diversas formas de se pensar a relação de cooperação internacional sul-sul com o continente africano, na perspectiva de romper com paradigmas históricos que se fazem presentes por meio de uma soberania branca europeia onde as marcas da escravidão, ausência de um passado e a colonização são os traços mais evidenciados da história africana no mundo. Por isso se faz urgente a necessidade de trazer reflexões e pensamentos africanos que falam de si e sobre si mesmos em uma lógica de pertença e valorização da cultura, história que contemplem passado, presente e futuro. Este trabalho pretende apresentar experiências em países africanos de língua portuguesa (Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) que propiciam elucidaciones acerca da cooperação internacional do Brasil e a qual modelo pretende-se chegar e, ao mesmo tempo, afastar do modelo tradicional e hierarquizado entre as relações de Estado que reproduzem práticas de dominação cultural e política. Percebe-se que, os moldes da cooperação internacional brasileira, necessitam avançar consideravelmente, sobretudo no que se refere à horizontalidade das relações com África, todavia mudanças na forma de pensar já vêm sendo incorporadas por atores importantes tanto na academia como em outras que buscam efetivar as epistemologias do Sul Global como práticas exitosas de ação.

## La noción del -ntu y la tragedia de la esclavitud. Una reflexión en torno a la deshumanización de los africanos esclavizados desde la concepción bantú del ser

Jean-Bosco  
Kakozi Kashindi  
(UNAM – México)

En la filosofía africana bantú, el concepto -ntu es destacado como fundamento de todo lo real. Entendido éste como el conjunto de las entidades (el ser humano, el universo y el Ser Supremo) sujetos u objetos de la experiencia humana, que permite pensar y sentir todo lo que es en cuanto es real. Desde la visión bantú, entonces, -ntu se manifiesta en muntu (la persona), kintu (la cosa), kuntu (la manera, el modo) y en hantu (el lugar). La persona vive inmersa en esas manifestaciones del -ntu, mismas que se interrelacionan armónicamente. Cambiar o confundir un fenómeno del -ntu por el otro, rompe con esa armonía y trae problemas al muntu: enfermedades, muertes, catástrofes naturales, etc. Es de esta forma que queremos comprender la tragedia de los africanos esclavizados en las Américas. Pues, aunque todos los que llegaron no fueron bantú, sí podemos generalizar la concepción bantú del ser a todos los otros “negros africanos”, ya que, según muchos estudiosos, existe una unidad cultural, por tanto, unidad de pensar y sentir, del África subsahariana, llamada África “negra”. A mi parecer, la tragedia residiría precisamente en la ruptura de la armonía del -ntu, porque durante la esclavitud se produjeron cambios horrorosos de los fenómenos del -ntu: muntu fue convertido en kintu; a muntu le quitaron su hantu y, de cierta forma, su kuntu. Esta reflexión pretende demostrar lo anterior desde un horizonte interpretativo de la concepción bantú del ser. Primero voy a circunscribir la armonía del ser en la concepción bantú del mismo, para poder luego problematizar la esclavitud de los africanos, que considero como una deshumanización de éstos; en último momento, trataré de traer a colación algunos ejemplos de experiencias y vivencias de la esclavitud africana (cimarronaje y otros tipos de resistencia) que, a mi juicio, denuncian la tragedia y buscan desesperadamente el restablecimiento de la armonía rota.

## Sobre como os escravos participavam das tramas sociais na mesa da Inquisição

Dayane  
Augusta Silva  
(IFG)

O presente trabalho visa apresentar desdobramentos finais da pesquisa de mestrado sobre a atuação de escravos em tempos de visitas do Santo Ofício à Bahia no final do século XVI e início do século XVII. Focalizando na circularidade das informações e dos sujeitos escravos em um espaço social circunscrito, como foi o da capitania baiana, busca-se demonstrar que os sujeitos escravizados participavam, por meio de informações e conversas, de uma comunidade que não estava absolutamente fechada em si. Dentro dessa sociedade, conviveram com pessoas distintas e, em seu cotidiano, trabalhavam, andavam por caminhos e ruas, conversavam e tramavam. Seguindo tais referências e, concordando com os autores que consideram os escravos como agentes históricos, partimos do ponto de vista de que a eles cabia portar ações individuais,

criar situações em que era permitido se expressar, nos mais variados sentidos, mesmo num momento extraordinário, como foi o das visitas do Santo Ofício. Este trabalho busca questionar a representação de tais sujeitos sem agência, sujeita à passividade e à aculturação, só deixando de ser quando lutando de maneira clara contra a instituição escravista. Os indícios presentes nas fontes das visitas comprovam que nem aqueles que conviviam com os escravos nem os próprios escravos se viam dessa forma. Por trás desses vestígios, identificamos a participação de escravos como grandes informantes, por meio de uma oralidade que pautava as relações entre vizinhos, cristãos-velhos e cristãos-novos. Este protagonismo, sustentado por meio de uma circulação de informações, própria do contexto da época, geravam boatos e rumores que chegavam à mesa da Inquisição, tornando-os, muitas vezes, as vozes principais de denúncias sobre crimes considerados heréticos. Nesse sentido, tanto como acusadores, quanto acusados, esses sujeitos escravizados tornaram-se importante vetor de comunicação utilizado pela comunidade baiana e Inquisição. Nos últimos anos do século XX, tornaram-se relevantes as pesquisas sobre as ações da Inquisição nos trópicos e suas relações com a escravidão. No contexto em que se discute a legitimidade ou não das políticas afirmativas no Brasil, ficou clara a necessidade de se atualizar as pesquisas sobre escravidão, visto que a validade dessas políticas depende também da compreensão daquilo que se interpretou como “escravo” e “senhor” em décadas de escravidão.

## Práxis cênica no contexto escolar com enfoque na Educação Quilombola na Comunidade

*Adelaide Maria  
Trindade Batista;  
Carine Rossane  
Piassetta Xavier;  
Rosemary Ferreira  
Da Silva Câmara  
(IFP)*

O presente documento é o registro da realização da práxis pedagógica de contação de história quilombola, realizada no ensino fundamental - primeiro ciclo, no município de Palmas-PR, na Escola Municipal São Sebastião. Para melhor compreensão do leitor, iremos descrever a localização da comunidade ao redor. A presente escola está localizada na região leste do município de Palmas, no bairro São Sebastião, onde tem a Comunidade Quilombola Adelaide Maria Trindade, tendo como grande maioria de moradores descendentes da raça negra escravizados, em situações financeiras de baixa renda. Esse texto nasce de uma busca, de uma práxis cênica, da tentativa de exercitar uma prática pedagógica com elementos caracterizadores do teatro no ambiente escolar, enfocando os diferentes sujeitos e as experiências cotidianas na Arte. Com base na contação de história quilombola e uma pesquisa de campo na qual analisamos a experimentação processual cênica com crianças do primeiro ciclo do ensino fundamental. O presente estudo tem como objetivo geral estimular nos discentes um encontro com as histórias quilombolas da comunidade. E os objetivos específicos a estimulação com os signos teatrais e um encontro realmente livre para o pensar, criar e conviver com a imaginação com o ato de escutar e criar suas próprias narrativas quilombolas. Será adotada uma linha epistemológica, com uma metodologia de cunho qualitativo, utilizando pesquisa ação. Tendo como base nas Diretrizes e Bases Curriculares do Paraná, o projeto se desenvolveu em três momentos pedagógicos, nos quais os alunos irão

passar pela teorização do tema, seguido da prática, finalizando com a apresentação dos resultados obtidos. Por se tratar de uma escola na Comunidade Quilombola, buscamos a compreensão da DCE como proposta pedagógica, mencionado no item oito, que prevê que as instituições de educação fundamental devem prever condições para o trabalho coletivo para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem. Nesse sentido, reconhecendo, valorizando e respeitando na interação das crianças com as Histórias e as Culturas Afro-brasileiras, como o combate ao racismo e à discriminação. Assim, a proposta em questão tem intuito despertar nos aprendizes o resgate das Histórias Quilombolas da Comunidade Adelaide Maria Trindade Batista. A educação em arte, de acordo com os PCN's (1998), propicia o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, que caracteriza um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana. O aluno desenvolve a sensibilidade, percepção e imaginação, tanto ao realizar formas artísticas quanto na ação de apreciar e conhecer as formas produzidas por ele e pelos colegas, pela natureza e nas diferentes culturas. A discussão do quadro teórico para a elaboração de uma proposta significativa é de extrema importância para a participação ativa das crianças sobre o que viram e ouviram das histórias, procedimento esse, que possibilita as crianças refletirem sobre os conteúdos das histórias, além de ampliar seu repertório linguístico. Os dados obtidos permitem afirmar que práxis pedagógicas, com base na linguagem cênica, contribui na conscientização das novas possibilidades de significação da prática da Contação de histórias quilombolas com crianças. Os conceitos fundantes utilizados foram Boal (2010), Bonfitto (2012), Cabral (2004), Dantas (2005), DCE (2012) e Fernandes (2009).

### Identidade negra e diáspora: o sentido das identidades culturais nas manifestações das congadas e do reggae em Goiânia

*Luciana Pereira  
de Sousa;  
Marcia Daniele  
de Souza Carvalho  
(UFG)*

Os processos históricos sociais decorrentes nas últimas décadas, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX, com a crescente mundialização, coloca em evidência, por um lado, a relação entre identidade e lugar, pela circulação das informações, o acesso aos meios de transportes, as tecnologias e as comunicações, e por outro, as dissociações entre locais e cultura pela circulação imediata de informações, das ideologias e imagens (HALL, 2002). Todavia, conforme os pressupostos teóricos dos estudos pós-coloniais e decoloniais, cuja compreensão aponta as culturas negras na modernidade como expressões de resistências à hegemonia da cultura ocidental, nessa perspectiva, as culturas negras constituem na práxis cotidiana saberes contra-hegemônicos. Isso posto, as discussões sobre as identidades e produção de saberes plurais nos parecem constituírem questões fundamentais nas discussões culturais na atualidade. Na perspectiva dos já referidos estudos, nossa pesquisa se ocupa de dois cenários culturais, as congadas em Goiânia e o reggae jamaicano/maranhense em Goiás. Sobre a primeira manifestação, partimos fundamentalmente de três constatações, a) a devoção a Nossa Senhora do Rosário se efetiva no Brasil colonial com a diáspora negro-africana. b) Expressão do catolicismo afro-brasileiro, a Festa de Nossa Senhora do Rosário e

a Congada, também são dedicadas aos santos negros São Benedito e Santa Efigênia, sobretudo em Goiás. c) A história das festas dos reis negros e a devoção aos Santos Católicos são referências fundamentais para a compreensão da história das irmandades negras, inseridas no processo de formação das religiosidades luso-africanas e depois afro-americanas, e das congadas na cidade de Goiânia nos dias atuais. Nossa segunda problemática é o reggae, um ritmo caribenho que ganha um caráter transnacional podendo ser entendido como parte de uma cultura diaspórica ou atlântica, uma vez que é identificado como forte elemento aglutinador de comunidades negras, algumas delas em trânsito. O caráter identitário do reggae pode ser analisado junto à história de seu suposto surgimento na Jamaica da década de 1970, quando a sonoridade provida de encontros rítmicos advindos de várias localidades do atlântico e relacionada à resquícios tradições de populações africanas. O reggae jamaicano fundamenta-se nas reinterpretações da bíblia que enumera a recriação de uma tradição cristã centrada na ideia de superioridade negra e reinvenção da África, a busca da redenção do povo negro, espalhado pela diáspora, que se encontra em estado de lamúria no mundo dominado pela Babilônia, nesse caso, o ocidente. Torna-se maranhense ao ser recebido, principalmente, nas comunidades negras da capital São Luís, que o incorpora a sua tradição como identificador, a priori, racial. No movimento de migração do Maranhão para Goiás, seu caráter identitário é novamente explicitado ao ser adotado como componente de identificação e construção de solidariedade entre sujeitos que o incorpora para afirmar uma identidade relacionada ao lugar correspondente a seus passados, o estado do Maranhão. Este trabalho tem como principal objetivo analisar o sentido das identidades culturais nas manifestações das congadas em Goiânia e do reggae jamaicano/maranhense em Goiás. Nosso interesse é fundamentalmente discutir os limites e possibilidades das identidades culturais e do uso político desse conceito, sobretudo, a ideia de agenciamento político da identidade em relação às concepções de pertencimento, lugar, relações de poder e produção de saberes.



## GT 3 – SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

Coordenação:  
Prof. Dr. Breitner Luiz  
Tavares (FCE);  
Prof.ª Ma. Clélia Rosane  
dos Santos Prestes  
(USP/ABPN)

Neste GT reflete-se sobre a promoção da saúde da população negra em seus diversos níveis e ambientes. Entende-se que o tema saúde tem sido historicamente tratado pelo movimento negro, que vem identificando diferentes figurações de valores racistas que sujeitam negros e negras a situações de sofrimento de vida e de morte e que devem ser objeto urgente de interesse de políticas públicas específicas. Este GT receberá pesquisas e estudos que tratem de temas referentes às doenças que mais acometem negros e negras como: anemia falciforme, glaucoma, hipertensão arterial, diabetes, complicações na gestação, abuso de álcool e drogas. Além disso, sabe-se hoje que a violência na forma de homicídios é uma das principais causas de mortes não naturais entre jovens negros no país. Trabalhos que tratem desse tema transversal também serão bem vindos.

---

### Comunicações 05/11 – 14h às 18h (quinta-feira)

#### O racismo institucional e a violência obstétrica no sistema de saúde brasileiro

Jéssica Luciano  
da Costa (UnB)

A área de atuação da Bioética é bastante ampla, e a todo momento se descobre medidas as quais necessitam do auxílio de um conceito para definir se essa prática é ou não correta. Não acontece diferente com a violência obstétrica e muito menos com o racismo institucional. Como forma de demonstrar o efeito que esses hábitos trazem à vida das pessoas, e principalmente à vida das mulheres, foi realizada uma pesquisa com mulheres de diferentes classes sociais.

#### Prevalência da anemia falciforme no Estado da Bahia

Lorena Alves  
dos Santos Moura  
(UFBA)

A Doença Facilforme (DF) é uma das doenças hereditárias mais comuns no mundo. A mutação teve origem no continente africano e pode ser encontrada em populações de diversas partes do planeta, com altas incidências na África, Arábia Saudita e Índia. Os glóbulos vermelhos em forma de foice não circulam adequadamente na microcirculação, resultando tanto em obstrução do fluxo sanguíneo capilar como em sua própria destruição precoce. A falcização das hemácias por ela determinada, além de causar anemia hemolítica crônica, ainda é responsável pela obstrução de vasos sanguíneos, com crises de dor, infartamento e necrose em diversos órgãos, como ossos e articulações, baço, pulmões, rins e outros. Trata-se, portanto, de uma doença crônica, incurável, embora tratável, e que geralmente traz alto grau de sofrimento aos seus portadores, que merecem atenção especial do ponto de vista médico, genético e psi-

cossocial. A Bahia apresenta a maior frequência brasileira para Hb S, incidência no Estado foi de 1/655 nascidos vivos, até o momento existem poucos estudos epidemiológicos sobre DF. Muitos estudiosos afirmam que a anemia falciforme é considerada um problema de saúde pública. O objetivo desse trabalho é avaliar a prevalência dos homozigotos SS – anemia falciforme- no Estado da Bahia, a partir das amostras de sangue dos recém-nascidos (RN) coletadas na Triagem Neonatal. Este é um estudo de revisão bibliográfica. Trata-se de um pré-projeto que visa obter conhecimentos sobre um determinado problema verificando e apurando soluções através de pesquisa, tem caráter exploratório com a finalidade de facilitar a delimitação de uma temática de estudo. Após a leitura de 9 artigos científicos, 4 manuais, 7 dissertações sobre a doença falciforme, foi realizado este pré-projeto, que tem como foco analisar os dados e realizar um levantamento da prevalência da DF no Estado da Bahia, onde se tem a maior incidência de indivíduos que são diagnosticados pela anemia . Este pré-projeto tem como finalidade realizar um mapeamento no estado da Bahia sobre a população acometida pela anemia falciforme, conseqüentemente analisar as micro-regiões onde ocorrem mais incidência, observar se nessas regiões existem centro de referência para o público alvo e levar conhecimento e debates tanto para a população quanto para os profissionais de saúde, visando um melhor esclarecimento para melhorar a assistência e a qualidade de vida dessas pessoas.

### Sangue negro, rotas e raízes: diáspora, agência e história negras no Projeto de Cooperação Internacional Brasil-África-Caribe em Doença Falciforme (2006-2010)

*Gilza das Mercês  
Silva Marques  
(UnB)*

No intuito de compreender como os conceitos de diáspora, agência e história negras estão presentes no cotidiano das políticas públicas no campo da saúde, a presente proposta de comunicação tem como objetivo geral analisar o livro-relatório “A experiência brasileira na África: história de um esforço de cooperação 2006-2010” da Coordenação-Geral de Sangue e Hemoderivados, Departamento de Atenção Especializada e Temática - Ministério da Saúde. Publicado em Brasília no ano de 2012, o referido material compila as atividades de cooperação técnica internacional do Brasil com cinco países africanos e um país caribenho (a saber: Senegal, Guiné-Bissau, Angola, Gana, Benin e Jamaica), trazendo informações iniciais sobre a doença falciforme, conceitos de cultura organizacional e cooperação técnica internacional em saúde, além de um compilado das atividades realizadas. A presente proposta de comunicação tem como objetivos específicos: compreender como a diáspora é entendida no âmbito da CGSH/DAET/MS e; em que bases epistemológicas se assentam as questões de raça, racismo, relações étnicos raciais, agência e história negras presentes no referido livro-relatório. Trata-se de uma análise importante, pois, em que pesem os limites das políticas públicas para população negra no âmbito de um Estado de supremacia branca, o advento da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras



Hemoglobinopatias foi uma conquista do Movimento Social Negro. Sua implementação precisa, portanto, ser analisada e acompanhada para sua melhor efetivação e, quiçá, subsidiar estratégias menos reformistas de ação do movimento social. Apesar dos objetivos deste trabalho não incluírem uma análise da eficiência, eficácia, efetividade e equidade das atividades técnicas realizadas pelo Ministério da Saúde brasileiro nos países supracitados, as mesmas serão listadas a título de ampla compreensão do projeto. Como quadro teórico, serão utilizados os conceitos de diáspora e pesquisa-ativista presentes no Manifesto da Escola de Austin (instituição referência internacional nos estudos da diáspora africana) e autores pan-africanistas e afrocêntricos, como W.E.B. du Bois, Abdias do Nascimento, Molefi Asante e Marimba Ani.

## Racismo e saúde mental

*Márcia Maria da Silva*  
(CONSELHO REGIONAL  
DE PSICOLOGIA DO DF)

Este trabalho tem por finalidade analisar as relações raciais no país, expondo como o racismo impacta a saúde mental da população negra. Com esse propósito, estudou-se o conceito de raça e como as classificações raciais se constituíram em aspecto importante das desigualdades sociais modernas e contemporâneas, resultantes do processo de expansão colonial europeia. Especificamente, buscou-se mostrar como o racismo à brasileira opera silenciosamente, impondo uma violência institucionalizada, ainda que invisível sobre o negro. Discorreu-se, ainda, sobre as implicações da discriminação racial nos processos de subjetivação das pessoas negras e sobre a necessidade de uma escuta psicológica mais atenta ao problema do racismo.

## A (in)segurança alimentar e nutricional: uma consequência do racismo

*Cristina*  
*Camargo Pereira*  
(UFG)

As injustiças raciais perduram no Brasil, onde além da herança colonial escravocrata, no período pós-abolicionista não houve políticas de integração, promoção, inclusão e desenvolvimento à população negra. Assim, destaca-se a importância de se incluir o recorte étnico-racial no desenvolvimento e execução das políticas públicas, uma vez que diferenças de raça atuam como determinantes sociais na efetivação de direitos. Para usufruto do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA), conforme evidenciado na Política e na Lei de Segurança Alimentar e Nutricional, há que se considerar as iniquidades raciais, que em decorrência do racismo naturaliza a não efetivação dos Direitos Humanos a população negra, que se reflete, como consequência, em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN). Objetivo: Problematicar as iniquidades raciais e a intersecção com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) à população negra na (não) efetivação do DHAA. Metodologia: Foi realizada uma Revisão Narrativa baseada na avaliação das políticas públicas, que versam em prol da efetivação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, do DHAA e sua correlação com a caracterização da população afro-brasileira, racismo, iniquidades raciais e os atos normativos que

ênfatisam a promoção da igualdade racial. Resultados: O Relatório das Desigualdades Raciais no Brasil (2009-2010) demonstrou que em todos os indicadores sociais: renda, saúde, emprego, escolaridade, saneamento, alimenta o e estado nutricional, a popula o branca   privilegiada em detrimento da negra. De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), 70,8% das pessoas com perfil de extrema pobreza são negros(as). A situa o de Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) reforça a desigualdade econômica entre raças: no Brasil, 11,5% da popula o negra vive em situa o de InSAN grave, para os brancos o percentual diminui para 4,2%. Vale ressaltar que as diferenças na propor o de InSAN grave de acordo com a raça se reportaram em todos os estados brasileiros, com maior intensidade nas regiões sudeste, sul e centro-oeste, respectivamente. Para estimativa do nível de suficiência de alimentos consumidos, 62,5% da popula o branca considera ser sempre suficiente, enquanto para a negra este  ndice cai para 42,3%. Considera es finais: Reconhecer o racismo enquanto determinante e/ou condicionante da InSAN da popula o afro-brasileira   fundamental para avançar na efetiva o de políticas públicas reparatórias para promo o da igualdade racial. Diante desse contexto social, histórico, político, social e cultural de naturaliza o e legitima o das desigualdades raciais, faz-se necessário dar visibilidade a identidade negra, a fim de promover o DHAA e superar a situa o de InSAN e qui a alcançar a tão almejada SAN de forma universal e equânime a toda popula o brasileira.

---

## Comunica es 06/11 – 14h às 18h (sexta-feira)

### Qualifica o dos profissionais da aten o primária   saúde: uma proposta de promo o da alimenta o adequada e saudável para a popula o negra com doença falciforme

*Maria Das Graças  
Freitas de Carvalho  
(UFG)*

A Doença Falciforme (DF)   uma doença que atinge majoritariamente a popula o negra. Constitui-se enquanto problema de saúde pública, pela alta prevalência de morbimortalidade, que somados às iniquidades raciais e o racismo institucional, negam ou no mínimo dificultam o acesso universal, integral com equidade racial no Sistema  nico de Saúde (SUS). A Aten o Primária   Saúde (APS)   a porta de entrada do SUS, onde os profissionais da saúde devem estar preparados para lidar com a DF, principalmente no que se refere às especificidades alimentares e nutricionais, o contexto político-histórico-cultural da popula o negra, contemplando as singularidades biopsicossociais étnico-raciais. Objetivo: capacitar os profissionais da saúde na APS do estado de Goiás para promover a alimenta o adequada e saudável para a popula o negra com DF. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa-interven o junto a Organiza o Não Governamental Mulheres Negras Dandara no Cerrado, o Comitê de Saúde da Popula o Negra, a Câmera Técnica de Anemia Falciforme, a Superintendência de

Políticas de Atenção Integral à Saúde (SPAIS), ambas do Estado de Goiás e o Centro Acadêmico Iara Barreto da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás. Resultados e discussão: Dados demonstram a hierarquização da raça branca em detrimento da negra na assistência à saúde e as consequências do racismo institucional no SUS, onde a formação dos profissionais é determinante na qualificação da APS. As práticas profissionais naturalizam a racionalidade da assistência curativa, preventiva e hospitalocêntrica, o que não contempla as singularidades étnico-racial na dimensão biopsicossocial. Que somados ao racismo institucional, a falta do profissional nutricionista na equipe multiprofissional e a formação técnica eurocêntrica, impossibilita que os(as) pacientes sejam atendidos(as) em sua integralidade. Nesse contexto, o processo de formação, sendo este permanente, ainda carece de um ensino voltado para a utilização de metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem, o que irá possibilitar atuação transversal e interdisciplinar; de modo a respeitar e valorizar as singularidades étnico-racial e o conhecimento dos cuidados nutricionais específicos na DF. As práticas alimentares devem ser capazes de dar o aporte de vitaminas (A,C,D,E) e minerais (zinco, ferro de origem vegetal), potencializando a ingestão hídrica e de alimentos fontes de proteínas vegetais. Considerações finais: as práticas alimentares e o estado nutricional contribuem para a promoção da saúde na DF. Na educação permanente, destaca-se a necessidade premente de se repensar nas concepções e práticas envoltas da atuação profissional na APS que podem legitimar o racismo institucional ou se constituir enquanto estratégia de igualdade de direitos e promoção da equidade racial no SUS.

## O racismo na assistência a saúde pública no Brasil: uma reflexão necessária

Ariandeny  
Silva de Souza  
Furtado  
(IFG)

Compreender o contexto histórico-social da população afro-brasileira e consequente vulnerabilidades e marginalização econômica, social, cultural desde a abolição da escravatura é fundamental para reconhecer a dimensão biopsicossocial do racismo enquanto condicionante/determinante na assistência a Saúde Pública no Brasil. Objetivo Geral: Caracterizar o racismo da assistência no Sistema Único de Saúde (SUS). Metodologia: para desenvolver a presente pesquisa, optou-se pela revisão integrativa de literatura, em decorrência da característica crítica e reflexiva, onde se fundamenta no conhecimento científico, para inter-relacionar a teoria e prática com ênfase na problematização das iniquidades raciais e racismo institucional, vivenciados na assistência a saúde no SUS. Resultados e discussões: Dados demonstram a hierarquização da raça branca em detrimento da negra na assistência à saúde e as consequências do racismo institucional no SUS, no qual pelo processo de desafricanização, nega ou, no mínimo, invisibiliza a história, a religiosidade, a musicalidade, o dialeto, a culinária, a arte, os saberes, o respeito às tradições e às expressões culturais, à estética negra, a oralidade e demais signos e significados envoltos da história e cultura Africana e Afro-Brasileira. Ao legitimar a desafricanização, a equipe multiprofissional e gestores do SUS corro-

boram com a violação do Direito Humano a Saúde a população negra, que não passa a ser compreendida no seu contexto biopsicossocial, onde torna-se impossível avançar na efetivação dos princípios doutrinários do SUS da integralidade, equidade e universalidade da atenção a saúde. As iniquidades e injustiças raciais que a população negra está exposta são confirmadas pelos dados censitários, que demonstram que em todos os indicadores a população branca tem mais privilégios do que a população negra e no perfil epidemiológico, onde os fatores ambientais irão refletir em maior vulnerabilidade aos fatores de risco a saúde. Considerações finais: Faz-se necessário avançar na equidade racial nas políticas públicas, como forma de reconhecer a diversidade racial da sociedade brasileira, garantindo a integralidade da assistência á saúde e a materialização dos Direitos Humanos. Nesse contexto, há necessidade cada vez maior de atuar em prol da implementação, monitoramento e avaliação do SUS, na superação dos demarcadores e hierarquizações de raça. Reconhecer o racismo enquanto determinante de saúde é uma forma de reparar as iniquidades raciais oriundas do contexto histórico-escravocrata, na promoção da equidade racial nas políticas públicas de saúde e igualdade de direitos.

### O Programa Nacional de Alimentação Escolar enquanto ferramenta de promoção da equidade racial nas instituições públicas de ensino

*Felizardo  
Maurício Baltazar  
(UnB)*

Introdução: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um programa do governo federal, onde em âmbito nacional disponibiliza alimentação para alunos(as) da educação básica, durante o período de permanência no ambiente escolar. Contribui para formação de hábitos alimentares saudáveis, sustentabilidade, promoção da saúde e da efetivação do Direito Humano a Alimentação Adequada e Saudável (DHAA). Entre as suas diretrizes é enfatizado o respeito à pluralidade cultural, o regionalismo, a universalidade e a identidade alimentar. Ao compreender sua interface com a promoção da igualdade racial, associada ao objetivo de conquistar uma sociedade livre de preconceitos onde a diversidade seja um valor, passa a constituir-se como instrumento de preservação e valorização do contexto histórico e social oriundo da cultura e das tradições Africanas e Afro-brasileiras de luta contra a violação de direitos, o que resultam em iniquidades raciais. Objetivo: Reconhecer o PNAE como estratégia para equidade racial na Educação Alimentar (EAN) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nas instituições públicas de ensino. Metodologia: Com base em revisões bibliográficas, buscas de artigos e revisões técnico-científica referentes ao tema, fez-se uma revisão narrativa de literatura. Resultados: Nesta perspectiva, em que o Brasil é composto por mais de 52,9% de pessoas que se autodeclararam negras, o PNAE é de fundamental importância, se constituindo enquanto estratégia de promoção da igualdade de direitos e equidade racial no ambiente escolar, a implementação dos atos normativos antirracismo, o respeito e valorização da história e cultura Africana e Afro-brasileira, que inclui a identidade e os hábitos alimentares, além de corroborar como estratégia de Edu-

cação Nutricional e Segurança Alimentar, favorecendo o direito a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. Considerações Finais: o PNAE corrobora com o cumprimento das políticas públicas voltadas para promoção da igualdade racial, garantindo maior grau de equidade no que tange a efetivação dos Direitos Humanos e a construção de uma sociedade democrática e socialmente inclusiva.

## Negras e loucas: o perfil das mulheres que cumprem medida de segurança no Distrito Federal

Érica Quináglia Silva;  
Mônica Oliveira  
da Cruz  
(UnB)

As mulheres atendidas na Seção Psicossocial da Vara de Execuções Penais (VEP) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) cumprem uma medida de segurança, uma sentença que as define como criminosas e doentes mentais. As relações de gênero, raça, escolaridade e qualificação profissional podem contribuir para uma situação vulnerável que interfere diretamente nas condições de vida e saúde dessas mulheres, podendo levá-las a práticas ilícitas. Apesar de a literatura apontar mulheres como maiores usuárias dos serviços de saúde mental no DF, atualmente elas são minoria na medida de segurança. Contudo, certas particularidades relacionadas às condições psicossociais delas devem ser consideradas. Objetivo: Diante disso, o presente estudo visa conhecer o perfil psicossocial das mulheres que cumprem medida de segurança no DF e também ouvir as vozes delas a fim de conhecê-las a partir de suas próprias falas. Para tanto, é preciso considerar o recorte de raça, gênero e classe social a fim de analisar como tais fatores influenciam na expressão da loucura e delitos. Metodologia: Por meio de instrumento de coleta de dados, foram computados e analisados processos judiciais e os prontuários das mulheres consideradas inimputáveis e/ou semi-imputáveis que cumprem medida de segurança no Distrito Federal. A pesquisa encontra-se em andamento, portanto ainda pretende-se realizar entrevistas semiestruturadas com essas mulheres. A pesquisa foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (CEP/IH-UnB). Portanto não resultou em riscos ou danos às participantes, que tiveram seus dados resguardados de forma sigilosa. Resultados: Entre Outubro de 2013 e Maio de 2014, 173 pessoas cumpriam medida de segurança no Distrito Federal. Do total, 22 eram mulheres com idades entre 25 e 59 anos. Na modalidade de tratamento ambulatorial, 13 mulheres foram sentenciadas e cumpriam a medida. Na Ala de Tratamento Psiquiátrico, encontravam-se 7 mulheres internadas. Por fim, duas delas cumpriam sua sentença em desinternação condicional. Levando em consideração a classificação de raça/ cor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 17 mulheres eram pardas, uma preta e três brancas, todas heteroclassificadas pelo Instituto Médico Legal (IML). A maioria das profissões desempenhadas exigiam pouco ou nenhum grau de escolaridade, como empregadas domésticas, manicures e auxiliares de serviços gerais. Algumas se encontravam há bastante tempo desempregadas e outras nunca trabalharam, sendo donas de casa. Discussão/ Considerações: Atualmente,

várias mulheres sentem o peso do ônus causado pelo estigma socialmente construído da loucura e do crime, que as priva do acesso a uma série de direitos, serviços e bens de consumo. Apesar de grandes avanços, como a Lei nº 10.216/2001, que versa sobre os direitos de pessoas com transtorno mental, ainda hoje a situação dessas mulheres é considerada desfavorável socialmente. A mulher negra hoje nas escalas sociais está, em sua maioria, nos mais baixos patamares. Quando acometidas por transtornos mentais e marcadas por um delito, a exclusão e o estigma se acentuam. Partindo da informação de que, em 2011, 84% das pessoas que cumpriam medida de segurança no DF eram pretas e pardas, e de que esse índice passou a ser de 86% em 2013/2014, faz-se necessário pensar a cor que a loucura e o crime têm, bem como fatores sociais como a discriminação, o preconceito racial, de classe social e de gênero, podem resultar no sofrimento e rebaixamento dessas mulheres.

### Escuta aos relatos de violência sofridos por afroreligiosos nos espaços e intuições de saúde do estado Pará na região metropolitana de Belém

*Luiz Kleber  
Pacheco dos Santos;  
Weverton Ruan  
Vieira Rodrigues  
(UFPA)*

Esta é uma análise, de caráter inicial, a partir de uma experiência em mídia livre no espaço do terreiro Mansu Nangetu, iniciada em 2015. As inquietações para a reflexão vêm associadas à experiência anterior na escuta de situações de violência abordadas no projeto de extensão “Promovendo os direitos humanos saúde e cidadania com apoio e atenção a saúde de mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e sexual”, da qual participei desde 2013, com trabalhos transdisciplinares desenvolvidos na unidade de saúde da família (USF) do arquipélago do Cumbú, junto com o Grupo de prostitutas do estado do Pará (GEMPAC) e o Distrito sanitário especial indígena Guamá-Tocantins. A partir de maio de 2015, passo a atuar no projeto de extensão “Ngomba d’Aruanda – apoio ao projeto Azuelar / Ponto de mídia livre do Instituto Nangetu”, uma parceria dialógica da universidade com o espaço do terreiro que visa potencializar o protagonismo da população tradicional de matriz africana na produção de mídia étnica e conteúdos midiáticos sobre suas práticas culturais. Minha proposição foi de juntar a experiência de escuta com o projeto midiático, e atuar na construção de mídia com casos de escuta de violência contra a população de terreiro em unidades de atendimento de saúde, busca questionar se há casos de violência por discriminação por racismo religioso nos espaços institucionais de saúde na região metropolitana de Belém. Nossa dinâmica busca o diálogo entre as tradições e o olhar da psicologia e, mais especificamente, o olhar da saúde ao paradigma das tradições africanas na diáspora amazônica, onde, a partir da interação com essas, percebe-se a importância da territorialidade e da memória desses corpos afro-amazônicos. Propomos a necessidade do desmembramento do discurso da saúde sobre esse espaço e sobre a memória que esses corpos têm sobre si mesmo, pois o paradigma fundamental para sua organização e interação comunitária está diretamente ligado ao processo histórico de ocupação e controle da Amazônia.



## GT 4 – MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Coordenação:  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Deborah  
Silva Santos (UnB);  
Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Lúcia  
Rodrigues Muller  
(UFMT)

O Grupo de Trabalho irá reunir estudantes e pesquisadores interessados em debater questões relacionadas à memória e ao patrimônio das culturas negras. O GT pretende acolher comunicações que tratem da memória em suas várias dimensões, enquanto elemento constitutivo do patrimônio em toda sua dimensão material, imaterial, natural e cultural, na construção de identidades sociais e na representação entre o real e o imaginário. E, também, reflexões sobre o papel da preservação do patrimônio cultural africano e afro-brasileiro como estratégia política de combate à discriminação e ao racismo.

---

### Comunicações 05/11 – 14h às 18h (quinta-feira)

#### Negros nos museus: algumas reflexões a partir de um levantamento bibliográfico

Thanity Silva  
de Andrade  
(UnB)

A presente pesquisa de Iniciação Científica teve como objetivo realizar um levantamento bibliográfico sobre a presença negra nos museus brasileiros. Por serem um grupo sub-representado nas instituições museais e/ou representado apenas pelo passado atrelado a escravidão, buscou-se verificar nas produções acadêmicas, estudos e pesquisas, reflexões sobre esta questão. Desta forma, foram pesquisadas o Acervo da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE) e a Plataforma virtual de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (Capes). Escolhemos o banco de dados da BCE/UnB para conhecermos a realidade da produção da universidade e o que está à disposição dos pesquisadores da UnB. A plataforma da Capes foi escolhida por ser referencial no universo acadêmico nacional congregando a maioria dos periódicos acadêmicos brasileiros.

#### Inventário da produção acadêmica sobre patrimônio e memória afro-brasileira

Kátia Silene  
Souza de Brito  
(UnB)

Introdução: A participação de negros na produção da pesquisa científica, no Brasil, ocorre desde a segunda metade do século XIX e início do século XX. Apesar das evidências históricas, o mundo acadêmico brasileiro se manteve fechado à intelectualidade negra e só recentemente buscou atender as propostas de inclusão étnica e racial. Assim, existiria também uma carência de estudos sobre memória e patrimônio afro-brasileiro no meio acadêmico. Problemática que motivou a realização desta pesquisa. Objetivos: Realizar um inventário da produção científica sobre memória e o patrimônio afro-brasileiro nos museus; destacar o papel do pesquisador no descortinar as

estratégias; e interpretar as peças por traz do discurso dos atores políticos, sociais e culturais. Metodologia: A pesquisa foi realizada no Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão do Ministério da Educação, e buscou identificar artigos, teses e dissertações com as palavras-chave: negro, memória, patrimônio, afro-descendentes e afro-brasileiros e classificá-los por objeto de pesquisa, a abordagem, a área de conhecimento, a disciplina, a data de publicação e a editora dessas produções. Resultado: O período de investigação compreendeu um ano, de agosto de 2014 a julho de 2015. Nesse levantamento bibliográfico foram identificados 253 textos com a presença dos descritores buscados e citados na metodologia. Foram selecionados apenas 11 artigos sobre memória e o patrimônio das culturas negras nos museus brasileiros. Nos 11 artigos levantados foram identificados 44 sub-áreas que resumem o conteúdo do texto. Apresentam que a produção acadêmica sobre memória Afro-Brasileira foi abordada com mais frequência pela Antropologia e as Ciências Sociais Aplicadas, sendo que aparece o maior número de artigos no periódico da Universidade Estadual de Campinas. Além de destacar que o maior índice de publicações ocorreu entre os anos de 2008 e 2013. Considerações Finais: A pesquisa constata a invisibilidade da temática negra nos meios acadêmicos e nos remete a importância da preservação e divulgação da memória e do patrimônio afro-brasileiro. Os corpos de pesquisadores brasileiros são formados por maioria branca, que não discute a falta de negros nos quadros acadêmicos, dado que conseqüentemente demonstra quanto o mundo científico vem abortando do campo teórico questões sobre desigualdades étnico-raciais, relações raciais e culturas negras.

### Exposição Nós de Aruanda – Artistas de Terreiro. Construindo uma história de memória e resistência negra no Pará

Raissa Nobre Barros;  
Tainara Lúcia Pinheiro  
(UFPA)

O professor doutor José Flávio Pessoa de Barros contava uma história que dizia assim: Um dia, um guerreiro africano, o rei daquela cidade, chegou a sua aldeia e não encontrou lá as pessoas que antes estavam. Ele perguntou: “onde está meu povo?” E alguém respondeu: “levaram e são escravos hoje”. O rei, muito nervoso, vai para a floresta e arranca uma imensa árvore, grande irocu, joga no mar e segue sobre, mar a fora. No meio do caminho ele encontra uma mulher linda, conta-lhe o que aconteceu com seu povo e ela decide seguir com ele para ajuda-lo. Seu nome era Iemanjá Ogum-té. Vieram os dois conversando sobre as estratégias e quando chegaram a Salvador eram três. Havia nascido Ogumjá. Três guerreiros vieram ao Brasil para resgatar um povo que foi roubado de sua terra e escravizado. Essa história começava com “era uma vez”, para dar o tom de mistério que mesmo sem isso a história tinha. Tinha e, infelizmente, ainda tem. É misteriosa por ser desconhecida. Esse mito, que dignifica o povo negro e dá uma nova dimensão à luta social, não foi contado para grande parte da população. Historicamente vem acontecendo um esforço de anulação da cultura negra. Cultura essa que resiste e sobrevive, mesmo com todas as adversidades impostas a sua existência. Aruanda é uma referência ao porto de São Paulo de Luanda, lugar de



onde partiam os negros sequestrados e trazidos ao Brasil na condição de escravos, e a referência que ficou na memória coletiva como o lugar para voltar. A exposição Nós de Aruanda – Artistas de Terreiro trouxe consigo um imensurável valor simbólico e político para a população negra de Belém do Pará. Nesse ano, a exposição que esteve em sua terceira edição, já fazendo parte do calendário cultural da cidade, aconteceu no período de 07 a 29 de maio, na Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Pará – IPHAN/PA. – Canto do Patrimônio, organizada pelo Grupo de Estudos Afro-amazônico da Universidade Federal do Pará. Apresentando à população os artistas de terreiro, a exposição explorou traços da África (re)inventada em território nacional, pois, pela primeira vez, contou com expositores de outros estados, entretanto, apresentando fortemente o protagonismo afro-amazônico na construção das poéticas em diferentes linguagens, que vão além das obras artísticas expostas. O objetivo do projeto deste artigo foi realizar uma descrição densa dos processos de construção da exposição, ouvindo as vozes dos artistas, por meio de observação, gravações e próximas participações nesses processos, bem como apreender e compreender sua importância política e simbólica para a memória da cultura negra. Para realização do projeto, contamos com o apoio da organização da exposição Nós de Aruanda – Artistas de Terreiro. Participando da exposição como monitoras, tivemos maior contato com os artistas e, conseqüentemente, maior entendimento para a construção do trabalho. Acompanhamos a exposição desde o processo de organização até o encerramento. No período de atuação na monitoria, observamos com cautela tudo que acontecia e, por vezes, conversamos de forma informal com artistas e visitantes, o que enriqueceu muito o trabalho. No encerramento da exposição, entrevistamos nove artistas. As questões foram relacionadas à importância da exposição para a arte de terreiro e para eles enquanto artistas. As respostas vieram acompanhadas de emoções positivas, lembranças ancestrais, fortes discursos de afirmação política, denúncias e, sobretudo, gratidão. Construir uma exposição que contemplasse toda a complexidade das dimensões culturais das artes de terreiro não poderia ser simples. Sabemos como atua o racismo no Brasil e, aqui, não foi diferente. Batalhas foram travadas e o resultado foi fantástico. A bibliografia usada para interpretação e embasamento dos dados é negra. Optamos por usar somente autoras e autores negros. A exposição objetivou visibilizar cultura e povo negro. O artigo não poderia ser diferente.

### A memória social e a construção da identidade Quilombola na Comunidade Adelaide Maria Trindade Batista de Palmas-PR

*Indiamara  
Ferreira Pickler;  
Juliana Rodrigues  
(UNIOESTE)*

O presente trabalho tem por objetivo relacionar a produção de memória social e o processo de construção da identidade quilombola da Comunidade remanescente Adelaide Maria Trindade Batista, localizada no município de Palmas, Paraná. Essa comunidade é tradicionalmente liderada por mulheres, as quais passam o comando da comunidade e da igreja, de geração em geração, até os dias atuais. As líderes são as responsáveis em transmitir a história e os costumes de seus ancestrais aos mais jovens, reproduzindo

e preservando a cultura dos primeiros negros escravizados a habitar a região. Por ser uma comunidade urbana, convivem quilombolas e não quilombolas, porém, é evidente o grande contraste cultural, principalmente com relação às questões de gênero, ao papel da mulher e a identidade cultural. Através da metodologia de história oral buscou-se resgatar suas memórias, produções de conhecimento, ideias, simbolismos, sistemas de representação e significação enquanto patrimônio cultural, reproduzido e preservado, através da história social. Intensificou-se a preocupação com a transmissão da história e em fortalecer a identidade quilombola da comunidade a partir de meados da década de dois mil, quando iniciou a pesquisa coordenada pelo Estado do Paraná, através do grupo de trabalho Clóvis Moura, que teve como objetivo fazer um levantamento básico de comunidades negras, remanescentes de quilombos ou não, buscando torná-las alvo de políticas públicas e demais ações de inclusão social, direitos estes, até então desconhecidos. A partir da pesquisa realizada pelo grupo de trabalho Clóvis Moura, constatou-se a existência de três comunidades remanescentes quilombolas no município de Palmas. Hoje, as três comunidades foram reconhecidas através da certificação pela Fundação Cultural Palmares. Todo esse processo fez com que a comunidade quilombola se percebesse de outra maneira. Antes um bairro de negros e pobres, excluídos social e geograficamente, hoje uma comunidade tradicional, sujeitos de direitos e orgulhosos de sua história, de sua identidade, seu patrimônio cultural.

### Representações de identidade negra a partir de letras de músicas baianas

Juciara Alves  
dos Santos  
(UnB)

O presente trabalho pretende realizar reflexões de Representações de identidade negra a partir de letras de músicas baianas, enfocando nas de cunho religioso, referenciando o candomblé, devido ao estigma social gerado do preconceito, discriminação racial e, conseqüentemente, uma evidente desigualdade social, proveniente do período escravocrata. Essa desigualdade reflete-se ainda hoje na vida do povo negro que constantemente, de forma direta ou indireta, é vítima do racismo. Como aconteceu em toda parte do continente americano onde houve escravizados africanos, a música feita pelos afrodescendentes foi inicialmente desprezada e mantida na marginalidade, até que ganhou notoriedade no início do século XX e se tornou a mais popular nos dias atuais. Embora tenha sido aceita, há ainda muito estigma em relação à musicalidade oriunda dos afrodescendentes, pois estes ainda carregam um grande estigma social. A musicalidade consiste em recurso empregado para escoar emoções e compartilhamento e integração afetiva, pois é um viés utilizado para escoar emoções e “falas” reprimidas por camadas desassistidas da sociedade, das quais, devido a questões sócio-econômica-cultural, vivem, em geral, em condições de negação de direitos primários e, por conta dessas, está exposta a situações de extremo estresse e falta de assistência de social, e devido a tais condições se veem reféns da própria sorte, criam suas regras e valores a fim de promoverem e sobrevivem no oriundo, e fazem uso da música, como

veículo que o homem utiliza para comunicar e expressar seus sentimentos, este viés que o sujeito das margens utiliza e faz-se ecoar, para externar seu emocional que é ignorado por outras camadas da sociedade, mas ouvido e compartilhado com os seus.

---

## Comunicações 06/11 – 14h às 18h (sexta-feira)

### Memória, educação e identidade de gênero: a cultura negra capoeira e a construção social do conhecimento

*Maria Zeneide  
Gomes da Silva  
(UFPA)*

Nosso propósito com este trabalho parte de um estudo que desenvolvo em minha dissertação, no mestrado em Educação e Cultura, da Universidade Federal do Pará, campus do Tocantins – Cametá, na Linha de Pesquisa Educação Cultural e Linguagem. O estudo ora apresentado trata de tecer reflexões sobre questões raciais e de gênero a partir da expressão cultural de origem africana e afro-brasileira, a capoeira. A roda de capoeira para nós se configura como um elemento estruturante onde espaço e tempo se imbricam de forma profundamente ritualizada, onde os valores civilizatórios afro-brasileiros circulam e interagem na transmissão de conhecimentos de geração a geração. Nosso foco de pesquisa é a participação da mulher paraense na roda de capoeira, mundo marcado e entendido como eminentemente masculino, fruto das heranças patriarcal eurocêntricas. No entanto, consideramos todo o processo histórico da capoeiragem no Estado do Pará desde o século XIX, e por constar até o presente, ser o primeiro registro de inserção da mulher na prática da capoeira. Nossa pesquisa que pretende ser uma pesquisa-ação, já nos permite perceber a existência de relações desiguais entre gêneros na prática da capoeira, bem como, perceber o papel significativo da roda de capoeira como uma manifestação cultural afro-brasileira que acolhe e promove identidades sociais, crenças e valores e, portanto, dando acesso a um campo de possibilidades de análises sobre identidade e gênero. Pedro Abib (2004), considera a capoeira uma expressão cultural popular rica em valores sócio-culturais, com possibilidades de com ela discutir valores morais entre tantos outros conhecimentos, que normalmente somente são explorados através de processos educativos fora dos ambientes formais destinados à educação, considerando estes outros saberes ou conhecimentos como não formais. Processos esses que se desenvolve ao longo da vida e que os grupos e ou associações de capoeira normalmente utilizam no atendimento à população, tais como, crianças, jovens excluídos socialmente. Considera que as possibilidades educativas da capoeira são verdadeiros elementos de “sedução pedagógica”. Para falar sobre os efeitos positivos com os grupos marginalizados e excluídos, o autor exemplifica com a tão falada malandragem, porquê a capoeira é feita desse veneno e, portanto, o ethos da capoeira e que não devem ser desconsiderados no processo formativo, pois fazem parte do universo cultural e simbólico do cotidiano desses sujeitos envolvidos. Esses elementos precisam ser utilizados para rediscutir e desconstruir os velhos valores, tais como machismo e sexismo que perpassam na roda de capoeira e

que são transmitidos de geração a geração. E para finalizar, afirma que sea origem da capoeira tem suas raízes fincadas em sociedades africanas matrilineares, característica marcante nas manifestações culturais como o candomblé com quem a capoeira tem fortes ligações, por que então, também não cabe a mulher a guarda de saberes e valores materiais e imateriais da capoeira na mesma proporção que os homens? Concluímos afirmando que a roda de capoeira como uma manifestação cultural afro-brasileira acolhe e promove identidades sociais, crenças e valores e dar acesso a um campo de possibilidades de análises sobre identidade e gênero, possibilitando novas aprendizagens importantes para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa para todos e todas.

### Mapiko: identidade Maconde

*Mariana Conde  
Rhormens Lopes  
(Unicamp)*

O presente trabalho propõe um estudo acerca dos saberes tradicionais do Mapiko, manifestação cultural de Moçambique. O Mapiko tem um espaço muito significativo na cultura dos Macondes na província de Cabo Delgado. Rodeada de mistérios e segredos, a manifestação mistura música, dança e cena representando o imaginário do povo Maconde. A manifestação apresenta a existência do mundo sobrenatural e a convicção na ligação lógica entre o dançarino principal e as suas crenças, dando a capacidade de recriar na arte os diferentes modos de estar na vida espiritual, usando a força da sua história e do seu cotidiano, transmitindo em cada dança as suas convicções. O Mapiko consiste em um ritual que revela relações sociais com a dramaticidade que o mascarado expõe em suas coreografias e máscaras, e revela o sagrado com a sua ligação ao mundo espiritual. É um veículo da cultura onde se perpetuam experiências e situações cotidianas, expressando o universo filosófico e simbólico do povo Maconde, podendo conter sátiras, sendo também entretenimento. Revela fatos cotidianos, representifica o passado e acontecimentos históricos, retrata personagens conhecidos e importantes para tal comunidade, assim como figuras que transitam no dia a dia de tal povo. O Mapiko funciona como um espelho da sociedade, onde tal povo pode refletir sobre seu passado e observar a sua vida presente, trazendo reflexões, nostalgias, críticas e autoconhecimento. Ensinam aos jovens e não deixam aos adultos esquecerem-se de onde vieram, como viviam seus antepassados e como chegaram até os dias atuais. Relembram experiências gratificantes, como as vitórias e a independência, mas também retratam as dificuldades e sofrimentos passados, como a colonização ou a guerra. O Mapiko, portanto, tem papel na transmissão do legado cultural em uma sociedade predominantemente de tradição oral. Moçambique passou por muitas transformações políticas que reestruturaram o país social e culturalmente. Tornou-se colônia de Portugal e depois de uma guerra de libertação, com a configuração de um Moçambique livre em 1975, passou por um regime socialista e chegou ao pluripartidarismo (situação atual). A província de Cabo Delgado, onde vive o povo Maconde, foi palco da guerra de libertação (1964-1974), convivendo com exércitos portugueses e guerrilheiros moçambicanos e participando efetivamente da guerra. Durante um período muitos macondes

fugiram para o sul da Tanzânia, de onde depois regressaram, conquistando um Moçambique livre. Durante anos, os macondes têm utilizado a linguagem do Mapiko para conceituar seu mundo e encontrar-se dentro dele. Vêm transformando sua linguagem, criando outros seres a representar, outras formas estéticas e ritmos. A manifestação cultiva a história e signos do povo Maconde ao mesmo tempo em que traz a possibilidade de diálogo com o momento atual, podendo ser representado e simbolizado algo presente que mantém viva a história desse povo, transmitindo valores, memórias e ensinamentos àqueles que assistem e participam. A festa onde acontece o Mapiko é permeada por um sentimento de identificação, um sentimento de pertencimento e a noção de identidade coletiva. Tal manifestação é identidade cultural e une a todos que pertencem a essa cultura, a esse povo. Por assumir essas funções e a importância que lhe é conferida, o Mapiko sofreu modificações e adaptações que o levou a existir até os dias de hoje. Adaptando-se a diferentes estruturas políticas e administrativas, sobrevivendo a guerras e modernizações, o Mapiko é realizado em sua terra de origem (Cabo Delgado) e também em outras terras habitadas por macondes. É a beleza da tradição: sobrevivência, adaptação, transformação e transcrição.

### Capoeira e escola: pensando os sentidos de patrimônio e cultura afro-brasileira no Programa Mais Educação

Vinicius  
Oliveira Pereira  
(UERJ)

O presente trabalho é uma derivação da pesquisa de mestrado, de caráter qualitativo, que se debruçou sobre as aulas de capoeira em uma escola da rede de ensino do município de Nova Iguaçu, cidade localizada na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. O acompanhamento das aulas ocorreu no período de agosto a dezembro de 2014. A capoeira compunha o corpo de atividades fomentadas pelo Programa Mais Educação (PME), em 2014, na unidade escolar investigada. Tendo em vista a centralidade do PME no fomento do diálogo entre a capoeira e a escola de Nova Iguaçu, dedicamos parte da pesquisa ao Programa, a fim de discutir e analisar a proposta de uma política curricular do Governo Federal destinada à introdução da capoeira nas escolas da educação básica. No recorte realizado para este trabalho, analisamos, à luz da bibliografia das ciências sociais e humanas sobre Estado Nacional, identidade nacional, patrimônios e grupos étnicos (HOBSBAWN, 1984; BARTH, 1998; SEYFERTH, 1989; HANDLER, 1988; WEBER, 1999) três documentos/textos relacionados ao PME: (1) o Manual Operacional da Educação Integral (BRASIL, 2014), documento responsável por estabelecer a estrutura, as normas, os objetivos e as atividades desenvolvidas no PME; (2) o material sobre Educação Patrimonial, produção do PME sobre um dos seus macrocampos (BRASIL, 2012); e (3) o livro *Lutas, capoeira e práticas corporais de aventura* (GONZÁLES; DARIDO; OLIVEIRA; 2014), obra utilizada em um curso de formação de capoeiristas que participam do PME em Nova Iguaçu. A análise dos documentos/textos citados visa: (1) identificar os objetivos definidos para a oficina de capoeira no PME; (2) analisar os sentidos atribuídos à capoeira nos documentos/textos produzidos pelo PME; (3) discutir em que medida a proposta do PME dialoga com

o contexto educacional marcado pela emergência de um movimento que reivindica a valorização da história e da cultura afro-brasileira no espaço escolar; (4) identificar a centralidade de conceitos como patrimônio, memória, identidade nacional, povo e grupo étnico para o debate sobre a introdução contemporânea da capoeira nas escolas das redes oficiais de ensino.

## GT 5 – COMUNICAÇÃO, LINGUAGENS E MÍDIAS

Trata-se de um espaço para recebimento de propostas de trabalhos nas áreas de comunicação, linguagens e mídias. Desta forma, pesquisas com os meios midiáticos tradicionais como jornais, televisão e rádio, assim como as novas mídias sociais como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram* são canais que receberão atenção deste GT na perspectiva de serem relacionados com a questão racial. Os estudos de linguagens audiovisuais como fotografia e cinema também estão contemplados. O objetivo geral é analisar como a comunicação tem debatido, analisado ou omitido as temáticas de raça, racismo e igualdade racial nos suportes midiáticos e também nos usos das suas linguagens e discursos.

---

### Comunicações 05/11 – 14h às 18h (quinta-feira)

#### Autorrepresentação de cineastas negras no cinema nacional contemporâneo

Coordenação:  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elen Cristina  
 Geraldes (UnB);  
 Prof.<sup>a</sup> Ma. Kelly Tatiane  
 Martins Quirino (UnB)

Enquanto o cinema nacional de grande bilheteria e os produtos audiovisuais apresentados na TV ainda retrata a mulher negra de maneira estereotipada, ocupando personagens de “lugares marcados”, em posição de inferioridade ou mesmo sendo invisibilizadas, cineastas negras constrói um cinema em busca de uma autoafirmação, um cinema no qual possam se autorrepresentar e desse modo representar outras mulheres negras. Este artigo pretende apresentar o que possivelmente será o meu futuro projeto de mestrado, que tem como objetivo principal analisar o cinema nacional contemporâneo entre os anos de 2010 a 2015, realizado por cineastas negras em busca de autorrepresentação em gênero e raça, buscando compreender esse cinema que se constrói atualmente no Brasil. Deste modo, discute o cinema negro a partir da desconstrução dos estereótipos e a invisibilidade da mulher negra no cinema nacional. A pesquisa pretende buscar respostas para o possível surgimento do “cinema de mulheres negras” no Brasil, à medida que cada vez mais mulheres negras estão utilizando a ferramenta audiovisual para a autoafirmação. Para tanto, pretende-se realizar um levantamento das obras produzidas nos últimos cinco anos por cineastas negras e a partir disso, realizar a análise fílmica de duas obras audiovisuais a partir do ponto de vista da autorrepresentação. Além do acesso a obras bibliográficas que trazem a discussão do cinema negro nacional, o próprio cinema nacional em um contexto geral, e os estereótipos acerca da mulher negra nesse cinema. A partir dessa pesquisa, a autora pretende contribuir com o estudo do cinema de autorrepresentação realizado por cineastas negras no Brasil, cinema esse que possui em sua realização a importância para a autoafirmação das cineastas negras nas questões de gênero e raça e para uma melhor represen-



tação da imagem da mulher negra no cinema nacional. Cinema que tem como objetivo desconstruir os estereótipos acerca da mulher negra, a exemplo de “papéis marcados” como empregadas domésticas, babás, etc. e combater a invisibilidade dessas mulheres em filmes nacionais de grande bilheteria e realizar assim, um cinema que traz a mulher negra no processo de construção de sua identidade, estando ela na função desde roteirista a montadora desses filmes, buscando papéis de mais destaques e de melhor representação no cinema nacional.

### Audiovisual negro brasileiro: por uma reconstrução da modernidade a partir dos direitos autorais

Luciana  
Oliveira Vieira  
(UFS)

O artigo analisa a constituição de um audiovisual negro brasileiro tendo como viés normativo uma visão integral das duas categorias dos direitos autorais: direitos do autor (criador), conexos (aqueles que possam deter direitos de exploração sobre a obra). A experiência do audiovisual negro permite reconstruir a modernidade no audiovisual brasileiro, caracterizada pela segmentação entre o cinema e televisão; seletividade na circulação da produção independente, e conseqüentemente no reconhecimento das políticas estatais; e contínua subserviência às majors estadunidenses. O audiovisual negro tem como lastro histórico o cinema negro brasileiro. O marco é Zózimo Bubul, que ao utilizar sobras de negativos produziu, dirigiu, roteirizou, montou e atuou no curta *Alma no Olho* (1973), um ensaio estético e político em conexão com a cultura e luta política pan-africanista da época. Zózimo rompe com mainstream do cinema brasileiro do período, devido a crescente fragilidade dos papéis e temas associados à luta antirracista, e distanciamento de um projeto nacional popular em comunhão com os embates ao mito da democracia racial. A partir dos anos 1990, as políticas ancoradas nas práticas de renúncia fiscal e o barateamento da produção e distribuição devido à digitalização, foram acompanhados de forma colateral pelo fortalecimento dos festivais e editais regionais de fomento. Nesses espaços, profissionais identificados com os ideais do cinema negro se rearticulam, e no ano de 2000 o diretor Jeferson De lança o manifesto *Dogma Feijoadá*, reivindicando entre seus sete pontos a presença de diretores negros. Um ano depois, um grupo de atores e diretores negros lança o *Manifesto do Recife*, e ressalta a necessidade de políticas estatais a fim de valorizar esses profissionais. Outro elemento emblemático no segundo manifesto é que na ocasião foi exibido o documentário *A negação do Brasil* (2000), dirigida por Joel Zito Araújo, a obra resgata o tratamento à população negra no principal conteúdo audiovisual do país: as telenovelas. Dessa forma, se faz presente no espaço uma percepção mais ampla do audiovisual, para além da segmentação entre plataformas. Na radiodifusão, Netinho de Paula lança em 2005 a *TV Gente*. O ousado empreendimento buscou criar uma rede nacional de TV aberta a que um negro era responsável pela concessão, negociação dos contratos de produção, e, ao mesmo tempo, ênfase em conteúdos protagonizados por negros e negras. Netinho seguiu a linha recorrente entre radiodifusores, e utilizou o ambiente de negócios, favores e visibilidade para lançar-se na política eleitoral, toda-



via, ele fugiu a regra, e o empreendimento se esfacelou. Fora experiências como TV da Gente e o programa Espelho (2006-), dirigido e apresentado por Lázaro Ramos no Canal Brasil, o cinema continuou a predominar no horizonte dos realizadores negros e negras identificados com a direção dos direitos autorais das suas obras em um panorama de expansão e democratização dos cursos universitários na área, porém, a tradição cineclubista da população negra permanece como espaço privilegiado para formação e troca de experiências. Nesse sentido, o Cine Afro-carioca, idealizado por Zózimo Bubul, é ímpar para essa articulação, e também representa um grau de autonomia na distribuição. A partir de 2005, o surgimento de plataformas de conteúdos gerados pelos usuários na internet reformula a relação dos direitos autorais, pois o autor/produtor passa a negociar e distribuir (ou compartilhar) diretamente. Dessa forma, a experiência do cinema negro é ampliada em iniciativas como o Cultne - acervo digital da cultura negra e a websérie Tá Bom pra Você?. Todavia, emerge o desafio de recolocar a dimensão política neste novo cenário. Ou seja, identificar práticas que podem ser associadas à autonomia no processo de circulação e diálogo objetivo com a luta por cidadania da população negra e brasileira.

### Imagem-rua: a diáspora africana em filmes de cineastas negros

Aida  
Rodrigues Feitosa  
(UnB)

Pensar o espaço da rua que vemos no cinema, é pensar o local do movimento, das trocas, dos diálogos que constroem afetos e subjetividades. Nos filmes dos cineastas negros Spike Lee, Jefferson De e Juliana Vicente, a rua é constitutiva da narrativa fílmica, não sendo apenas locação ou cenário, a rua está na subjetividade dos personagens e na dinâmica do roteiro. Assim, ao destacar a rua como elemento central para reflexão, temos uma perspectiva de análise que nos permite conectar diáspora e imaginário. Nesse sentido, a rua deixa de ser simplesmente o espaço físico onde o filme foi encenado e passa a acumular um conjunto de imaginário transformando-se, assim, em imagem-rua. Essa amplificação é dada pelo entendimento que a imaginação é uma potência da natureza humana. “O espaço percebido pela imaginação não pode ser o espaço indiferente entregue a mensuração e à reflexão do geômetra. É um espaço vivido. E vivido não em sua positividade, mas com todas as parcialidades da imaginação.” (BACHELARD, 2012, p. 19). As imagens-rua estudadas são aquelas filmadas nas cidades de Nova York, no filme de Spike Lee, *Crooklyn*; e em São Paulo, nos filmes *Distrao, nos filmes d* e *Cores e Botas*, de autoria de Jefferson De e Juliana Vicente, respectivamente. A criação de imagens-ruas em territórios negros mostrada nesses filmes se relaciona entre si e também com diversas comunidades da diáspora africana. Um conceito que revela a rua no movimento do local para o global proposto no cinema de Spike Lee, Jefferson De e Juliana Vicente é a negritude. Segundo Munanga (2009, p. 20) a negritude e/ou a identidade negra se referem à história comum que liga de uma maneira ou de outra todos os grupos humanos que o olhar do mundo ocidental “branco” reuniu sob o nome de negros. Nesse momento de fortalecimento da globalização, a negritude se mostra como um dos melhores antídotos contra as duas formas

de perda de identidade seja por segregação cercada pelo particular, seja por diluição no universal (MUNANGA apud CÉSAIRE, 1987, p. 21). Para Hall (2003, p. 343), a identidade negra na cultura popular é produto de sincronizações parciais, de engajamento que atravessam fronteiras culturais e de confluências de mais de uma tradição cultural, apresentando uma estética diaspórica. Dessa forma, cineastas negros são os realizadores cinematográficos que possuem essa identidade que atravessa fronteiras culturais, e, para os diretores escolhidos, essa identidade é determinante para seu olhar e entendimento sobre o mundo e conseqüentemente seu fazer fílmico.

### “A gente as vezes passa fome para libertar o nosso povo”: a música de David Zé como ferramenta de ensino sobre a independência de angola (1966-1977)

Isaías  
Menezes Pereira  
(UFRB)

David Gabriel José Ferreira, de nome artístico David Zé (1944-1977), é uma peça fundamental para a compreensão de um tema ainda pouco abordado pela historiografia brasileira e angolana: as reações artísticas dos angolanos frente ao golpe-contragolpe fraccionista de 27 de maio de 1977. “Suas letras trazem mensagens implícitas sobre o sentimento da revolução angolana. Com letras dotadas de um conteúdo de carácter muito politizado, David Zé defendia nas suas canções as ideias nacionalistas do MPLA de Agostinho Neto. Independentemente desse conteúdo, musicalmente, David Zé foi um dos grandes músicos da história angolana. Morreu durante os tristes episódios do golpe-contragolpe de 27 de maio de 1977.” É uma das raríssimas informações disponíveis na internet, onde só foi encontrado dois sites com minibiografias. Por outro lado, o artista é saudado pelos angolanos entrevistados como “O guerreiro revolucionário!”. Sabe-se apenas sobre a filiação com moral baseada na Igreja Metodista, o casamento, o serviço Militar pela FAPLA, a profissão de professor, e fundidor, e o início de sua carreira artística em 1966, com a gravação de 14 singles até 1975. O acesso a essas informações é vago. Algumas das problemáticas desta pesquisa vagam pelas dificuldades vividas pelos artistas angolanos. Quais foram as suas influências e invenções? O que estava por trás deste micropersonagem histórico para ter sido assassinado no episódio “maio de 1977”? Finalmente, como trabalhar esse tema na sala de aula? Serão as primeiras perguntas que a minha proposta de pesquisa objetiva analisar para demonstrar, a partir de um documentário, como David Zé é uma excelente ferramenta educacional, para discutirmos não só o ensino de História da África, mas também da música e outras artes na sala de aula. Pretendemos entrevistar as comunidades angolanas que vivem no Brasil, bem como os contemporâneos e mais próximos de David Zé em Angola para remontar uma biografia historiográfica do artista, que apesar de ter sido professor, músico, fundidor e guerrilheiro pelo MPLA, foi assassinado no campo de batalha de modo ainda desconhecido.

## Negritude e tradução na América negra: silenciamentos brasileiros

*Dennys  
da Silva Reis  
(UnB)*

No Brasil contemporâneo há um grande número de publicações de autores negros, em que parte é traduções de sucessos editoriais na Europa Ocidental. Entretanto, os autores negros da América, especialmente, da América Latina são totalmente desconhecidos no mercado livreiro brasileiro - tais como Léon Damas, Fernando Ortiz, Luís Palés Matos e Manuel del Cabral. Somados a isso, filmes, documentários e outros audiovisuais de autoria negra ou mesmo de países latino-americanos de grande expressividade negra recebem pouca divulgação no Brasil e, conseqüentemente, legendagem e dublagem — exemplo disso é *Rue Cases-Nègres*, filme de grande sucesso da cineasta negra martiniquense Euzhan Palcy, nunca reproduzido no Brasil. Tais silenciamentos tradutórios podem inferir um certo racismo geográfico, bem como discursivo do Brasil em relação aos vizinhos da América Negra. Este trabalho visa analisar e mostrar o porquê da não tradução de algumas produções livreiras e audiovisuais de países da América (–Latina) Negra no Brasil. Objetivamos igualmente reavaliar as traduções publicadas ou disponibilizadas no mercado livreiro e audiovisual brasileiro atualmente a fim de indicar o quanto os estudos de autoria negra ainda estão muito ligados a países e ideias tão distantes (geograficamente e culturalmente) de nossa realidade em detrimento do esquecimento ou do distanciamento de culturas e espaços tão mais próximos da nação brasileira nos séculos XX e XIX.

---

## Comunicação 06/11/2015 – 14h às 18h (sexta-feira)

### As comunidades tradicionais ameaçadas: um olhar sobre a cobertura da grande mídia sobre os casos de exploração sexual no território Kalunga

*Narely  
Batista Pereira  
(UnB)*

Em abril deste ano, a grande mídia divulgou casos de exploração sexual no território do Sítio Histórico Kalunga, o maior quilombo em extensão territorial do país, que se manteve isolado por 300 anos. A cobertura desse episódio foi amplamente divulgada na imprensa regional e nacional de forma a apresentar a família dos envolvidos de forma muito clara e sem nenhuma preocupação com os desdobramentos desses materiais. Essa comunicação oral se propõe a analisar como o corpo negro e as dificuldades das comunidades tradicionais são tratadas pelos veículos de comunicação. Há diferença na apresentação de casos como esse na mídia? Qual o papel da imprensa na divulgação desses casos?

## Correio negro? A emancipação da mulher negra nas linhas do jornalismo

Wéber  
Félix de Oliveira  
(UFG)

O presente estudo faz uma abordagem multitemática e transversalizada sobre a prática jornalística e a construção de símbolos sobre a mulher negra pelo Jornalismo. Discutimos ao longo deste artigo o conceito de Jornalismo como importante espaço de produção, mediação e circulação de sentidos. Entendemos que as notícias e o próprio veículo jornalístico possuem importante papel na mediação de significados, símbolos e na construção de representações. Trazemos neste trabalho, a reflexão sobre a representação midiática e os sentidos ligados à mulher negra que são apresentados pelo Jornalismo em um importante veículo de notícias do Brasil. Fazemos a análise da Coluna de Opinião do Correio Braziliense, escrita por Sueli Carneiro, mulher negra antirracista e feminista. Para este estudo, decidimos pela seleção de materiais jornalísticos do gênero opinativo. Delimitamos o *corpus* de estudo para o período de produção e veiculação da Coluna de Sueli Carneiro entre os anos de 2000 e 2007. Nessa perspectiva, fazemos a discussão e análise da relação entre Jornalismo e os mecanismos de racismo, sexismo, invisibilização e racialização, que por muito, esteve e está presente nos meio midiáticos. Mas também buscamos entender como as mesmas ferramentas jornalísticas podem ser usadas para construir imagens positivadas da mulher negra. Para tanto, lançamos mão de uma análise sobre o processo de legitimação do Jornalismo e a produção/circulação de sentidos, imagens, e conseqüentemente, sobre o processo legitimador desses. Para compreendermos os mecanismos de produção jornalística da Coluna utilizamos algumas ferramentas metodológicas: levantamento documental, análise de conteúdo, análise de discurso e entrevista em profundidade. Tal proposta permitiu a realização de um estudo profundo da Coluna escrita por Sueli Carneiro para que conhecêssemos ampla e detalhadamente o processo de construção da notícia e o contexto, levando-se em consideração a temática: mulher negra. Exponemos os lugares de fala, as posições-de-sujeito assumidas por Sueli Carneiro e os assuntos retratados nos textos da autora. Observamos ainda os caminhos discursivos adotados por Sueli Carneiro para romper com as fronteiras e amarras de uma escrita jornalística que desumaniza a mulher. Discutimos, ao longo do texto, a adoção de estratégias produtivas que fortalecem a multiplicidade e a polifonia de vozes que outrora eram acomodadas em determinados espaços discursivos. Dessa maneira, o presente estudo trouxe caminhos para conhecer as condições de produção discursiva histórica, situacional, processos comunicativos e também os constrangimentos que os discursos recebem. O fenômeno estudado permitiu ainda compreender os critérios para a escrita e temas abordados pela colunista. Assim, foi possível apreender, no decorrer desse texto, as escolhas temáticas e a angulação assumidas por Sueli Carneiro e de que forma essas mensagens foram estruturadas, apontando para alguns possíveis desdobramentos e conseqüências. Objetivamos, por fim, apresentar e compreender essas estratégias adotadas pela articulista a ver como elas contribuem para a emancipação e

autonomia dos sujeitos durante o processo de produção jornalística, além de estudar como essas estratégias permitem a emancipação dos sujeitos apresentados à sociedade pelo Jornalismo.

## A cobertura das cotas raciais de acesso à universidade pública na Empresa Brasil de Comunicação

*Elen Gerales;  
Natália Oliveira  
Teles da Silva  
(UnB)*

No dia 26 de abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal aprovou por unanimidade a constitucionalidade das políticas de ação afirmativa adotadas pela UnB que desde 2004 destina 20% das vagas do vestibular a estudantes afrodescendentes por meio do sistema de cotas. Essa decisão teve grande relevância no cenário nacional, pois legitimou as ações de outras instituições públicas de ensino superior do país que, assim como a UnB, também adotaram o sistema de cotas em seus processos seletivos. Neste trabalho nos propomos a analisar o tratamento dado às cotas raciais para ingresso nas universidades públicas nesse julgamento, pela Empresa Brasil de Comunicação por meio da sua emissora, a TV Brasil. É importante ressaltar que o interesse em analisar uma TV pública baseia-se justamente no fato de que diferentemente das TVs comerciais, o principal objetivo aqui é o interesse público, que a autonomia em relação ao mercado e ao governo proporcionaria, teoricamente, um espaço democrático de discussão muito mais rico e pluralizado. Nesse contexto, a televisão pública pode e assume um papel fundamental na promoção, visibilidade e abordagem de temas que de maneira geral são apresentados de forma superficial e não são problematizados de forma mais aprofundada, como é o caso das ações afirmativas. À medida que pluraliza os temas abordados na sua programação, com uma tentativa de aprofundamento, ela cumpre seu papel intrínseco que é estar a serviço do interesse público. A emissora tem o objetivo de oferecer ao público, como consta em seu site oficial, uma programação de natureza informativa, cultural, artística, científica e formadora da cidadania, que caracterizaria, teoricamente, uma opção diferenciada no que diz respeito à análise, abordagem e produção de conteúdo televisivo, tendo em vista a sua natureza não comercial. Nesse contexto, o tema se justifica pela importância das ações afirmativas em um país de racismo inconfesso e pela necessidade de se compreender a atuação de uma emissora pública diante de um assunto polêmico, pouco e mal abordado nas emissoras comerciais. A repercussão dessa decisão e os canais midiáticos, nos quais ficaram evidentes, principalmente nos espaços de discussão no ambiente virtual, posicionamentos contrários à decisão tomada pelo STF e demonstrações de desconhecimento das questões históricas e sociais relacionadas às ações afirmativas. Fato que não pode deixar de ser entendido, também, como reflexo de uma abordagem midiática factual, em detrimento de uma maior reflexão e aprofundamento dessa temática. Portanto, tendo o entendimento de que a mídia promove a construção de percepções e é mediadora e palco de discussões justas ou não dos assuntos pautados por ela, o presente trabalho pretende analisar a cobertura do julgamento referente à política de ações afirmativas adotada pela Universidade de Brasília (UnB), realizada pela Empresa Brasil de Comu-

nicação por meio da sua emissora, a TV Brasil, assim como um breve histórico sobre o movimento negro no Brasil e as ações afirmativas. Nesse trabalho, abordamos de forma sucinta as ações realizadas ao longo do tempo em prol da luta contra as desigualdades e preconceitos raciais no contexto nacional que foram fundamentais para os progressos e conquistas alcançadas hoje. No que se refere à aprovação do sistema de cotas nas universidades, apresentamos um breve panorama das discussões em torno do tema a fim de que o leitor compreenda de forma mais abrangente as questões e a importância das políticas de ações afirmativas, assim como os aspectos históricos e sociais envolvidos.

### Performando o corpo da brasileira: uma análise da campanha *Hope ensina*

Ludmila Pereira  
de Almeida  
(UFG)

A linguagem é o lugar de materialização de discursos, é também onde se mostra o funcionamento de uma cultura e o modo como os sujeitos são construídos. Além disso, a formação sócio-histórica e ideológica de uma sociedade é marcada nos corpos de seus participantes. Ao voltarmos para o contexto brasileiro e para como o corpo da mulher branca e negra são historicizados, percebemos que as diferenças estão estruturadas discursivamente, sendo retomadas a todo instante pela linguagem midiática, por exemplo. Tomamos como corpus de nossa pesquisa três filmes publicitários da campanha *Hope ensina* (2011), em que temos como protagonista a *top model* Gisele Bündchen. As propagandas da campanha mostram, cada uma, três situações, “Bati o carro”, “Mãe vem pra cá” e “Estourei o cartão”, nas quais, no primeiro corte de cada peça, apresenta-se a modelo com roupas que não mostram sua silhueta e com uma voz considerada infantil. Essa forma é classificada, através de uma voz masculina e de um lettering dizendo “errado”. No segundo corte das peças, Gisele aparece de maneira sensual, com uma lingerie da HOPE, usando uma voz mais firme, a câmera enquadra todo o corpo semi-nu da modelo, essa forma é classificado como “certo” pelo narrador e ao final surge o lettering “Hope: bonita por natureza”, e uma voz masculina que diz “Você é brasileira, use seu charme”. Essas propagandas geraram polêmica ao apresentarem um tom sexista de dependência econômica e uso do corpo feminino como forma de persuasão ao homem. Temos como objetivo discutir como gênero e raça se relacionam e constituem o corpo da mulher de maneira performativa, pelo dizer/fazer, na campanha da *Hope ensina*. Para analisar as propagandas, trabalharemos com a função metapragmática, que normatiza por meio de correções linguísticas e semânticas o uso discursivo, ao direcionar o sentido a se adequar aos valores culturais de uma sociedade (SIGNORINI, 2008). Esses recursos linguísticos revelam hierarquias e indexalizam diferenças ao estabelecer marcações, constituindo lugares sociais por meio de estratégias discursivas, nos diferentes contextos. Esses discursos, que constroem corpos culturais, são constituídos por atos de fala (AUSTIN, 1998), que performam determinadas ações de acordo com o objetivo da comunicação e o contexto em que se encontram a/o enunciativa/o e a/o enunciatária/o. Essa performatividade da

linguagem nos abre espaço para discutir questões de diferença e discriminação e como elas são construídas discursivamente e estabelecidas como parte de uma cultura, constituindo relações de poder e posições sociais determinadas ao interferir na construção de identidades sociais. Nossa análise apontou que a imagem idealizada da mulher brasileira ainda é ao mesmo tempo a de padrões europeus e a mestiça, sendo que essa é tratada de maneira sensual. Gisele Bündchen não está expondo apenas seu corpo, ela está resgatando pela sua performance valores que o mundo da moda considera localmente ideais (branquitude) e globais (mestiçagem sensual brasileira). Em confronto com essa representação idealizada, seu corpo não se compara com à realidade negra das brasileiras, pelo contrário, isso é negado ao corpo da modelo na campanha. Assim, ao termos uma “consciência metapragmática” através da “habilidade de descrever explicitamente os condicionamentos ou regras sociais locais e não locais em jogo.” (SIGNORINI, 2008, p. 14), as identidades são construídas e reconstruídas. Na propaganda da HOPE temos a constituição da identidade da mulher brasileira (re)construída, ao afirmar a representação de um corpo branco e a representação de uma nacionalidade racializada e sexualizada. O corpo ao ser interpelado por noções indexicais de sistemas de diferenciação como de gênero e raça, é construído de modo a ser controlado pelas práticas sociais, formando estilos e representando hierarquias a partir de discursos controladores. E tudo isso ocorre por estratégias linguísticas que materializam a diferença e estabelecem hierarquias corporais, do que é “feio” e “bonito”, do que é “certo” e “errado”, situando papéis sociais e técnicas de dominação de uma sociedade.

## O rosto negro nas organizações bancárias: desafios da representatividade

Rodrigo  
Ferreira Neves  
(UnB)

Os objetivos desta pesquisa são analisar se a representatividade negra no Brasil é valorizada no contexto da comunicação organizacional, em especial em instituições bancárias, e quais os desafios para a construção dessa visibilidade. Para responder essas perguntas, optou-se pelo conceito de gestão de diversidade. A escolha desse tema se dá pela constatação de que o número de profissionais negros em posições de destaque nas organizações ainda é tímido. A discussão da representatividade negra se deu com base, entre outros, nos textos “Raça, Racismo e Dinâmicas de Poder”, de Maria Aparecida Bento Matilde Ribeiro; Executivos Negros: Racismo e Diversidade no Mundo Empresarial, de Pedro Jaime de Coelho Júnior; e “Cultura e Ideologia: A Mídia Revelando Estereótipos Raciais e de Gênero”, escrito por Adriane Roso, Marlene Neves Strey, Pedrinho Guareschi e Sandra M. Nora Bueno. Analisou-se, também, anúncios de bancos públicos e privados, a fim de verificar como estas organizações lidam com a questão da representatividade em sua comunicação externa. A categoria “bancos” foi escolhida pelo fato de que são organizações de grande alcance e impacto na sociedade, de maneira direta ou indireta. Metodologia: O processo de elaboração desta pesquisa se dividiu em dois momentos. Primeiramente foi feita a revisão bibliográfica de textos que abordassem a questão da representatividade negra e da gestão da diversidade



dentro das organizações. Posteriormente foram analisados anúncios de quatro bancos (dois públicos e dois privados), veiculadas entre 2010 e 2014, para analisar como organizações públicas e privadas lidam com a questão da representatividade negra. Resultados: A pesquisa revelou a diferença na maneira de como os bancos privados e públicos escolhidos tratam a representatividade negra. Os primeiros, frequentemente ligados a clientes de alta renda, proporcionam pouca ou nenhuma visibilidade aos negros. Isso é notado pela ausência de participação ou pela participação “discreta” em que esse grupo aparece de maneira muito rápida. Os segundos demonstram uma preocupação maior com a diversidade, colocando o negro em papéis de destaque.



## GT 6 – COMUNIDADES TRADICIONAIS NEGRAS

Coordenação:  
Prof.<sup>a</sup> Glória Moura (UnB);  
Ma. Givânia Maria da Silva  
(SEPP/IR/PR)

A história brasileira e mundial vem demonstrando que as estratégias desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais em diversos contextos e culturas para garantir seus direitos individuais e coletivos, tem sido à base de sustentação da resistência e manutenção de suas culturas e tradições. Tais estratégias não são sistematicamente registradas na sua completude, ausência esta que invisibiliza as ações desenvolvidas por esse segmento em várias partes do mundo. No Brasil, o protagonismo desse debate é exercido por diversos segmentos do movimento negro e vem gerando para o estado brasileiro um conjunto de ações e políticas públicas. Isso tem forçado a criação de um campo de pesquisa importante para debater as ações afirmativas, a vida, a luta e a história das comunidades quilombolas, bem como acentuado a existência dos demais povos e comunidades tradicionais. Portanto, dar visibilidade às comunidades tradicionais em espaços, tais como: congressos, seminários e simpósios e construir informações para fortalecer o debate a respeito desses públicos é o propósito da construção deste GT. Para alcançar seus objetivos, o GT se propõe a reunir e refletir sobre as experiências individuais e coletivas, propostas de atuação e processos metodológicos voltados para as comunidades tradicionais, sejam elas de organizações sociais ou do poder público, que visem fortalecer os protagonismos das comunidades tradicionais nas diversas áreas do conhecimento.

---

### Comunicações 05/11 – 14h às 18h (quinta-feira)

#### Modos de vida de quilombolas e ribeirinhos no rio baixo Itacuruçá-PA: diálogo da cultura em Gramsci

Eliana  
Campos Pojo  
(UFPA)

O artigo propõe-se a discutir ‘cultura’ a partir da obra de Gramsci, enquanto possível contribuição teórica para a problemática da minha pesquisa que versa sobre as identidades, saberes e educação de populações ribeirinhas e quilombolas no município de Abaetetuba/PA. Gramsci enfatiza a cultura como elemento de formação do homem, destacando a revolução do pensar diante de sua condição existencial, em especial, a visão dos camponeses e outros grupos sociais subalternos na sociedade capitalista e parte indissociável de sua teoria política (CREHAN, 2004). Assim, fazendo uso da concepção gramsciana e de outros autores, o referido trabalho tem como objetivo aprofundar a dinamicidade cultural presente no rio baixo Itacuruçá, em especial o papel político da Escola quilombola enfatizando a formação humana, a produção e reinvenção da cultura e a contextualidade quilombola e ribeirinha do lugar. Tal perspectiva assenta-se na ideia de que é discutindo seus problemas, conflitos, contradições, mitos e o cotidiano de trabalho, cultura e educação que emergirá as possibilidades de supe-

ração de ausências na própria comunidade (lôcus da pesquisa de doutorado), ou seja, a luta transformadora funda-se numa concepção contra hegemônica com base na realidade vivida que a princípio é embrionária, mas que amadurece no conjunto das ações e reflexões do coletivo, pois conforme Gramsci é “da experiência vivida de subordinação que com o tempo podem emergir as concepções contra hegemônicas” (CREHAN, 2004, p. 138). E nesse processo, o conceito de cultura de Gramsci é revisitado, na tentativa de apoio teórico para compreensão da transformação social e da escola como vetor de construção diferenciada a favor da luta na comunidade.

### Proposta para implementação da educação quilombola no ensino superior

*Daiane Souza*  
(IESB)

As comunidades tradicionais têm especificidades que precisam ser tratadas em todos os aspectos e, a educação, por ser base à preservação de cada cultura, é um dos principais entre os temas que precisam ser abordados com cautela. Indígenas, quilombolas, ciganos e ribeirinhos, entre outros grupos tradicionais têm culturas distintas e características próprias que precisam ser levadas em consideração no momento do ensino-aprendizagem. Por este motivo, é importante que se pense a continuidade do que é abordado a partir das Diretrizes Curriculares direcionadas, com o objetivo de que se garanta o direito ao desenvolvimento individual e coletivo das pessoas que constituem essas comunidades. Por motivos diversos, a maioria das crianças quilombolas conclui apenas o Ensino Fundamental em suas localidades. Os jovens que ultrapassam o Ensino Médio e/ou que têm a possibilidade de graduar-se em uma faculdade ou universidade, muitas vezes precisam deixar seu local de origem, sua cultura e tradições para se adequarem a uma segunda sociedade, participando de uma realidade metropolitana, preocupada com o desenvolvimento de seu próprio meio. Na ótica das áreas do conhecimento, o progresso do país passa a ser compreendido praticamente como uma necessidade de desenvolvimento das cidades, desconsiderando os espaços tradicionais, quando ambas as sociedades são igualmente relevantes e os cidadãos que as compõem são dignos dos mesmos direitos constitucionais. Considerando que não é ideal que as universidades ofereçam ao estudante quilombola apenas a oportunidade de ingresso no meio acadêmico, este trabalho questiona as possibilidades de permanência desses estudantes até a conclusão de seus cursos e, aproveitando a ocasião dos debates em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, propõe medidas com o interesse de contribuir com instituições e docentes da Educação Superior no atendimento desse público tão particular que é o constituído pelos jovens pertencentes a esses grupos étnicos. Segundo o Ministério da Educação (MEC), o número de estudantes quilombolas ainda é insignificante diante do universo de ingressos no Ensino Superior ao ponto de não serem trabalhados dados oficiais com esse recorte (2012). As informações existentes consideram somente o número de estudantes negros e/ou cotistas em comparação ao número de brancos. Com base nessa informação, o estudo propõe como alternativa ao atendimento desse público a criação de duas dis-

ciplinas que abordem temáticas referentes às suas origens, história, cultura, tradições, importância nas duas sociedades (quilombola e nacional) e direitos, além da implementação de Núcleos de Apoio das Instituições Federais de Ensino Superior (IES) nas comunidades. Com a adoção dessas medidas, alicerçadas em políticas públicas, seria possível a cada instituição atender a demanda recebendo os quilombolas matriculados em todos os cursos de graduação. Nos Núcleos de Apoios esses estudantes teriam um acompanhamento mais qualificado de sua graduação e as comunidades, a possibilidade de trabalhar as suas demandas e metas de desenvolvimento acompanhados por profissionais das diversas áreas do conhecimento. A presença das universidades federais, por meio de seus núcleos, fortaleceriam as associações quilombolas, pois seriam um importante elo entre essas comunidades e os governos municipal, estadual e federal. A proposta é garantir às comunidades quilombolas toda a segurança necessária por meio da educação, fazendo-as compreender seu papel nas duas sociedades nas quais estão inseridas – a sua de origem, e a nacional – além de estimular a pesquisa em torno de temáticas com base em sua realidade, com o objetivo de que se desenvolvam nos mais diversos aspectos sem ter prejudicados sua cultura e seus valores tradicionais.

### Pela fé ao santo negro, Comunidade do Barranco é certificada como segundo quilombo urbano do país

Lúcia Maria Barbosa Lira;  
Sérgio Ivan Gil Braga  
(UFAM)

Esta pesquisa versa sobre como os afrodescendentes da Comunidade do Barranco de São Benedito do Bairro Praça 14 de Janeiro, em Manaus-AM tiveram a visibilidade reconhecida como segundo quilombo urbano do país, após cento e vinte cinco anos de descendência africana, no local acima mencionado. A certificação ocorreu em setembro de 2014 pela Fundação Cultural Palmares. O agrupamento de afrodescendentes da comunidade é composto atualmente por vinte e cinco famílias que vivem no entorno da área do bairro. O processo para entender a dinâmica cultural sobrevivente dessas famílias tem seu ponto forte na festa religiosa em honra a São Benedito, protetor da comunidade. O evento em questão iniciou desde o final do século XIX, no local acima mencionado, e tem se mantido de forma simbólica como história de pertencimento, fé e consciência étnica de matriz africana. A comemoração ao santo tem reafirmado o fator identitário das famílias que lá residem e convivem e que perpassa pela quinta geração de Maria Severa Fonseca do Nascimento, primeira negra que chegou ao Bairro Praça 14 de Janeiro. A manifestação religiosa em honra ao santo é promovida anualmente pelos descendentes e devotos de São Benedito com duração de nove dias. O evento inicia no sábado de aleluia e termina no segundo domingo seguinte com a procissão. Essa comemoração teve seu início no ano de 1890 e tem sido transmitida de geração em geração. O planejamento e a coordenação da festa sempre têm sido realizados por uma das mulheres da comunidade. As reminiscências da história ou memória desse acontecimento pelos ancestrais tem sido o norteador para a continuação da festa de São Benedito. Através da oralidade das pessoas mais antigas é que as tradições continuam fazendo parte da simbologia da fé religiosa desse agrupamento de pessoas

que, pela representação, significação e expressão da identidade e da luta por ações afirmativas, ratifica a história ancestral e a continuação do *modus operandi* dos festejos. Neste ano de 2015, a comunidade foi considerada patrimônio cultural imaterial do Estado do Amazonas fazendo parte, por conseguinte, do calendário de eventos da Secretária de Cultura do Estado. Segundo o Decreto nº 5.753/2016, da Convenção da Organização das Nações Unidas para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial entende-se por “patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados [...]”. Logo, a Comunidade do Barranco de São Benedito com a sua história, suas tradições, sua religiosidade e com seu sentimento de devoção ao santo negro fez por merecer o reconhecimento de quilombo urbano pelos anos de resistência manifestada ao longo dos cento e vinte e cinco anos de existência. A análise de todo o processo identitário dessa comunidade faz parte da pesquisa doutoral da autora que tem como objeto a visibilidade desse grupo social no processo identitário de negritude como formadora da sociedade manauara. Tal formação se deu do ponto de vista político, social e, principalmente, cultural. Tal abordagem se faz necessária, não somente com a certificação de quilombo urbano, mas para dar visibilidade às pessoas que permaneceram no mesmo local, constituíram famílias, vivem e convivem com seus hábitos e costumes provenientes de uma família da cidade de Alcântara, no Maranhão, que com suas raízes africanas têm resistido às transformações e dinamicidade que a própria cultura vai metamorfoseando no dia a dia de cada povo. É tanto que, cento e vinte cinco anos (entre os séculos XIX, XX e XXI) se passaram e a festa religiosa de São Benedito continua existindo com devoção e fé pelos afrodescendentes do Bairro Praça 14 de Janeiro.

### A resistência étnico-racial como princípio educativo: um estudo sobre a formação de professores quilombolas

Alessandra  
D'Aqui Velloso  
(UnB)

O movimento social quilombola traz, em seu processo histórico de luta, a demanda da população negra pelo reconhecimento político por parte do Estado de sua identidade étnico-racial associada à territorialidade específica. Desde o período colonial, diferentes estratégias de resistência vêm sendo elaboradas pelas comunidades quilombolas com vistas à afirmação de seus direitos sociais e territoriais, cuja garantia foi conquistada constitucionalmente em 1988. No âmbito da educação, sobretudo a partir da década de 1990, verificou-se o fortalecimento da organização social quilombola na luta em torno da garantia desse direito social através da demanda de políticas públicas específicas. Nesse contexto, verifica-se a emergência de cursos de formação de educadores do campo que apontam os quilombolas como sujeitos sociais do campo. O objetivo desse estudo é analisar como a resistência étnico-racial é abordada no curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade de Brasília (UnB), que conta com a presença afirmativa de estudantes quilombolas desde sua criação, em 2007. A construção do trabalho é conduzida por uma opção teórico-metodológica pautada na

abordagem dialética entre o referencial teórico e as fontes de pesquisa, que são o projeto político-pedagógico e as narrativas de docentes que atuam no curso. Com base nas referências conceituais, nos marcos legais sobre educação do campo e sobre educação para relações étnico-raciais e no olhar dos docentes sobre a temática, verificou-se a centralidade da resistência étnico-racial como princípio educativo e sua importância para o enfrentamento das desigualdades sociais do campo e sua afirmação como princípio educativo.

### A dívida do estado com as comunidades tradicionais

Narely  
Batista Pereira  
(UnB)

Este trabalho tem como tema a responsabilidade do Estado diante da escravidão, ou de forma mais direta, a responsabilidade do Estado diante das dificuldades dos remanescentes de quilombo, uma vez que a situação social e econômica deles é o resultado da falta de políticas e habilidade de integrá-los após a Lei Áurea. Na oportunidade, é importante fazer um paralelo com a posição do Estado em relação à pensão oferecida a viúvas e filhas de militares, ou servidores públicos federais. Nesse caso, para começar a desenhar os rumos da necessidade de uma política pública no caminho da indenização dos remanescentes de quilombos, é preciso voltar os olhos ao ano de 1871, quando o Senado decidiu autorizar a alforria dos escravos. Dali em diante, os órgãos representativos trataram de buscar formas para acelerar a abolição da escravidão. O interesse não era de maneira alguma pelo bem dos escravos, mas sim pela necessidade de emancipação de Portugal. Naquele momento, a abolição da escravatura se fazia necessária apenas por questões políticas e é claro que a ideia gerou repercussão negativa dentre a burguesia que utilizava o negro como um objeto gerador de renda. Diante disso, muitos projetos de leis apresentados nos anos seguintes tinham o objetivo de libertar os escravos ressarcindo o “dono”, já que a medida era apontada como um retrocesso econômico que geraria danos financeiros imprescindíveis à comunidade que tinha a posse de escravos. Nesse contexto, algumas datas importantes que precisam ser destacadas aqui são:

- 28 de setembro de 1871 - Data da promulgação da primeira lei abolicionista, popularmente conhecida como Lei do Ventre Livre. Essa determinava que os filhos de escravos nascidos a partir da sua data eram todos livres. A lei também tinha o intuito de estabelecer um estágio evolutivo entre o trabalho escravo e o regime de trabalho livre, evitando, assim, mudanças abruptas na economia e na sociedade.
- 28 de setembro de 1885 - Data da promulgação da Lei do Sexagenário, que libertou todos os escravos com mais de 60 anos. A partir daquela data, os escravos com idade entre 60 e 65 anos deveriam “prestar serviços por 3 anos aos seus senhores e após os 65 anos de idade seriam libertos”.
- 13 de maio de 1888 - Data da assinatura da Lei Áurea. Essa extinguiu a escravidão no Brasil. Além dessas datas, é preciso estabelecer relações com a proposição das leis e o que realmente acontecia no cumprimento desses projetos. Observaremos aí o teor pouco habilidoso com a população negra que, teoricamente, deixava de ser vista como um objeto e adquiria agora a liberdade. Na realidade quando observamos a questão da Lei do Ventre Livre, as crianças nascidas após essa data

ficavam sob a tutela dos senhores de sua mãe, o que no final das contas representava a manutenção da escravidão. E na questão da Lei do Sexagenário os escravos que obtinham a liberdade tinham sérias dificuldades. Ficavam marginalizados, já que com a idade avançada não conseguiam emprego e a comunidade não tinha o interesse de empregar negros. Preferiam empregar imigrantes promovendo um embranquecimento social. Outro caminho utilizado por muitos em busca da liberdade foram as fugas em massa e criação de quilombos em lugares isolados do Brasil. De todo modo, fugindo ou ‘recebendo a liberdade’ por meio da Lei Áurea, a comunidade negra não obteve nenhum acompanhamento do Estado para inserir-se ao novo modo de vida que lhes era apresentado. Outro processo que dificultou a vida da comunidade recém liberta era o preconceito dos patrões em contratar ex-escravos. Eles preferiam imigrantes. Avaliando essas duas situações torna-se fácil observar a necessidade de reparação aos escravos que mesmo libertos sofreriam por suas histórias e não lhes seria dada formas de competir por empregos e espaço com brancos. Pelo menos, não de forma justa. Ao mesmo tempo, a comunidade branca da época e dona de escravos ainda reivindicava uma indenização do Estado. No dia 14 de dezembro de 1890 a ideia foi completamente rejeitada. Quando se fala sobre indenização aos escravos, as iniciativas foram bem tímidas. Em 2013, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado rejeitou projeto de lei que previa a criação da Comissão da Indenização aos Descendentes de Negros Africanos Escravizados no Brasil. Outras ideias também não vingaram já que, segundo o Estado, houve prescrição de qualquer pretensão indenizatória. A prescrição realmente ocorreu, no entanto, as comunidades remanescentes de quilombos, que ainda vivem isoladas, ainda sofrem com os danos morais e materiais em decorrência da escravidão. Este é o tema do TCC que pretendo produzir. Vale lembrar que ao mesmo tempo que o Estado se recusa a indenizar as comunidades remanescentes de quilombos, indeniza viúvas e filhas de militares e servidores do estado de forma vitalícia.

### Diálogos e práticas sobre educação escolar quilombola no município de Feira de Santana/Quilombo Lagoa Grande–BA

*Joselice Souza da Silva;  
Maria Cristina de Jesus  
Sampaio (UFRB)*

Esse artigo é resultado das experiências práticas e teóricas vivenciadas por professores e lideranças quilombolas durante a Formação Continuada sobre Educação Escolar Quilombola - FormEEQ, oferecida pela Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana, Núcleo de Educação para Relações Etnicorraciais e Educação Escolar Quilombola – SEDUC-NEREEQ/FSA, durante o período de setembro de 2014 e agosto de 2015, tendo por objetivo abordar e socializar aspectos relativos a esse processo de formação continuada, tendo por objeto a educação escolar quilombola, enquanto modalidade da Educação Básica. O trabalho de formação continuada desenvolvido teve como público alvo lideranças quilombolas e docentes de escolas públicas municipais. Essa ação gestou-se a partir de oficinas temáticas e GTs realizados na, e junto com, a Comunidade Quilombola Lagoa Grande – FSA/BA, trabalho que serviu de base para a organização dessa formação continuada em educação escolar quilombola, consequentemente ofe-



recendo dados e subsídios para essa produção. O trabalho pautou-se na metodologia da pesquisa-ação (empírica e participante), sustentado em uma abordagem de pesquisa qualitativa, por meio de instrumentos tais como: seminários temáticos, oficinas práticas e teóricas, visitas de campo, observação participante, fotografias, rodas de diálogos e relatos orais, com vistas à elaboração conjunta de uma proposta pedagógica de intervenção/ação a partir das construções e diálogos produzidos entre Comunidade/Escola. As reflexões e análises produzidas sobre esse novo campo epistemológico (Educação Escolar Quilombola) fundamentou-se em leituras e revisitas a: memórias ancestrais, autores do debate contemporâneo sobre relações etnicorraciais, produções de pesquisadores que versam sobre esse novo campo de pesquisa e em documentos que compõe sua base legal tais como: Constituição Federal de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/1996; Lei Federal nº 10.639/2003; Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação para Relações Etnicorraciais/2004; Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombola/2012; Parecer CNE/CEB nº 16/2012, Resolução CNE/CEB nº 8/2012 e Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica/2013, bem como, nas discussões e produções teóricas sobre identidade (HALL, 2003, 2006); (SODRE, 1998), Currículo e Educação (GOMES, 2012); e Território (BENEDITO, 2009). Para tanto, o presente artigo: “Diálogos e Práticas sobre Educação Escolar Quilombola no Município de Feira de Santana/Quilombo Lagoa Grande – BA” organiza-se em cinco momentos distintos: Apresentação, mais três tópicos: a) Prosa Sobre Comunidades Quilombolas em Feira de Santana; b) Vivências e Práticas sobre Educação Escolar Quilombola; c) Educação no e do Quilombo: diálogos entre Escola; e, Considerações finais. Essas elaborações visam compartilhar com o/a leitor/a uma porção modesta das experiências de empoderamento/ensinamento/aprendizagem sobre, e nos quilombos, suas marcas civilizatórias e práticas educativas, vivenciadas por Comunidade/Escola.

---

## Comunicações 06/11/2015 - 14h às 18h (sexta-feira)

### Ações do Programa Brasil Quilombola na (des)construção da nação Kalunga

Andréia dos Santos;  
Robson Bastos Roen  
(IFB)

O corpo semântico da palavra nação é extremamente elástico, apresentando aspectos históricos, étnicos, culturais, entre outros com dimensão mais ampla ainda, que vão da descontinuidade de nacionalidade até a desterritorialidade econômica, política e social, nos diferentes “desencaixes”. Com o objetivo de verificar se as ações do PBQ – Programa Brasil Quilombola, na comunidade Kalunga, estão alinhadas com as peculiaridades da identidade de nação dessa comunidade, esta pesquisa se ocupou em analisar o papel desse programa na formação e manutenção da subjetividade Kalunga e em investigar se a articulação das ações dele fortalece a ideia de unidade desse quilombo. As informações disponíveis sobre o PBQ se encontram nos relatórios da Seppir

e esboçam o retrato das comunidades quilombolas, entre elas, a Kalunga. A proximidade de grupos considerados isolados, e com características específicas como os de comunidades quilombolas, faz com que cresça a necessidade de identificar vulnerabilidades nos traços que caracterizam esses quilombos como nação. Com a investigação e análise do fenômeno de (des)construção identitária da Nação Kalunga e a identificação dessa identidade com as ações do PBQ, buscamos conhecer a complexidade do processo desse fenômeno, sobretudo, o que há por trás da urgência e do método de uma (trans)formação da unidade humana delineada nessa comunidade. Trata-se de um estudo fenomenológico, predominantemente, numa perspectiva histórica e social, utilizando para isso pesquisa bibliográfica, em banco de dados e em repositórios institucionais. Conforme a Agenda Social Quilombola (ASQ) os eixos de atuação são acesso a terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local e direitos de cidadania. Trazemos a seguir os principais resultados das ações desenvolvidas na Comunidade Kalunga em cada eixo citado. No que se refere ao acesso a terra, observa-se que a Comunidade Kalunga iniciou o processo de demarcação das terras antes da criação do PBQ, através do movimento de lideranças da comunidade e de agentes externos, como as entidades sociais, culminando na emissão do título fundiário em 14/07/2000. Com uma área de 253.191,720 hectares espalhados nos Municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre, localizados em Goiás. Para a infraestrutura e qualidade de vida, temos na Comunidade Kalunga, o total de 1.581 famílias cadastradas, sendo 63,4% em situação de extrema pobreza. 88,8% das famílias na comunidade ainda não possuem saneamento básico. No que se refere ao Desenvolvimento Local e Inclusão Produtiva, temos como destaque o programa de Assistência Técnica e Extensão Rural Quilombola (ATER) implantado na Comunidade Kalunga para atendimento de 1.100 famílias. Em direitos e cidadania temos dados de um total de 3 equipes do Programa Saúde da Família e 3 médicos do Programa Mais médicos atuando na comunidade Kalunga. Observa-se que a população é estimada em 3000 famílias e considerando as dificuldades de acesso entre os diversos povoados que compõem a região, esse número é considerado insuficiente. Com base nessas informações temos que o povo Kalunga, das origens ao quilombo, é ancorado por diferentes desenhos de nações. Isso se deve a pluralidade de um povo que sempre foi, e não é privilégio deles, o encontro de diferentes nações, as quais, por natureza humana, trazem múltiplas experiências, traduzidas em artes, políticas, cultura, economia, entre outras formas dos humanos de se tentarem entender, de se afastarem ou de se aproximarem por suas diferenças ou semelhanças. O PBQ alcança, mesmo que de maneira tímida, a comunidade Kalunga com eixos de atuação que não visam só dar sustentabilidade a dinâmica orgânica das diferentes formas de produção dessa comunidade, mas redesenham, intencionalmente ou não, sua (infra)estrutura, sua concepção territorial, sua noção sobre o que é qualidade de vida, dentro do que se entende por cidadania e de construção da preservação de sua múltipla identidade cultural, sem que sejam fadados ao isolamento e a involução. Saber se o povo Kalunga é, ou se considera, uma nação, não depende apenas de se ponderar o quanto seus membros entendem ou não seus



direitos ou obrigações dentro do que preconiza o PBQ ou qualquer outro programa ou entidade de ditas ações afirmativas com relação a ele. É fundamental saber como o quilombo a si se reconhece, como assume e se espalha pelo território a ele titulado e qual a relação que há entre seus habitantes e esse espaço.

## Os quintais de Bonsucesso

*Cristiane Maria Macau  
Rocha (IFMA);  
Itaan de Jesus Pastor  
Santos (UEMA)*

Em Bonsucesso, comunidade quilombola do município de Mata Roma/MA, tem-se, nos quintais, a produção que garante a segurança alimentar e a preservação do modo de vida e cultural das famílias e a resistência frente ao avanço do agronegócio. Introdução: A expansão da fronteira agrícola provocada pelas monoculturas da soja e do eucalipto, no Cerrado maranhense, tem exercido pressão sobre os agroecossistemas locais. Desse cenário, fazem parte comunidades do território quilombola de Bom Sucesso formado por vinte duas comunidades entre elas Bonsucesso que, para assegurarem seu modo de produção, dependem de um ambiente cada vez mais sujeito às mudanças e a pressões antrópicas com destaque para redução do pousio. Com isso, o cultivo em áreas reduzidas no entorno das residências, os quintais, tem garantido a essa comunidade a preservação de seu modo de vida. Metodologia: O povoado Bonsucesso, com 154 famílias, está situado a 37 quilômetros da sede município de Mata Roma, na região ecológica do Cerrado maranhense. Para a determinação da amostra, foi definido o número de 43 (quarenta e três) moradores da comunidade a serem entrevistados, com o apoio da aplicação de um questionário semiestruturado, através da metodologia “bola de neve”, segundo a qual, se considera o critério de saturação descrita por Minayo (2004). Resultados: O quintal é uma área localizada no entorno das casas, onde são cultivadas espécies agrícolas, medicinais, frutíferas e florestais associadas à criação de animais de pequeno e médio porte, representam segurança alimentar para as famílias e diversidade ecológica, apesar do pequeno espaço. Também é um espaço de intercâmbio cultural, pois nele as famílias se encontram para conversar, realizar atividades de planejamento das atividades comunitárias, festejos, oficinas e lazer. Esses espaços domiciliares estão sempre mais úmidos e próximos das cacimbas, fato que facilita a irrigação das plantas em processo de crescimento. Com relação ao maior aproveitamento dos quintais com culturas anuais, os agricultores e agricultoras utilizam cobertura morta no manejo do solo, com destaque para a palha do arroz, para reter a umidade e controlar ervas. Também queimam poucas linhas e aproveitam as cinzas como fertilizantes. Os Agricultores/as citaram 33 espécies de fruteiras existentes em seus quintais. Entre as quais o caju figura com maior frequência dos entrevistados com 14,3% das citações, seguida acerola com 10% e manga com 9%. Tal diversidade assegura alimentação e renda, pois vendem alguns produtos como as castanhas de caju (ROCHA, 2014). Conclusão: A produção nos quintais é uma estratégia de aproveitamento de espaço e de fácil acesso para os tratos culturais. Essa proximidade possibilita maior atenção das mulheres no acompanhamento de todas as fases da roça, da coleta do coco babaçu e produção do azeite. Os consórcios realizados nos

quintais e nas roças são importantes para o equilíbrio ecológico e garantia de serviços ambientais para os agricultores, pois, segundo Rocha (2014), para 75% dos entrevistados o avanço do agronegócio representa ameaça concreta que poderá desarticular toda a sua estratégia de produção comprometendo o tempo de pousio.

### Festas de santo do território Vão Grande como princípio educativo

*Maria Helena  
Tavares Dias  
(UFMT)*

Este artigo faz parte de uma discussão teórica do projeto de pesquisa e pretende discorrer sobre as festas de santo do Território Quilombola Vão Grande, onde resistindo ao tempo, aproximadamente 78 famílias permanecem com as festas tradicionais que culminam na conservação de suas origens. Com objetivo de demonstrar que com festas e nas festas os moradores educam seus filhos, e mantêm seus costumes, o texto está ancorado na abordagem qualitativa, modalidade história oral, onde, através da memória dos moradores, possibilitará uma aproximação das vivências e das experiências dos moradores e das festas de santo, e como com festas e nas festas educam seus filhos, assim como a pesquisa bibliográfica que norteará todo trabalho, dando suporte a pesquisa. É fato que pouquíssimas comunidades quilombolas ainda conseguem manter vivas as tradições culturais de seus antepassados, demonstrando através da sua cultura a resistência contra a violência sofrida por anos e anos. Dessa forma, um povo que perde seu território perde, em parte, também sua identidade de grupo, e que intrinsecamente ser humano/meio ambiente estão ligados e representados nas histórias, na ligação com o sagrado, que são as manifestações religiosas e culturais, nos modos de produção agrícola sustentável, nos mitos e lendas que permeiam o imaginário de muitos moradores das comunidades. O imenso Território Quilombola Vão Grande, está próximo a Serra das Araras, a 75 km do Município de Barra do Bugres/MT. Escolher os moradores para contar sobre as festas de santo, os modos de vida das comunidades do Território Vão Grande, utilizando para isso memória dos moradores das comunidades é passear pelas matas com cheiros, sons e cores, é colocar a mão no barro e moldar as casas, fogões, panelas e refeições, é arrancar a raiz de mandioca, ralar, torrar para então obter a farinha que é utilizada nos dias que antecedem a festa, durante a festa e depois no desmanche da festa, socar o milho e arroz preparar os bolos e doces para servir depois. A transmissão desses conhecimentos se dá de forma oral, onde os mais velhos transmitem os saberes e fazeres das festas de santo na realização das mesmas, na prática, da construção das casas, no cozinhar dos alimentos e nas rezas cantadas, passando de pais para filhos, perpetuando, assim, sua história e memória. Por isso, comunidade e escola precisam estar interligadas, em que a escola da comunidade seja a extensão do lar, onde seus moradores possam dialogar seus saberes produzindo junto à escola ciência e conhecimentos, com seus saberes e fazeres vindos da ancestralidade que formou esse segmento no Brasil. Os relatos, as vivências e as experiências levantam questões importantes como a resistência da identidade negra no que tange a dinâmica racial de exclusão, do processo histórico, social, cultural, educacional, territorial e religioso. Esse tipo de pesquisa tem ganhado vários adeptos ao longo dos anos, assim

como as pesquisas relacionadas às questões étnico-raciais que tem quebrado um silenciamento imposto ao povo negro, fazendo com que houvesse uma perpetuação política e ideológica construídas das memórias das pessoas brancas. Silenciamento que vestiu de preconceitos, intolerância, discriminação racial, social e ambiental, mesmo essa parcela da população tendo contribuído a duras penas na formação socioeconômica e cultural da nossa sociedade brasileira.

## Rememorar a comunidade remanescente de Quilombo Tanque Do Padre Poconé- MT é preservar a sua origem

*Benedita Rosa da Costa,  
Candida Soares da Costa  
(UFMT)*

O presente artigo tem por objetivo relatar a memória local da comunidade rural remanescente de quilombo Tanque do Padre, no município de Poconé-MT. A comunidade que está localizada a 12 Km da cidade, tem uma identidade de pertencimento histórico através da luta pelo direito a terra, desde a sua ancestralidade, até hoje. Ela se fortalece por meio de seu ativismo sócio, econômico, político, cultural, ambiental, religioso que se evidencia por meio de seus saberes. Contudo, tem as histórias orais como meio para relatar a sua memória. Portanto, essas histórias devem ser contadas, estudadas, escritas e divulgadas pelos moradores aos seus visitantes. A estrutura semântica dissertativa para descrevê-la, tem como princípios os recortes temáticos que traz os elementos como O Surgimento da Comunidade, que se configura com a imigração do casal Benedito Leite de França e Marcolina Anastácia de Oliveira do município de Nossa Senhora do Livramento-MT para o município de Poconé-MT, onde relata seus percursos de vida até a sua migração na comunidade rural remanescente de quilombo Tanque do Padre. Continua por informar sobre os Primeiros Moradores da comunidade, para a qual descreve a árvore genealógica da família de Benedito Leite de França e Marcolina Anastácia de Oliveira, dando visibilidade para a família de sua filha Enedina Leite de França, na qual, citará a(o)s neta(o)s dessa nesse contexto. E finaliza com a Denominação Tanque do Padre, a qual tem como princípio a educação escolar implantada nas diversas comunidades circunvizinhas para atender a todos os moradores. Rememorar a comunidade rural remanescente de quilombo Tanque do Padre no município de Poconé-MT é preservar a sua origem. Considerando que é um local histórico onde seus moradores guardam as lembranças de seus ante-passado através de seu saberes na medicina tradicional, benzições, simpatias, intuições, premonições, crenças, religiosidade, na lavoura, na olaria, nos meios de produções e gerações de rendas pelas mulheres como fiar o algodão, urdi a rede, tecê-la, fazer o punho e sobre punho. Essas atividades são lembradas e memoráveis até hoje. E sempre anunciam, por meio das histórias orais, quando estão na roda de conversas com seus familiares ou visitantes. Histórias essas tão ricas e significativas para seus descendentes, inclusive para mim enquanto quilombola desse território onde eu fiz e escrevi a minha própria história e também ajudei na construção a partir do dia 23 (vinte e três) de Agosto de 1974 (mil novecentos e setenta e quatro), data em que nasci de parto natural, aparada pela parteira Miquilina (mãe Miqui). Sendo assim, falar da minha origem, da minha história

e ancestralidade é falar de mim enquanto membro genealógica da família de Benedito Leite de França e Marcolina Anastácia de Oliveira. Para tal, eu me apresento como sendo neta de Enedina Leite de França e Eusébio Antônio Bruno, os pais de Lucinda Leite da Costa, que se casou com Cristiano Gregório da Costa. Portanto, as histórias são diversas e específicas e nesse artigo eu vou falar sobre a Origem da Comunidade com recortes temáticos para O Surgimento da Comunidade, Os Primeiros Moradores e A Denominação Tanque do Padre.

### Nascente do Córrego Grande no Quilombo Morro Redondo: um espaço de resistência

*Benedita Rosa da Costa,  
Candida Soares da Costa  
(UFMT)*

Este artigo faz parte de uma discussão teórica do projeto de pesquisa e pretende discutir conflitos sócioambientais na comunidade Morro Redondo e seu entorno. O texto está ancorado na abordagem qualitativa, modalidade história oral, onde através da memória dos moradores possibilitará uma aproximação das vivências e das experiências dos moradores, assim como a pesquisa bibliográfica que norteará e dará suporte ao trabalho. A comunidade Morro Redondo se localiza próximo a Serra das Araras e junto a ela outras quatro que compõe o imenso Território Quilombola Vão Grande, que são: São José do Baixio, Camarinha, Retiro e Vaca-Morta, esta última pertencendo ao município de Porto Estrela e as demais ao município de Barra do Bugres/MT. As comunidades foram reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares em 2005, pela história e ancestralidade étnico-racial, com seus moradores fiéis às tradições culturais e religiosas advindas da ancestralidade negra, com suas casas de pau a pique e os insubstituíveis fogões a lenha, com seus saberes e fazeres vindos da ancestralidade que formou esse segmento no Brasil. Os relatos as vivências e as experiências levantam questões importantes como a resistência da identidade negra no que tange a dinâmica racial de exclusão, do processo histórico, social, cultural, educacional e religioso. As comunidades do Território Vão Grande detentora dessas características, conseguiram permanecer invisíveis aos olhos da sociedade por longo tempo, devido a sua localização geográfica, porém, com o passar dos anos, as comunidades foram sendo invadidas, tomadas, muitos foram expulsos e mortos em disputas de terras, e os poucos que resistiram foram cercados por grandes fazendas criadoras de gado, tendo suas matas antes preservadas, dando lugar a pastos e a exploração do agronegócio. E foi com preposição de tornar visível o conflito sobre acesso à terra e água e dialogá-lo na sociedade que levou-nos a optar por realizar esse trabalho, dando visibilidade aos poucos moradores que ali resistiram e ao pequeno ecossistema existente na comunidade Morro Redondo e principalmente ouvindo os relatos dos moradores que rememorando sua história, e tentando a todo custo preservar esse espaço que foi tão importante no passado e que ainda mantém as mesmas características de 200 anos atrás, porém reduzido, e que se encontra nesse momento cercada por pastos, gados, e arames farpados. Neste contexto o presente artigo justifica-se na pretensão de fomentar o debate em torno dessa categoria de povos, que reinventaram novos modos

de conceber o mundo, de educar seus filhos, de plantar e colher seus alimentos e de com festas e nas festas agradecer pela vida. O intuito é dar visibilidade aos conflitos pela água e terras, denunciando uma prática injusta e desumana contra populações quilombolas através do ocorrido na comunidade Morro Redondo e enaltecer os fazeres e os saberes dessa parcela da população, que tiveram e tem tido papel importante na luta pela afirmação identitária, no respeito nas manifestações religiosas e culturais, no entanto, não tem tido o merecido reconhecimento, pois constantemente são vítimas de desrespeito e negligência da sociedade e dos poderes públicos. A possibilidade de trazer para a academia e sociedade os conflitos existentes em comunidades poderá colocar a prova como os direitos dessas comunidades estão sendo tratados pela sociedade e pelo Estado, como os saberes e fazeres desse povo que manteve suas tradições culturais e religiosas, que trabalha a terra de forma consciente e sustentável, e que, sobretudo, sem conhecimentos científicos, porém ancestrais perceberam a importância da preservação daquele pequeno espaço.



## GT 7 – POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS

Coordenação:  
 Prof. Dr. Sales  
 Augusto do Santos  
 (Projeção/Neab-UnB);  
 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José de  
 Jesus Alves Cordeiro  
 (UEMS)

Após anos de luta dos movimentos sociais negros, no início da década de 2000 a questão racial foi incluída na agenda política brasileira, especialmente por meio das políticas públicas de ações afirmativas. Isso não se deu sem resistência social e/ou do meio acadêmico brasileiro. Nos últimos 15 anos houve debates acalorados pró e contra essas políticas, especialmente contra um dos seus tipos de implementação técnica: o sistema de cotas para negros. Este GT – Políticas Públicas e Ações Afirmativas receberá propostas de artigos relativos à discussão e/ou análise das políticas de ações afirmativas, tanto de ingresso como de permanência, direcionadas e focadas nos negros e/ou indígenas.

---

### Comunicações 05/11 – 14h às 18h (quinta-feira)

#### Acesso e permanência de acadêmicos negros na Universidade Federal da Grande Dourados: os desafios para a implementação da Lei das cotas

Eugenia Portela  
 de Siqueira Marques  
 (UFGD)

O artigo inspira-se nos estudos sobre as políticas públicas de educação superior e o acesso da população negra, por meio das políticas afirmativas e a adoção das cotas raciais. Acolheu-se para a construção desta proposta a compreensão de que o acesso à educação superior pública no Brasil, historicamente, constituiu-se em um desafio a ser superado pela política educacional, tendo em vista as desigualdades do acesso pelos estudantes negros egressos de escolas públicas. O desafio posto para esses acadêmicos, além da afiliação à cultura universitária, é fortalecer a sua identidade que historicamente foi negada e/ou ocultada, na sociedade brasileira que privilegiou o etnocentrismo e subalternizou a diferença negra. Adotou-se a análise de dados quantitativos do centro de seleção da UFGD e análise documental das legislações. Os resultados apontam que somente a política de cotas para acesso ao sistema de ensino superior não será capaz de garantir equidade nesse nível de ensino, faz-se necessários políticas e programas de permanência para que o acadêmico tenha êxito na conclusão do curso superior.

## Política de ação afirmativa e sistema de cotas no Brasil: sua influência na formação dos cursistas de pedagogia da UnB

Júnia Luz de Souza, Otilia  
 Maria Alves da Nóbrega  
 Alberto Dantas (UnB)

O interesse em investigar o percurso formativo dos estudantes contemplados pela Política de Ação Afirmativa e sistema de cotas da Universidade de Brasília surgiu pelo interesse em estudar o engajamento dos cursistas de Pedagogia, bem como avaliar, desde o lançamento dessa política, as contribuições e possibilidades para a inserção social dos envolvidos. A finalidade desta pesquisa é analisar as contribuições da Política de Ações Afirmativas e sistema de cotas para a formação do pedagogo da UnB. Utilizamos como metodologia um estudo bibliográfico dos fundamentos teóricos da política de Ações Afirmativas. Para o tanto, utilizaremos a Análise de Discurso como técnica de pesquisa. Os resultados até então alcançados, pois esta é uma pesquisa inicial, deram-nos conhecimento que as Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que tem como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural. Considerações Finais: Sabendo que a Universidade de Brasília é pioneira na implementação das Políticas de Ação Afirmativa, a pesquisa tem como objetivo analisar especialmente o curso de Pedagogia, que desde 2004 tem absorvido um número significativo de cotistas, seja pelo vestibular, pelo Sisu ou pelo PAS. Constatou-se que o índice de desistência é pequeno em relação ao volume de estudantes que permanecem no curso. Sabe-se, também, que as mulheres são em maior número na entrada e permanência no curso. Esperamos que este trabalho possibilite vislumbrar possibilidades de inserção social e acadêmica dos pesquisados no sentido de oportunizar-lhes a autonomia, o exercício da cidadania e a emancipação. A Universidade de Brasília realizou o primeiro vestibular com o sistema de cotas em junho de 2004, foi pioneira na aplicação prática do sistema de cotas raciais, oportunizou, assim, a igualdade de oportunidades para um grupo específico considerado excluído e emancipado de seus direitos. Com a implementação observa-se que houve a tão almejada inserção social e acadêmica no sentido de oportunizar-lhes a autonomia, o exercício da cidadania e a emancipação. Daí o interesse em investigar a implementação da Política de Ação Afirmativa e o sistema de cotas dos cursistas de Pedagogia, surgiu pelo aumento significativo da quantidade de negros estudantes que antes era minoria e hoje há centenas. Nesse sentido, deseja-se saber sobre os cotistas egressos do Curso de Pedagogia da UnB e como são inseridos no mercado de trabalho. O interesse em investigar o percurso formativo dos estudantes contemplados pela Política de Ação Afirmativa e sistema de cotas da Universidade de Brasília surgiu pelo interesse em estudar o engajamento desses cotistas, em especial dos cursistas de Pedagogia, bem como avaliar, desde o lançamento dessa política, as contribuições e possibilidades para a inserção social dos envolvidos. Desse modo, o estudo teve como objetivo geral analisar as con-



tribuições da Política de Ações Afirmativas e sistema de cotas para a formação do pedagogo da UnB. Esta pesquisa, de natureza quali-quantitativa, desenvolveu-se a partir da empiria, coletando dados documentais e dos participantes dessa Política, no intuito de atender o objetivo da pesquisa. Também foi realizada uma pesquisa bibliográfica no sentido de apresentar e contextualizar essa política pública de educação. Para tanto, utilizou-se da Análise de Discurso como técnica de pesquisa. Os estudos iniciais nos levaram a sistematização da análise do quantitativo coletado do banco de dados do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Secretaria de Administração - SAA/UnB referentes ao número de ingressantes cotistas raciais no Curso de Pedagogia desde o seu lançamento na UnB, durante os anos de 2004 a 2015. Os sujeitos pesquisados: 258 alunos cotistas pela categoria negra, parda e indígena.

### Diálogos: inclusão social, ingresso e permanência dos/as estudantes cotistas do IFB Gama

Zora Yonara Torres Costa;  
Nelma Santos Silva  
(IFB)

A concepção de Inclusão Social no espaço escolar possibilita o enfrentamento das situações de vulnerabilidade que causam a exclusão social. Incluir significa oportunizar o acesso às riquezas sociais relacionados à vida individual e em comunidade e a escola é um lugar em que se oportuniza o desenvolvimento e a inclusão social, cognitiva, cultural e afetiva. O conceito de inclusão adotado no presente projeto está associado ao ingresso dos estudantes que se autodeclararam pardos, negros e/ou indígenas e por meio de estudo social e econômico comprovaram sua condição social para o IFB, especificamente no Campus Gama. Para Borba e Lima (2011) a síntese dos fatores de exclusão e inclusão social está representada de modo a expressar a diferença entre elementos concomitantes e opostos, a exemplo da justiça e injustiça social.

### Igualdade racial: ações e omissões

Dalila Fernandes  
de Negreiros  
(SDH/PR)

As políticas de promoção da igualdade racial confirmam um conjunto de ações que objetivam a valorização da população negra em sua dimensão cultural, o combate ao racismo e à discriminação racial e a promoção social e econômica de pessoas negras. Segundo Jaccoud e Beghin (2002) a proposição de políticas específicas ao segmento social “população negra” parte do diagnóstico de que as políticas universais não são capazes de solucionar o problema do racismo e suas consequências. Assim, as autoras categorizam essas políticas em três tipos: políticas valorizativas, para combater o racismo e o preconceito; políticas repressivas e políticas compensatórias, que combatem seus efeitos nas condições de vida da população negra. Este trabalho tem como objetivo fazer um breve panorama das políticas de promoção da igualdade racial, destacando a educação das relações étnico-raciais como elemento de um conjunto de ações com características comuns como: um histórico recente de institucionalização, uma forte relação com a agenda dos movimentos negros, e um processo de implementação que congrega mais de um órgão da administração pública. Para realizar esse panorama, a

princípio, é apresentado o surgimento dessas demandas na agenda governamental por meio do destaque de algumas atuações de instâncias da militância negra que pautaram essa demanda. Em seguida, são apresentados os programas e ações relacionados à temática, organizados a partir do conceito de políticas de promoção da igualdade racial de Jaccoud e Beghin (2002). Para realizar tal levantamento foi considerado o relatório de Gestão da SEPIR de 2011, os PPAs de 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015, e o Catálogo de Programas do Governo Federal do Ministério do Planejamento de 2008. É importante destacar que a partir do PPA 2004-2008 aparece uma nova categoria de programa que tem a população negra como público alvo, com ou sem focalização. É possível classificar as políticas de promoção da igualdade racial como as específicas, voltados especificamente à população negra ou a preservação cultural afro-brasileira, e as transversais, programas que mencionam a população negra e/ou quilombola como um dos públicos-alvo.

### Formação docente para a promoção da igualdade racial: ação afirmativa na UFMG

*Ione Maria Gonzaga;  
Michele Lopes da S. Alves  
(UFMG)*

A formação de docentes para atuarem na Educação Básica, no que diz respeito às formações do Ensino Superior, no Brasil, está incipiente em suas políticas educativas para compensar a lacuna de formação acerca das relações étnico-raciais e sobretudo, as raciais, mesmo após 12 anos da Lei nº 10.639/03. Os processos de homogeneização-ocidentalização e mercantilização da educação continuam hegemônicos nessas formações e, conseqüentemente, em todos da educação básica. Para intervir nesses processos, ações afirmativas em garantir educação continuada ou de aperfeiçoamento, com qualidade e aprofundamento nos conhecimentos para superar e enfrentar o racismo, tendo como perspectiva a promoção da igualdade das relações raciais, são cruciais. Por conta disso, este trabalho relata de forma analítica e crítica a experiência do Curso EPIR – “Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola”, desenvolvido pelo Programa Ações Afirmativas na UFMG, desde 2014. O curso tem como público alvo professoras/es da rede pública de educação básica da região metropolitana de Belo Horizonte. Integralmente financiado por recursos do Ministério da Educação, o objetivo do Curso é possibilitar um processo de formação continuada de professoras/es da Educação Básica na perspectiva da promoção da igualdade racial, contribuindo para a construção de alternativas políticas e pedagógicas de compreensão e enfrentamento das discriminações e desigualdades etnicorraciais no Brasil e, em especial, no contexto escolar. Sua organização e funcionamento ocorre de forma semi-presencial, a partir de 14 encontros presenciais e atividades didáticas mediadas pelos professores e tutores através do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, na plataforma “Minha UFMG”, na qual o AVA tem oportunizado vários recursos audiovisuais de estudos, trocas e construção de conhecimentos, no processo de formação. Tanto os encontros presenciais, quanto as atividades didáticas mediadas pelo AVA contarão com o auxílio e acompanhamento d@s professoras/es formadoras/es e das tutoras que

desempenharão as funções de tutoras presenciais e à distância. Ao final do curso de especialização, @s estudantes deverão apresentar um trabalho de conclusão de curso (TCC). As avaliações serão realizadas pel@s docentes durante os módulos, por meio de atividades e uma atividade avaliativa presencial, ao final de cada módulo. Para a conclusão do curso será exigido o cumprimento mínimo de 24 (vinte e quatro) créditos, bem como a apresentação e a defesa pública de um trabalho de conclusão de curso individual. Espera-se com a realização dessa formação que @s docentes, que atuam na Educação Básica, possam compreender e conhecer um pouco mais dos marcos históricos, das Leis e Decretos e os materiais didáticos que foram produzidos para entender a construção do racismo no Brasil e as consequências dele para gerar e aumentar as desigualdades raciais e sociais e superá-lo, combatê-lo na perspectiva de contribuir e propor políticas públicas educativas para além da sala de aula, dos muros das escolas, de promoção da igualdade racial, de mudanças significativas para uma sociedade mais justa e de direitos para poluição negra e demais etnias.

### Comparação entre o modelo estadunidense de inclusão racial, via regra dos 4/5, com os programas de inclusão de negros e indígenas da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

*Eliane da Silva;  
Marcio Roberto da Silva  
Oliveira (UFGD)*

O presente trabalho traz as costumeiras perguntas sobre a inclusão socioeconômica e racial de negros e indígenas no contexto universitário brasileiro – marcado pela racia- lização branca e asiática – em que a UFGD, infelizmente, não foge à regra. Aqui nos perguntamos sobre a distribuição segundo cor/raça, renda e origem escolar dos estu- dantes inscritos, aprovados e matriculados na UFGD antes e durante a execução dos programas de inclusão. Questionamos se a implantação dos programas trouxe, por si só, diversidade segundo cor/raça, renda e origem escolar significativamente maior na UFGD como um todo e nos grupos de curso com maior, média e menor concorrência. O aspecto central de nossas observações está na busca de formas de avaliar o grau de seletividade racial, de renda e de origem escolar na seleção da UFGD antes e durante a implantação dos programas de inclusão. Além disso, buscamos entender o efeito da recente implementação da reserva de 50% das vagas para egressos de escolas públicas na proporção de pretos, pardos e indígenas na universidade, segundo o procedimento indicado na Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012. Contudo, para termos uma refe- rência da eficiência na inclusão de negros e indígenas nos programas brasileiros, bus- camos uma comparação com uma metodologia estadunidense conhecida como Regra do 4/5 ou Regra dos 80%. No caso das ações afirmativas americanas o limite 80% da proporção de uma distribuição de candidatos em uma seleção foi estabelecido como critério quantitativo de indício de discriminação racial na seleção de candidatos em empregos e escolas, ou seja, se a taxa de seleção de um grupo, como por exemplo, candi- datos negros, estiver abaixo de 80% da taxa dos outros grupos isso será considerado como uma prova (ou evidência) de discriminação racial a ser reparada. Essas regras

estatísticas nas ações afirmativas americanas apesar de serem discutíveis, por vez, acusadas de arbitrária, nebulosas e conservadoras, minimamente, oferecem uma referência quantitativa para a inclusão do grupo discriminado. Além disso, essa comparação poderá nos surpreender ao verificar que a Regra dos 4/5 seria capaz de incluir, numericamente, mais negros e indígenas do que os programas de inclusão atualmente vigente na Brasil. Nesse sentido, este estudo buscou verificar se resultados do processo de seleção dos programa de inclusão passaria no teste estatístico dos 80% no que diz respeito à aprovação segundo a cor/raça dos candidatos. Por fim, para explicar o caráter tímido dos resultados nacionais, discutimos o surgimento das cotas e bônus homeopáticos, diluídos, que visam uma inclusão branda de negros e indígenas. Como exemplos de diluição temos as “ações afirmativas” da UNICAMP, da UFCAR, da UFBA, da USP, das universidades privadas que aderem ao PROUNI, entre outras. Nesses casos, as cotas ou bônus para negros e indígenas são de fato subcotas ou sub-bônus, pois não abarcam a totalidade dos negros e indígenas presentes na seleção em questão, mas apenas de negros e indígenas da fração de candidatos que também é oriunda de escola pública ou em outros casos, que comprovam ter baixa renda. Assim, nesses programas de “ação afirmativa”, apenas uma parte dos candidatos negros e indígenas é realmente beneficiada, o que acaba comprometendo, em grande medida, uma efetiva política de desracionalização do espaço acadêmico. Estes resultados, da baixa inclusão de negros, mostram que o Movimento Social Negro do Brasil não reúne poder político suficiente para estabelecer ações afirmativas, de fato, para negros e indígenas em universidades ou que aceitou o engodo de que as reparações históricas e as políticas públicas se limitam aos negros e indígenas de certas origens escolares ou classes socioeconômicas.

### Uma abordagem crítica sobre a Lei de Cotas nas universidades públicas: conquista ou retrocesso?

Maurício Sousa Matos;  
Miriam Gomes Alves  
(UFMG)

Em agosto de 2012 foi aprovada a Lei Federal nº 12.711, conhecida como Lei de Cotas, que institucionaliza em todas as universidades e institutos federais as cotas para estudantes de escola pública e estabelece subcotas para negros e indígenas com os duplos condicionantes de renda e de origem escolar. Observamos em tal política um avanço no cenário histórico de negação e exclusão dos negros, pobres e indígenas do ensino superior, em universidades que antes se negavam a discutir, e até mesmo propor políticas que garantissem e ampliassem a presença não (só) subalterna da comunidade negra. No entanto, verificamos que é pertinente analisar mais intensamente as implicações dessa lei que pode passar de uma conquista do movimento negro e dos negros em movimento para uma realidade de retrocesso. A lei que atualmente funciona sobre um caráter restritivo, limita o ingresso de negros e indígenas no ensino superior, pois as vagas que deveriam ser preenchidas por esses grupos étnicos, acabam sendo ofertadas a estudantes brancos e de classe média e alta, aprofundando ainda mais as desigualdades sociais, além de acirrar a competição entre os grupos já marginalizados. Quando consideramos que os negros têm direito a no máximo 25% das vagas reserva-

das por cotas, sendo que os brancos terão 25% de escolas públicas junto com 50% de escolas privadas, e, portanto 75% das vagas, e com tendência a desigualdade crescer se pensarmos nas proporções dos estudantes de escolas públicas e os de escolas privadas, que é em média de 89% para 11%, ou seja, 89% dos estudantes de ensino médio público ficarão com 50% das vagas, enquanto 11% dos estudantes de ensino médio privado ficarão com 50% das vagas. Com essa diferença, os estudantes do ensino privado (em sua maioria brancos) terão um coeficiente de representação no ensino superior maior que dos estudantes do ensino público (onde estão concentrados os negros). O único espaço em que haverá equilíbrio será nos 25% de cotas de baixa renda, que serão divididas em partes iguais com 12,5% para brancos de baixa renda e 12,5% para negros e indígenas de baixa renda. Tomamos como centro de nossas observações a realidade da UFMG que, em relatório de maio de 2015, apresentou o seguinte cenário pós-adoção de cotas mesclado com a adesão ao Sisu: mais alunos com maior renda familiar média; mais alunos vindos do ensino privado e do ensino público federal; menos egressos do ensino público estadual e menos autodeclarados pretos ou pardos. Resultados que colocam parcialmente em cheque as políticas aclamadas como democráticas e inclusivas. Para fins de comparação, consideramos o avanço significativo, e também pioneiro da UnB (primeira universidade federal a adotar cotas raciais) que já apresenta análises e propostas de superação desse quadro, recentemente com a aprovação de uma cota racial irrestrita de 5% para negros. Os dilemas que ora se apresentam são da ordem de observar, analisar e produzir pesquisas sobre as implicações de tais medidas, inclusive sobre o desenho da Lei de Cotas, refletir criticamente sobre, e pensar alternativas num curto prazo de tempo para conter esse movimento de retrocesso na luta pela inclusão étnica e racial no ensino superior brasileiro.

---

## Comunicações 06/11 - 14h às 18h (sexta-feira)

### “A linguagem didática da universidade nos exclui”: racismo institucional sofrido por estudantes quilombolas na Universidade Federal do Pará-UFPA

*Joana Carmen do  
Nascimento Machado;  
Zélia Amador de Deus  
(UFPA)*

No ano de 2004, foi encaminhada, pelo Movimento Social Negro do Pará, ao Conselho Superior da Universidade Federal uma proposta de Política de Ação Afirmativa para população negra do Estado, que incluía a reserva de vagas para quilombolas, porém ao chegar à Câmara de Ensino de Graduação o referido pleito sofreu sanções e a questão quilombola sequer foi considerada. No ano de 2006, a Universidade Federal do Pará-UFPA, passou a adotar Políticas de Ações Afirmativas para ingresso de negros/as no Ensino Superior por meio do sistema de cotas, que está constituído da seguinte maneira: 50% das vagas dos cursos de graduação da UFPA são destinadas a estudantes que cursaram todo o Ensino Médio em escolas públicas e, desse percentual, 40% serão

destinadas a estudantes que se declararem pretos/pardos. A adoção de tal política não foi capaz de promover a inclusão de uma demanda negra que se encontrava reprimida, a dos estudantes quilombolas, porém, e fruto da luta contínua do movimento social negro do Estado do Pará, em 2013 é criado o sistema de reservas de vagas para quilombolas, considerando que as Comunidades Quilombolas viveram por séculos invisíveis para o país, considerando, ainda, que a população quilombola autoidentificada, no Estado, organiza-se em mais de 422 comunidades e tem participação efetiva no processo de desenvolvimento da Região Amazônica. A implantação de tais políticas afirmativas tem promovido o acesso à universidade, por certo, porém, não estão se concretizando em nível da compreensão e reconhecimento dos direitos específicos da população quilombola. Em cada curso de graduação da Universidade Federal do Pará, duas vagas são destinadas a estudantes quilombolas, que participam do processo seletivo específico, porém a continuidade desses estudantes na Universidade tem sido motivo de debates e denúncias no interior dos Institutos e Faculdades. A finalidade deste artigo é evidenciar o racismo institucional sofrido por estudantes quilombolas na Universidade Federal do Pará, como elemento central para o impedimento do avanço das Políticas Afirmativas nessa IES, uma vez que esse vem elaborado na ação dos professores, dos funcionários e dos estudantes não quilombolas, principalmente nas ações discursivas. Utilizaremos para tanto, as narrativas dos estudantes quilombolas para demonstrar esse universo de tensão e de exclusão no Ensino Superior, elaborando um mapa desse racismo por curso. Importa destacar que a Universidade Federal do Pará foi a primeira universidade no território nacional a adotar a reserva de vagas para quilombolas.

### Programa Ciência Sem Fronteiras e as iniquidades no Brasil: um olhar sobre os bolsistas do DF e da Região Centro-Oeste

*Rovênia Amorim  
Borges; Renísia Cristina  
Garcia Felice (UnB)*

O artigo discorre sobre a participação dos bolsistas de graduação do Distrito Federal e da região Centro-Oeste no Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), no intercâmbio para os Estados Unidos entre 2012 e 2015. A partir de esse olhar acurado, definiu-se por objetivo a construção de um perfil socioeconômico e linguístico desses estudantes, na interseção de gênero, raça e classe. Desde a primeira década deste século, cada vez mais essas categorias analíticas vêm sendo consideradas no ciclo das políticas estratégicas adotadas no Brasil (BRASIL, 2011, p. 40). A partir dessa visão, as ações afirmativas com vistas à redução das iniquidades educacionais tomam fôlego na governança do Estado brasileiro, que se vê em meio à dinâmica imposta pela economia global do conhecimento (MELLO, 2011) e do imperativo de um novo desenvolvimentismo econômico e social. Nesse sentido, ao identificar o perfil dos bolsistas do CsF, o estudo lança luz sobre as lacunas históricas na educação básica brasileira, que refletem na escolarização desigual entre homens e mulheres, brancos e negros, pobres e ricos. Diante do fluxo de estudantes de graduação nos EUA, fazia-se necessário uma amostra de 603 bolsistas, conforme fórmula estatística proposta por Richardson & Cols. (2014). A partir do site oficial Bolsistas pelo Mundo, enviou-se o link do questionário



da pesquisa, obtendo-se uma amostra representativa de 1.283 estudantes de todas as cinco regiões. A análise teve o suporte do software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Na análise dos dados, verificou-se que o Centro-Oeste apresentou um panorama de maior equidade, por vezes impulsionado pelo DF, conforme as observações a seguir: i) no comparativo com os estados da região, o DF enviou o maior percentual de homens e negros; ii) no DF foi encontrado o maior percentual de renda entre as famílias do Centro-Oeste; inclusive de negros/as; iii) no total de bolsistas em cada região, o Centro-Oeste apresentou o maior percentual de negros provenientes de escolas privadas no ensino médio; iv) a escolarização das famílias de bolsistas do Centro-Oeste foi a mais elevada do país; v) os bolsistas do Centro-Oeste foram os que menos precisaram estudar inglês nos EUA, antes do início do intercâmbio. Em suma, os resultados da pesquisa referendam que as políticas de governo precisam e devem ser pensadas de forma articulada a fim de contribuir para a superação das lacunas de um sistema educacional brasileiro que perpetuam, em plena era do conhecimento e da internacionalização da educação superior, as históricas iniquidades de gênero, raça e classe.

### Cotistas e não cotistas dos cursos de direito e medicina da UFAL: entre o sistema de cotas e a discriminação

*Fabson  
Calixto da Silva  
(UFAL)*

As Ações afirmativas de afirmativas ou positivas surgidas no Brasil nos anos de 2000, após a Conferência de Durban na África do Sul, tem garantido ao longo de mais uma década o acesso e a permanência da população negra e pobre no ensino superior, através da política de cotas, que é uma estratégia de ação das Políticas Afirmativas. A partir do ano de 2012, com a promulgação da Lei nº 12.711, as cotas tornaram-se obrigatórias em todas as universidades e institutos federais do país. Dessa maneira, temos assistido antes e depois da Lei uma mudança estrutural nas nossas universidades, não apenas na forma de ingresso, mas na dinâmica das instituições, ao lidar com um público que historicamente tem sofrido diferentes marginalizações, seja no que se refere a sua cor ou sua posição social. Nesse contexto, o ingresso de estudantes cotistas não tem se dado apenas nos cursos de menor prestígio. Medicina e Direito, por exemplo, também tem ocupado (de maneira mais intensa) um lugar de conflito e tensões em torno dessa política, que desde seu aparecimento no Brasil, tem causado divergências, do qual tem formado uma polarização entre os pró-cotas e os anticotas. No entanto, a questão é: quem são os estudantes cotistas dos cursos de Medicina e Direito? Em se tratando de cursos de grande prestígio e ascensão social, ser estudante cotista é ocupar um lugar diferenciado na universidade? Quais os efeitos desta política para os estudantes desses dois cursos? Por meio de entrevistas semiestruturadas com estudantes dos cursos de Direito e Medicina e com base em autores como Bourdieu (1998; 2002), Hasenbalg (1999; 2006), Guimarães (2006; 2013) e entres outros, chega-se a algumas considerações importantes: há um plano imaginário na universidade nesses cursos de alto prestígio que os estudantes cotistas são do tipo diferenciado, de menor valor. Tais

estudantes têm sido vítimas de situações de constrangimentos e de discriminações pelo fato de serem beneficiados pelas cotas. E que as trajetórias dos estudantes cotistas são construídas de maneiras diferentes na universidade, marcadas por situações de desvantagens sociais. Na disputa pelo reconhecimento ou legitimidade em ocupar uma vaga na universidade, os estudantes são expostos a situações de constrangimentos e de intimidações.

### Representação social de alunas de ação afirmativa do IFRR: uma análise com recorte de gênero e raça

*Cristina Nascimento de Oliveira; Juliana Carolina da Silva Lima (IFRR)*

**Introdução:** As políticas de ações afirmativas com recorte de raça são ações dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, visando corrigir as desvantagens criadas e mantidas por uma estrutura social excludente e discriminatória. A Lei nº 12.711/2012 tornou obrigatória a reserva de 50% das matrículas por curso em instituições federais de ensino a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, estratificando por cotas raciais e econômicas. **Objetivos:** Pesquisar a participação das mulheres nas ações afirmativas e sua representação social a partir de um recorte de gênero e raça, com alunas do IFRR – Campus Bom Vista, ingressantes no ensino técnico integrado ao médio em 2013.1 por meio das ações afirmativas. Esse foi o ano de implementação da política de ações afirmativas no IFRR. **Metodologia:** Pesquisa bibliográfica e fichamento. Aplicação de entrevistas semiestruturadas. Uso do banco de dados do Departamento de Registros Acadêmicos (DERA). Apoio do NEABI, com uso do espaço físico para fins de estudo, além de material bibliográfico específico para pesquisa sobre Educação Étnico Racial. **Resultados esperados:** Existem duas políticas de ações afirmativas no IFRR: reserva de 50% para os alunos do ensino público (Lei nº 12.711/2012); e reserva para estudantes com necessidades especiais (Lei nº 8.213/91). Ambas as ações foram implantadas na instituição por força da lei. O processo seletivo do ensino médio integrado ao técnico do IFRR/CBV, em 2013, ofertou 140 vagas. Dessas, 35 destinadas ao curso técnico em eletrônica, 35 para técnico em informática e 70 vagas para técnico em secretariado. Do total das vagas, 50% foram por sistema de cotas. Há uma tentativa de reparação aos grupos sociais que sofreram exclusão étnico-racial no Brasil. Assim, as ações afirmativas surgem como ferramentas contra essas desigualdades. Tais políticas mudam o quadro social brasileiro, garantindo acesso justo às oportunidades. No entanto, elas pouco surtirão efeito se não houver iniciativas a nível institucional voltadas para o acompanhamento e permanência dos alunos atendidos.

### A política de cotas e o acesso de mulheres negras ao ensino superior na UFSC

*Eveline Pena da Silva; Luzinete Simões Minella (UFSC)*

Este estudo, ainda em andamento, visa analisar as condições de acesso e de permanência de mulheres negras que ingressam no ensino superior por meio da política de cotas raciais, a partir de uma abordagem interdisciplinar e de gênero, que reunirá al-



gumas contribuições teóricas da história, da sociologia e da antropologia, por meio de um estudo comparativo envolvendo as mulheres negras que ingressaram por meio da política de cotas Raciais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) nos cursos de direito e engenharia civil, ambos extremamente concorridos, contrapondo-as com as estudantes cotistas dos cursos de enfermagem e serviço social, entendidos no senso comum como “menos prestigiados”. Tem-se como objetivo específico investigar as trajetórias que levaram ao ingresso no curso em que estão, bem como as condições de permanência dessas mulheres no ambiente universitário. Para alcançar os objetivos desta investigação, está sendo realizada uma pesquisa comparativa, com o intuito de refletir sobre os diferentes contextos colocados em questão, para encontrar possíveis semelhanças e/ou diferenças entre eles, por meio de uma abordagem quanti e qualitativa. Partimos de uma abordagem interdisciplinar e de gênero, tendo como técnica de coleta de dados as entrevistas em profundidade e a história de vida. É por meio das entrevistas que estão sendo obtidos os dados subjetivos da pesquisa, ou seja, os dados referentes aos valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados. Como a pesquisa ainda está em andamento, ainda não é possível apontar resultados, mas alguns dados já estão sendo obtidos. No ano de 2012 o Programa de Ações Afirmativas da UFSC completou cinco anos e, nesse período, o acesso da população negra se ampliou significativamente, sendo que de 2004 a 2007 os negros eram cerca de 1% dos ingressantes nos cursos de graduação da UFSC e passaram a ser 4,6% em 2008. Já a porcentagem de alunos pardos que ingressaram entre 2004 e 2007 era 7,5% e passou para 8,7% a partir de 2008. Houve também um aumento dos alunos oriundos de escola pública. De 2004 a 2007 a porcentagem era 25%, passando para 41% em 2012. Em dados absolutos, entraram nesses anos 5.291 estudantes cotistas, sendo 4.150 de escola pública, 1.132 autodeclarados negros e 9 autodeclarados indígenas. Quando se acrescenta à raça/cor a variável sexo os indicadores revelam que em 2004 as mulheres autodeclaradas pretas eram 26 (1,4%) num total de 1814 mulheres aprovadas no vestibular. Em 2012 as pretas passaram a 128 (4,7%) de um total de 2746 mulheres. As mulheres autodeclaradas pardas em 2004 eram 101 (5,6%) e em 2012 passaram a 215 (7,8%). Observa-se que há um aumento na presença de mulheres pretas e pardas, ainda que pequeno, frente ao total de mulheres aprovadas em cada ano. Dados referentes ao processo seletivo do ano de 2015 na UFSC mostram que o curso de direito ofereceu 18 vagas (9 para o diurno e 9 para o noturno, de um total de 94 vagas, divididas igualmente para diurno e noturno), enfermagem ofereceu 7 vagas para candidatos autodeclarados negros (de um total de 39 vagas), o curso de engenharia civil ofereceu 11 vagas (de um total de 57) e o de serviço social 14 vagas (de um total de 42 vagas para o curso diurno e 31 para o noturno), sendo que 8 foram para o curso diurno e 6 para o noturno, lembrando que, até o ano de 2015 (ano de ingresso), o exame de ingresso era o vestibular, passando a ser vestibular e SISU a partir de 2016. Do total de vagas destinada aos cotistas negros oferecidas em cada curso, 6 vagas no direito, 1 vaga na enfermagem, 4 na engenharia civil e 6 no serviço social foram ocupadas por mulheres

negras, números que demonstram o quanto as estudantes negras ainda são minoria nestes cursos. Como pode-se perceber, esses dados são parciais e ainda brutos, sem a devida análise, o que será feito posteriormente.

### Questão racial, monoparentalidade feminina e políticas públicas: breve análise a partir de programas e projetos da política de assistência social

Graciele Alves Babiuk;  
Guilherme Augusto  
Ximenes de Oliveira (UnB)

O presente trabalho tem como objetivo analisar os principais programas/projetos da Política de Assistência Social que possuem majoritariamente entre seus/suas usuários/as famílias em situação de monoparentalidade feminina, cujas provedoras são mulheres negras. Para tanto, realiza-se a mensuração por meio de institutos de pesquisas oficiais, bem como material bibliográfico já publicado. Considera-se que o Estado Brasileiro é abalizado pela dominação da classe burguesa e por uma densa disparidade social que, por sua vez, possibilita a violência estrutural a qual alcança boa parte das mulheres negras, conduzindo-as a condições subalternas de educação, saúde, alimentação e demais necessidades e demandas sociais. Quando se acrescenta a essa discussão o fenômeno da monoparentalidade feminina, observa-se diversas peculiaridades. Nessas famílias, as mulheres são as provedoras do lar e sua prole é sustentada por única renda que, muitas vezes, é insuficiente para arcar com as necessidades básicas da família. Esta situação é acentuada quando se associa a questão de gênero, raça, classe e outras intersecções. Nas famílias em situação monoparental, cuja provedora são mulheres negras (pretas e pardas, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), as diferenças são ainda mais marcantes. Isso é constatado por meio de dados que mensuram a população com o menor rendimento mensal; o menor salário; a menor escolaridade; a maior precariedade no atendimento a saúde; entre outros (SILVA, s/a). Assim, compreende-se que famílias com essa configuração, adicionado a situação raça/ mulheres negras, representam menores condições de proporcionar cuidados básicos para sua prole, fato o qual é atribuído a conjuntura e estrutura social existente, explicitamente desigual (VITALE, 2002). Isso é confirmado por dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2013) - ao constatar que na maioria das famílias chefiadas por mulheres, a provedora se declara negra e 2/3 dessas sobrevivem com renda familiar de no máximo um salário mínimo. Na mesma esteira, existe a necessidade de analisar políticas públicas, neste estudo, especificamente da Política de Assistência Social, que sejam equânimes e que abarquem as singularidades dessas famílias, as quais têm como provedora mulheres negras, que atuam sozinhas a partir de diversificados papéis (mãe e pai, criar e cuidar dos filhos), acompanhando os/as filhos/as em todas as atividades que os/as mesmos/as requerem, exercendo múltiplas jornadas de trabalho.

## Cotas: por um mercado de trabalho mais justo, democrático e representativo

Jaqueline Perroud  
do Sacramento  
(UnB)

Introdução: A construção da sociedade brasileira ocorreu em uma conjuntura política social que apresenta nuances particulares em relação à questão racial. Indígenas, negros e brancos, em diferentes níveis, miscigenaram-se formando uma população em que predominaria uma chamada “democracia racial” (HERINGER, 2002), que na prática nunca existiu. Os negros sofreram um processo de marginalização na sociedade e no sistema econômico. Movimentos negros lutam contra essas desigualdades. Por parte do Governo, após vários anos defendendo a ideia da “democracia racial”, nos últimos anos tem-se buscado tratar o problema; a criação de uma Secretaria para o tema e a implantação de políticas afirmativas relacionadas à raça, são alguns exemplos. Objetivos geral: Essa pesquisa visa demonstrar como as políticas públicas afirmativas são importantes instrumentos que podem colaborar no aumento da representatividade de negros no mercado de trabalho. Específicos: Analisar o papel subvalorizado em que os negros foram colocados ao decorrer da construção da sociedade brasileira; compreender a atual conjuntura profissional a qual a população negra está inserida; avaliar políticas públicas afirmativas voltadas aos negros e negras. Metodologia: Será realizada uma revisão bibliográfica sobre os temas: raça, população negra, desigualdade social, inclusão social, políticas afirmativas e mercado de trabalho. Também serão feitas análises de pesquisas realizadas sobre o assunto. Resultados e Análises: A população negra brasileira foi de mercadoria para problema social. Na cidade, os negros foram excluídos geograficamente e levados a ocupar as periferias sem as condições mínimas, excluída socialmente, sofrendo com o preconceito socioeconômico e racial. O salário médio de um homem negro em relação ao homem branco é cerca de 70% menor, de uma mulher negra chega a 55% (DIEESE, 2013). Aliás, não há, nas grandes empresas, negras e negros ocupando altos cargos, além dos negros serem os que mais sofrem com o desemprego. O processo de formação da sociedade brasileira ocorreu privilegiando brancos e ricos, em detrimento da maior parte da população, os negros e pobres. Como não se proporcionou as mesmas condições entre negros e não negros, as políticas afirmativas se fazem necessárias em busca de equiparação. Nessa busca, destaque-se a política de cotas no ensino superior, que já aumentou em mais de 300% a quantidade de negros nas universidades, segundo o Governo. O próximo desafio é a questão das diferenças existentes dentro do mercado de trabalho, pensando nisso, no último ano entrou em vigor a Lei nº 12.990/2014, que reserva 20% das vagas em órgãos federais para afrodescendentes. Considerações Finais: Percebe-se que ainda há muitos desafios a serem superados em relação à questão racial no Brasil. Quase que diariamente são divulgados casos de discriminação racial e casos de violência ligada à cor da pele. Assim, é essencial incitarmos cada vez mais a discussão em busca de alçar aos negros um papel de equivalência aos brancos dentro da estrutura social. Para isso, a multiplicação de políticas públicas que possibilitem o acesso aos mais diversos

níveis sociais para os negros é fundamental, pois assim estaremos mais próximos da verdadeira posição de representatividade que o negro tem dentro da nossa sociedade. E avançaremos em busca de uma sociedade mais democrática, justa e igualitária.

## GT 8 – JUVENTUDE NEGRA E IDENTIDADE

*Coordenação:*  
*Prof. Me. Leonardo*  
*Rodrigues de Oliveira*  
*Ortegal (UnB); Ma. Larissa*  
*Amorim Borges*  
*(SEPP/IR/PR)*

Este GT se destina à apresentação, debate e formulações propositivas acerca de questões relacionadas à juventude negra brasileira, considerando as diferentes formas de representar e vivenciar os ciclos de vida na diversidade sociocultural. Além disso, diferentes marcadores sociais como gênero, classe, territórios, entre outros, serão combinados para uma maior compreensão das culturas juvenis contemporâneas no que se refere à articulação da categoria raça a fenômenos relacionados à violência, mortalidade e estratégias de enfrentamento a tais questões.

---

### Comunicações 05/11 – 14h às 18h (quinta-feira)

#### O extermínio da juventude negra

*Marinalva*  
*Pereira Severino*  
*(Unicastelo)*

O título aponta para o grandioso número de jovens negros assassinados nas periferias do Brasil. A partir de um TCC desenvolvido pela autora, examinou-se que está em curso uma chacina diária nas comunidades, fato que requer medidas para além do que já está em trânsito, bem como o questionamento: onde estão os jovens negros nesse contexto?; que racismo que silencia suas perspectivas e sonhos?

#### Genocídio de jovens negros na Bahia e a “in”tervenção do judiciário

*Suellen Thaiane*  
*Santos de Oliveira*  
*(UFBA)*

Este artigo faz uma reflexão em torno do genocídio de jovens negros na Bahia e a “in”tervenção do Judiciário. Atentando para os relevantes índices de vitimização e homicídios entre jovens brancos e negros no Brasil, percebe-se a grande disparidade entre as vítimas de tais raças, em que a percentagem de jovens negros vitimados é exorbitante. No entanto, a atuação do Judiciário, na aplicação do código penal, não tem operado à altura do crescimento da mortandade que assola a população de jovens negros na Bahia.

## Movimiento juvenil afroperuano: experiencias de ciudadanía e incidencia de una agenda en crecimiento

Jorge  
Ragael Ramirez  
(UEL)

Este artículo tiene como objetivo discutir la configuración y el proceso organizativo del movimiento de jóvenes afrodescendientes en el Perú a través de la investigación y el análisis de la experiencia de Ashanti Perú la Red Peruana de Jóvenes Afrodescendientes en la lucha dinámica contra el racismo, la discriminación y la pobreza afroperuana, mediante la participación activa y efectiva en el ejercicio pleno de la ciudadanía y los derechos humanos. Se profundizará en la experiencia exitosa de la Escuela de Formación de Jóvenes Líderes Afrodescendientes por medio de la ejecución de acciones presenciales, virtuales y replicas locales que fortalezcan la identidad, liderazgo, derechos humanos y la incidencia política para jóvenes de comunidades afroperuanas, además de generar alianzas estratégicas y acciones conjuntas con instituciones públicas, privadas, nacionales e internacionales para la promoción de una Agenda de la Juventud Afroperuana y políticas públicas de inclusión social que empoderen a la juventud afrodescendiente a un verdadero desarrollo comunitario y su posicionamiento en puestos y espacios de toma de decisiones a nivel local, regional y nacional.

## A metáfora social da violência juvenil no Brasil: gênero, políticas públicas e raça

Isabôhr Mizza  
Veloso dos Santos  
(UnB)

A pesquisa será centrada sobre a juventude brasileira, especificamente sobre a questão da violência juvenil na contemporaneidade no Brasil. Serão abordados temas correlatos acerca da violência juvenil e a fase da adolescência e juventude, as causas da entrada do jovem na criminalidade e delinquência, os efeitos disso na realidade urbana brasileira e consequências posteriores, caso o problema persista, a análise do campo de políticas públicas oportunamente é discutido e tratado na pesquisa, bem como ênfase no que tange as perspectivas de gênero, raça, com foco em entender a relação da juventude negra, de forma que, aborde aspectos e maneiras de prevenir a violência juvenil. Por fim, faz-se necessário, chegar à conclusão se o problema é apenas social ou político ou se ocorre em função de ambas as vertentes analisadas, em função da ausência de políticas públicas de prevenção a essa metáfora social, que representa a violência juvenil analisada através da perspectiva social e política da juventude. O contexto das políticas públicas e a ausência das iniciativas estatais no Brasil, e seu reflexo no cotidiano dos jovens, bem como descrever o contexto político que permeia o tema, as causas e explicações da violência juvenil e as demais maneiras de se prevenir a problemática tanto no campo social quanto político, além de discutir, debater, elucidar os campos sociais e políticos referentes a tal violência.

## “Verás que um filho teu não foge a luta”: uma reflexão sobre a mortalidade de jovens negros no Brasil

Ana Cristina  
do Nascimento  
Peres Albernaz  
(IFB)

Os índices da mortalidade dos jovens negros revelam traços de uma cultura assentada na discriminação, no preconceito e na naturalização da desigualdade social, diante disso, nosso objetivo com esta comunicação é refletir sobre a temática e apresentar propostas de enfrentamento no âmbito da educação.

## Mediação como forma de desafogamento do judiciário e esvaziamento do cárcere

Rebecca Christina R. J. de  
Oliveira (UnB)

RESUMO NÃO PUBLICADO POR ULTRAPASSAR EM MAIS DE VINTE E CINCO POR CENTO A QUANTIDADE MÁXIMA DE CARACTERES ESTABELECIDO.

---

## Comunicações 06/11/2015 - 14h às 18h (sexta-feira)

### Os entraves do discurso na formação da identidade do negro

Adeir  
Ferreira Alves  
(SEEDF)

A formação da identidade do negro no Brasil é tardia, a conta gotas, as duras penas. A rotulação do negro herdou da história um mar de negatividades. A construção da identidade e o reconhecimento da negritude se dão através da historicidade do negro. Sua historicidade é marcada pela escravidão, subserviência, baixa escolaridade, desemprego, pobreza, marginalidade, favelização. As políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial e ao combate do racismo são fundamentais, no entanto, atendem um lado identitário parco por causa do modelo discursal que temos na cultura brasileira. A proposta desse diálogo é que a escola promova um discurso multilateral e prático. Os discursos unilaterais suprimem as vivências subjetivas, as experiências vivenciadas por cada negro. As vivências subjetivas são pontes para o diálogo e, sobretudo, para a formação da identidade e organização existencial do sujeito. A proposta das instituições segue a ordem de um discurso unilateral, que se torna distante das questões existenciais do sujeito.

### RAP (Ressocialização, Autonomia e Protagonismo)

Francisco Celso Leitão  
Freitas (SEEDF)

RESUMO NÃO PUBLICADO POR ULTRAPASSAR EM MAIS DE VINTE E CINCO POR CENTO A QUANTIDADE MÁXIMA DE CARACTERES ESTABELECIDO.

## Criação de um herói na linguagem das HQs.

Moyses Damasceno  
Carvalho (ESMAC)

RESUMO NÃO PUBLICADO POR NÃO ATENDER MINIMAMENTE AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS.

## Identidade e territorialidade da juventude quilombola da comunidade André Lopes do município de Eldorado no Vale do Ribeira - SP

Carlos Lopes dos Santos;  
Marina M. A. Figueiredo  
(UnB)

O quilombo André Lopes, localizado no município de Eldorado - SP, não foge a regra dos outros quilombos espalhados pelo Brasil. Seu território reconhecido e ainda não titulado sofre com vários tipos de ameaças que vão da invasão de grileiros a perda cultural, de construção de barragens a perda histórica e espacial. Desse modo, o estudo da territorialidade e identidade quilombola se justifica pelo fato de que a memória de nossa história precisa ser conhecida, divulgada e preservada. Diante dessa premissa, o espaço no qual foi desenvolvida a pesquisa de campo e nosso objeto de estudo – a juventude do quilombo André Lopes no município de Eldorado no Vale do Ribeira – deram-nos informações de como esses jovens mantêm suas identidades e, por conseguinte, a territorialidade naquele local reconhecido como quilombo, mas que ainda não foi titulado. Denota-se que é a juventude que, de uma forma ou de outra, recebe a cultura material e imaterial de seus antecessores, a juventude quilombola por assim dizer, não é diferente de outros jovens em seus anseios, mas o é na historicidade e forma com que autoidentificam-se ou se afirmam. Buscou-se apontar por meio da pesquisa de campo, como mantêm suas identidades e territorialidade ante as adversidades encontradas, tudo isso através do olhar dessa juventude. Assim, este trabalho teve como objetivo pesquisar como a juventude negra quilombola da comunidade André Lopes do município de Eldorado no Vale do Ribeira - SP, recebe, pratica e mantém suas culturas ancestrais e sua identidade e territorialidade, quais suas perspectivas em relação ao presente e o despontar do futuro. Para tanto, primeiramente houve um levantamento bibliográfico, no qual foi revisto textos que conceituam território e territorialidade, identidade e juventude, e o que foi e é um quilombo em sua forma mais essencial outrora e atual. O trabalho foi conduzido metodologicamente por meio do diálogo e de entrevistas que ofertaram informações em busca de analisar como esse jovem quilombola, mantém ou não, essa identidade e territorialidade face ao reconhecimento e não titulação do território. Os resultados da pesquisa de campo demonstraram que esses têm plena consciência e se reconhecem como herdeiros de um legado histórico de lutas, mas que o reconhecimento não é suficiente para a manutenção de sua historicidade sem o reconhecimento e a titulação de seu território.



## Condições juvenis na comunidade remanescente de quilombos morrinho em Poconé/MT

Zizele Ferreira  
dos Santos  
(UFMT)

O presente tem sua origem em um projeto de pesquisa em andamento apresentado ao mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e aborda as condições juvenis dos sujeitos de uma comunidade de remanescentes de quilombo. Esta pesquisa adota como objeto de estudos a condição juvenil quilombola, partindo para a investigação das práticas sociais e políticas, culturais e educativas de 17 (dezesete) jovens da Comunidade Remanescente de Quilombo Morrinhos, no município de Poconé/MT. Esta é uma pesquisa social, de abordagem qualitativa e que apresenta um estudo de caráter etnográfico, na qual utilizamos, para a coleta de dados, instrumentos que responderiam questões específicas e em momentos específicos. Para tanto, utilizamos questionários, fotografias, entrevistas e a observação participante articulando as perguntas ao nosso objetivo central e o grupo social que nos propomos a pesquisar. A proposição dessa problemática resulta de minha participação em uma aula campo ao quilombo Morrinho, em Poconé/MT. Investigar a relação entre jovens negros e brancos era meu interesse inicial ao entrar no Programa de Pós Graduação em Educação. No entanto, durante minha participação como colaboradora de um curso de “Formação de Professores das Comunidades Remanescentes de Quilombo”, ofertado pelo NEPRE (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relação Raciais e Educação) para oito municípios do estado, dentre eles, professores de Poconé/MT, os estudos proporcionados pelo curso e a partilha das experiências desses professores, ajudaram-me a construir uma identidade negra, se posso dizer, mais afirmativa e a indagar sobre a juventude negra quilombola de Mato Grosso na dimensão de sua cidadania, direitos e deveres, na construção dessa identidade quilombola, elaboração e projetos pessoais e sociais e a relação com as questões políticas de reconhecimento de sua terra. Trataremos aqui de apresentar dados parciais referentes ao perfil sócioeconômico dos 17 (dezesete) jovens investigados de 15 a 24 anos. O estudo pretende, ainda, refletir o cotidiano desses jovens e sua sociabilidade nessa comunidade, bem como, os percursos de escolarização. Dessa forma, busca-se oferecer elementos que auxiliem na compreensão das dimensões de vida dos jovens rurais em Mato Grosso, frente à intensificação dos intercâmbios materiais e simbólicos entre a cidade e o campo, bem como, a aplicabilidade de ações que garantam acesso aos bens culturais e educacionais de forma igualitária à juventude brasileira. Esta pesquisa foi realizada na Comunidade Negra Rural Quilombo Morrinho em Poconé/MT. Comunidade esta que se acessa via Rodovia 0-60/MT, Km 20, pertencente ao distrito de Cangas (27 Km) e que fica a 45 Km da sede do município Poconé. Esse município é um dos mais antigos de Mato Grosso, localizado na Baixada Cuiabana, composto por área do pantanal matogrossense e pela região de cerrado e montanhosa (morraria). Segundo dados do IBGE/2010 a população é de 31.779 habitantes, apresentando 5.888 pessoas com idade entre 15 e 24 anos. A Comunidade Morrinhos é uma das vinte e oito comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares.



## GT 9 – ARTES E LITERATURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

Coordenação:  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Francisca  
Cordélia Oliveira  
da Silva (UnB); Prof. Dr.  
Djiby Mané (FUP)

O GT receberá pesquisas concluídas ou em andamento que analisem, dentre outros suportes literários, textos e poemas que evidenciem a relação entre discurso, cultura, poesia e política na construção da identidade negra a fim de analisar a inserção/exclusão do negro/a como ator/agente de práticas literárias, discursivas e sociais que revelem relações de gênero e de raça.

---

### Comunicações 05/11 – 14h às 18h (quinta-feira)

#### Mar me quer: da prosa à dramaturgia no universo poético-cultural moçambicano de Mia Couto

Vânia Alves  
da Silva  
(IFB)

Mia Couto é reconhecido pela percepção cultural das características africanas, por sua concepção e percepção poética de mundo, o que fez dele um dos grandes expoentes da literatura contemporânea em Língua Portuguesa. Esses caracteres afropoéticos estão retratados na obra *Mar me quer*. Concebida em prosa em 1998, foi adaptada (termo do próprio autor) para o teatro em 2003 por Mia Couto e Natália Luíza. Desse modo, este artigo visa analisar essa transposição do prosaico para o palco; além da mudança de uma linguagem artística para outra, da solidão das duas mãos para a construção a quatro mãos. Para tal, a personagem Avô Celestiano, presença quase mítica nas duas variantes, será a base para estabelecer uma análise literária e psicológica da própria figura, concebida por meio de valores culturais da literatura oral moçambicana e de contextos místicos relacionados ao mar – elemento fundamental na novela e na adaptação teatral. Assim, tem-se por base teórica, o dialogismo de Bakhtin, para pensar a transformação da novela para o teatro e, visto que há uma forte representatividade simbólica do elemento aquático, utilizaremos *A água e os sonhos*, de Gaston Bachelard. Por fim, a partir das ideias de *A letra e a voz*, de Paul Zumthor, analisaremos a estruturação do ideário cultural africano-poético apresentado com ditos e sabedorias populares na construção da identidade (cultural e cênica) de Zeca Perpétuo, de Luarmina e do próprio Avô Celestiano.

## Entre a África e a América: uma ponte chamada provérbio

Alan Santos de Oliveira

A literatura produzida no continente africano abarca séculos, seja por meio da oralidade ou da escrita, e neste contexto encontramos a circulação e a utilização dos provérbios africanos, o mesmo fenômeno ocorre em alguns países que receberam heranças culturais desse continente, a função da utilização dos provérbios, dentre os quais, africanos ou não, circulam pelas artes, escritas, signos, linguagens, religiosidade entre outros elementos fomentados neste continente. Os provérbios africanos não se perderam, nem foram desvalorizados entre os africanos, o que incide é justamente o contrário, são constantemente valorizados, ou reinventados em outros países por seus descendentes. O imaginário e as imagens oriundas da cultura africana estão consecutivamente próximos da produção literária, e não somente nela, mas também no corpo, na poesia, no cinema e outras mídias da Comunicação. Em nossa pesquisa sobre estética da imagem e escrita, temos observado como estes provérbios circulam pela literatura, entre elas, a contemporânea produzida em países da África Negra e da diáspora no continente americano. Propomos abrir espaço para a compreensão da circulação dos provérbios africanos na literatura produzida na África e em países de herança negro-africana, desde a comunicação ancestral humana até a contemporaneidade. Para nossa apresentação, elencamos duas obras produzidas nas últimas décadas dentro do contexto aqui tratado: *Niketche: uma história de poligamia* (2004), da autora moçambicana Paulina Chiziane e *País sem chapéu* (2011), do escritor haitiano Dany Laferrière. Ambas as obras carregam uma metodologia de escrita onde a circularidade dos provérbios e suas cargas de imaginário, orientação e poética que são comumente deparadas em outras obras literárias que podem vir a ser discutidas em nossa apresentação. Nosso objetivo será diagnosticar e dar visibilidade a provérbio, tão desvalido pela cultura ocidental, porém sublimado no contexto da cultura africana e afrodiáspórica e, finalmente, relacionar o diálogo entre as literaturas e os provérbios difundidos nos dois continentes.

## Rami e suas mulheres: trajetórias femininas na narrativa de Paulina Chiziane

Denise Maria  
Soares Lima  
(UCB)

Esta comunicação propõe uma reflexão acerca da representação da mulher moçambicana na obra *Niketche: uma história de poligamia*, de Paulina Chiziane. A análise centra-se na resistência feminina que emerge nos discursos da protagonista Rami, cujas estratégias de luta diante dos infortúnios, adversidades e violências inauditas são construídas e reconstruídas ao longo da ficção, que elege a poligamia para discutir as condições sóciopolíticas da mulher africana em diferentes territórios. Com base nos aportes teóricos de Alain Touraine e Stuart Hall, resgata-se a construção dos conceitos de gênero na narrativa de Chiziane. Focaliza, num primeiro momento, a estrutura da obra: enredo, ambientação, personagens, linguagem, entre outros elementos constitutivos e, em um segundo momento, aborda-se como as narrativas constroem sentido

às questões sociais suscitadas no romance, conjugando a literatura científica com o corpos literário do romance pesquisado. Desse modo, a narrativa articulada de Pauline Chiziane marca a presença dos sujeitos (femininos), dos lugares de onde vêm (África), e do tempo em que se encontram (colonialismo/pós-colonialismo) sob múltiplos enfoques.

### Quarto de despejo: uma leitura da realidade do afro-brasileiro

Amanda Silva Borges;  
Gustavo Augusto Assis  
Faustino (IFG)

No início da colonização, entre 1530 e a abolição em 1888, milhões de negros foram trazidos da África por traficantes e vendidos no Brasil, para trabalharem em fazendas ou em serviços domésticos nas cidades. Essa medida beneficiou uma grande quantidade de proprietários de terras que dependiam da exploração do trabalho escravo para produzirem gêneros agrícolas. Foram aproximadamente trezentos anos de trabalho em que os negros foram submetidos a condições subumanas. No século XIX, o contexto político brasileiro contribuiu para a libertação dos escravos. Contudo, não podemos afirmar que a escravidão acabou no Brasil do dia para a noite. Devemos aqui destacar que a abolição não deu fim à exploração do trabalho dos ex-escravos. Afinal de contas, a Lei Áurea não contava com nenhum tipo de auxílio ou projeto que facilitasse o grande número de negros libertos a serem devidamente inseridos na sociedade brasileira. Essa pesquisa aborda essa discussão, colocando em estudo o livro *Quarto de despejo*: diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus, assim como leituras de textos sobre raça, etnia, consciência negra e ações afirmativas. A escolha de textos ficcionais e não ficcionais tem origem na concepção de que a literatura faz, com seus recursos próprios, representações ou recriações em que os autores negros em estudo buscaram os seus temas no contexto em que viveram e, como selecionaram certos fatos e não outros, criaram uma realidade própria. Isto é, o diário de uma favelada é resultado da experiência de vida de Carolina de Jesus, mas é e não é a realidade dele. O diário constrói diferentes contratos com o leitor: quando se lê um diário, o leitor faz um pacto com o texto, de que o que vai ler é sincero. Mas, fingir não significa mentir, significa, isto sim, recriar. Para dar suporte para as reflexões sobre racismo e preconceito em relação ao negro no Brasil, leram-se *A Clara cor da noite escura*: escritos e imagens de mulheres e homens negros de Goiás e Minas Gerais, de Carlos Rodrigues Brandão; *África, Afrodescendência e educação*, de Marilene da Silva e Uene José Gomes; *Igualdade das relações étnico-raciais na escola*: possibilidades e desafios para a implementação da Lei nº 10.639/2003, resultado de uma pesquisa idealizada pelo Conselho Nacional de Educação e coordenada por Ana Lucia Silva Souza e Camilla Croso.

## Uma identidade conflituosa: a trajetória do personagem Negro Damião da obra “Os tambores de São Luis” de Josué de Montello

Maria Félix de Carvalho;  
Zélia R. Nolasco  
dos S. Freire  
(UEMS)

Esta comunicação é parte da pesquisa que desenvolvo no Programa de Pós-Graduação em Letras na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), nível de mestrado, que busca investigar no romance, *Os Tambores de São Luís*, 1975, de Josué Montello, tomando como exemplo, a trajetória repleta de obstáculos, do personagem Damião, além das crises de identidade desse sujeito que perpassa da escravidão à pós-abolição. Analisar-se-ão os acontecimentos sociais e históricos a que está submetido, na perspectiva de entender o que Stuart Hall chama de crise de identidade, na sua obra *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, 1992. Espera-se que este trabalho possa contribuir para a compreensão do contexto histórico e sobre os fatores sociais que possam ter influído tanto com a construção, como também para a desconstrução da, ou das identidades do negro brasileiro. A pesquisa vai dos pressupostos teóricos da análise estrutural, das questões estéticas e formais, a uma reflexão dialética, literária, social e cultural. Introdução: O interesse da crítica literária pela obra *Os tambores de São Luís* e, conseqüentemente, pelo seu autor Josué Montello, não é recente entre os grandes nomes da nossa Literatura. O autor é comparado aos já consagrados dentro do cânone literário universal, como Machado de Assis, James Joyce e Liev Tolstói. O próprio Josué Montello afirmava que, entre os seus romances, tinha a predileção por esse, que, como outros, foram traduzidos para o francês e sueco, sendo tema da tese do escritor alemão Winfried Kreutzer no Instituto de Filologia Românica da Universidade de Wurzburg. A obra é de tal importância e singularidade que foi declarada pela crítica como sendo o canto em prosa, o grito de denúncia que faltava dentre as obras literárias que retratam a temática da escravidão. Partindo de toda a riqueza dessa narrativa, em que o autor funde realidade e ficção, encontramos a descrição do processo social da escravidão brasileira, através da família do protagonista, Damião. Josué Montello utiliza-se da ficção e parte da chegada dos negros ao Brasil, à luta e fugas que culminou na formação dos Quilombos, às perseguições e a dura realidade do retorno à Casa Grande, chegando a mencionar as sequelas da pós-abolição, ou seja, as péssimas condições sociais em que ficaram os negros após serem alforriados. Dessa forma, dentre tantos fatos encontrados durante o enredo, tomaremos como objeto de análise, a construção da identidade do personagem Damião, que dentre às várias crises de identidade em que se encontra, chega ao ponto de em uma parte de sua trajetória, negar as suas origens afrodescendentes, e assimilar para si alguns valores eurocêtricos, leitura essa que nos faz refletir, e entender mais sobre a construção de identidade deste homem fictício, mas que reflete muitos outros dentro de nossa sociedade que vivenciam situações semelhantes. Revisão da literatura: Esta pesquisa tem caráter bibliográfico, sendo assim, partimos da leitura e análise estrutural da obra, *Os Tambores de São Luís* (1975), através de autores como, Genette, Chiappini e Villares. Da biografia do autor, passando pela análise sobre a construção da identidade, utilizando nomes como de Hall, Eneida, Babha, Spivak. Ressalta se que este é um trabalho em andamento,

portanto outros autores poderão se somar a estes. Considerações e resultados esperados: Esta pesquisa encontra-se em fase inicial, porém, pode-se afirmar que através do levantamento da vida do autor, e da leitura da obra, estamos com um vasto material, uma fonte muito significativa dentro das narrativas que abordam a temática racial na literatura. Espera-se que este trabalho contribua para maior visibilidade da Literatura nacional de caráter afro-brasileiro, como também discuta alguns valores, estereótipos e ideias positivas para sobrepor-las às negativas.

### As narrativas ou contação de histórias quilombolas

Carine Rossane  
Piassetta Xavier  
(IFPR)

Narrar é um ato humano. Desde dos primórdios o ser humano narra suas conquistas e fracassos. A contação de histórias quilombolas pode ser descrita como uma manifestação cultural de um povo tradicionalista da região sudoeste do Paraná. A prática de transmissão dos saberes do povo está sendo estudada muito na área da historiografia e antropológica. A partir das leis políticas que norteiam a visibilidade do povo negro, o olhar cultural está paulatinamente sendo mapeado na questão afro-brasileira. Tendo como base a questão do idoso e a questão afro-brasileira, o presente estudo pretende discorrer sobre uma manifestação artística cultural, a contação de história com idosos, que para o povo negro são nomeadas de líderes quilombolas. Será adotada uma linha epistemológica, com uma metodologia de cunho qualitativo, utilizando pesquisa de campo. O objeto de estudo dessa pesquisa é a busca do resgate da memória invisível, a autoidentificação da Comunidade Quilombola do Rocio, pelas performances das narrativas oriundas da própria comunidade, a partir das contações de histórias. A comunidade quilombola está localizada no município de Palmas, no sudoeste do Paraná. A transmissão de conhecimento cultural é uma tarefa para as pessoas mais velhas da comunidade. Para tal, as líderes, numa contação de histórias, relatam suas experiências e dos seus ancestrais. A troca de experiência geralmente é composta de uma roda de conversa, com chimarrão e pinhão, devido a sua localização geográfica. Nessa relação com a memória quilombola, mostra-se que os participantes selecionados, tendo como critério base a observação e indicação local, principalmente por serem as líderes mais antigas da comunidade, demonstraram, no processo da pesquisa, performances nas narrativas que apresentam pequenos espetáculos para grupos seletos. Para Marques (2008), a transmissão de saberes é, nos espaços de socialidade, o que vai chamar de pedagogia do estar junto. Nesse instante, vale buscar do historiador teatral Berthold (2007), que descreve a expressão teatral, como forma e conteúdo condicionados pelas necessidades da vida. Tanto Marques (2008) como Berthold (2007) apresentam questões pertinentes a este trabalho, pois exploram descrições de narrativas para justificar a cena teatral que está presente nas transmissões dos saberes. A primeira autora com sua pedagogia do estar junto na comunidade quilombola e o segundo autor sobre a historiografia teatral em todos os tempos. Tendo como base teórica da área teatral o sociólogo Benjamin, buscamos compreender a grandiosidade das narrativas ou contação de histórias do quilombo. Nesse momento, citamos Benjamin (1985), que dis-

corre o narrador como aquele que transmite o seu saber. Entende-se que classificar as narrativas quilombolas, como uma prática cultural cênica, é algo aparentemente diferenciado dos costumes tradicionais preservados e transmitidos oralmente de geração para geração. A prática da dramatização, com elementos caracterizadores da contação de história com grupo de idosas ativas, tem se articulado num verdadeiro espaço de construção de saberes. A inovação dessas práticas é constatada teoricamente, no diferencial da realidade brasileira no século XXI, no que se diz respeito, da contação de história e a inserção do idoso ativo. A dramaturgia da oralidade trabalha com textura da contação de histórias, assim adentrando numa terra fantástica onde quase tudo pode acontecer, o mundo dos sonhos sem marcas específicas de tempo ou espaço. No contexto quilombola não poderia ser diferente, para tal, usufruímos da descrição de Cavalcanti (2010), sobre a contação que pode remeter perfeitamente a narrativas quilombolas, a mesma trata-se de um universo de metamorfose constante onde o jogo de aparências, do tempo linear, da verdade abertamente declarada formam textos cheios de surpresas e sutilezas. Ressalta-se que nas narrativas quilombolas encontramos repetições, um processo de aprendizado que é repassado de geração para geração. Porém, devido a mudanças das políticas públicas, e o inserimento das DCE's para o ensino quilombola, esse panorama está modificando a realidade quilombola e cada dia mais inserindo a cultura afro-brasileira para os não quilombolas. Os dados obtidos permitem afirmar que a linguagem cênica contribui na conscientização das novas possibilidades de significação da prática da contação de histórias com líderes quilombolas e o resgate cultural da própria comunidade.

### Ventos do Apocalipse, de Paulina Chiziane, e Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo: laços africanos em vivências femininas

Irineia Lina Cesario  
(Faculdade Fortium)

O presente trabalho busca empreender uma leitura comparativa das obras *Ventos do Apocalipse* (2006), de Paulina Chiziane, e *Ponciá Vicêncio* (2003), de Conceição Evaristo, no sentido de estabelecer um diálogo com o espaço da experiência perceptiva e cultural geradora de imagens libertárias da consciência feminina nos contextos moçambicano e brasileiro. A opção por pesquisar obras produzidas em espaços sociais e políticos distintos, reflete a preocupação em demonstrar que as mulheres continuam buscando formas de se fazerem ouvir, no campo do literário, criando discursos e estratégias enraizadas nas experiências femininas em Moçambique e no Brasil. Dessa forma, a relevância deste estudo consiste em buscar dar visibilidade à multiplicidade de mensagens às quais as escritas literárias femininas, moçambicana e brasileira, são suscetíveis, como transfigurações discursivas de fatos e/ou processos históricos, sociais e culturais locais. A análise teve como foco os pontos de interseção concernentes às marcas do feminino e à presença de uma crítica social às relações de poder e dominação no campo do gênero, no sentido de permitir ao leitor compreender de que forma o texto literário como representação, aborda os enfrentamentos que permeiam as relações culturais imbricadas nas sociedades em que as autoras vivem. Esta hipóte-



se da presença de elementos comuns entre as escrituras de Chiziane e Evaristo ganha confiabilidade a partir do momento em que se acredita no diálogo histórico, cultural e literário entre Moçambique e Brasil.

---

## Comunicações 06/11 – 14h às 18h (sexta-feira)

### O empoderamento do trabalho: profissões, gênero e raça em narrativas da literatura afro-brasileira de autoria feminina

Adélia Mathias  
(UnB)

Nos debates contemporâneos sobre os feminismos, muito se tem abordado as diferentes perspectivas entre o que significa ser uma mulher negra e uma mulher branca no Brasil. No texto “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero” (2001), a pesquisadora Sueli Carneiro aponta que nós, mulheres negras “fazemos parte de um contingente de mulheres [...] que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar!”, isso porque o passado escravocrata brasileiro não deixou que o mito da fragilidade feminina, assim como o da musa inspiradora, fosse atribuído às mulheres africanas e afrodescendentes. Desde a Lei Aurea, mulheres negras trabalham para sustentarem a si e suas famílias nas mais diversas profissões cujos valores patriarcais e machistas não eram ameaçados. Sojourner Truth, no século XIX, já alertava à população de que as mulheres negras trabalhavam como homens negros, que elas não partilhavam os ditos privilégios de gênero com as mulheres brancas, e questionava publicamente se por isso ela, e todas as mulheres negras, não eram mulheres. Na literatura afro-brasileira, as autoras Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Ana Maria Gonçalves e Sônia da Conceição criam em suas narrativas mulheres negras cujo exercício de suas profissões lhes dá a possibilidade de sobreviverem e sustentarem suas famílias, ainda que algumas vezes em condições precárias, e até mesmo as colocam como peças fundamentais em revoluções históricas no Brasil. Catadora de papel, lavadeira, negra de tabuleiro e empregada doméstica são as profissões exercidas pelas personagens negras das autoras citadas anteriormente e representam o trabalho ordinário exercido por muitas mulheres afro-brasileiras e silenciado tanto na história quanto na ficção. Esse silenciamento nega o pioneirismo do trabalho exercido por mulheres negras no Brasil e questiona a legitimidade do exercício de suas profissões, assim como o reconhecimento e a valorização desses serviços. Nessa comunicação, proponho o debate da representação da personagem mulher negra trabalhadora na autoria de escritoras afro-brasileiras. Com o uso de dados da literatura brasileira contemporânea, de teorias feministas afro-americanas e de estudos de raça no Brasil, pretendo evidenciar a importância simbólica da ficcionalização de profissões exercidas por mulheres negras ao longo da história brasileira, defendendo que essas personagens representam o resgate da história trabalhista das mulheres negras e servem como importante instrumento de informação para o público leitor,

capaz de preencher lacunas importantes do passado, pois as relações trabalhistas e de empoderamento dessas mulheres foram apagadas em vários campos sociais, inclusive o simbólico praticado pela literatura, o que em muito contribuiu para a criação de um imaginário coletivo no qual a mulher negra foi vista, durante muito tempo, preguiçosa, vitimista e/ou objeto de cobiça; embora tenha sido, e ainda seja, sujeito ativo de suas conquistas sociais.

### Ler Lia: narrativa dos sentidos e reflexão social

Ana Cristina  
da Costa Gomes  
(GPMC)

Na escrita de Lia Vieira identifica-se a caminhada da literatura negra brasileira que vem se construindo em meio a vários obstáculos. Essas dificuldades que se instalam tanto em relação ao mercado editorial e também no que se refere o seu reconhecimento de sua existência como uma vertente própria da literatura brasileira não são, contudo, impedimento para que ela cumpra as funções de narrar os sentidos que colocam o sujeito negro brasileiro diante de suas histórias e seus valores; mostram-se como possibilidade de reflexão social sobre as desigualdades que estabelecem “o lugar do negro” e ainda garantem a reconstrução de subjetividades que se apresentam livres de estereótipos. Este trabalho tem por objetivo analisar a literatura desenvolvida pela escritora Lia Vieira, com principal foco para o livro *Só as mulheres sangram*, que foi publicado em 2011 pela editora Nandyala, sendo composto por nove contos. Nesta análise, constata-se os elementos que a caracterizam como literatura negra, entendendo a importância da mesma na luta contra o racismo. Nos estudos sobre a produção literária de Lia Vieira é observado como sua tecitura textual transforma as palavras em imagens e estas fazem com que, dialeticamente, se veja a crise e a crítica. As situações são desenhadas na presença do leitor e a comunidade negra, emocionalmente revelada, torna-se, de acordo com György Lukács, “um reflexo da realidade objetiva” (LUKÁCS, 2010). A metodologia utilizada é a de levantamento dos aspectos de produção e recepção literária da obra de Lia Vieira que evidenciam a existência da literatura negra brasileira, mas que também dão identidade própria ao trabalho da escritora que, em conjunto com compromisso de sua militância, tem denunciado as desigualdades a que são submetidas a comunidade negra, mas, ultrapassando a uma escrita panfletária, ela tem produzido linguagem poética. Os referenciais teóricos utilizados estão nas bibliografias sobre literatura negra de Cuti, Eduardo Duarte, Conceição Evaristo. Também compõem a fundamentação deste estudo os seguintes autores: Georges Didi-Huberman, György Lukács, Frantz Fanon para compreender, respectivamente, imagem dialética, teoria da literatura e linguagem e cultura negra. A obra de Vieira traz o entendimento de que, ao deslocar a imagem do negro das forças de subordinação, é possível avançar de encontro ao racismo e outros conflitos sociais que emergem na sociedade, quer na esfera material, quer nos espaços simbólicos.

## Um estudo de alguns dos livros paradidáticos sobre a cultura africana do Programa Nacional de Biblioteca na Escola/PNBE: experiência de pesquisa de um agente educacional da rede municipal de Goiânia

Lennon  
Cunha Lustosa  
(UEG)

A condição de Agente Educacional da Secretária de Educação na rede pública de Goiânia me levou a uma experiência de educação junto a alunos do ensino fundamental regular e da Educação de Jovens e Adultos, quando fui lotado na Sala de Leitura da Escola Municipal Cleonice Monteiro Wolner e na Escola Municipal Brice Cordeiro. As referidas escolas situam-se na periferia da região norte de Goiânia, e isso, por si só, já define o quadro social para o qual trabalhei. Ali se percebe um forte componente racial na demografia do bairro, qual seja uma significativa população negra. Esses são elementos que me despertaram a necessidade de, através de obras paradidáticas de conteúdos afro-brasileiros, discutir e problematizar elementos da cultura africana e da identidade afro-brasileira. Foi assim que desenvolvi uma pesquisa-ação com uso de oficinas com esses alunos tendo como parâmetro esta discussão. Diante dessa experiência, proponho aqui um estudo dos livros paradidáticos quanto aos conteúdos que abordam os elementos da cultura africana. Em outras palavras, proponho uma sistematização das características que vão desenhando a imagem, paisagem, rituais, cores e valores de uma África, até então, desconhecida para esses leitores. O Programa Nacional Biblioteca na Escola / PNBE me oportunizou naquela ocasião (nos anos 2010 a 2014) ter acesso aos livros paradidáticos que foram adotados pela rede municipal de educação de Goiânia desde a implementação dessa política pública, e chegavam à escola. Entre eles cito pelo menos cinco que irão compor este estudo, são eles: 1. *Ifá, o advinho*; 2. *Os gêmeos do Tambor*; 3. *Sikulume e Outros Contos Africanos*; 4. *O Menino que Comia Lagartos* e 5. *As Panquecas da Mama Panya*. Minha idéia é, portanto, apresentar um estudo interpretativo e analítico da composição discursiva desses livros, tendo como categorias de análise interpretativa: o lugar, a paisagem, os rituais, os ícones africanos das manifestações culturais (tambor, animais, lendas, músicas etc). E de que modo a cultura afro-brasileira vai se apresentando nessa maneira dos autores perceberem a África.

## O estudo te dá brancura? Literatura e questão racial em Dalcídio Jurandir

Luiz Augusto  
Pinheiro Leal  
(UFPA)

Esta comunicação trata da trajetória e da produção literária do escritor negro amazônico Dalcídio Jurandir. Tem o objetivo de interpretar, a partir de seus romances, o processo de definição de sua identidade racial evidenciada nas ações de seus diferentes personagens. Filho de mãe negra e pai branco, Dalcídio Jurandir não deixou de abordar a questão racial em suas obras. Como a maioria dos seus romances é citada como parcialmente autobiográficos, o autor rememora sua infância e juventude através do personagem Alfredo, cuja mãe é negra e o pai branco, tal como em sua vida

real. Outras semelhanças entre sua vida e a dos personagens se encontram ao longo de seus romances. Por isso, torna-se possível desenvolver uma interpretação voltada para sua identidade racial, mas partindo de elementos presentes em boa parte de seus romances. Com exceção de *Linha do parque*, Dalcídio denominaria de Ciclo do Extremo Norte a maior parte da sua produção. Foram 10 romances do ciclo: *Chove nos campos de Cachoeira* (1941), *Marajó* (1947), *Três casas e um rio* (1958), *Belém do Grão-Pará* (1960), *Passagem do inocentes* (1963), *Primeira manhã* (1968), *Ponte do galo* (1971), *Os habitantes* (1976), *Chão dos lobos* (1976) e *Ribanceira* (1978). É em *Chove nos campos de Cachoeira* que Dalcídio lança dois personagens que se farão presentes ao longo da maioria dos seus livros. Amélia e Alfredo, mãe e filho, terão suas ações construídas, em grande parte, em torno de suas identidades raciais. O eixo da questão é a angústia de Alfredo por ter nascido mulato e rejeitar, no princípio, a cor da mãe. A rejeição era motivada especialmente pelos limites à mobilidade social na vila de Cachoeira devido ao racismo herdado das relações escravocratas e patriarcais. O pai havia sido funcionário de prestígio em um órgão público local. A mãe, contudo, foi morar com ele, a seu convite, com a finalidade de ser sua cozinheira. Era uma forma de iniciar um casamento entre grupos raciais distintos. Na vida real, o pai de Dalcídio, Alfredo Nascimento Pereira, era paraense, filho do português Raimundo do Nascimento Pereira, um militar condecorado por D. Pedro II como Cavaleiro da Ordem da Rosa, honraria amplamente distribuída na época. Sua mãe, Margarida Ramos, também paraense, era filha de Florentino Ramos, ex-escravo. Homens, mulheres e crianças negras marajoaras ou de Belém transitariam por seus romances como personagens importantes para o desenrolar da narrativa. Além do significado imediato de interpretação de suas trajetórias, ao longo dos romances, como elementos culturais da região, a referência a alguns destes personagens contribui para se compreender a própria identidade racial do autor. Em *Chove nos campos*, o personagem Alfredo representaria o Dalcídio Jurandir em sua infância. Nos demais romances do Ciclo Extremo Norte, Alfredo voltaria a aparecer vivendo diferentes aventuras, mas geralmente relacionado com personagens negros. Destacam-se, neste sentido, o tio e a mãe do personagem.

### Quem é a mais bonita? Uma análise da representação dos padrões de beleza construídos com base na cor da pele

Rodrigo  
dos Santos Camilo  
(UnB)

O estudo propõe a investigação da representação e da disseminação de padrões de beleza constituídos a partir da predileção por características inerentes à cor da pele de uma parcela dos atores sociais brasileiros. Para esse estudo, serão analisadas duas edições da Revista “Estilo de Vida”. Assim sendo, esse trabalho se constrói à luz da Análise de Discurso Crítica (ADC) e da perspectiva da Representação dos Atores Sociais. Os resultados expressam que referências de modelos de beleza negra são excluídas na representação realizada na revista estudada e, desta forma, são incluídos e legitimados padrões ligados à cor branca da pele.

## Com quem está o poder da fala? Crenças sobre a aprendizagem de língua inglesa de estudantes negras dos cursos de Formação Inicial Continuada do Instituto Federal de Brasília

Caroline Carvalho;  
Leandro Lisbôa  
(IFB)

Por meio dos diversos autores estudados ao longo do semestre e de seus textos que apresentavam diversas maneiras e situações em que o estudante leva suas crenças e situações do cotidiano para seu aprendizado os pesquisadores tiveram a ideia de produzir o artigo “Com quem está o poder da fala?: Crenças sobre a aprendizagem de língua inglesa de estudantes negras dos cursos de Formação Inicial Continuada do Instituto Federal de Brasília”, que vem apresentar quais são as crenças existentes em quem inicia um curso de língua estrangeira (no caso, inglês) no instituto. Algo corriqueiro que aconteceu, inclusive, conosco, no momento em que iniciávamos nossa prática pedagógica ao longo do processo formativo, não estávamos dissociados de nossas crenças. Além disso, observamos que, ainda hoje, a mulher é vista como “subalterna” e inferior ao homem em muitos aspectos, muitas vezes executando as mesmas atividades e recebendo menor mérito por isso. Essa ideia de subalternidade é uma herança do Brasil colonial e atinge, sobretudo, a mulher negra. Contudo, a duras penas, esse pensamento vem sendo discutido com esperança de desconstrução. À luz dessas considerações, verificaremos como os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) podem ajudar na desconstrução de tais crenças das estudantes negras do Campus, na tentativa de “desmanchar” os olhares e discursos colonialistas que se instauram desde o país como colônia. Proporemos às alunas negras dos cursos FIC de inglês do Instituto Federal de Brasília, do Campus Riacho Fundo, que prestem o importante papel de mostrar suas barreiras existentes no início do curso e as vencidas (ou não) por elas dentro de uma sociedade advinda da escravidão, até o chegado momento de emancipar-se e tornar-se independente dentro de um contexto que, ainda hoje, é preconceituoso. Como referências temos Spivak (2010), que em seu livro em seu livro intitulado *Pode o subalterno Falar?*, diz que o discurso excludente que cerca as mulheres negras é o que as fazem ser colocadas nos “seus lugares”, ou seja, na posição de submissas e subalternas. E Chimamanda Ngozi Adichie (2014), que em seu livro *Sejamos todos feministas*, põe-se como exemplo do contrário, mostrando que, mesmo sendo mulher, negra e nascida em um país de terceiro mundo teve êxito ao opor-se ao discurso preconceituoso e generalizado de que a mulher negra pertence exclusivamente a classe serviçal.



## GT 10 – QUESTÃO RACIAL E O MUNDO DO TRABALHO: EXPERIÊNCIAS DA FORÇA DE TRABALHO NEGRA NA CONTEMPORANEIDADE

Coordenação:  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Marjorie  
Nogueira Chaves (UnB);  
Ma. Tatiana Dias da Silva  
(Ipea)

O critério racial aparece como uma variável significativa na distribuição desigual das ocupações, recursos e oportunidades. A naturalização das coincidências entre as linhas de cor e as linhas de classe faz com que as desvantagens sociais dos grupos discriminados sejam não apenas invisibilizadas, como perpetuadas em nossa sociedade. Ainda que o racismo corresponda às dimensões simbólicas calcadas nas marcas raciais dos distintos grupos, tem efeitos reais nas estruturas sociais, políticas e econômicas. Os mecanismos de manutenção do racismo operam de forma a criar barreiras ao acesso aos direitos sociais e geram implicações na distribuição das ocupações do mercado de trabalho em que a população negra e, especialmente, as mulheres negras estão concentradas em ocupações precárias e de menor prestígio social. Este GT receberá propostas de pesquisas concluídas ou em andamento que abordem as relações entre a questão racial e o mundo do trabalho.

---

### Comunicações 06/11 – 14h às 18h (sexta-feira)

#### Divisão racial do trabalho na contemporaneidade: uma reflexão sobre trabalhadoras domésticas no Brasil

Renata  
Araújo Matos  
(UnB)

Na América Latina, o trabalho doméstico é a categoria profissional que agrega o maior número de mulheres trabalhadoras: são cerca de quatorze milhões, isso sem considerar as trabalhadoras que não possuem registro, as imigrantes, entre outras (OIT, 2010). No contexto brasileiro, o trabalho doméstico também se destaca como uma das atividades profissionais que soma o maior número de mulheres (BRITES, 2013), dos 7,2 milhões de trabalhadores domésticos do Brasil, aproximadamente 6,7 milhões são mulheres (PNAD, 2011). A naturalização das tarefas domésticas como componente intrínseco da mulher gera a ideia de que não existe aprendizagem prévia para a execução das mesmas (SORATTO, 2006). O trabalho doméstico, em sua forma remunerada ou não, sempre está relacionada à divisão sexual do trabalho, sendo uma tarefa socialmente construída como de responsabilidade natural feminina. Cabem a ela os cuidados com a limpeza da casa e com a alimentação familiar, e é sugestivo que em uma sociedade sexista haja pouca visibilidade da importância do desenvolvimento dessas atividades para (re)produção da vida social. Devemos, entretanto, considerar que a variável racial produz gêneros subalternizados. Isso indica que as mulheres indígenas e negras possuem necessidades específicas, que não permitem que elas sejam tratadas exclusivamente sob a ótica da questão de gênero, se esta não considerar

as diferenciações que definem as mulheres (CARNEIRO, 2003). Suely Kofes (2001) destaca dois tipos de socialização presente entre as mulheres, aquelas que aprendem desde cedo os códigos do ser patroa e aquelas que são socializadas no sentido de serem trabalhadoras domésticas. “Ainda, porque definido e definidor de feminilidade, o doméstico é também onde mulheres se diferenciam (em sua desigualdade) como patroas e empregadas domésticas” (KOFES, 2001, p. 97). Em outras palavras, pode-se dizer que as mulheres compartilham o mesmo espaço social, o doméstico, mas não o ocupam da mesma forma, pois são socialmente diferenciadas pela classe e pela cor. Durante o Brasil colonial, o trabalho doméstico foi executado por mulheres escravizadas e mulheres pobres. Eram as escravas da casa-grande que garantiam a manutenção da vida doméstica e suas obrigações iam desde as atividades de limpeza dos espaços físicos aos cuidados das filhas/as dos/as escravizadores/as. Hoje, 62% das trabalhadoras domésticas são negras e recebem salários 15,6% menores do que os das brancas. Possuindo também escolaridade menor, 06 anos de estudos contra 6,4 anos das trabalhadoras brancas (BRITES, 2013). Para Joaze Bernardino-Costa (2014), existe a naturalização do corpo e da imagem da mulher negra “a uma posição no sistema de estratificação social brasileiro (que não é simplesmente uma herança do nosso passado colonial, mas um fenômeno retroalimentado pelas práticas cotidianas atuais)” (BERNARDINO-COSTA, 2014, p. 153). Existe, no Brasil, um histórico de discriminações e não reconhecimento dos direitos das trabalhadoras domésticas. Apenas em 1972 essa categoria foi reconhecida na legislação brasileira, adquirindo não mais que os direitos à carteira assinada, previdência e férias. A chamada Constituição Cidadã, de 1988, por sua vez, não abrangeu esse grupo em sua totalidade de direitos. E somente em 2013, por meio da Emenda Constitucional 72, - conhecida como PEC das domésticas – as/os trabalhadoras/es domésticas/os foram equiparadas/os legalmente aos demais profissionais. O trabalho aqui proposto busca analisar a constituição histórica da trabalhadora doméstica. Procurando refletir sobre divisão racial do trabalho na sociedade brasileira, a tardia regulamentação do trabalho doméstico, enquanto categoria profissional, é tomada como ponto chave de análise da desmistificação do ideário de democracia racial no Brasil.

## Nova divisão racial do trabalho? Uma análise do trabalho doméstico no Brasil

*Alina  
Freitas Praxedes  
(UnB)*

Antes mesmo da relação Capital x Trabalho a mulher já estava inserida em atividades voltadas para o lar e/ou em trabalhos considerados feminizados de “inferioridade hierárquica, baixos salários e por atividades consoantes as suas supostas capacidades inatas” (DIAS, 2009), sendo uma delas o trabalho doméstico, que é historicamente desvalorizado e precarizado a nível mundial, construído no bojo hierárquico de raça, gênero, classe e geração. O trabalho doméstico remunerado ou não, é ignorado pela legislação trabalhista, sendo considerado uma inatividade econômica, sobretudo pela construção histórica e política de uma sociedade patriarcal, onde é imposto socialmen-



te para o gênero feminino o desempenho dos afazeres domésticos, independente da inserção no mercado de trabalho. E mesmo que essas mulheres desenvolvam funções análogas que os homens e trabalhem mais horas, possuem salários menores e essas desigualdades se tornam mais latentes quando discorremos sobre raça. O trabalho doméstico é uma ocupação que emprega milhares de brasileiras, porém a profissão foi privada do acesso total e/ou parcial dos direitos trabalhistas, sendo excluída em 1943 com a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e na Constituição Federal de 1988. Apesar de alguns avanços na categoria atualmente, ainda assim, o trabalho informal é um dos maiores desafios para desencadear o fim de um dos redutos da escravidão no Brasil. Através da PEC das domésticas é possível que consolide alguns direitos trabalhistas em acordo com outros trabalhadores assalariados. A luta dessa classe trabalhadora vai além da regulamentação, e tem como um dos desafios acabar com a perpetuação e reprodução dos pensamentos e valores arcaicos que naturalizam a escravidão e outros tipos de exploração. De modo a perpetuar a lógica escravocrata, a luta pela efetivação das legislações trabalhistas inerentes a esse segmento é ignorada politicamente, socialmente e midiaticamente. A análise do trabalho tem como objetivo iniciar a discussão sobre a PEC das domésticas e os possíveis benefícios após a sua concretude, tendo a necessidade de investigar teórica e analiticamente a atual configuração do trabalho doméstico remunerado em âmbito nacional, marcado predominantemente pela reprodução e sustentação das desigualdades de gênero e raça e quais as suas consequências diretas para as condições de vida e trabalho das trabalhadoras domésticas negras do país.

## Do trabalho doméstico aos serviços de limpeza terceirizados: uma análise fílmica

Marjorie  
Nogueira Chaves  
(UnB)

Este trabalho integra pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade de Brasília (UnB). A pesquisa consiste em analisar as relações de trabalho de mulheres negras trabalhadoras dos serviços de limpeza terceirizados da referida universidade, a partir dos aportes teóricos da Política Social, dos estudos das relações raciais e do pensamento contemporâneo de mulheres negras. Pesquisas recentes têm apontado as desigualdades raciais como entrave à ascensão econômica de mulheres negras dentre a classe trabalhadora. Embora a produção de dados desagregados de gênero e raça apontem para a necessidade de se problematizar questões relativas à inserção e permanência desse grupo no mercado de trabalho, os estudos que abordam relações de gênero no mundo do trabalho pouco têm avançado em análises que considerem a questão racial. Na sociedade de classes, o racismo opera na manutenção do privilégio da brancura, de modo que, a discriminação racial é indissociável de interesses econômicos. Ao confrontar a participação de trabalhadoras negras e brancas nos mercados de trabalho metropolitanos, verifica-se que, mesmo em equivalente situação de recrudescimento da flexibilização dos direitos trabalhistas e das relações de trabalho, as desigualdades raciais podem ser percebidas na

diferença de rendimentos recebidos por negras e brancas, na concentração de negras em ocupações de menor prestígio social e na rara presença de trabalhadoras negras em postos de direção e planejamento. Nesse sentido, o documentário “Antes, Agora e O que Há de Vir”, de Lucas Umbelino e Bia Sabiá (2015), descortina as experiências de mulheres negras em seu cotidiano de trabalho no setor de serviços de limpeza terceirizados da UnB. O objetivo desse trabalho é apreender, através da análise crítica do sentido e da forma desse elemento audiovisual, a totalidade social concreta em que se insere essas trabalhadoras. Para a análise, considera-se a reflexão a partir das perspectivas teóricas supracitadas, que vão muito além de um entendimento dos elementos da linguagem audiovisual. A partir da experiência de mulheres reais, espera-se não apenas evidenciar as assimetrias que caracterizam a sociedade patriarcal-racista e o lugar de subordinação ocupado pelas mulheres negras na base da pirâmide social brasileira, mas evidenciar as brechas que constituem formas de resistência.

### As mulheres negras na hierarquia empresarial

*Luciana Mello  
dos Santos  
(SEPPIR/PR)*

O presente trabalho de pesquisa objetivou agrupar dados referentes às desigualdades de gênero, com especial destaque para a incipiente presença das mulheres negras nos quadros executivos das empresas privadas brasileiras, não obstante seu nível de escolaridade. A carência de dados referentes à presença das mulheres negras nos quadros funcionais executivos das empresas pode ser verificada concomitantemente com a ausência do recorte raça/cor na coleta de dados e monitoramentos referentes à força de trabalho nas organizações. Ao não incorporarem tal recorte os trabalhos mostram-se ao final incapazes de retratar a presença e posição dessas pessoas no ambiente corporativo, replicando o que ocorre no ambiente macrosocial. Embora as pesquisas disponíveis apontem uma redução no hiato entre os gêneros no que se refere ao percentual presencial nos quadros funcionais das empresas e nos níveis de rendimentos, não são apontados dados específicos referentes às mulheres negras a fim de que sejam comparados com os demais grupos. Durante a pesquisa, nas fontes consultadas, o grupo mulheres negras é pouco especificado e sua posição na hierarquia das empresas, se existente, não é identificada. Dessa forma, o resultado final das pesquisas e levantamentos geram conclusões ineficazes na tarefa de municiar as organizações em suas decisões estratégicas de gestão que lhes alavancar sua competitividade e desempenho em consonância com o macro ambiente no qual está inserida e opera seus negócios. Estudos já apontavam, há mais de uma década, que a mulher negra compunha o grupo com entrada mais precoce no mercado de trabalho, permanência mais duradoura e maior investimento em escolaridade. Isto posto e corroborado pelos dados que serão levantados nesta pesquisa, caberia às organizações examinarem, através de suas ferramentas de gestão, quais razões explicam a ausência de pessoas que correspondem a mais de 50% da população feminina do país (51,72% segundo a PNAD 2013). Foi pesquisada bibliografia específica quanto à posição da mulher no mercado de trabalho, de forma ampla, a fim de serem identificados os aspectos gerais, sendo essa inicialmente com-

posta por trabalhos e artigos acadêmicos. Em uma segunda etapa foram verificadas fontes que atendessem especificamente à questão central objeto da pesquisa sendo o material consultado composto por artigos acadêmicos, matérias publicadas em jornais e revistas, além de dados estatísticos oriundos de pesquisas realizadas por instituições nacionais e internacionais, sendo alguns dos resultados identificados apresentados a seguir. De acordo com a pesquisa “Relatório de Mulheres na Administração das Empresas Brasileiras - 2010 e 2011”, realizada pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), que apresenta a especificidade da presença feminina em conselhos de administração de empresas privadas no Brasil, em 66,3% das empresas pesquisadas não foi identificada a presença feminina nos conselhos tendo como ano base 2011. Todas as empresas participantes da pesquisa do IBGC são as listadas na bolsa de valores e os dados são oriundos do Formulário de Referência de 2010 da BMF & Bovespa. Em outra pesquisa, realizada pelo Instituto Ethos e intitulada “Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas - 2010”, dos 1.506 postos em nível executivo, apenas 207 eram ocupados por mulheres, o que corresponde a um percentual de 13,74% contra 86,26% dos cargos sendo ocupados por homens. A mesma pesquisa apontou não haver dados referentes a ações afirmativas de promoção da participação da mulher negra nos quadros funcionais das empresas. Com base na metodologia utilizada e fontes consultadas foi possível concluir que as assimetrias de gênero e raça nos níveis hierárquicos mais altos das empresas privadas brasileiras careceriam de investigação mais aprofundada quanto às suas raízes no ambiente corporativo a fim de que possam ser pensadas formas de corrigi-las.

## A Religiosidade como condição para o trabalho

*Indiamara  
Pickler Machado (IFPR),  
Juliana Rodrigues  
(UNOESTE)*

Este trabalho tem por finalidade conhecer as práticas religiosas muçulmanas sendo adotadas por africanos, para possibilitar a entrada em empresas de abate halal. Por meio de entrevistas de história de vida com africanos residentes no Paraná é que se chegou a essas conclusões. A religião na África é diversificada e a maioria dos africanos são adeptos ao cristianismo e islamismo. Muitos também praticam as religiões tradicionais africanas. No entanto, quando os africanos migram para o Brasil, independentemente de sua religião, eles aderem ao Islamismo como condição de aceite ao trabalho. A entrevista também identifica as condições de trabalho, que por sua vez nos revelaram trabalhadores que tem subsídios para serem comportados em cargos melhores por terem ensino superior, mas que não são assim sucedidos pelo preconceito, pela condição e distribuição desigual das ocupações, recursos e oportunidades, tanto pelo preconceito racial, quanto ao preconceito identitários do imigrante africano. Hoje o preconceito vem sendo camuflado de várias formas, não é mais declarado de forma maciça, mas nas relações de trabalho, salários, essa situação fica mascarada ideologicamente e só quem está vivendo essas experiências pode dar voz aos seus. Essa experiência não é relatada por outros entrevistados, talvez pelo receio em perder o trabalho que os mantêm no Brasil. Muitos africanos oriundos de diversos países vêm ao Brasil

em busca de oportunidades melhores, outros vêm para estudos, como é o caso do nosso entrevistado, por mais que seja doloroso negar as culturas e suas identidades, essas questões religiosas são modificadas como forma de submissão e condição de sobrevivência em outro país. Ser negro brasileiro já é difícil, então ser negro e estrangeiro por sua vez é mais difícil ainda. A religião como condição do trabalho ocorre porque o abate halal mantém relações de comércio com países Islâmicos, que só aceitam ingerir alimentos, no caso, a carne que é abatida em nome de Alá, obedecendo todo o ritual Islâmico, do qual somente um muçulmano sabe fazer, dá as condições de trabalho para esses estrangeiros.

### As escravas de ganhos alforriando os homens: a criminalização das mulheres negras por tráfico de drogas

Luciana  
de Souza Ramos  
(UnB)

O presente trabalho tem por objetivo apresentar um debate crítico e as possibilidades teóricas para entender o aumento do encarceramento feminino por tráfico de drogas, a partir da relação entre os mundos do trabalho feminino, o do tráfico e a questão racial. Desde o início de sua história, o Brasil foi constituído por desigualdades. Desde escravidão, seguida de políticas de embranquecimento populacional, guetificação e favelização, o direito penal sempre esteve acompanhando e até mesmo garantindo a desigualdade social e racial no país. Na época da escravidão, as sanções eram justificadas pela vontade do “sinhô”. Torturas e massacres legitimados por um direito penal privado, enquanto ainda não era existente codificação de condutas permitidas e proibidas e as sanções relativas às desobediências previstas por um Direito Estatal, o que valia era a palavra – e a vontade – da elite branca, o que não se mudou muito nos últimos anos (FLAUZINA, 2008). Enquanto Wacquant (2006) fala sobre as “instituições peculiares” das quais se valeu o Estado norte-americano durante toda sua história de solidificação da segregação racial no país, aqui estamos nós, nos mesmos guetos, “slavejobs” e criminalizações presentes no norte desse continente escravocrata. Proibia-se o casamento, a coabitação ou a mera conjunção carnal interracial, para que a tão zelada supremacia branca continuasse sendo autopreservada. Aqui, em meio a estupros e assédios, a população miscigenada que nunca daria certo por conter sangue negro buscou, da mesma forma, preservar a supremacia branca. O extermínio através de incentivada - e até mesmo financiada - imigração europeia na tentativa de se constituir uma mão-de-obra branca, da proibição do acesso a terras, a empregos, à formação, é perpetuado ainda hoje pelo alto índice de encarceramento da população brasileira. Se ontem o direito penal promulgava leis de vadiagem – criminalizando o direito de ir e vir, de exercer a própria liberdade – e proibia a posse de terras por pessoas negras, hoje se criminalizam drogas, tão temidas pela moralidade média branca. O mercado de trabalho para as mulheres, principalmente para as mulheres negras, ainda é um espaço de reprodução das discriminações de gênero, salários menores que o dos homens, maiores taxas de desemprego para as mulheres, maior precarização do trabalho feminino e reforço da divisão sexual do trabalho. O mercado das drogas reflete a divisão e

discriminação gênero também nas suas relações, e vem recrutando cada vez mais mão-de-obra feminina negra, principalmente para funções de menos prestígio, como mulas e aviões, que são a maioria. Além do mais, no Brasil, o sistema penal foi, desde sempre, usado para controlar, segregar e punir os corpos negros, o cenário atual tem mostrado a eficiência do sistema em se tratando da lógica segregacionista e seletiva. De acordo com os últimos dados lançados pelo IPEA, 67% da população carcerária brasileira é negra. Quando se trata de mulheres presas, a divisão racial é extremamente gritante, uma vez que o número de mulheres negras presas (17.872) é quase o dobro do número de mulheres brancas (9.991). Dessa forma, questiona-se: como vem se dando essa relação no mundo das drogas e precarização do mercado de trabalho para mulheres negras? Em que medida o sistema punitivo reforça o racismo e a segregação do corpo negro das mulheres que atuam no mercado informal das drogas, reproduzindo, em alguma medida, o controle feito no início do século XIX das escravas de ganho? Para tanto, foi realizado trabalho de campo por dois meses na Penitenciária Feminina do DF, com entrevistas a mulheres negras em situação de prisão e etnografia. A escolha do DF se deu em virtude de ser a Unidade da Federação que mais encarcera mulheres por tráfico de drogas no país. Assim, buscou-se fazer um resgate histórico sobre a posição das mulheres negras no âmbito do trabalho, construindo alegoricamente com a figura das Escravas de Ganho ou Ganhadeiras, para entender o papel que vem sendo desempenhado pelas mulheres negras trabalhadoras na sociedade capitalista, e qual o reflexo disso no recrutamento para o tráfico de drogas.



## GT 11 – GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA

Coordenação:  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joelma Rodrigues  
da Silva (FUP);  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciene de  
Oliveira Dias (UFG)

Nas últimas décadas, temos assistido a uma proliferação de produções comprometidas em visibilizar o protagonismo das mulheres negras na história da sociedade brasileira. Temos visto um universo em expansão: o mundo do trabalho, da educação e da escolaridade, as sexualidades, a estética, os movimentos sociais, as produções literárias, as artes plásticas e cênicas, a maternagem/maternidade. Enfim, trabalhos/pesquisas realizadas individual ou coletivamente são esperados para diálogos fecundos nesse GT.

---

### Comunicações 05/11 – 14h às 18h (quinta-feira)

#### O sonho de ser “Miss Mulata” e a valorização da mulher negra: representações e identidades em um concurso de beleza (1969-1999) – RS

Beatriz  
Floôr Quadrado  
(UFPEL)

O trabalho de pesquisa tem como temática o concurso de beleza intitulado “Miss Mulata” da cidade de Arroio Grande, região sul do Rio Grande do Sul. O concurso tem origem em 1969 e seu último ano de realização foi 1999, sendo que em 1989 deixa de abranger apenas a região sul para se tornar Estadual. Segundo entrevistados, o concurso tinha o objetivo de valorizar a beleza da mulher negra, e é nessa questão, levando em conta a trajetória da mulher negra e da criação da mulata na história brasileira, que se coloca o seguinte problema: até que ponto o concurso pode contribuir para o fim do racismo e preconceitos sobre a mulher negra nas regiões que abrange, levando em conta, principalmente a terminologia utilizada para denominação do mesmo? A principal metodologia do trabalho é a História Oral, e até o presente momento, foram realizadas duas entrevistas com o fundador do concurso, e mais quatro entre candidatas e eleitas no evento. Levando a destacar neste trabalho, em específico, as diferenças da entrevistadora com suas fontes de entrevista, no que tange a raça, cor e idade, ou seja, a maioria dos entrevistados narraram suas memórias à uma jovem historiadora não negra. Provavelmente foi relevante para a exposição das narrações, assim como para a postura da entrevistadora, que deve perceber essa diferença, e jamais negá-la. Estão sendo analisadas fontes como fotografias, vídeos e o jornal “A Evolução”, publicado na cidade de Arroio Grande, que cobriu todos os anos do concurso. O principal objetivo da pesquisa é entender o uso da terminologia “mulata” para o concurso junto à identidade desse grupo. Para tratar da problemática, especificamente, são essenciais os estudos de Stuart Hall, destacando suas ideias sobre representação, linguagem em que se utiliza constantemente da semiótica de Saussure, assim como questões ligadas

à negritude e identidade. Para o autor, o significado da linguagem pode ser reapropriado, ou seja, não pode ser fixado definitivamente. Obviamente, também se faz relevante trabalhar sobre as questões históricas envolvendo a criação de estigmas sobre o corpo negro e a história de luta da negritude sobre a estética, como O Bloco Ilê Ayê nos anos de 1960 até movimentos internacionais, e influenciadores, como “Black is Beautiful” em meados dos anos de 1980. Precisa-se colocar que as relações raciais no Rio Grande do Sul devem ser analisadas de maneira especial, visto que, por muitos anos, foi negada a escravidão, sendo construído um pensamento de que nesse Estado a escravidão era menos violenta. E também se fez acreditar em um número reduzido da população negra como integrante da sociedade. Um espaço que, até mesmo pela forte imigração, predominou e dominou a identificação com lusos e platinos. Por volta de 1930, enquanto o país construía uma identidade nacional ligada à mestiçagem, no Rio Grande do Sul se minimizava a presença negra. Foi preciso também voltar-se ao idealizador do concurso e entender como e por que fundou um concurso de beleza especificamente voltado para a mulher negra, e com denominação de mulata. Percebe-se então que trata-se de sua própria trajetória de vida, filho de mãe negra que, apesar de conflitos familiares, casou-se com um homem branco. Ele valoriza sua mãe, ressaltando sua boa vestimenta, e se autodefinindo como negro, apesar de não ser “puro”, ou seja, um mestiço ou mulato que enfatiza sua identidade negra no símbolo da cor. Enfim, tudo que era negado devido ao preconceito racial foi construído pelos mesmos, de maneira estratégica, uma reapropriação de si por meio da apropriação do que foi criado contra o grupo em questão. E sobre o concurso, o que se percebe é uma busca por utilizar estratégias em favor de mulheres negras, utilizando-se a nomenclatura “mulata”, mas o foco de valorização são símbolos negros. Dessa forma, algo que foi apropriado de forma negativa pelo poder colonial, mas que agora foi reapropriado pela população negra, em especial pelas mulheres.

## Rainhas Coroadas Glamourizando sua Beleza Étnica

*Adelina Benedita Alves  
Santiago; Alene Gonzaga  
Calixto (SEEDF)*

Rainhas Coroadas Glamourizando sua Beleza Étnica surgiu em 2011 a partir da experiência pessoal de Adelina Benedita de como lidar com seu próprio cabelo crespo. Conforme afirma Nilma Lino Gomes, o cabelo e o corpo são símbolos de Identidade Negra. Rainhas Coroadas tem o intuito de valorizar a estética negra, contribuindo com a construção identitária positiva do/a negro/a, ressignificando a trança feita por tecidos e formar coroas que com muita simpatia e carisma vai se fortalecendo em agregar mulheres crespas cacheadas e se torna um movimento. Rainhas Coroadas Glamourizando sua Beleza Étnica tem como valor civilizatório da comunidade a força do coletivo, existe o propósito de empoderamento a partir da autonomia financeira, além da estética e beleza proporcionada pelas Tiaras Rainhas Coroadas, surge o sentimento solidário como economia criativa e fonte de renda para contribuir na economia doméstica de várias mulheres negras. Rainhas Coroadas Sacoleiras, dando oportunidade de comandar seu próprio negócio a elas, ao receber a sacola com 30 tiaras para comercialização



com lucratividade na condição de consumação, divulgação cultural e interação com afeto. Atualmente são 10 mulheres negras sacoleiras que mesmo com seus desafetos e afetos, ou seja, dores e amores, são todas literalmente coroadas, demonstrando satisfação em participar como sacoleiras do Rainhas Coroadas e com estima elevada. Uma ação que vem ganhando visibilidade pelo reconhecimento e valorização das mulheres negras, crespas e cacheadas. Como resultado, obtém-se a elevação da autoestima e o alargamento das relações afetivas entre elas. A mulher negra crespa cacheada na sua naturalidade por si só já possui uma coroa, quando a enfeita com colorido diferenciado, amarrações criativas, despertando curiosidade e admiração com lindos arranjos na sua estética refletidos no espelho, contribui ainda mais para a valorização da beleza negra. O Movimento das Rainhas Coroadas Glamourizando sua Beleza Étnica com sua Tiaras tem cumprido o seu objetivo, contribuindo com sua presença nos mais variados eventos com realização de palestras, oficinas de bonecas Abayomis, amarrações com tecidos, rodas de conversa, rodas de poemação, saraus, fóruns, atividades pedagógicas envolvidas com a Lei nº 10.639/03, chás da tarde com mulheres, marchas, frente parlamentar de enfrentamento ao racismo, desfiles, celebrações, preparatórios para conferências, intercâmbios, mantendo ainda o propósito principal que é o de elevar ainda mais a autoestima da mulher negra para se tornar ainda melhor e muito criativa nas suas relações interpessoais.

### O corpo também é político: reflexões iniciais sobre gênero, raça e sexualidade na Marcha das Vadias de Goiânia

Paula Nogueira  
Pires Batista  
(UFG)

A proposta de comunicação visa o debate de pesquisa incipiente, cujo objeto é a Marcha das Vadias de Goiânia/GO. Com início em 2015 e mapeamento de campo realizado desde 2014, o objetivo de apresentá-la se articula com busca pela ampliação de seu olhar e das discussões, traduzindo-se em uma abertura para novas possibilidades de diálogos e de abordagens. Especialmente válida é a possibilidade de ouvir e estar em contato com pesquisadoras e professoras negras que, além de inseridas nos debates acadêmicos sobre a questão racial e de gênero, entendem no corpo o peso de um “vadia” de forma diferente da pesquisadora – lida como branca e que problematiza, sobretudo a partir de autoras feministas negras e pós-coloniais, a importância de marcar o seu lugar de fala. Como foco, a pesquisa se propõe a interpretar e traduzir, por meio da experiência etnográfica, de que maneira os corpos são representados e utilizados nessa marcha, bem como quais corpos – isto é, de quais sujeitos e detentores de quais marcadores sociais – participam e como se dá essa participação. Aqui, é válido notar a importância de pensar entrelaçamentos entre questões envolvendo “raça”, sexualidade e gênero – reflexões principalmente acerca da racialização do sexo e a sexualização da raça (bell hooks, 2004) – bem como de outros marcadores sociais da diferença, como escolaridade, classe e geração. Com particularidades locais relacionadas a críticas percebidas nacionalmente, advindas principalmente de feministas negras, a Marcha das Vadias goiana realizou no ano de 2014 uma ruptura com a denominação

transnacional, passando a intitular-se “Marcha das Libertas”. A decisão de mudança teve significados próprios e defendida por organizadoras pautadas na necessidade de discussões que transcendessem as pautas correspondentes muitas vezes às demandas apenas de mulheres privilegiadas em diversos aspectos sociais, detentoras de marcadores como cor branca, heterossexualidade, cisgeneridade, nível escolar universitário, pertencimento à classe média/alta, ausência de deficiências, dentre outros. Nesse sentido, a exclusão do termo “vadia” da denominação se deu em conjunto com alguns questionamentos, como: em uma sociedade racista, cisnormativa e heterocentrada, quais mulheres podem, de fato, se empoderar ao se intitular “vadias” e fazer desse termo um uso político como maneira de reivindicação? É válido pontuar que, apesar das críticas se estenderem à Marcha das Vadias como um todo, a marcha goiana foi a primeira a acatá-las de modo a efetuar tal mudança. Contudo, no ano de 2015 a denominação “vadias” foi retomada e defendida inclusive por feministas negras, o que se mostrou campo reflexivamente rico. É nesse sentido que Goiás mostra-se um campo rico analiticamente para pensar particularidades locais e contrapor uma ideia de unicidade do movimento, entendido muitas vezes como um movimento pautado apenas na demanda associada a um feminismo branco e universitário. Além disso, a ampla presença de mulheres negras e periféricas em sua organização demonstra que há mais questões em jogo, como a diversidade das próprias universitárias. Como metodologia, consta a experiência etnográfica, com a proposta da observação participante. Em campo, é proposta a utilização da técnica de entrevista em profundidade com os sujeitos da pesquisa, isto é, tanto com o grupo de pessoas que estejam envolvidas na organização da Marcha das Vadias quanto com uma amostra daquelas que participem do ato da Marcha em si. As entrevistas serão individuais, embora exista a possibilidade de entrevistar duas fontes simultaneamente (DUARTE, 2005), e devem seguir o modelo de entrevista em profundidade semiaberta, com questões semiestruturadas, que possibilitam uma abordagem mais extensa sobre o tema.

### The African-Brazilian opera singers: uma reflexão sobre a ausência de cantoras líricas negras nos livros de história da música brasileira do século XIX

*Antonilde Rosa Pires;  
Ana Guiomar Rego Souza  
(UFG)*

No final do século XVIII e início do século XIX a presença de cantores(as) e atores/ atrizes negros(as) era mais comum do que podemos imaginar. Diante do sistema de opressão racial e social estes(as) artistas eram obrigados(as) a esconder seus corpos pretos, tinham que se maquiarem com tinta branca, para que pudessem atuar nos teatros da corte no Brasil. Cantar ópera naquela época e praticar música em geral, era quase sempre mais uma obrigação que os negros tinham que realizar e não, na maioria das vezes, uma atividade de prazer e glamour. O teatro musical, especificamente a ópera e opereta, tinha como protagonistas homens e mulheres negras, dentre elas estão Joaquina Maria da Conceição da Lapa, (Lapinha), e Camila Maria da Conceição, que

fizeram carreira no Brasil e Portugal. Por isso, escrever sobre a música brasileira e não referenciar essas mulheres significa invisibilizá-las. Assim acreditamos que há uma necessidade de se repensar e reescrever a história da música na perspectiva do antirracismo, antimachismo e anticlassismo para que todos os seguimentos étnico-raciais, de gênero e classe que formam a sociedade brasileira sejam representados. Este trabalho tem como principais objetivos propor uma reflexão sobre a invisibilidade de cantoras líricas nos livros de história da música erudita no Brasil no século XIX, compreender a relação entre a manutenção e reprodução de estereótipos social e historicamente construídos e difundidos pelos historiadores e críticos musicais e estudar as formas como a musicologia atualmente estabelece diálogos e discursos musicais e sociais no que diz respeito à representação de cantoras líricas negras na história e sociedade do século XIX. Esta pesquisa é bibliográfica com um caráter qualitativo, visando compreender os aspectos socioculturais, histórico-político e musicológico. Foram consultados livros e periódicos científicos e outras publicações. Os resultados parciais desta pesquisa apontam que a subalternização das mulheres negras, construída pelos ideais do patriarcado e do sistema racista, configurara-se como entrave simbólico e instrumento concreto para a exclusão e desvalorização das cantoras líricas negras na musicologia clássica brasileira. Confirmam também que, mesmo sendo de conhecimento dos musicólogos e críticos musicais que a música no período colonial do Brasil foi praticada principalmente pelos negros que aqui estavam e, dentre estes, as mulheres – sendo que duas delas construíram carreira internacional como cantoras de ópera – não há espaço para falar de suas atividades artísticas e profissionais, ou seja, elas são “silenciadas”. Na análise avaliamos aspectos específicos da musicologia interseccionado com as questões raciais e de gênero. A interpretação dos dados foi embasada em autores que estudam sobre o tema, nos assuntos relacionados à raça e gênero destacamos as feministas negras. Considerando os novos caminhos que a musicologia vem abrindo com o intuito de romper com os entraves históricos e políticos que a deixa de certa forma em uma situação de vulnerabilidade diante de seus agentes protagonizadores que foram excluídos estrategicamente pelos grupos hegemônicos, para que tais grupos pudessem desenvolver e manter suas políticas desumanas e arbitrarias que culminaram no genocídio, feminicídio e infanticídio da população negra Brasil, vale ressaltar que nos últimos anos alguns estudiosos têm buscado conhecer um pouco dessa história que os musicólogos tradicionais não contaram. Refletir sobre a invisibilidade de cantoras negras líricas na historiografia da música erudita no Brasil e compreender as tramas de relações raciais e sociais, não foi uma tarefa simples e nem tão pouco prazerosa, porque esta é uma narrativa de dor da qual fazemos parte e nos sentimos representadas. Por isso, buscamos entender e estabelecer novos diálogos e discursos musicais e sociais reconhecendo a pluralidade das mulheres brasileiras e contribuir para a escrita de uma musicologia mais justa.

## A mulher negra e as suas nuances na contemporaneidade atual

*Amanda Jéssica Amâncio da Silva; Rayrane Iris Melo da Cunha (IFRN)*

É notório o quanto a mulher negra tem, aos poucos, ganhado espaço na sociedade em vista da grande bagagem histórica acometida por ela, o que não implica em afirmar que tenha sido aniquilado qualquer manifestação preconceituosa a seu respeito. Em uma sociedade essencialmente dita como evoluída ainda há indícios de discriminação e desigualdades sociais, seja no âmbito do trabalho, escola, em virtudes estéticas ou mesmo quanto a sua sexualidade. Associa-se a mulher negra uma visão estereotipa do que de fato é, atribuindo a essa uma perspectiva pejorativa que não a convém. A mídia é em si uma grande alavanca nesse processo, isso porque essa cria um aspecto e uma interpretação da mulher negra como simples objeto de satisfação. Para se ter ciência de tal fato, basta prestarmos atenção no papel desempenhado pelas negras na própria mídia, ou são meras empregadas de pessoas e/ou famílias ricas nas novelas, ou são as próprias globelezas, simples objetos sexuais cujo objetivo é apenas despertar o desejo sexual ao público masculino. A estética da mulher negra é tão difamada que se cria uma visão distorcida da mulher brasileira; passa-se a associar a brasileira a uma negra mulata, seminua que dança samba. Aparentemente compromete-se papéis em extremos muito distantes, mas que em ambos os casos são grandes propulsores de aspectos desdenhosos. No mercado de trabalho avalia-se que há ainda mais discriminações. Se ser negro já é um ponto em desvantagem quanto a oferta de emprego, ser uma mulher negra é praticamente ser o último quesito na linha social. Pesquisas apontam que as mulheres negras têm rendimento equivalente a cerca de 30% dos homens brancos, e que embora tendo o nível de escolaridade maior, ainda assim recebem remunerações inferiores. Além de tudo, o índice de negras que trabalham com carteira assinada é baixíssimo se comparado a das demais mulheres, que também não é equivalente ao ideal. Diante de tudo isso, há também a soma da precariedade na saúde, uma vez que se tem uma maior dificuldade de acesso a esse quesito básico, o que acaba por desenvolver doenças como diabetes e hipertensão, sendo o número bem maior em relação às mulheres negras. Com isso, a falta de acesso à área da saúde acrescida das grandes dificuldades sociais acabam por acarretar uma menor expectativa de vida; enquanto a expectativa de vida de uma mulher branca chega a ser de 73,8 anos, a de uma mulher negra é apenas 69,5 anos. As conquistas de uma luta tão árdua dos povos negros ainda são encaradas como uma coisa desnecessária. A exemplo tem-se as próprias cotas, criadas inicialmente com o intuito de marcar o término de um sofrimento negro e demarcar uma nova fase mais justa, que preenchesse o que o passado acabara por deixar a desejar, e que hoje é frequentemente mal entendida e demarcada como um objeto de prioridade sem necessidade, que causa desigualdades e desfavorecessem a classe branca. Assim, o objetivo deste presente trabalho se fundamenta em levar as pessoas a uma discussão coletiva e construtiva acerca do papel da mulher negra e seu desempenho em divergentes âmbitos da sociedade com base em

uma entrevista qualitativa aberta realizada com pessoas aleatórias da região do Vale do Açu/RN, onde são levantados alguns questionamentos frequentes referentes à negra, à perspectiva da sociedade sobre ela e sua interferência no corpo social.

## Combatendo a violência sem limites: mídia e discursos afro-femininos na construção de cidadania para povos tradicionais de matriz africana

Samilly Maria Moreira  
da Silva e Silva;  
Arthur Leandro  
de Moraes Maroja  
(UFPA)

Este trabalho é uma análise do discurso de lideranças religiosas femininas tradicionais de matriz africana, de diversas regiões do Brasil e culturas, documentados em áudio, que abordam temas como, racismo religioso, racismo institucional, apropriação cultural, feminismo negro, segurança alimentar dos povos tradicionais, subsistência e políticas públicas de combate ao racismo. Analisa ainda, como trabalhamos com esses discursos de resistência feminina negra, através da rádio Azuelar, parte do Projeto Azuelar/Ponto de mídia livre do Instituto Nangetu. Dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas mulheres que contribuem de forma fundamental na construção de uma sociedade equânime e justa no que tange às relações raciais é assumir o importante papel da mídia livre enquanto canal de denúncia do racismo vigente no Brasil, contribuir para a promoção da educação e politização da população afro-brasileira para sua mobilização e organização, contrapondo-se ao modelo hegemônico midiático, que deixa em evidência a negligência do Estado com os povos tradicionais de matriz africana. Hoje, a rádio funciona com uma caixa de som e microfones em frente aos terreiros e em outros espaços públicos, inicia com um programa em duas rádios comunitárias que foram fechadas pelos órgãos de controle de radiodifusão, o que para os membros do terreiro é uma forma de manter a experiência da comunicação em rádio no cotidiano da comunidade. Como estratégia de aumentar o alcance de público, os conteúdos são disponibilizados na internet – seja disponibilizando os arquivos de áudio para outras experiências de rádio interessadas em uma pasta virtual, seja pela publicação de registros das ações em vídeos no *youtube*. Tendo em vista que as concessões dos meios de comunicações são aparelhadas entre os mesmos agentes que majoritariamente praticam a intolerância e a fomentam ao longo de décadas, temos como tarefa disputar ideologicamente essa mídia, que ao servir à lógica empresarial, mercantil e monopolizada, não contempla a diversidade e pluralidade étnico-racial brasileira. Em 2015, o Instituto Nangetu e a ACIYOMI (Associação Cultural Ile Iyaba Omi), se juntam em parceria para levar essa experiência para a porta de outros terreiros. Tomando a mobilização para a marcha das mulheres negras 2015 como motivação, estamos nas primeiras sessões de rádio com essa linha editorial, mas pensamos que pode ser criada uma rede colaborativa de experiências parecidas em mídias livres onde os discursos afro-femininos sejam difundidos em comunidades de terreiros de matriz africana e para a sociedade brasileira.

## As implicações de gênero nas publicidades vinculadas pela Embratur

Cléa  
Aguiar Leite  
(UnB)

O fenômeno do turismo, quando entendido como prática social, permite a investigação trans e interdisciplinar, bem como multidimensional de sua concretude. Diante de suas várias dimensões, faz-se pertinente - e necessário - assimilar que quem se desloca no espaço e tempo é um sujeito, motivado por razões distintas, influenciado por uma complexidade de variáveis, portanto, passíveis de problematização e pesquisa. O desenvolvimento do turismo no Brasil e a criação, em 1966, da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) perpassam um contexto histórico e sociopolítico específico. Destaca-se que, após a sua transformação de empresa pública para autarquia, a Embratur tornou-se responsável exclusivamente pela promoção, marketing e apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior. No ano de 2016 a Embratur completará 50 anos, percebe-se ao longo de sua história uma transformação em seus posicionamentos e planos estratégicos. Neste sentido, afloram inquietações sobre a seleção e definição de elementos representativos da cultura brasileira para a elaboração de publicidades que foram e serão vinculadas no exterior, principalmente como a mulher brasileira foi e é representada, tendo em vista que estes materiais de divulgação são poderosos instrumentos de formação de imagem e representação de um país. Destaca-se, pois, a exposição e sexualidade do corpo da mulher brasileira nestas publicidades vinculadas nas últimas décadas do século XX. Tal representação perpassa o senso comum, as construções sociais de sexo e gênero, a existência do “mito da sexualidade brasileira”, a “mulata sensual” e o Brasil como “paraíso tropical”. O gênero como uma categoria de análise histórica possibilita compreender como são construídas as “diferenças de sexo”, pois desnaturalizar os conceitos de gênero e sexo é um meio para a desconstrução do “mito da sexualidade brasileira” fortemente codificado por relações de gênero, para a exploração dos locais de poder de homens e mulheres e de realidades empíricas. Este ensaio visa subsidiar a discussão sobre a problemática apresentada, a fim de possibilitar novas interpretações dos processos de representação social da mulher brasileira.

---

## Comunicações 06/11 – 14h às 18h (sexta-feira)

### Ações de Resistência: Mulheres Quilombolas e a Luta pelo Território

Antonia Lenilma Meneses  
de Andrade; Mara Rita  
Duarte de Oliveira (UFPA)

A história dos quilombos da Amazônia tem chamado a atenção de muitos historiadores e antropólogos que têm se debruçado, sobretudo a partir da década de 1990, na repercussão das modificações feitas na Constituição Federal Brasileira (Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, da Constituição Federal de 1988), que versa sobre os direitos que os descendentes dos antigos quilombos pos-



suem sobre a propriedade dos territórios que lhes vai permitir o acesso à cidadania plena. A comunidade quilombola do Cravo, lócus desta pesquisa, está localizada no Município de Concórdia do Pará, município pertencente à mesorregião Nordeste paraense e à Microrregião de Tomé-Açu, também conhecida como região da Guajarina. Partindo da capital do Estado, pela rodovia PA 140, a referida comunidade fica no km 35, entre os municípios de Bujaru e Concórdia do Pará. Um pequeno ramal, com início no km 35, permite chegar à comunidade do Cravo e a outros povoados. A comunidade recebe esse nome devido ao igarapé Cravo que corta o território. Vivem nessa comunidade cerca de 500 pessoas. O quilombo do Cravo assim como outras comunidades quilombolas no Brasil, enfrentou problemas no que se refere ao processo de reconhecimento das terras. O título da comunidade ainda não foi emitido pela Fundação Cultural Palmares, por conta das divergências internas das famílias da localidade e pela burocratização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O processo foi iniciado em 2001, junto a Fundação Cultural Palmares, de acordo com o artigo 68 das disposições constitucionais transitórias do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição brasileira de 1988 (TECCRANNI, 2006). No entanto, mesmo sem o título definitivo, e somente com reconhecimento de laudo antropológico, feito pelo INCRA em parceria com a Universidade Federal do Pará, a comunidade tem recebido diversos benefícios oriundos de políticas públicas que são direcionadas para terras quilombolas. Essas conquistas, resultante de lutas empreendidas pela comunidade, especialmente pelo movimento quilombola, têm se mantido graças à intensa participação feminina (ANDRADE, 2013, p. 76). Entendendo a necessidade de ir em busca de direitos coletivos, as mulheres do Cravo e de outras comunidades da região, organizaram-se em diversos movimentos como, por exemplo, o Movimento de Mulheres Transformadoras do Campo de Concórdia e Bujaru. Sob a liderança da senhora Antonina Borges e de outras mulheres, elas têm se mobilizado para garantir que seus territórios sejam certificados como quilombolas (ANDRADE, 2013). O objetivo do artigo é analisar os elementos que contribuem para a tomada de consciência de gênero nas trajetórias pessoais e políticas dessas mulheres. Bem como tratar da memória das lideranças femininas em relação à luta pela titulação de suas terras como território quilombola. Consideramos que suas trajetórias de vida são marcadas pela luta contra a invisibilidade social e política. Tal luta, em particular, está voltada para ações de resistência e luta pela titulação do território onde vivem. Recorreremos à pesquisa analítica, visto que objetivamos um estudo e avaliação das informações coletadas no intuito de analisar e explicar o contexto de formação política das mulheres do Cravo. Para tal, utilizaremos uma abordagem qualitativa, com intuito de dar enfoque à percepção do universo sociocultural da comunidade, analisando o modo como as lideranças femininas se constroem, com base nas experiências comunitárias, possibilitando o empoderamento dessas mulheres negras e a busca pela titulação coletiva e melhores condições de vida para seu povo. Dialogaremos também com o método da História Oral por meio do qual tencionamos perceber nas vozes das mulheres do Cravo, traços da história da comunidade que nos permita pensar sobre as relações de

gênero e as lutas e resistência para permanecer no território, visto que a história oral ativa uma memória coletiva, pois, à medida que cada indivíduo conta a sua história, esta se mostra envolta em um contexto sócio-histórico que deve ser considerado. A partir da pesquisa, foi possível observar que as mulheres negras quilombolas têm significativa importância na consolidação do território como quilombolas. Suas atuações se dão através de organização em movimento social, como por exemplo, o Movimento de mulheres transformadoras do campo e cidade de Bujaru e Concórdia do Pará (MMTCCB). Através desse espaço de mobilização, elas se organizam para conseguirem políticas públicas para melhorar a qualidade de vida das comunidades remanescentes de quilombolas da região Guajarina, microrregião de Tomé-açu, além de assumirem a identidade quilombola.

### “Eu sou africana”: mulheres negras lésbicas reclamando pertencimento

Natalia Cabanillas  
(UnB)

Na África do Sul democrática, o coletivo “mulheres”, incluindo as mulheres lésbicas, garante seu status de plena cidadania na Constituição da República no ano 1996, devido ao intenso ativismo dirigido a tal fim. Não obstante, tal status não tem um correlato na vida da maioria da população, em particular no cotidiano das mulheres negras queer ou lésbicas moradoras das townships (bairros segregados). Nas comunidades negras urbanas, a homossexualidade é estrangeirizada (“unafrican”) e considerada ocidental (western) (TSHEFU, 2015). Sob a legitimação de ser contrária a tradição e cultura africana (ou Xhosa, no caso da Cidade do Cabo), é majoritariamente rejeitada, e em casos de violência extrema, anulada através dos chamados estupros corretivos e assassinatos de mulheres lésbicas (SOLDAAT, 2014). O discurso homo/lesbofóbico articula-se também a través e das igrejas cristãs, onde a homossexualidade é considerada um pecado (BENADE, 2015). A violência baseada no gênero constitui uma das bases fundamentais das desigualdades entre homens e mulheres, assim como um obstáculo maiúsculo para o exercício de direitos. No contexto no qual a luta por direitos e por acesso a serviços e uma linguagem comum das organizações comunitárias, as organizações LGTBIAQ também posicionam-se desde a apropriação do discurso de direitos, cidadania e democracia. Autoras-ativistas sul africanas têm desenvolvido noções de cidadania que incorpora não apenas os direitos, como também o pertencimento (VanZyl, 2005) e na participação (McEWAN, 2005). Nesse viés, o presente artigo foca-se nas formas nas quais a organização FreeGender reclama pertencimento através das ações de participação e integração. Argumenta-se, no presente artigo, que as intervenções políticas do ativismo lésbico de FreeGender têm como foco fundamental cimentar o exercício da cidadania num ambiente inteiramente hostil onde há uma defasagem absoluta entre a vida vivida e os direitos conquistados durante a transição à democracia. Por um lado, tais intervenções disputam as definições do que é a comunidade, e quem tem direito de integrá-la e de existir. Por outro lado, tais intervenções



entroncam com a herança do feminismo negro sul-africano, um feminismo integrado as lutas comunitárias e comprometido com o combate às desigualdades sociais e econômicas (Salo, 1995).

## Dandaras no Cerrado e a construção de feminismos negros em Goiás pela comunicação popular e participativa

Luciene de Oliveira Dias  
(UEG); Ralyanara  
Moreira Freire (UFG)

As Dandaras no Cerrado articulam relações de gênero e raça, em um movimento de intersecção com classe e política, no estado de Goiás desde a década de 1990. Coletivo fundado pela missionária Marta Cezária de Oliveira, sua primeira ação no Estado, em 1999, foi uma campanha sobre anemia falciforme direcionada a informar mulheres negras de Goiás acerca dos perigos e formas de lidar com a doença. Desde então, são realizadas campanhas, cursos de formação, confraternizações e acompanhamentos no sentido de garantir equidade de gênero e raça. A partir dessa base, propomos, no presente, trabalho uma análise da ação dessas mulheres com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da trajetória feminista negra em Goiás. Resultados iniciais da presente pesquisa apontam para a afirmação de identidades historicamente subalternizadas em um movimento de articulação e ressignificação de relações de gênero e raça tendo a comunicação popular e participativa, especialmente a fotografia, como aliada nesse processo de construção dialógica. O presente artigo integra as atividades do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Diferença, da Universidade Federal de Goiás, que realizou, junto com as Dandaras, o III Seminário do Coletivo de Mulheres da Comurg, com o tema “Cultura: Trabalho e Comunicação”, no dia 26 de março de 2015. Em termos metodológicos, lançamos mão da observação participante, revisão bibliográfica e ações compartilhadas. Para as atividades do III Seminário do Coletivo de Mulheres da Comurg, cerca de 150 mulheres que trabalham na empresa de limpeza urbana de Goiás passaram por uma oficina de fotografia, disponibilizaram material para uma exposição realizada no dia do Seminário e sinalizaram contribuições para a ressignificação do que seja comunicação popular e participativa. O encerramento do Seminário foi marcado por uma caminhada de reconhecimento pelo Campus Samambaia, da UFG, como forma de legitimar a ocupação ativa de todos os espaços. Com forte adesão ao discurso do pertencimento negro e feminino, as mulheres contribuíram significativamente para a construção das atividades e continuam suas ações com acompanhamento de mulheres expostas a violência doméstica, racismo e pobreza em Goiás. Nossa hipótese é de que, orientadas pela ação cotidiana, as mulheres do Coletivo contribuem para a atualização do que sejam ações afirmativas, movimentos sociais e comunicação popular e participativa em Goiás. Por isso, limitá-las como socialmente organizadas é correr o risco de reduzi-las e ignorar as “interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas”, como coloca Butler (2003, p. 20). Problematizar o conceito de mulheres implica em considerar e tentar abarcar outros cruzamentos sempre fugindo da normatização, da essencialização, da naturalização que as categorias impõem. Complexificar e sistematizar as

ações de mulheres negras articuladas no Dandaras no Cerrado em Goiás implica em considerar e tentar abarcar outros cruzamentos sempre fugindo da normatização, da essencialização, da naturalização que as categorias impõem.

### Encrespa Geral Goiânia: estética negra e protagonismo feminino

Andressa Silva Lopes  
Cherem; Camila Azevedo  
de Moraes Wichers (UFG)

Sou mulher negra, que possui uma cor da pele, textura capilar e traços como nariz e boca sempre considerados feios e como algo que deve indiscutivelmente ser conser-tado ou “domado”. Sofri violências simbólicas e físicas devido ao padrão de beleza eurocêntrico que a moda nos impõe. Em meio a esse sofrimento, que se estendeu da minha infância até o início da vida adulta, compreendi, a duras penas, que o padrão de beleza vigente é, na verdade, uma violência contra o meu corpo, minha identidade. A popularização de redes sociais virtuais, com destaque para o *Facebook*, possibilitou que pessoas com histórias parecidas com a minha se reunissem para trocar informações a respeito de cuidados, penteados para cabelos cacheados e crespos. Uma dessas comunidades, chamada “Amigas Cacheadas”, atentou-se para o fato de que as pessoas não queriam falar só de cabelo e receitas caseiras para hidratar os fios. As discussões, desde a criação da comunidade, iam além, ficando latente a necessidade das pessoas de ter um espaço para conversar sobre questões sociais e de identidades relacionadas à estética. Assim, no ano de 2013, foi realizado o primeiro encontro de amigas virtuais que recebeu o nome de “Encrespa Geral”, movimento que em pouco tempo se tornou uma grande rede de empoderamento e memória coletiva no Brasil (e também internacionalmente). Em Goiânia, especificamente, tivemos um primeiro encontro “Encrespa Geral” já em 2013, onde apenas 3 (três) participantes, todas mulheres, trocaram experiências de suas vivências. De fato, tivemos um grupo bem menor daquele esperado, mas ainda assim persistimos em realizar os demais encontros propostos pela organização nacional. A partir de 2014 o movimento assumiu um perfil diferente, mais amplo: o de projeto de ação social. O objetivo central é, desde o início, conscientizar e inspirar o uso do cabelo natural, fortalecendo a autoestima e a identidade de mulheres de cabelos cacheados e crespos. Para tanto, são debatidas questões relativas ao preconceito, às dificuldades e alegrias envolvidas no uso do cabelo natural. As oficinas de turbantes, tranças, dreads e maquiagens ministradas nos encontros sempre buscam a valorização da estética negra e enfatizar que essas formas de usar o cabelo e o corpo contém ancestralidade, memória e resistência. Nisso, foram-se formando laços de amizades e esclarecimento de cuidados estéticos, a medida que vão sendo discutidos o uso do cabelo natural e as questões raciais referentes a essa temática. E assim, o movimento vem crescendo a cada encontro. Em maio de 2015 tivemos um encontro de mais de 100 (cem) pessoas em Goiânia, sendo cerca de 90% das participantes mulheres negras. O protagonismo feminino foi mais uma vez evidente tanto na organização do evento quanto na participação e contribuição durante o mesmo. Esses encontros, presenciais e virtuais, tornaram-se uma grande rede de empoderamento de mulheres

crespas, principalmente negras. Nesse sentido, fica evidente que a estética negra não trata somente de beleza, mas também de posicionamento político individual e coletivo perante uma sociedade que insiste em padronizar nossos corpos e mentes.

## Paulo Freire e o debate sobre gênero e raça: aproximações e possibilidades de diálogo

Jaqueline  
Aparecida Barbosa  
(UFG)

Propomos aqui uma discussão acerca das aproximações possíveis entre a obra de Paulo Freire e a discussão sobre gênero e raça, contando com um olhar interseccional proporcionado pelo diálogo com o texto de bell hooks sobre a influência do educador brasileiro em sua vida pessoal e profissional. Partindo da leitura das obras de Paulo Freire, discutimos trechos de seus escritos nos quais foi mais explícito com relação às mulheres, ao racismo e ao papel dos movimentos sociais. É importante ressaltar que Paulo Freire não se debruçou especificamente e alongadamente sobre as opressões de gênero e raça, ainda que tenha mencionado os temas em alguns escritos, principalmente nos do pós-exílio. Assim sendo, a presente análise não pretende esgarçar as tramas da produção de Paulo Freire para forçar uma relação entre sua escrita e o tema proposto. Ao contrário, escolhemos alguns trechos de seus escritos os quais foi mais explícito com relação aos temas já citados. Cabe dizer que este artigo foi escrito como requisito da disciplina Paulo Freire e a educação, cursada no primeiro semestre de 2014 na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. O tema surgiu numa tentativa de aproximação entre os conhecimentos teóricos sobre Paulo Freire, adquiridos ao longo da disciplina, e o tema da pesquisa proposta para nosso mestrado, que se alinha aos estudos de gênero. O incômodo trazido pela leitura das primeiras obras de Freire, inteiramente perpassada por uma linguagem sexista que se refere sempre ao homem (quando deveria se referir ao ser humano) e que parece não reconhecer que a especificidade da condição feminina (e racial) traz singularidades com relação à opressão social, constituiu-se como a fagulha que, mais tarde, materializou-se na escrita deste texto. O trabalho consiste em uma breve apresentação do capítulo dedicado ao educador brasileiro no livro *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*, de bell hooks, depois parte para uma discussão específica sobre a linguagem sexista na obra de Paulo Freire e, em seguida, debate as manifestações do autor sobre os movimentos sociais de gênero e raça e o papel desempenhado por eles. Este artigo se configura como um esforço analítico que pretende colaborar com uma ampliação no campo de análise da produção acadêmica de Paulo Freire, reconhecendo seu compromisso com uma educação libertadora que alcance realmente a todos e todas.

## Relações raciais e ascensão social de mulheres negras

*Nilvaci Leite de Magalhães  
Moreira; Maria Lúcia  
Rodrigues Müller (UFMT)*

Este trabalho teve como objetivo investigar as trajetórias de vida de professoras negras da Baixada Cuiabana, buscando evidenciar as experiências raciais sofridas, a superação e o protagonismo em busca da ascensão social. A discriminação e o preconceito racial são fenômenos construídos e que marcam negativamente a vida de uma pessoa. Estudar sobre a vida de professoras negras, através de seus relatos, tornou-se fonte importante de informação para buscarmos entender as seguintes indagações: como o processo de experiências de cunho racista e discriminatório nas trajetórias de vida dessas professoras negras foi enfrentado e superado? Como essas mulheres conseguiram vencer as barreiras raciais e conquistar a ascensão social numa sociedade sexista e racista? A pesquisa teve abordagem qualitativa, tendo como metodologia a História Oral, utilizando como técnica para coleta de dados a história de vida. Neste estudo também se utilizou a entrevista como forma de captar informações relevantes na expectativa de não deixar de apreender nenhuma informação relevante contidas nas experiências de vida das pesquisadas. Para fundamentar as análises feitas nesta pesquisa, buscou-se a sustentação teórica nos estudos de Queiroz (1991), Thompson (1992), Gomes (1995), Teixeira (2003); Bourdieu (2005), Minayo (2007) e Müller (2006,2009) dentre outros. Coletou-se a história de vida de 20 professoras, porém, para este artigo utilizou-se somente a história de vida de duas professoras. Para o processo de escolha das entrevistadas levou-se em consideração os seguintes critérios: mulheres negras professoras, atuante da rede pública de ensino. Os relatos das professoras revelaram que suas trajetórias de estudos foram marcadas por situações de preconceito e discriminação racial em relação ao seu pertencimento racial. Nesta pesquisa, percebeu-se que o cenário que envolveu as perseguições, a produção de estereótipos no ambiente escolar são consequências das teorias racistas do século XIX que foi cristalizado no imaginário da sociedade brasileira. Foi possível observar a importância da formação do professor na desconstrução desse imaginário. Constatou-se também neste estudo, que essas professoras mesmo tendo seu percurso escolar acidentado, conseguiram romper com obstáculos do preconceito e da discriminação racial, conquistando sua ascensão social através da educação. Para muitas dessas mulheres negras, ser professora significou além da inserção no mercado de trabalho, adquirir status social e ser reconhecida intelectualmente.

## GT 12 – ANCESTRALIDADE E RELIGIOSIDADE

Coordenação:  
Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Edileuza Penha  
de Souza (Neab-UnB);  
Prof. Dr. Wanderson Flor do  
Nascimento (UnB)

A experiência diaspórica envolvendo as populações africanas constituiu, no continente americano, uma série de processos criativos e de resistência que buscaram reduzir o impacto da trágica ruptura identitária, estética e moral que a modernidade legou a essas populações e a todo o mundo. Nesse sentido, este GT propõe-se a discutir os processos criativos e de resistência envolvidos na ancestralidade africana da diáspora, a partir de narrativas, de identidades e dos afetos presentes em diferentes experiências religiosas. As representações de mulheres negras no cinema e na literatura que toquem a temática serão privilegiadas na discussão dos trabalhos, assim como o caráter antirracista que as experiências afrorreligiosas e ancestrais representam no contexto nacional.

---

### Comunicações 05/11 – 14h às 18h (quinta-feira)

#### Religiões afro-brasileiras – uma luta por reconhecimento

Nailah Neves Veleci  
(UnB)

RESUMO NÃO PUBLICADO POR ULTRAPASSAR EM MAIS DE VINTE E CINCO POR CENTO A QUANTIDADE MÁXIMA DE CARACTERES ESTABELECIDO.

#### Representações de identidade negra a partir de letras de músicas baianas no candomblé

Juciara  
Alves dos Santos  
(UFB)

O presente trabalho pretende realizar reflexões de representações de identidade negra a partir de letras de músicas, focando as de cunho religioso, especificamente do candomblé, que nasceu no Brasil nas senzalas, fruto dos costumes e práticas dos negros trazidos como escravizados para esse território, representando assim uma resistência cultural e religiosa que brotou, desse povo em terras brasileiras, essa religião afro-brasileira. Pretendendo analisar como a fragmentação do saber sobre a realidade histórica da diáspora, provoca atos de discriminação e preconceito utilizando estudos a partir da vertente cultural (música) que abordam em suas letras as questões pertinentes à identidade negra, que através do uso contínuo dessa vertente resiste, conserva e transmite, perpetuando assim um conhecimento milenar, que foge do domínio imposto pelo padrão eurocêntrico. Um debate que nos faz refletir sobre o que é democracia racial? Um mito! E o problema da discriminação racial continuará a depender de mobilizações e debates acerca da igualdade e dos direitos dos cidadãos? O tema proposto busca discutir na vertente cultural (música) as questões pertinentes à identidade negra em uma sociedade acumulada de biótipos e ideologias antagônicas em relação ao racismo que é acobertado na sociedade, pautada em uma pesquisa qualitativa considerando a

subjetividade do sujeito na temática abordada, através de estudo criterioso que será desenvolvido por meio de análise de letras de músicas e artigos, textos. Para tal pretende-se realizar um levantamento sobre as representações de identidade negra a partir de letras de músicas baianas, com enfoque nas de cunho religioso, especificamente o Candomblé, em terreiros, adeptos, abiãs e população envolvidas na Cidade de Feira de Santana – Bahia, devido à presença acirrada do preconceito e discriminação direcionada as religiões de matriz África, especialmente ao candomblé, onde perpetua-se o preconceito dirigido aos cultos afro-brasileiros desde o período colonial e que é reforçado na contemporaneidade com o crescimento das chamadas religiões neopentecostais, que estigmatizam as religiões de matrizes africanas, com tentativas de demonizar a Umbanda e o Candomblé, associando-as ao atraso. A musicalidade é um dos referenciais no candomblé, pois todos os rituais do culto estão apoiados na música, que tem um papel mais significativo que um simples fornecimento de estímulos sonoros aos diversos rituais. Ela pode ser apreendida como elemento constitutivo do culto, dando forma a conteúdos inexprimíveis em outras linguagens, ou seja, como articulação de signos e símbolos. A música mostra um caráter estruturante das diversas experiências religiosas vividas por seus membros, pois consistem em recurso empregado para escoar emoções e compartilhamento de integração afetiva. Sendo a mesma ainda hoje, um instrumento utilizado como veículo de integração e identificação, nas camadas desassistidas da sociedade oriundas de periferias, das quais devido a questões sócio-econômica-cultural, vive-se em geral em condições de negação de direitos primários e, por conta dessas, estão expostos a situações de extremo estresse e falta de assistência social, e devido a tais condições se veem reféns da própria sorte, criam suas regras e valores a fim de promoverem a sobrevivência, e fazem uso da música, como via para comunicar e expressar seus sentimentos, esse viés que o sujeito das margens utiliza e faz-se ecoar, para externar seu emocional, ignorado por outras camadas da sociedade mas, ouvido e compartilhado com o seus, servindo de elo com sua ancestralidade.

### As religiões de matriz africana no contexto escolar na educação básica municipal em Cuiabá-MT: caminhos abertos pela Lei nº 10.639/2003

*Maurício Benedito  
da Silva Vieira  
(UFMT)*

Neste estudo apresento não somente uma visão histórica no que se refere as religiões de matriz africana, enfatizando os modelos mais conhecidos: Candomblé e Umbanda, como analiso a presença dessas religiões na sociedade brasileira, de modo particular na rede municipal de Cuiabá, com base nos caminhos abertos pela Lei nº 10.639 de 2003. A trajetória dessas religiões são marcadas pela resistência do negro ou afrodescendente na manutenção das bases religiosas de seus antepassados e principalmente evidenciam sua história e sua identidade em um cenário onde a cultura religiosa é marcada pelo eurocentrismo. Com o advento da Lei nº 10.639/03, instrumento esse que torna obrigatória na rede de ensino pública e privada o resgate da História e Cul-

tura Africana e Afro-brasileira, não podemos esquecer que a religião de matriz africana e afro-brasileira tem um caráter importantíssimo, pois nela está contida toda a origem de influências presentes no cotidiano de grande parte de brasileiros e brasileiras. Afinal, quem de nós nunca ouviu falar em oxalá, Exú, Iemanjá? Banhos de ervas e benzimentos? Samba e a tradicionalíssima feijoada. Mesmo que o silenciamento insista em permanecer em torno dessa temática é necessário se fazer ecoar e ressoar em nosso contexto sobre a valorização das religiões de matriz africana. É importante destacar que as reflexões, ao que se refere às religiões de Matriz Africana, tratam-se de abordagens a um movimento de ordem cultural e também de ordem social, posto que as práticas culturais são práticas sociais por serem o que são e estão em permanente mutação (ORTIZ, 1991). Com o advento da Lei nº 10.639/2003, a escola vem se deparando com questões que outrora não tinha qualquer visibilidade nesse contexto, e que, de fato, o ambiente escolar passaria a tratar a cultura negra em seus conteúdos. Nada tem a ver com a doutrinação tão frequente em escolas públicas, na medida em que o principal interesse é o de que estudantes aprendam, ainda que de forma incipiente, algumas informações que possam permitir o domínio de um repertório básico para abolir estereótipos e lidar com os colegas negros compreendendo-os, respeitando-os e superando o senso comum que transforma tudo proveniente da África em um pastiche que se perpetua sob o rótulo de coisa de negro (INOCENCIO SILVA, 2005, p.123). Convém afirmar que os educadores presentes na escola não vivenciaram no seu processo formativo um encontro com a cultura africana devido ao silenciamento a que essa cultura era submetida, o que destaca o estranhamento das tradições culturais de matrizes africanas (INOCENCIO SILVA, 2005). Já se passaram mais de dez anos da Lei nº 10.639/03 e a escola precisa ser interpelada sobre os caminhos percorridos nesse espaço de tempo, onde se estabelece a obrigatoriedade da inclusão dos estudos da História e Cultura Afro brasileira e Africana na educação básica. A Lei nº 10.369/03 foi ampliada pela Lei nº 11.645/2008 que, além dos estudos mencionados, estabelece também a valorização da história e cultura indígena. Esta proposta de estudo fixa o olhar diretamente sobre o formato original de lei. Cuiabá apresenta um quadro bastante significativo ao que se refere às religiões de matriz africana, onde se faz presente o Candomblé e a Umbanda, sendo essa presente em grande parte da cidade com terreiros em vários bairros, onde as casas de culto estão presentes há mais de 50 anos, e que atendem regularmente, com filhos de santo e uma estrutura hierárquica comum na religião.

### Quando o Terreiro vai à escola: novas perspectivas para educação física escolar brasileira

Tiago Alves Ferreira  
(UniCEUB)

As chamadas comunidades de terreiro (grupos religiosos de matrizes africanas e afro-brasileiras) configuram-se como lugares de agência e de resistência da cultura negra no Brasil, em função da construção e manutenção de identidades dos povos negros chegados em solo brasileiro, advindos dos vários lugares do continente africano. Ob-



servam-se nessas comunidades, além do culto à ancestralidade, princípios filosóficos, políticos, éticos, estéticos que reverberam em noções de justiça, família, afeto, corporeidade, alimento, sustentabilidade, entre outros, ancorados em perspectivas identitárias que oferecem outras possibilidades de leitura e compreensão de mundo. Tais noções norteiam as regras de convivência entre os indivíduos pertencentes aos terreiros, como também a relação dos mesmos com o meio ambiente e a sociedade de um modo geral. Uma vez colonizados e escravizados durante séculos, os corpos dos negros e das negras foram resumidos a força de trabalho e, nesse sentido, silenciados no que diz respeito às suas visões de mundo. Era parte significativa da máquina colonizadora atribuir aos mesmos a incapacidade de pensar e, portanto, de contribuir para a construção da nação. Hoje, percebem-se as necessidades de se repensar e recontar suas histórias, a partir de suas perspectivas, num intento de reconstrução e posituação de suas identidades, assumindo que os negros e as negras, assim como os povos indígenas e outros povos não-brancos, também civilizaram esse país e que têm muito a contribuir para a sociedade contemporânea, descaracterizando assim a supervalorização de uma sociedade étnico-racialmente branca num processo racista e discriminatório. Valendo-se do ambiente escolar como um dos principais elementos formadores da sociedade e da educação física escolar como ferramenta de desenvolvimento amplo do ser em sua integralidade física e identitária, pretendo discutir as práticas de educação física escolar articuladas às possibilidades de entrecruzamento de saberes considerados africanos e afro-brasileiros. Nessa perspectiva, espera-se a reelaboração de práticas transformadoras na educação física escolar, calcadas em outros parâmetros de corpo, sociabilidade, cooperação, comunidade, sustentabilidade, valorizando as culturas consideradas africanas e afro-brasileiras combatendo ao racismo.

### “Nós de Aruanda – Artistas de Terreiro” - saberes, arte e resistência dos terreiros para os salões de arte

*Marilu Márcia Campelo;  
Renata Alencar Beckmann  
De Lima (UFPA)*

A exposição “Nós de Aruanda – Artistas de Terreiro” anualmente, através de curadoria coletiva do Grupo de Estudos Afro-Amazônico (GEAAM) da UFPA, reúne as propostas de vários artistas, principalmente de Belém do Pará - lugar onde ocorre, para abrir ao público diverso sobre as expressões culturais relacionadas às práticas das tradições afro-brasileiras. O trabalho realizado pelo grupo de estudos tem como objetivo principal servir de instrumento de resistência e também de incentivo a inserção de artistas negros no cenário das artes visuais. A proposta desta comunicação é fazer um reflexo sobre as expressões culturais produzidas dentro dos terreiros, a partir de práticas ancestrais, que mostram para a sociedade brasileira uma outra forma de ver e sentir o elemento religiosidade africana. Essas expressões culturais têm sido trabalhadas por nós há 03 anos através do projeto “Nós de Aruanda - artistas de terreiro”. Nós de Aruanda é uma expressão que dá título para uma exposição e brinca com os sentidos que a expressão pode ter: de quem, ou de quais nós nós estamos falando, quem somos nós? Descobrir e divulgar esse rico universo em uma perspectiva diferenciada e suas



correlações com as muitas Áfricas que (re)inventamos no Brasil. Com essas atividades celebramos Mãe Doca, que se tornou ícone da resistência para o direito da expressão afro-religiosa no Pará e abrimos um novo espaço - o do salão de arte - a iniciados de diferentes práticas afro-religiosas para o enfrentamento do preconceito que essas religiões sofrem ao longo dos anos. Para começar esse trabalho, o Grupo de Pesquisa Roda de Axé, ligado ao GEAAM, começa então a mapear a produção nas comunidades de terreiro na região metropolitana de Belém. Este ano, a exposição “Nós de Aruanda – Artistas de Terreiro” ocorreu pelo seu terceiro ano e contou com mais colaborações vindas de outras regiões do país e também pode ocorrer em um espaço significativo quando falamos em “preservação”, que foi uma das sedes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-PA) em Belém. Então, também pensamos nessa reflexão, sobre a importância de uma exposição reunindo os artistas, com determinada variedade de práticas afro-religiosas, para a preservação das tradições afro-religiosas não apenas no Pará, como no Brasil. Participando diretamente da organização, podemos observar uma variedade de elementos dessas tradições, além de questões como a aceitação do público diversificado (principalmente praticantes de religiões cristãs) como também a reunião de práticas ancestrais demonstradas num mesmo espaço dando a oportunidade aos interessados de enxergar além do estereótipo que as religiões de matriz africana ganham devido ao preconceito, principalmente, enfrentado.

---

## Comunicações 07/11 – 14h às 18h (sábado)

### Mulheres de Axé

Leila  
Sousa Oliveira  
(UnB)

Histórias de resistência nos terreiros e fora deles: com a palavra as mulheres de axé. Ao adentrar em qualquer terreiro de candomblé, pode-se perceber nitidamente a presença da figura feminina nos xirês e, evidentemente, nas diversas funções de um axé. Contudo, a invisibilidade dessas mulheres, nas palavras de Miranda (2012), não ficou em uma história distante, persiste nos dias de hoje com a negação das ações de mulheres, especialmente as negras. A respeito da necessidade de políticas públicas relativas à preservação dos terreiros, cabe ressaltar que, segundo Sant’Anna (s/d), os terreiros de candomblé, a partir do próprio sistema religioso, foi e sempre será espaço para a preservação da memória. Com base nesse cenário, e inspirado nas pesquisas de Lima, Silva e Sindeaux (2014), este trabalho objetiva investigar como essas mulheres percebem seu papel social dentro e fora das roças de candomblé e como essa percepção colabora para a luta em prol da resistência em seus respectivos terreiros e na sociedade de modo geral. Esta pesquisa se justifica pela notória transformação de mulheres que sofreram com as consequências da escravidão, conforme assegura Barbara (2002, p. 182-3), para um cenário de valorização do papel dos orixás em suas próprias vidas. Para tanto, empregou-se, a partir dos princípios da pesquisa qualitativa e das recomendações de Flick (2009), Barbour (2009) e Gibbs (2009), realizar entrevistas semiestruturadas

com mulheres em diferentes status no axé (abiãs, iaôs, ebômis, ialorixás e ekedes) de duas instituições distintas. Desse modo, a pesquisa pretende, por meio das entrevistas e das reflexões, colaborar para o fortalecimento da voz dessas mulheres e a valorização da ancestralidade africana, bem como para o desenvolvimento de ações afirmativas no combate à intolerância religiosa e sexista a essas colaboradoras, na expectativa que se tornem multiplicadoras dos debates promovidas por este trabalho.

### Mulheres de Axé: narrativas encantadas

*Aline Matos da Rocha;  
Camila Ferreira (UnB)*

Partindo e seguindo o caminho com as Mulheres de Axé, este trabalho pretende celebrar as suas narrativas que estão calçadas em uma interpretação do mundo através do sagrado. Reconhecendo que é significativo ouvir as que vivenciam cotidianamente – desde dentro – os terreiros. Apresenta as vozes das Mulheres de Santo como importantes ligações para a compreensão da história e cultura afro-brasileira, assim como instrumentos de resistência, enfrentamento e combate aos racismos religiosos, e demais poderes opressivos. Tendo em vista que há uma efetiva e propagada desvalorização das religiões de matriz africana, o que culmina na própria negação das experiências e expressividades das Mulheres de Axé como tecedoras e sujeitos da história. Dessa forma, ouvir o que as Mulheres de Axé têm a dizer refletem tradição e sabedoria ancestral, e também nos possibilitam compreender quem somos e o que podemos deixar de ser, em um constante movimento de (des)subjetivação e feitura no mundo. Mulheres de axé com suas narrativas encantadas demonstram e propagam o contexto sagrado que também possuem as falas nos convidando a caminhar juntas/os, pois o caminho não se traça sozinha/o. Ante o exposto, o contexto de apresentação do trabalho se pauta nesses sentidos e através deles.

### Vozes Ancestrais: narrativas de professoras negras do Distrito Federal

*Renata  
Parreira Peixoto  
(SEMIDH)*

O objetivo do trabalho “Vozes Ancestrais – Narrativas de professoras negras do Distrito Federal” é apresentar o documentário “Elas falam” (2015), dando voz às narrativas e memórias de professoras negras do Distrito Federal, Brasil. Essas professoras relatam suas trajetórias pessoais até chegarem a trabalhar com as questões étnico-raciais nos espaços escolares; contam suas experiências vividas acerca do trabalho desenvolvido sobre a valorização do ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira; falam de suas práticas como possibilidades de construção do respeito e da diversidade racial entre seus alunos e alunas. No audiovisual, as narrativas das mestras trazem à tona as experiências que vivenciaram ao tentar promover, nas escolas públicas, atividades relacionadas às questões raciais, num período anterior a promulgação da Lei Federal nº 10.639/2003 que, a partir do ano de 2003, torna obrigatório nos estabelecimentos de

ensino fundamental e médio, oficiais e particulares do Brasil o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. “Vozes Ancestrais” reverbera histórias de (re)construções de identidades em um continuum ancestral.

## Poéticas visuais de identidade e resistência negra – reflexões sobre a experiência poética de artistas do Mansu Nangetu em Belém do Pará

*Táta Kinamboji  
(Arthur Leandro);  
Isabela do Lago  
(UFPA)*

Este trabalho é um relato de experiência da realização do projeto “Kiuá Nangetu, poéticas visuais de resistência negra” e da exposição “Reminiscências de Nzinga”, ambos comemorando os 10 anos de criação do Instituto Nangetu, que ocorreram no primeiro semestre de 2015, em Belém do Pará. O primeiro é um projeto de vivências poéticas, intervenções midiáticas e outras intervenções urbanas que aconteceram durante o período de março a maio de 2015. O projeto Kiuá Nanguetu foi contemplado na 3ª edição do Prêmio Nacional de Expressões Culturais Afro-brasileiras, que premia a estética negra nos segmentos dança, artes visuais, teatro e música. O segundo foi contemplado no Edital de Pautas da Galeria Theodoro Braga da Fundação Cultural do Pará para exposições em 2015. Vemos na chegada da missão francesa e na fundação da Academia Nacional de Belas Artes, que se transforma em escola que cria um modelo de ensino que se espalha pelo país, como um processo de embranquecimento da visualidade brasileira e, desde então, a presença negra nas artes visuais enfrenta o mais cruel apagamento, principalmente no modernismo e na produção contemporânea. A experiência do Mansu Nangetu questiona os cânones do ensino de artes pelos modos operantes do colonizador e busca outros caminhos para a recriação do cosmos cultural com a possibilidade de fundar a potência criativa em razão de afetos que cinco séculos de violência colonizadora não foram capazes de exterminar. “Eu não sabia que eu era artista”, Mametu Nangetu, março de 2013. A frase de Mametu Nangetu nos instiga a perguntar: o que era esse ‘não saber’? A negação do ‘ser artista’ vemos como consequência da negação do direito à humanidade, do direito à cultura, do direito ao reconhecimento da ciência africana, um processo histórico que se repete em vários momentos, começando como repressão religiosa para depois sedimentar o racismo como aparelho ideológico de dominação a se perpetuar como política de Estado. A origem de toda arte está no sagrado de seu povo, e os africanos trouxeram consigo suas divindades, visões do mundo, alteridades – linguística, artística, étnica, religiosa; diferentes formas de organização social e diferentes modos de simbolização do real, e por mais que as tradições fossem represadas ou aniquiladas pela cultura hegemônica, os descendentes de africanos responderam com um processo de criação, invenção e recriação da memória cultural para preservação dos laços mínimos de identidade, cooperação e solidariedade. A ideia que permeia a experiência poética do terreiro está

ligada à essência de Kitembo, o Tempo, e a permanência das coisas que, às vezes, até pensamos estar esquecidas, e que volta e meia emergem para a superfície como estampas de jaguar a habitar nossa pele.

**DESCRIÇÃO DAS APRESENTAÇÕES  
ARTÍSTICA, FILMES E OFICINAS DO  
IV SERNEGRA / II COPENE  
CENTRO-OESTE 2015**



## Apresentação de dança: Breaking

*Cyphers Clan* A cultura hip hop estará presente no show do Cyphers Clan, um dos mais destacados grupos de breaking do Distrito Federal. Fabi Girl, Nayara, Kamon, Sapo, Maik, Rakill, Salomão e Farol prometem encantar o público com seus movimentos acrobáticos, cujas origens remontam à resistência contra a opressão sofrida pelos negros dos Estados Unidos a partir da década de 1970.

## Apresentação de dança: “Pequeno Tratado de violências cotidianas”

*CEDA-SI* Esta obra coreográfica se aprofunda nas violências que sofremos diariamente, desde a fila dos bancos, nas reuniões de trabalho, na mídia, nas políticas públicas, na escola, até dentro de casa e nos relacionamentos familiares. De tão “comuns”, tais violências tornam-se invisíveis, passando a ser percebidas somente pelo corpo vibrátil, sensível e afetivo. Nesse sentido, os corpos em movimento, afetados pela invisibilidade das violências cotidianas, buscam uma interação com o histórico arquitetônico e social dos espaços abandonados pela cidade para ressignificar a própria experiência. Atravessar esses sentidos entre espaço e corpo significa, para nós, um grito singular de liberdade. Grupo de pesquisa registrado no CNPQ e sediado no Instituto Federal de Brasília, vinculado à área de Dança do Campus Brasília, o CEDA-SI é composto por diversos pesquisadores e estudantes e se propõe a produzir pesquisas relacionadas a processos de preparação e composição em dança a partir de práticas somáticas diversas e estruturas de improvisação. Pequeno Tratado de Violências Cotidianas é o segundo projeto realizado pelo grupo como desdobramento de pesquisas artísticas anteriores. Direção geral: Diego Pizzaro. Elenco: Lisiane Queiroz, Mathian Silva, Rafael Alves, Thais Cordeiro e Victória Oliveira. Colaboração criativa: Leonardo Dourado, Nininha Albuquerque e Nôga Maria. Figurinos: Moema Carvalho. Arte gráfica: Mathian Silva. Fotografia: Thiago Sabino. Edição de músicas e Filmagem: Adriano Roza. Registro de processo: Flávia Cruz.

### Apresentação musical: Ma Binu

*Nãnan Matos* Nascida em Brasília, a cantora e percussionista Nãnan Matos traz consigo o pulsar criativo da diversidade cultural afro-brasileira. Para o show do IV SERNEGRA e II COPENE, a artista se inspira no cancionário revolucionário africano dos países de língua portuguesa para celebrar os 40 anos de independência de Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Moçambique. Será uma homenagem às memórias de mulheres e homens que lutaram nas guerras anticoloniais, mas que lançam ainda no presente questões que nos fazem pensar sobre os significados de palavras como liberdade, revolução, luta, união, negritude, independência, força, autonomia e emancipação tanto nos países africanos quanto na chamada Diáspora Negra. No repertório, a banda composta por músicos consagrados da cena brasiliense, apresentará canções de artistas e bandas como: Sam Mangwana, Miriam Makeba, Os Tubarões e Luiz Melodia, além de muita música autoral assinada por Nãnan e de compositores da cidade: Wilson Bebel, que faz a direção música do show, Tatá Weber e Danú Gontijo. Ma Binu, a canção que dá nome ao show, é a primeira música composta em iorubá por Nãnan e fala sobre a importância e o reconhecimento dos caminhos. É sobre caminhos que passaram, que se cruzam e que precisam ser feitos que trata o espetáculo.

### Apresentação musical: Tróia Negra

*Henrique Silva* A mitologia dos orixás e a resistência negra por meio da arte são os elementos centrais do espetáculo didático-musical “Tróia Negra, o presente africano para o Brasil”. As poesias e canções são de autoria do pernambucano, radicado no Distrito Federal, Henrique Silva. Cantor e compositor, ele foi seminarista, mas depois de aprofundar-se nos estudos de Filosofia e de Teologia, tornou-se professor de História da África e busca no Candomblé a inspiração para seu trabalho.

### Apresentação teatral: Narrativas quilombolas

*Carine Xavier* As histórias da Comunidade Quilombola do Rocio, no município paranaense de Palmas, foram transformadas numa prática cultural cênica, a partir da dramatização dos costumes preservados e transmitidos oralmente de geração para geração. Esta é a fonte de pesquisa e inspiração de Carine Xavier, atriz profissional e mestrandia em Teatro na Universidade do Estado de Santa Catarina, que há mais de 20 anos dedica-se à arte-educação.



## Exposição: Óleo sobre tela. Artista recluso

Frank Adrian Colin  
Hopkinson

Frank Adrian Colin Hopkinson é natural da Guyana Inglesa. Cresceu no Canadá e chegou ao Brasil em meados da década de 1980 em busca de uma nova perspectiva de vida. Atualmente cumpre pena no Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito Federal. Mesmo encarcerado, não abriu mão de seu grande dom: a pintura de quadros. Suas obras retratam personalidades, a natureza e passagens bíblicas.

## Varal fotográfico sobre afro-religiosidade

Luiz Alves

Em iorubá, Imo dudu significa sabedoria negra. É este conceito que o fotógrafo Luiz Alves valoriza em seu trabalho. Trata-se de um varal fotográfico com cerca de 20 imagens retratando o cotidiano das casas de candomblé e umbanda do Distrito Federal. Há 20 anos o artista registra as tradições das religiões de matriz africana.

## Filmes: “Carolina” e “Bróder”

Jeferson de

O curta metragem “Carolina” (14 min), em que a atriz Zezé Mota interpreta a escritora Carolina de Jesus, e o premiado “Broder” (1’33 min), longa-metragem protagonizado pelo ator Caio Blat e ambientado na periferia da Grande São Paulo, são duas das obras de Jeferson D que serão exibidas e debatidas com o próprio autor. O cineasta paulistano é também autor do “Dogma Feijoada”, um manifesto que discute a representação da população negra no cinema nacional.

## Filme: Ah branco, dá um tempo

Lorena Monique  
dos Santos

O filme surge a partir de discussões com os colegas cotistas da Universidade de Brasília, onde a diretora estuda Ciências Sociais. Daí veio a ideia de fazer uma campanha contra o racismo cotidiano, de aparente cordialidade. Das plaquinhas escritas a mão em folhas de papel até os mais modernos recursos da Internet para fazer um tumblr, “Ah branco, dá um tempo!” ganhou repercussão internacional. Lorena Monique dos Santos vai relatar essa experiência.

## Filme: O sal dos olhos

Letícia Bispo

Rafaela saiu de casa para ir à faculdade. Mas ela percebe que não pode deixar tudo para trás e vive um processo doloroso, mas necessário, em direção a si mesma. Este é o argumento da ficção de 18 min., assinada pela brasiliense Letícia Bispo, recém-formada em Audiovisual pela Universidade de Brasília. Integram o elenco Juliana Plasmó, Sílvia Paes, Louise Portela, Rodolfo Godoi, Cristina Silva e João Quinto, com participação especial de Érika Bauer.

## Filme: Os Mesquita (parte da série “Outras Brasília’s”)

*Cristiane Portela*

O filme enfatiza o surgimento do Mesquita, comunidade quilombola que vive nas proximidades de Brasília. Traz imagens atuais, bem como de acervo produzido na década de 1970 pelo cineasta Vladimir Carvalho, apresentando características étnico-raciais deste povo, sua participação na construção de Brasília e a importância da cultura do marmelo na sustentabilidade cultural e ambiental da comunidade, problematizando a identidade dos Mesquita como população remanescente de quilombo. O projeto “Outras Brasília’s” propõe a produção de uma série de oito filmes de curta-metragem que tratam de temas relacionados a diferentes contextos de diversidade no Distrito Federal, em conformidade com os pressupostos norteadores do Currículo da Educação Básica da SEDF (SEDF, 2014). Cada um dos filmes será acompanhado por uma proposição didática a ser apresentada aos professores por meio de oficinas de formação continuada que acontecerão em espaços de coordenação pedagógica. Produzidos pela equipe do Canal E- TV Educativa da SEDF, os filmes têm duração média de 20 minutos e se estruturaram por meio de três eixos temáticos: a) Etnicidades, Territorialidades e Sustentabilidade (quilombolas, indígenas e ciganos no DF) ; b) Gênero e Sexualidade e c) Movimentos Sociais e seus novos sujeitos no DF (periferias urbanas, comunidades de terreiro e educação do campo). Consistem em documentários baseados em pesquisa histórica e com a utilização de elementos ficcionais. Partimos do pressuposto de que o tema diversidade somente ganha visibilidade quando se busca integrar a um todo mais ou menos homogêneo, diferenças até então subordinadas socialmente, a exemplo das minorias políticas representadas por indígenas, negros, mulheres, quilombolas, homossexuais, moradores de periferias urbanas ou de comunidades camponesas, entre outros. Assim, há de se considerar que o conceito diversidade somente pode ser pensado como categoria diretamente associada ao conceito de poder, e assim compreendemos que construir conhecimentos - finalidade primordial da escola - envolve também se posicionar diante da forma como se estruturam as relações sociais de poder, devendo ser estas reflexões permanentemente estimuladas em sala de aula, de forma a contemplar o reconhecimento das identidades diversas que constituem os sujeitos que estão nas salas de aula e nas comunidades que as envolvem.

## Oficina: Coroa de Pano - A comunicação não verbal dos turbantes

*Elaine Preta Gomes*

Graduada em Letras e especialista em Gestão Cultural, Elaine Preta Gomes mostrará que parte do empoderamento negro feminino passa pelo que se vê e se aceita diante do espelho. Sendo o turbante um símbolo dos processos de resistência e memória histórica, social e religiosa, serão ensinados diversos tipos de amarrações, os respectivos tecidos utilizados, seus significados e seus contextos. A oficina pretende ainda estimular a troca de experiências e o contato entre os participantes.

### Oficina: Música eletroacústica e africana: uma abordagem de construção de instrumentos alternativos

*Elias do Nascimento  
Melo Filho*

Graduado em Letras, Elias do Nascimento Melo Filho é atualmente mestrando em Música na Universidade de Brasília. Nesta oficina ensinará a construir instrumentos como flauta, marimba e chocalhos para produzir sonoridades de origem africana associada aos princípios da eletroacústica. Materiais reciclados servem de matéria prima.

### Oficina: Capoeira Angola. Uma tradição corporal africana

*Grupo nZambi*

O grupo nZambi, de Brasília, um dos poucos do país sob o comando de uma mulher – a Mestre Elma Webá – apresentará a história da capoeira angola e a sua ancestralidade de matriz africana. Os participantes terão a oportunidade de conhecer os movimentos corporais e a interação musical que fazem parte desse legado de resistência que valoriza o jogo lúdico e os valores comunitários.

### Oficina: “Fuá bonequinha de nó”

*Maria Sineide  
Silva de Lima*

Retalhos de tecido se transformam em bonecas, chaveiros, brincos e colares, resgatando riqueza das cores e formas da cultura popular brasileira. É o que propõe a artesã e técnica em Eventos formada pelo Instituto Federal de Brasília, Maria Sineide Silva de Lima.

### Oficina: Boneca Abayomi com o tema “Os orixás e a Natureza”

*Ana José Marques  
e Rosângela do  
Nascimento Lisboa*

As bonecas negras que simbolizam a felicidade na cultura do povo iorubá serão confeccionadas nesta oficina que vai demonstrar a relação entre a natureza e as divindades. A preservação do meio ambiente, o deslocamento dos mitos para a vida cotidiana e da África para o Brasil, também serão abordadas por Ana José Marques - professora graduada em História, mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação – e por Rosângela do Nascimento Lisboa, também professora, graduada em Artes Visuais Extensão e atualmente se especializando em Teologia, com ênfase nas religiões afro-brasileiras.

### Oficina: A literatura negra latino-americana de língua francesa (Guiana Francesa, Martinica, Guadalupe e Haiti)

*Dennys da Silva Reis*

Apesar dos debates e exposições da literatura africana e literatura afrodescendente serem cada vez mais presentes no ambiente acadêmico e nas mídias sociais, há ainda um certo apagamento no estudo das literaturas produzidas por negros nos países vizinhos ao Brasil e na América Latina como um todo. Em solo nacional, tal situação é clara quando se observa no mercado editorial e nas universidades brasileiras a quase ausên-

cia de discussões e publicações de autores negros – sejam eles literatos ou intelectuais – oriundos da América Latina de língua francesa. Sabe-se que a Literatura Negra tão estudada e debatida no Brasil que abarca as literaturas africanas, afrodescendentes, afro-brasileiras e diásporas não deve excluir ou minimizar as literaturas vizinhas que por sinal estão muito mais próximas que a própria literatura dos países africanos. Portanto, a presente oficina tem por finalidade expor a História Literária dos países de expressão francesa das Américas (Guiana Francesa, Martinica, Guadalupe e Haiti), bem como discutir suas temáticas e autores que em sua quase totalidade são negros. Visa-se motivar o estudo de literaturas da Guiana Francesa, da Martinica, de Guadalupe e do Haiti, assim como dar maior visibilidade a existência de tais literaturas. Para alcançarmos este objetivo, serão expostos um pouco da história dessas literaturas, seus autores principais com suas obras fundamentais, alguns textos literários ora em francês, ora traduzidos em português, bem como suas adaptações fílmicas. Como há uma certa ausência de traduções em português, a maioria dos textos e dos filmes da oficina serão expostos em língua francesa, entretanto os debates e as exposições serão em língua vernácula.

### Oficina: Mandalas como estratégias de lutas antirracistas: Aumbandan e os valores civilizatórios afrobrasileiros

*Carmen Silvia Batista*

Símbolo espiritual e sagrado popularizado na Índia, a Mandala será o tema desta oficina que possibilitará uma experiência em artesanato, sob o comando de Carmen Silvia Batista, mestre em História Cultural pela Universidade de Brasília. Ela utilizará cores e papel cartão para difundir os valores civilizatórios afro-brasileiros, que incluem conceitos como a circularidade e a energia vital. Os princípios da Umbanda também serão evocados para transmitir aos/às participantes mensagens de combate ao racismo e à discriminação religiosa.

### Oficina: Análise imagética da representação étnico-racial em publicações periódicas

*Leila D’Arc de Souza e  
Cláudia Denís Alves da Paz*

De que maneira a identidade étnico-racial da população brasileira está representada nas revistas, livros, gibis e publicações impressas em geral? Provocar esta reflexão é o objetivo da intervenção pedagógica elaborada pelas professoras Leila D’Arc de Souza (mestre em gestão e políticas públicas de educação e especialista em gestão de políticas de gênero e raça) e Cláudia Denís Alves da Paz, (doutora em gênero e sexualidade e mestre em políticas públicas de educação).

### Oficina: Samba rural

*Jeanderson Bulhões*

O Samba Rural preservado no Recôncavo Baiano chegará a Brasília pelas mãos de Jeanderson Bulhões, pesquisador de Etnomusicologia, graduando em Música na Universidade Estadual de Feira de Santana. A cultura afro-brasileira praticada no sertão será embalada pelo ritmo do tambor, do pandeiro, do caxixi e da clave. Dinâmicas vocais e corporais vão culminar na realização de uma animada roda de samba, com a execução de repertório trabalhado durante a oficina.

### Oficina: Mulungu no quilombo

*Isac dos Santos Lopes*

Parte do programa “SOS MULUNGU” do telecentro da Comunidade Quilombola do Suaçuí, a oficina serve para mostrar a importância que a árvore tem para a cultura da comunidade e como esta vem sendo ameaçada de extinção.

### Oficina: comunicação multimídia

*COJIRA-DF*

Estudantes de Jornalismo farão a cobertura de todo o SERNEGRA, sob o comando de integrantes da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Distrito Federal (COJIRA - DF). Trata-se de uma rede de profissionais de comunicação, que entendem a mídia como um espaço privilegiado de combate ao racismo. A difusão de boas práticas na produção de conteúdo multimídia, a visibilização da diversidade racial na profissão e a sensibilização para a questão racial são os objetivos norteadores da oficina.



# ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO





## GT 1 – ERER: EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Dr.<sup>a</sup> Mary Anne V. Silva (UEG);

Dr.<sup>a</sup> Mariana Cunha Pereira (UFG)

<b>DIA 5 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 101 – 103 D</b>		
<b>COMUNICAÇÕES</b>		
Educação para as Relações Étnico-Raciais: explorando recursos pedagógicos	Adínia Santana Ferreira; Patrícia Nogueira Silva	SEEDF
Formação continuada para a implementação do ensino da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas públicas do Distrito Federal	Eduardo Dias da Silva	SEEDF
A formação docente como condição para a implementação da Lei nº 10.639/2003	Veruska Ribeiro Machado	IFB
Relações raciais como eixo estruturante no currículo integrado da educação básica	Francisco Thiago Silva	UnB
Inserção da Lei nº 10.639/2003 na Rede Pública de Ensino de Goiânia: o caso do CEPAE/UFG	Michele Lopes da S. Alves	UFMG
Práticas pedagógicas na perspectiva da raça e do gênero ressignificadas com base na Lei nº 10.639/03, que demarcam o trabalho docente de mulheres negras	Elaine de Meireles Ferreira	MCTI
A Lei nº 10.639 e a formação de professores: um estudo de caso sobre a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana no curso de Letras da Faculdade Fortium – DF	Letícia Rodrigues de Albuquerque	Fac. Fortium
Produção de web-documentário na formação docente: aplicação da Lei nº 10.639 no ensino de química	Lalesca A. de Oliveira	UFG
<b>DIA 6 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 101 – 103 D</b>		
<b>COMUNICAÇÕES</b>		
A prática extensionista como possibilidade de resistência negra	Carolina Rezende Moraes	UnB

<b>DIA 6 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 101 – 103 D</b>		
<b>COMUNICAÇÕES</b>		
Religião e religiosidade afro-brasileira no contexto escolar	Ana Célia Barbosa Guedes	UFPA
A influência da revista brasileira <i>Veja</i> , como veículo de comunicação, na construção e manutenção dos estereótipos sobre o continente africano: foco nos/as estudantes da educação básica	Esdras da Silva Barbosa	UnB
Interculturalismo e as possibilidades com a Lei nº 10.639/03	Valéria Paixão Nepomuceno; Luciana Ribeiro Oliveira	UNIRIO
Uma experiência pedagógica de gênero e raça nas séries iniciais	Leila D'arc de Souza	SEEDF
Candomblé, resgate ancestral da identidade afro-brasileira no chão da escola – uma estratégia à educação das relações etnicorraciais no ensino fundamental	Carlos Henrique Gomes da Silva; Rosangela Pereira de Sant'Anna	UFRRJ
As múltiplas faces do racismo no cotidiano escolar	Ângela Maria dos Santos	UFMT
Cultura africana e ensino de Química: estudo sobre a formação docente	Morgana Abranches Bastos; Anna Maria Canavarro Benite	UFG
<b>DIA 07 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 101 – 103 D</b>		
<b>COMUNICAÇÕES</b>		
O acesso às letras por negros livres, libertos e sujeitos de “Pés Descalços”	Kátia Geni Cordeiro Lopes	SME/RJ
Implementação do artigo 26-A da LDB na Secretaria de Estado de Educação do DF: avanços e desafios	Ana José Marques	SEEDF
A Lei nº 10.639: uma lei ou uma proposta?	Taisa da Silva Rocha	
A pedagogia aplicada na Comunidade de Macapazinho em busca das dificuldades da aprendizagem e continuidade da preservação cultural da etnia negra na educação básica	Antonio Carlos Lobato da Silva; Milene do Socorro Reis da Silva	UFPA

**DIA 07 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 101 – 103 D****COMUNICAÇÕES**

Educação quilombola em mesquita: estudo da gestão da escola a partir do processo histórico, emancipatório e das relações de conflito	Manoel Barbosa Neres	UCB
Dez anos da Lei nº 10.639/03: como o negro passou a ser abordado pela historiografia didática?	Caio Pinheiro Oliveira	UESC
A implementação da Lei nº 10.639/2003 na rede estadual de ensino de Mato Grosso: análise da política curricular de educação para as relações raciais na Secretaria de Estado de Educação	Cândida Cespedes Ribeiro	UFMT

**07 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 101 – 103 D****APRESENTAÇÃO DE BANNERS**

Kit de literatura afro-brasileira: combatendo o racismo na educação básica em belo horizonte	Elisa Hipólito do Espírito Santo; Nathalie do Carmo Carvalho	UFMG
Ensino de ciências de matriz africana: sobre a alteridade	Aliny G. Silva; Cláudio R. M. Benite	UFG
Implementação da Lei nº 10.639 no ensino de química: sobre o ciclo da cana-de-açúcar	Geisa L.M. Lima	UFG
Educação Quilombola: História, Cultura, Memória, Resistência... no terreiro da Escola!	Sérgio Luiz Teixeira	IFB

## GT 2 – ENTRECruzamentos de Epistemologias Africanas e Afro-Brasileiras: Possibilidades de Abordagens, Perspectivas Emancipatórias

*Dr. Leandro Santos Bulhões de Jesus (UniCEUB);  
Dr. Anderson Ribeiro Oliva (UnB)*

DIA 5 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 104 D		
COMUNICAÇÕES		
Frantz Fanon e a alienação do negro e do branco no sistema colonial	Ana Catarina Zema de Resende	UnB
A ruptura epistemológica de Cheikh Anta Diop	Renato Fonseca Lima	UnB
A problemática da alteridade: um debate com o pensador Archie Mafeje	Denise Ferreira da Costa Cruz	UnB
Por uma Antropologia Destoante: epistemologias negras no mundo anti-negro	Aline Maia Nascimento	UFF
Teoria da comunicação afrocentrada: abordagens e perspectivas a partir da obra de Muniz Sodré	Juliana César Nunes	COJIRA
DIA 6 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 104 D		
COMUNICAÇÕES		
As epistemologias do sul como possibilidade para se repensar a cooperação internacional em África	Ana Luísa Coelho Moreira	UnB
La noción del -ntu y la tragedia de la esclavitud. Una reflexión en torno a la deshumanización de los africanos esclavizados desde la concepción bantú del ser	Jean-Bosco Kakozi Kashindi	UNAM México
Sobre como os escravos participavam das tramas sociais na mesa da Inquisição	Dayane Augusta Silva	IFG

**DIA 6 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 104 D****COMUNICAÇÕES**

Práxis cênica no contexto escolar com enfoque na Educação Quilombola na Comunidade	Adelaide Maria Trindade Batista; Carine Rossane Piassetta Xavier; Rosemary Ferreira da S. Câmara	IFP
Identidade negra e diáspora: o sentido das identidades culturais nas manifestações das congadas e do reggae em Goiânia	Luciana Pereira de Sousa; Marcia Daniele de S. Carvalho	UFG

**GT 3 – SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA**

*Dr. Breitner Luiz Tavares (FCE);  
Ma. Clélia Rosane dos Santos Prestes (USP)*

**DIA 5 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 105 D****COMUNICAÇÕES**

O racismo institucional e a violência obstétrica no sistema de saúde brasileiro	Jéssica Luciano da Costa	UnB
Prevalência da anemia falciforme no estado da Bahia	Lorena Alves dos Santos Moura	UFBA
Sangue negro, rotas e raízes: diáspora, agência e história negras no Projeto de Cooperação Internacional Brasil-África-Caribe em Doença Falciforme (2006-2010)	Gilza das Mercês Silva Marques	UnB
Racismo e saúde mental	Márcia Maria da Silva	CRP/DF
A (in)segurança alimentar e nutricional: uma consequência do racismo	Cristina Camargo Pereira	UFG

**DIA 6 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 105 D****COMUNICAÇÕES**

Qualificação dos profissionais da atenção primária à saúde: uma proposta de promoção da alimentação adequada e saudável para a população negra com doença falciforme	Maria das Graças F. de Carvalho	UFG
O racismo na assistência a saúde pública no Brasil: uma reflexão necessária	Ariandeny Silva de S. Furtado	IFG
O Programa Nacional de Alimentação Escolar enquanto ferramenta de promoção da equidade racial nas instituições públicas de ensino	Felizardo Maurício Baltazar	UnB
Negras e loucas: o perfil das mulheres que cumprem medida de segurança no Distrito Federal	Érica Quinágua Silva; Mônica Oliveira da Cruz	UnB
Escuta aos relatos de violência sofridos por afroreligiosos nos espaços e intuições de saúde do estado Pará na região metropolitana de Belém	Luiz Kleber Pacheco dos Santos; Weverton Ruan Vieira Rodrigues	UFPA

**GT 4 – MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO**

*Ma. Deborah Silva Santos (UnB);  
Dr<sup>a</sup>. Maria Lúcia Rodrigues Muller (UFMT)*

**DIA 5 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 107 D****COMUNICAÇÕES**

Negros nos museus: algumas reflexões a partir de um levantamento bibliográfico	Thanity Silva de Andrade	UnB
Inventário da produção acadêmica sobre patrimônio e memória afro-brasileira	Kátia Silene Souza de Brito	UnB
Exposição Nós de Aruanda – Artistas de Terreiro. Construindo uma história de memória e resistência negra no Pará	Raissa Nobre Barros; Tainara Lúcia Pinheiro	UFPA

<b>DIA 5 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 107 D</b>		
<b>COMUNICAÇÕES</b>		
A memória social e a construção da identidade Quilombola na Comunidade Adelaide Maria Trindade Batista de Palmas-PR	Indiamara Ferreira Pickler; Juliana Rodrigues	Uni oeste
Representações de identidade negra a partir de letras de músicas baianas	Juciara Alves dos Santos	UnB

<b>DIA 6 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 107 D</b>		
<b>COMUNICAÇÕES</b>		
Memória, educação e identidade de gênero: a cultura negra capoeira e a construção social do conhecimento	Maria Zeneide Gomes da Silva	UFPA
Mapiko: identidade Maconde	Mariana Conde Rhormens Lopes	Unicamp
Capoeira e escola: pensando os sentidos de patrimônio e cultura afro-brasileira no Programa Mais Educação	Vinícius Oliveira Pereira	UERJ

## **GT 5 – COMUNICAÇÃO, LINGUAGENS E MÍDIAS**

*Dr<sup>a</sup> Elen Cristina Geraldos (UnB);  
Ma. Kelly Tatiane Martins Quirino (UnB)*

<b>DIA 5 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 108 D</b>		
<b>COMUNICAÇÕES</b>		
Autorrepresentação de cineastas negras no cinema nacional contemporâneo	Luciana Oliveira Vieira	UFS
Audiovisual negro brasileiro: por uma reconstrução da modernidade a partir dos direitos autorais	Pedro Andrade Caribé	UnB
Imagem-rua: a diáspora africana em filmes de cineastas negros	Aida Rodrigues Feitosa	UnB

**DIA 5 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 108 D****COMUNICAÇÕES**

"A gente as vezes passa fome para libertar o nosso povo": a música de David Zé como ferramenta de ensino sobre a independência de angola (1966-1977)	Isaías Menezes Pereira	UFRB
Negritude e tradução na América negra: silenciamentos brasileiros	Dennys da Silva Reis	UnB

**DIA 6 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 108 D****COMUNICAÇÕES**

As comunidades tradicionais ameaçadas: um olhar sobre a cobertura da grande mídia sobre os casos de exploração sexual no território Kalunga	Narely Batista Pereira	UnB
Correio negro? A emancipação da mulher negra nas linhas do jornalismo	Wéber Félix de Oliveira	UFG
A cobertura das cotas raciais de acesso à universidade pública na Empresa Brasil de Comunicação	Elen Geraldês; Natália Oliveira Teles da Silva	UnB
Performando o corpo da brasileira: uma análise da campanha Hope ensina	Ludmila Pereira de Almeida	UFG
O rosto negro nas organizações bancárias: desafios da representatividade	Rodrigo Ferreira Neves	UnB

**GT 6 – COMUNIDADES TRADICIONAIS NEGRAS**

*Dr.ª Glória Moura (UnB);  
Ma. Givânia Maria da Silva (SEPP/PR)*

**DIA 5 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 109 D****COMUNICAÇÕES**

Modos de vida de quilombolas e ribeirinhos no rio baixo Itacuruçá-PA: diálogo da cultura em Gramsci	Eliana Campos Pojo	UFPA
---	--------------------	------



**DIA 5 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 109 D****COMUNICAÇÕES**

Proposta para implementação da educação quilombola no ensino superior	Daiane Souza	IESB
Pela fé ao santo negro, Comunidade do Barranco é certificada como segundo quilombo urbano do país	Lúcia Maria Barbosa Lira; Sérgio Ivan Gil Braga	UFAM
A resistência étnico-racial como princípio educativo: um estudo sobre a formação de professores quilombolas	Alessandra D'Aqui Velloso	UnB
A dívida do estado com as comunidades tradicionais	Narely Batista Pereira	UnB
Diálogos e práticas sobre educação escolar quilombola no município de Feira de Santana/Quilombo Lagoa Grande-BA	Joselice Souza da Silva; Maria Cristina de Jesus Sampaio	UFRB

**DIA 6 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 109 D****COMUNICAÇÕES**

Ações do Programa Brasil Quilombola na (des)construção da nação Kalunga	Andréia dos Santos; Robson Bastos Roen	IFB
Os quintais de Bonsucesso	Cristiane Maria Macau Rocha; Itaan de Jesus Pastor Santos	IFMA UEMA
Festas de santo do território vão grande como princípio educativo	Maria Helena Tavares Dias	UFMT
Rememorar a comunidade remanescente de Quilombo Tanque Do Padre Poconé-MT é preservar a sua origem	Benedita Rosa da Costa, Candida Soares da Costa	UFMT
Nascente do Córrego Grande no Quilombo Morro Redondo: um espaço de resistência	Candida Ribeiro da Costa	UFMT

## GT 7 – POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS

*Dr. Sales Augusto do Santos (Neab-UnB);*

*Drª Maria José de J. A. Cordeiro (UEMS)*

DIA 5 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 110 D		
COMUNICAÇÕES		
Acesso e permanência de acadêmicos negros na Universidade Federal da Grande Dourados: os desafios para a implementação da Lei das cotas	Eugenia Portela de S. Marques	UFGD
Política de ação afirmativa e sistema de cotas no Brasil: sua influência na formação dos cursistas de pedagogia da UnB	Júnia Luz de Souza; Otilia Maria A. da N. A. Dantas	UnB
Diálogos: inclusão social, ingresso e permanência dos/as estudantes cotistas do IFB Gama	Zora Yonara Torres Costa; Nelma Santos Silva	IFB
Igualdade racial: ações e omissões	Dalila Fernandes de Negreiros	SDH
Formação docente para a promoção da igualdade racial: ação afirmativa na UFMG	Ione Maria Gonzaga; Michele Lopes da S. Alves	UFMG
Comparação entre o modelo estadunidense de inclusão racial, via regra dos 4/5, com os programas de inclusão de negros e indígenas da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD	Eliane da Silva; Marcio Roberto da Silva Oliveira	UFGD
Uma abordagem crítica sobre a Lei de Cotas nas universidades públicas: conquista ou retrocesso?	Maurício Sousa Matos; Miriam Gomes Alves	UFMG
DIA 6 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 110 D		
COMUNICAÇÕES		
“A linguagem didática da universidade nos exclui”: racismo institucional sofrido por estudantes quilombolas na Universidade Federal do Pará-UFPA	Joana Carmen do N. Machado; Zélia Amador de Deus	UFPA

<b>DIA 6 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 110 D</b>		
<b>COMUNICAÇÕES</b>		
Programa Ciência Sem Fronteiras e as iniquidades no Brasil: um olhar sobre os bolsistas do DF e da Região Centro-Oeste	Rovênia Amorim Borges; Renísia Cristina Garcia Felice	UnB
Cotistas e não cotistas dos cursos de direito e medicina da UFAL: entre o sistema de cotas e a discriminação	Fabson Calixto da Silva	UFAL
Representação social de alunas de ação afirmativa do IFRR: uma análise com recorte de gênero e raça	Cristina Nascimento de Oliveira; Juliana Carolina da Silva Lima	IFRR
A política de cotas e o acesso de mulheres negras ao ensino superior na UFSC	Eveline Pena da Silva; Luzinete Simões Minella	UFSC
Questão racial, monoparentalidade feminina e políticas públicas: breve análise a partir de programas e projetos da política de assistência social	Graciele Alves Babiuk; Guilherme A. Ximenes de Oliveira	UnB
Cotas: por um mercado de trabalho mais justo, democrático e representativo	Jaqueline Perroud do Sacramento	UnB

## **GT 8 – JUVENTUDE NEGRA E IDENTIDADE**

*Me. Leonardo R. de Oliveira Ortegá (UnB);  
Ma. Larissa Amorim Borges (SEPP/PR)*

<b>DIA 5 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 109 A</b>		
<b>COMUNICAÇÕES</b>		
O extermínio da juventude negra	Marinalva Pereira Severino	Unicastelo
Genocídio de jovens negros na Bahia e a “in”tervenção do judiciário	Suellen Thaianne S. de Oliveira	UFBA
Movimiento juvenil afroperuano: experiencias de ciudadanía e indicencia de una agenda en crecimiento	Jorge Ragaél Ramirez	UEL

<b>DIA 5 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 109 A</b>		
<b>COMUNICAÇÕES</b>		
A metáfora social da violência juvenil no Brasil: gênero, políticas públicas e raça	Isabôhr Mizza Veloso dos Santos	UnB
“Verás que um filho teu não foge a luta”: uma reflexão sobre a mortalidade de jovens negros no Brasil	Ana Cristina do N. Peres Albernaz	IFB
Mediação como forma de desafogamento do judiciário e esvaziamento do cárcere	Rebecca Christina R. J. de Oliveira	UnB
<b>DIA 6 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 109 A</b>		
<b>COMUNICAÇÕES:</b>		
Os entraves do discurso na formação da identidade do negro	Adeir Ferreira Alves	SEEDF
RAP (Ressocialização, Autonomia e Protagonismo)	Francisco Celso Leitão Freitas	SEEDF
Criação de um herói na linguagem das HQs.	Moyses Damasceno Carvalho	ESMAC
Identidade e territorialidade da juventude quilombola da comunidade André Lopes do município de Eldorado no Vale do Ribeira - SP	Carlos Lopes dos Santos; Marina M. A. Figueiredo	UnB
Condições juvenis na comunidade remanescente de quilombos morrinho em Poconé/MT	Zizele Ferreira dos Santos	UFMT

## GT 9 – ARTES E LITERATURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

Dr<sup>a</sup> Francisca Cordelia Oliveira da Silva (UnB);

Dr. Djiby Mané (FUP)

**DIA 05 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 110 A**

### COMUNICAÇÕES

Mar me quer: da prosa à dramaturgia no universo poético-cultural moçambicano de Mia Couto	Vânia Alves da Silva	IFB
Entre a África e a América: uma ponte chamada provérbio	Alan Santos de Oliveira	
Rami e suas mulheres: trajetórias femininas na narrativa de Paulina Chiziane	Denise Maria Soares Lima	UCB
Quarto de despejo: uma leitura da realidade do afro-brasileiro	Amanda Silva Borges; Gustavo Augusto Assis Faustino	IFG
Uma identidade conflituosa: a trajetória do personagem Negro Damião da obra “Os tambores de São Luis” de Josué de Montello	Maria Félix de Carvalho; Zélia R. Nolasco dos S. Freire	UEMS
As narrativas ou contação de histórias quilombolas	Carine Rossane Piassetta Xavier	IFPR
Ventos do Apocalipse, de Paulina Chiziane, e Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo: laços africanos em vivências femininas	Irineia Lina Cesario	Fac. Fortium

**DIA 6 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 110 A**

### COMUNICAÇÕES

O empoderamento do trabalho: profissões, gênero e raça em narrativas da literatura afro-brasileira de autoria feminina	Adélia Mathias	UnB
--	----------------	-----

DIA 6 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 110 A		
COMUNICAÇÕES		
Ler Lia: narrativa dos sentidos e reflexão social	Ana Cristina da Costa Gomes	GPMC
Um estudo de alguns dos livros paradidáticos sobre a cultura africana do Programa Nacional de Biblioteca na Escola/PNBE: experiência de pesquisa de um agente educacional da rede municipal de Goiânia	Lennon Cunha Lustosa	UEG
O estudo te dá brancura? Literatura e questão racial em Dalcídio Jurandir	Luiz Augusto Pinheiro Leal	UFPA
Quem é a mais bonita? Uma análise da representação dos padrões de beleza construídos com base na cor da pele	Rodrigo dos Santos Camilo	UnB
Com quem está o poder da fala? Crenças sobre a aprendizagem de língua inglesa de estudantes negras dos cursos de Formação Inicial Continuada do Instituto Federal de Brasília	Caroline Carvalho, Leandro Lisbôa	IFB

## GT 10 – QUESTÃO RACIAL E O MUNDO DO TRABALHO: EXPERIÊNCIAS DA FORÇA DE TRABALHO NEGRA NA CONTEMPORANEIDADE

*Prof.ª Ma. Marjorie Nogueira Chaves (UnB);  
Ma. Tatiana Dias da Silva*

DIA 6 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 205 A		
COMUNICAÇÕES		
Divisão racial do trabalho na contemporaneidade: uma reflexão sobre trabalhadoras domésticas no Brasil	Renata Araújo Matos	UnB
Nova divisão racial do trabalho? Uma análise do trabalho doméstico no Brasil	Alina Freitas Praxedes	UnB

**DIA 6 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 205 A****COMUNICAÇÕES**

Do trabalho doméstico aos serviços de limpeza terceirizados: uma análise fílmica	Marjorie Nogueira Chaves	UnB
As mulheres negras na hierarquia empresarial	Luciana Mello dos Santos	SEPPIR
A Religiosidade como condição para o trabalho	Indiamara Pickler Machado Juliana Rodrigues	IFPR Unoeste
As escravas de ganhos alforriando os homens: a criminalização das mulheres negras por tráfico de drogas	Luciana de Souza Ramos	UnB

**GT 11 – GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA**

*Dr<sup>a</sup> Joelma Rodrigues da Silva (FUP);*

*Dr<sup>a</sup> Luciene de Oliveira Dias (UFG)*

**DIA 5 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 206 A****COMUNICAÇÕES**

O sonho de ser “Miss Mulata” e a valorização da mulher negra: representações e identidades em um concurso de beleza (1969-1999) – RS	Beatriz Floôr Quadrado	UFPEL
Rainhas Coroadas Glamourizando sua Beleza Étnica	Adelina Benedita Alves Santiago; Alene Gonzaga Calixto	SEEDF
O corpo também é político: reflexões iniciais sobre gênero, raça e sexualidade na Marcha das Vadias de Goiânia	Paula Nogueira Pires Batista	UFG
The African-Brazilian opera singers: uma reflexão sobre a ausência de cantoras líricas negras nos livros de história da música brasileira do século XIX	Antonilde Rosa Pires; Ana Guiomar Rego Souza	UFG
A mulher negra e as suas nuances na contemporaneidade atual	Amanda Jéssica A. da Silva; Rayrane Iris Melo da Cunha	IFRN

<b>DIA 5 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 206 A</b>		
<b>COMUNICAÇÕES</b>		
Combatendo a violência sem limites: mídia e discursos afro-femininos na construção de cidadania para povos tradicionais de matriz africana	Samily Maria M. da Silva e Silva; Arthur Leandro de M. Maroja	UFPA
As implicações de gênero nas publicidades vinculadas pela Embratur	Cléa Aguiar Leite	UnB
<b>DIA 6 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 206 A</b>		
<b>COMUNICAÇÕES</b>		
Ações de Resistência: Mulheres Quilombolas e a Luta pelo Território	Antonia Lenilma M. de Andrade; Mara Rita Duarte de Oliveira	UFPA
“Eu sou africana”: mulheres negras lésbicas reclamando pertencimento	Natalia Cabanillas	UnB
Dandaras no Cerrado e a construção de feminismos negros em Goiás pela comunicação popular e participativa	Luciene de Oliveira Dias; Ralyanara Moreira Freire	UEG UFG
Encrespa Geral Goiânia: estética negra e protagonismo feminino	Andressa Silva Lopes Cherem; Camila Azevedo de M. Wichers	UFG
Paulo Freire e o debate sobre gênero e raça: aproximações e possibilidades de diálogo	Jaqueline Aparecida Barbosa	UFG
Relações raciais e ascensão social de mulheres negras	Nilvaci Leite de M. Moreira; Maria Lúcia Rodrigues Müller	UFMT



## GT 12 – ANCESTRALIDADE E RELIGIOSIDADE

Dr<sup>a</sup> Edileuza Penha de Souza (Neab-UnB);

Dr. Wanderson Flor do Nascimento (UnB)

DIA 5 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 102 D		
COMUNICAÇÕES:		
Religiões afro-brasileiras – uma luta por reconhecimento	Nailah Neves Veleci	UnB
Representações de identidade negra a partir de letras de músicas baianas no candomblé	Juciara Alves dos Santos	UFB
As religiões de matriz africana no contexto escolar na educação básica municipal em Cuiabá-MT: caminhos abertos pela Lei nº 10.639/2003	Maurício Benedito da S. Vieira	UFMT
Quando o Terreiro vai à escola: novas perspectivas para educação física escolar brasileira	Tiago Alves Ferreira	UniCEUB
“Nós de Aruanda – Artistas de Terreiro” - saberes, arte e resistência dos terreiros para os salões de arte	Marilu Márcia Campelo; Renata Alencar B. de Lima	UFPA
DIA 7 DE NOVEMBRO / 14h às 18h / Sala 102 D		
COMUNICAÇÕES:		
Mulheres de Axé	Leila Sousa Oliveira	UnB
Mulheres de Axé: narrativas encantadas	Aline Matos da Rocha; Camila Ferreira	UnB
Vozes Ancestrais: narrativas de professoras negras do Distrito Federal	Renata Parreira Peixoto	SEMIDH
Poéticas visuais de identidade e resistência negra – reflexões sobre a experiência poética de artistas do Mansu Nangetu em Belém do Pará.	Táta Kinamboji (Arthur Leandro); Isabela do Lago	UFPA





